



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas: *USP, UNICAMP, UNESP***

Sueli Helena de Camargo Palmen

Orientadora: Profa. Dra. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Sueli Helena de Camargo Palmen e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data:

Assinatura:: \_\_\_\_\_

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

---

---

---

© by Sueli Helena de Camargo, 2004.

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/ UNI CAMP**

P182i Palmen, Sueli Helena de Camargo.  
A implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas / Sueli Helena de Camargo Palmen. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador : Maria Evelynna Pompeu do Nascimento.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Creches. 2. Educação infantil. 3. Políticas públicas. 4. Universidades e faculdades. I. Nascimento, Maria Evelynna Pompeu do. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

04-257-BFE

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha orientadora Profa. Dra. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento pela paciência e pelas orientações que encaminharam essa pesquisa;

Ao meu pai e minha mãe(*em memória*) pelo incentivo constante;

Aos professores Dr. Luis Enrique Aguilar e a Dra. Raquel Gandini, pelas preciosas contribuições;

Aos colegas do LAPPlanE – Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional pelas experiências trocadas durante os momentos de inquietação, mas também pelos momentos de descontração;

As colegas do grupo GEPEDISC - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diferenciação Sócio-Cultural, pela companhia agradável e acolhedora em nossos encontros, nos quais discutimos a produção de pesquisas na área da Educação Infantil;

A profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria pelo apoio e incentivo a minha formação enquanto pesquisadora, sugerindo me a inserção no curso de Pós-graduação;

As funcionárias da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/ UNICAMP pela atenção e amizade;

Enfim, a todos aqueles que participaram direta ou indiretamente com esse caminhar, me auxiliando e principalmente pela paciência que me dispensaram nos momentos mais estressantes.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo as instituições de Educação Infantil no Brasil, mais especificamente as creches das universidades públicas paulistas (USP, UNICAMP e UNESP), entendidas enquanto problemas a serem assumidos pelas referidas universidades como política pública. Buscamos verificar as estratégias organizadas por tais instituições, visando o atendimento de demandas da comunidade universitária (alunos, professores e funcionários), no que diz respeito à educação e cuidados de seus filhos e quais foram as atuações dos atores sociais envolvidos nesse processo. Destacamos que foi na década de 1980 que se consolidaram os Centros de Convivência Infantil nestas universidades. Anterior aos anos de 1980, a temática creche no local de trabalho já compunha a agenda política da universidade, pois se caracterizava como problema a ser equacionado, expresso de diversas formas através de reivindicações dos trabalhadores, professores e alunos; no entanto, não foi um problema resolvido com rapidez como revela o seu histórico.

Quanto ao aspecto metodológico, utilizamos como referencial para análise do processo de implementação das creches no interior das universidades os seguintes indicadores: a demanda pela creche, as determinações legais e dados de sua implantação, a estrutura de atendimento, a atuação dos atores nesse processo, os recursos financeiros e recursos humanos empregados. Focalizamos as creches por meio de tais indicadores, situando-as no cenário histórico-político da época na qual se constituíram enquanto uma necessidade política de atendimento das crianças de 0 a 6 anos, bem como as suas famílias. Investigar o processo de criação e estruturação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas (USP, UNICAMP e UNESP), possibilitou-nos visualizar o processo de tramitação desta modalidade de atendimento à infância no local de trabalho de muitas funcionárias públicas, que nem sempre conseguem a tão almejada vaga na creche, devido a grande demanda e oferta ainda limitada.

**Palavras-Chaves:** Creche; Educação Infantil; Implementação; Políticas Públicas; Universidade.

## ABSTRACT

This work have as its study object the institutions for infantile education in Brazil, specifically the day nursery centers from the São Paulo public universities (USP, UNICAMP and UNESP), understood as problems to be faced by these universities as a public politics' issue. We search to verify the organized strategies adopted by such institutions in order to meet the demands of the university's communities (students, teachers and general employees) in relation to the education and care of its children; and the roles of the social actors involved in this process. We stress that it was in the 80's that the Children's Gathering' Centers (Centros de Convivência Infantil) from these universities were consolidated. Before the 80's, the day nursery in workplaces' issue was already part of the political agenda of the universities, because it was already a problem posed, expressed by several means in the claims of workers, teachers and students. Nevertheless, the problem was not solved quickly as it is shown by its historical evolution.

As for the methodological aspect, we used as a reference for the analyses of the process of implementation of the day nurseries centers inside the universities the following criteria: the demand for the day nurseries, the legal determinations and the data for its implementation, the attending structure, the roleplaying of the actors in this process, the financial resources and human resources employed. We focused the day nurseries centers by these criteria, locating them in the political-historical scenario of its days, when they were constituted as a political need for the care of children with 0 to 6 years old, and also to their families. To investigate the process of creation and structuration of the day nursery centers from the paulistas' public states universities (USP, UNICAMP and UNESP) allowed us to visualize the process of accomplishment of this modality of children's care in the workplace for many public employees, which do not always wins the so seeked places in the day nursery centers for their children, considering the great demand and the limited offer at work.

**KEYWORDS:** Day Nursery Centers; Infantile Education; Implementation; Public Politics; University.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<i>A Educação Infantil e a instituição de Educação Infantil na universidade</i> .....	04
<i>A temática de pesquisa e a produção acadêmica recente</i> .....	08
<i>A abordagem metodológica</i> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 - CRECHE: Das origens à sua constituição como Política Social no Brasil e no estado de São Paulo</b> .....	32
1.1- A difusão das creches.....	33
1.2- O atendimento à infância no Brasil: a criança, a mulher e a creche .....	36
1.3- CRECHE: Direito e Política Social.....	42
1.4- A Política da Educação Infantil no Brasil: da compensação ao trabalho ao direito da criança.....	48
1.5- Creche, trabalho e legislação brasileira.....	56
1.6- O Programa de Centros de Convivência Infantil – CCIs .....	60
<b>CAPÍTULO 2 – Universidades públicas estaduais paulistas e creches</b> .....	71
2.1 - As creches da USP .....	78
2.1.1 – A COSEAS e a Divisão de creches da USP.....	81
2.1.2 - A tramitação da implementação do projeto de creche na USP .....	86
2.2 - As creches na UNICAMP .....	99
2.2.1 -Centro de Convivência Infantil (CECI) .....	101
2.2.2 – A tramitação da implementação: Do projeto de creche à sua concretização no campus de Campinas .....	106
2.2.3 – CAS - a Creche Área de Saúde , a “Creche do HC” e sua implementação.....	127
2.3- As creches da UNESP.....	138
2.3.1- Os CCI’s na UNESP e seu processo de implementação .....	140

<b>CAPÍTULO 3 – Cruzando os indicadores... O processo de implementação de creches na USP, UNICAMP e UNESP .....</b>	<b>153</b>
3.1- Os dados históricos e legais da implantação da creche na universidade .....	154
3.2- A atuação dos atores .....	159
3.3- A estrutura de atendimento .....	161
3.4- A estrutura administrativa e gestão da creche.....	164
3.5- A demanda pela creche .....	166
3.6- Os recursos financeiros .....	173
3.7- Os recursos humanos.....	175
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>178</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>187</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>197</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Variáveis e indicadores da pesquisa.....	20
<b>Quadro 2</b> - Levantamento de pesquisas realizadas na USP, UNICAMP e UNESP focalizando os seus Centros de Convivência Infantil (1989-2004).....	28
<b>Quadro 3</b> – Cronologia das ações desencadeadas em prol ao atendimento à infância no Brasil e a implementação do Programa CCI .....	68
<b>Quadro 4</b> – Quadro comparativo da USP, UNICAMP e UNESP .....	77
<b>Quadro 5</b> - Ano de criação das creches implantadas na Usp, Unicamp e Unesp.....	156
<b>Quadro 6</b> – Creches de universidades públicas e estrutura de atendimento .....	163
<b>Quadro 7</b> - Creches da USP, UNICAMP e UNESP e seu órgão responsável .....	165
<b>Quadro 8</b> – As creches de universidade e seu quadro funcional.....	177

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Creches da USP - Localização e número de crianças atendidas (2003).....	81
<b>Tabela 2</b> – Creches da UNICAMP - Localização e número de crianças atendidas (2003).....	101
<b>Tabela 3</b> - Levantamento Preliminar da demanda potencial por creches, segundo a categoria universitária e a idade de seus filhos (1975).....	108
<b>Tabela 4</b> - Levantamento Preliminar quanto à categoria e forma de pagamento – Unicamp/1975 .....	109
<b>Tabela 5</b> - Levantamento Preliminar quanto ao nº de interessados por unidade universitária – Unicamp/1975 .....	110

<b>Tabela 6</b> - Levantamento do nº de filhos de docentes e funcionários técnico-administrativos – UNICAMP/ setembro de 1980 .....	113
<b>Tabela 7</b> - Idade das crianças ao ingresso no Berçário/ CCI. Agosto – Dezembro 1982.....	124
<b>Tabela 8</b> - Distribuição das atividades diárias do Berçário/ CCI. Agosto – Dezembro 1982 .....	124
<b>Tabela 9</b> – Profissionais da CAS e vínculo empregatício (2003).....	134
<b>Tabela 10</b> - Número de crianças atendidas na CAS de 1990-2001 .....	135
<b>Tabela 11</b> - Creches da UNESP - Localização e número de crianças atendidas (2003) .....	141
<b>Tabela 12</b> – Década de implantação de creches na USP, UNICAMP e UNESP (%) .....	157
<b>Tabela 13</b> - Evolução do nº total de docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP e do nº de crianças atendidas em suas creches (1982-1986) .....	169
<b>Tabela 14</b> - Evolução do nº total de docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP e do nº de crianças atendidas em suas creches (1987-1991) .....	169
<b>Tabela 15</b> - Evolução do nº total de docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP e do nº de crianças atendidas em suas creches (1992-1996) .....	170
<b>Tabela 16</b> - Evolução do nº total de docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP e do nº de crianças atendidas em suas creches (1997-2002) .....	170
<b>Tabela 17</b> - Crescimento percentual bianual no nº de docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP e do nº de crianças atendidas em suas creches (1982-1992) .....	171
<b>Tabela 18</b> - Crescimento percentual bianual no nº de docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP e do nº de crianças atendidas em suas creches (1994-2002) .....	172

## **LISTA DE ANEXOS**

### **ANEXO I - Roteiro de entrevista**

### **ANEXO II – Documentos referentes ao Programa CCI**

- Organograma do Programa CCI
- Legislação Estadual sobre os CCI's
- Emenda Constitucional nº 31, de 31/5/1982
- Diretrizes a serem adotadas pelos CCI's
- Localização dos Clubes de Pais e Mães (São Paulo, FASPG. **Dossiê 1847**, FCC)
- Subsídios para o aperfeiçoamento das normas relativas aos CCI's
- Diretrizes básicas para o funcionamento dos CCI's
- Reformulação das diretrizes do Programa CCI das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas

### **ANEXO III – Documento referente às Creches da USP**

- Regimento Interno da Divisão de Creches/ COSEAS – USP

### **ANEXO IV - Documentos referentes às Creches da UNICAMP**

- Relação de materiais para instalação de abrigo provisório e execução de Fundações da creche (Estimativas)
- Regimento Interno da CAS, 1989
- Lista dos aprovados/ DGRH (CAS)

### **ANEXO V - Documentos referentes às Creches da UNESP**

- Portaria de criação dos CCI's/ Unesp
- Regimento dos CCI's da Unesp, aprovado em 1996
- Portaria da Unesp nº 49, de 07 de março de 1996, aprovou o Regimento dos Centros de Convivência Infantil da UNESP

### **ANEXO VI - Entrevistas**

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ADI - Auxiliar do desenvolvimento infantil

AFRUSP - Associação dos Funcionários da Reitoria da Universidade de São Paulo

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APM - Associação de Pais e Mestre

ASUSP – Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo

ATREFE - Assessoria Técnica da Reitoria para Educação Física e Esportes

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CADE - Conselho Administrativo de Desenvolvimento

CAISM - Centro de Atendimento Integral à Saúde da Mulher

CAS - Comissão de Assistência Social

CAS - Creche da Área da Saúde/ Unicamp

CCI – Centro de Convivência Infantil

CCI/ UNICAMP - Centro de Controle de Intoxicações

CCS - Coordenadoria de Comunicação Social

CECAE - Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária de Atividades Especiais

CECI - Centro de Convivência Infantil

CEMICAMP - Centro de Pesquisas Materno-Infantis de Campinas

CGF - Coordenadoria Geral das Faculdades

CGU - Coordenadoria Geral da UNICAMP

CICF – Comunidade Infantil Cantinho da Física

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

COESF - Coordenadoria do Espaço Físico da Universidade de São Paulo

CODAGE - Coordenadoria de Administração Geral

COSEAS - Coordenaria de Saúde e Assistência Social da Usp

CREFOP – Creche da FOP – Faculdade de Odontologia de Piracicaba

CREUNICAMP - Creche da UNICAMP

GR – Gabinete do Reitor/ Unicamp

CRH - Coordenadoria de Recursos Humanos / UNESP

DAB - Diretoria de Assistência e Benefício

DGA - Diretoria Geral da Administração  
DGRH - Diretoria Geral de Recursos Humanos  
DNCr - Departamento Nacional da Criança  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
ESTEC – UNICAMP - Escritório Técnico de Construção  
FASPG - Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo de São Paulo  
FCA - Faculdade de Ciências Agrônomicas da UNESP  
FCC – Fundação Carlos Chagas  
FCM – Faculdade de Ciências Médicas  
FE – Faculdade de Educação da UNICAMP  
FEAC – Federação das Entidades Assistências de Campinas  
FEL – Faculdade de Engenharia de Limeira  
FOP - Faculdade de Odontologia de Piracicaba/UNICAMP  
FUNCAMP – Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP  
FUNDUSP - Fundo de Construção da USP  
FUSSESP - Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo  
GASTROCENTRO - Centro de Diagnóstico de Doenças do Aparelho Digestivo  
GT 7/ ANPEd - Grupo de Trabalho de Educação da criança de 0 a 6 anos  
HC – Hospital das Clínicas  
HEMOCENTRO - Centro de Hematologia e Hemoterapia  
IF – Instituto de Física  
IPAI - Instituto da Proteção e Assistência à Infância  
IRCAMP - Instituto de Reabilitação de Campinas  
ISSU – Instituto de Saúde e Serviço Social da Universidade (USP)  
LBA - Legião Brasileira de Assistência  
LDB/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
NUDECRI - Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade  
OF. – Ofício  
PFL – Partido Frente Liberal  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PRAD - Pró-Reitoria de Administração/ Prog. Assistência Social de RH - UNESP

PRDU - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário  
PREAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários  
Proc. - Processo  
PRODECAD - Programa de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente  
RH – Recursos Humanos  
SAM - Serviço de Assistência ao Menor  
SERCA - Serviço de Registro e Controle Acadêmicos  
SIARQ – Sistema de Arquivos/ Arquivo Central da Unicamp  
USP – Universidade Estadual de São Paulo  
UNESCO - Organização Mundial Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
UNICEF -Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNESP – Universidade Paulista “ Júlio de Mesquita”  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

# **INTRODUÇÃO**

O presente texto desenrola-se em torno da temática “Instituições de Educação Infantil no Brasil”, priorizando como objeto de estudo as creches das universidades públicas estaduais paulistas: USP, UNICAMP e UNESP. Trata-se de verificar o processo de implementação de creches no interior dessas universidades, visando o atendimento de demandas da comunidade universitária (alunos, professores e funcionários), no que diz respeito à educação e cuidados de seus filhos.

O histórico da educação brasileira retrata constantes mudanças decorrentes das modificações econômicas, políticas e sociais que acabam por modificar a forma como a criança é concebida, sendo vista enquanto ser social. Essa mudança de cenário tem sido foco de interesse de pesquisadores que analisam questões pertinentes à educação da criança de 0 a 6 anos, focalizando como objeto de estudo principalmente questões relacionadas ao cotidiano da Educação Infantil. Contudo, algumas temáticas ainda merecem um maior aprofundamento, enquanto outras são ainda inexploradas. Destaco as creches em universidades como objeto dessas temáticas que necessitam de investigação e aprofundamento.

Como contextualiza RUS PEREZ (1998), no Brasil os avanços nos programas de políticas públicas foram certamente impulsionados pela reorganização geral da sociedade civil, a partir da década de 1980, período relativamente recente, e devido a isso há poucas pesquisas desenvolvidas nessa área, principalmente investigando o processo de implementação dos programas sociais, sendo, portanto, uma área de pesquisa ainda incipiente em nosso país. Assim, estaremos contribuindo com o universo de pesquisas realizadas nessa área, principalmente envolvendo o estudo de um programa social voltado ao atendimento de crianças de 0 a 4 anos bem como a suas famílias.

Investigar a criação, organização e estruturação das creches nas universidades, especificamente das creches da USP, UNICAMP e UNESP, como se dispôs esta pesquisa, possibilita visualizar o processo de constituição desta modalidade de atendimento à infância no interior dessas universidades, local de trabalho dos que buscam por esse atendimento a seus filhos. Assim como afirma FAGUNDES (1997), estudar a creche no local de trabalho trata-se de uma investigação ainda pouco explorada e é com a intenção de contribuir com esse tipo de investigação que focamos as creches implementadas nas universidades citadas acima. Consideramos tal pesquisa necessária para compreendermos o histórico dessa

instituição, buscando na sua origem a real motivação para sua implementação, ressaltando que foi a partir das reivindicações dos movimentos sociais, pautadas em dispositivos legais, que as creches constituíram-se como pauta de luta das comunidades universitárias.

ROSEMBERG (1989) destaca a importância, durante os anos de 1970, da reivindicação pela creche no local de trabalho enquanto uma alavanca que reforçou sua concretização.

*É a organização de empregados de empresas públicas e privadas que levanta dados sobre necessidades, elabora projetos, avalia custos, forma comissões e obtém, junto à direção, a instalação de creches (op. cit: 97).*

Buscamos ao longo desse texto contextualizar o cenário histórico-político da Educação Infantil, focalizando o cenário brasileiro, destacando o contexto de surgimento do Programa Centro de Convivência Infantil (CCI), originário do Decreto Estadual 18.370 de 08/01/1982, criado pelo governo do Estado de São Paulo, programa este que subsidiou a criação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas.

Ao longo desta dissertação estaremos apresentando e discutindo as especificidades e histórico de criação das creches de cada uma das três universidades públicas paulistas, o que possibilitará compreender melhor o seu processo de implementação e a relação existente entre sua forma de origem com os cenários distintos, vivenciados por cada uma dessas universidades.

Esta pesquisa se ateve às creches das universidades públicas estaduais paulistas – USP, UNICAMP e UNESP, devido ao grande número de creches que tais universidades possuem, o que possibilitou uma riqueza e amplitude documental. Visando a melhor compreensão do leitor acerca da amplitude de informações, sistematizamos ao longo do texto o universo de creches de cada uma das universidades (USP, UNICAMP, UNESP), apresentando detalhadamente quantas são, onde estão localizadas, quais os anos de suas criações, a quais órgãos universitários elas estão ligadas, analisando e discutindo paralelamente as informações obtidas através da pesquisa documental e entrevista com alguns dos protagonistas desse processo, apresentados na parte referente à metodologia utilizada neste estudo.

Visando introduzir o leitor na temática em questão, apresentamos primeiramente um panorama da produção acadêmica que focaliza a Educação Infantil e as instituições de

Educação Infantil nas universidades. A abordagem metodológica é apresentada a seguir, destacando os indicadores, as bases teóricas que fundamentam esse trabalho em termos de Políticas Públicas voltadas a infância. A coleta de dados utilizada é descrita nesse momento, permitindo uma visão de como transcorreu a pesquisa.

### *A Educação Infantil e a instituição de Educação Infantil na universidade*

Ao longo da história, a educação de crianças de 0 a 6 anos, na esfera pública, recebeu várias denominações: salas de asilo, jardins da infância, escola maternal, creche, pré-primário e pré-escola. Uma característica deste tipo de atendimento é o fato de que as concepções e o tipo de instituição destinada às crianças de tenra idade mantiveram uma relação direta com a classe social a qual se destinava tal educação.

De acordo com ABRAMOWICZ et al. (2002), no Brasil,

*as pré-escolas designam escolas de crianças pequenas e de uma classe social com mais possibilidades econômicas, e as creches são os equipamentos destinados às crianças pobres e às classes populares. Dois perfis diferentes de profissionais atuam nestes dois ramos da Educação Infantil, duas redes de ensino distintas, sendo que uma delas, as creches, até recentemente, a cargo da Secretaria da Promoção Social. As pré-escolas de maneira geral funcionam em meio período, as creches em período integral (p.2).*

KRAMER (1989) e GUIMARÃES (2002) também abordam essa questão reforçando que, historicamente, a faixa etária de 0-3 anos estava atrelada às áreas da Assistência e Promoção Social, com uma característica de guarda das crianças, com cuidados físicos, de saúde e alimentação, enquanto que a faixa etária de 4-6 anos estava a cargo da área educacional. Essa separação dicotomizava a natureza do atendimento oferecido as crianças, pautando-se, portanto, não apenas na questão da faixa etária, mas a origem do atendimento: Assistência ou Educação, como se em decorrência a essa separação o educar e o cuidar também estivessem ocorrendo separadamente.

KISHIMOTO (1988) também foca essa questão apontando que, historicamente, as salas de asilo e as creches eram destinadas aos pobres (filhos dos operários) sem uma

proposta educacional, apenas assistencial, enquanto os Jardins-de-Infância eram destinados à elite, considerados como equipamentos coletivos de educação e cuidado das crianças, portanto, com caráter educacional e com amparo pedagógico, seguindo os postulados de Froebel (Kindergarten).

Já KUHLMANN JR. (1998) faz a crítica a esse posicionamento colocando que estabelecer a polarização entre educação e assistência acaba criando estereótipos acerca dos equipamentos de Educação Infantil, quando na realidade as dimensões educar-cuidar são indissociáveis. Contudo, destaca que pode haver uma variação na abordagem educacional de cada instituição de atendimento, cada qual tendo um enfoque diferenciado conforme o público a quem a mesma se destina.

*O que cabe avaliar e analisar é que, no processo histórico de constituição das instituições pré-escolares destinadas à infância pobre, o assistencialismo, ele mesmo, foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares. (...) O fato dessas instituições carregarem em suas estruturas a destinação de uma parcela social, a pobreza, já representa uma concepção educacional.(op. cit., 1998: 4).*

Ao pesquisar a Educação Infantil nas Políticas Públicas, ABRAMOWICZ (op. cit) destaca que,

*A partir da Constituição de 1988 e, mais recentemente, da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394/96) cunhou-se a expressão Educação Infantil para designar todas as instituições de atendimento para crianças de zero a seis anos (p.1).*

Retomo aqui o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96), com o objetivo de explicitar a natureza dessa categoria educacional, “A Educação Infantil”, hoje primeira etapa da Educação Básica. O texto da lei em seu artigo 30 nos deixa claro que:

*“A Educação Infantil será oferecida em:*

- I) creches, ou entidades equivalentes, para crianças de 0 a 3 anos de idade;*
- II) pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos.”*

Segundo a lei vemos que, na atualidade, o que determina a diferença entre as instituições de Educação Infantil chamadas de Creche ou de Pré-escola é a faixa etária das crianças atendidas nesses estabelecimentos. Entretanto, num país como o Brasil são múltiplas as realidades do atendimento nessas instituições.

De acordo com NASCIMENTO (1999),

*Uma parcela significativa de municípios (41,4%) tem também classes de alfabetização, que estão presentes no Norte, Nordeste e também nos municípios do Rio de Janeiro (100%), apresentando-se como uma etapa intermediária entre a pré-escola e o Ensino Fundamental.(p. 46).*

A autora conclui que “a elevada presença de crianças com sete anos ou mais em salas de alfabetização sugere que estas estão se comportando como um fator de retardo para o ensino fundamental” (p.52).

Além disso, caso não ocorra uma ação do Estado visando atingir as crianças oriundas de famílias de baixa renda, a universalização do atendimento contemplará apenas as crianças cujas famílias tem a renda de mais de dois salários mínimos, retardando o acesso das de menor renda (NASCIMENTO, op. cit.: 52).

Ao tratarmos da Educação Infantil nas universidades, seu histórico nos remete ao movimento de luta por creches da década de 1970,

*processo desencadeado pelos movimentos sociais e liderado pelas mulheres trabalhadoras, feministas, empregadas de empresas públicas e privadas, e pelos sindicatos, que reivindicam o atendimento à criança na faixa etária de 0 a 6 anos, como também pela abordagem da educação compensatória pautada na teoria da privação cultural que, apesar dos seus malefícios, teve na expansão dos serviços seu maior benefício (RAUPP, 2002: 4).*

OLIVEIRA et al. (1992) contextualizam que na década de 1980 as negociações trabalhistas em prol das creches aumentaram, tanto nas empresas industriais e comerciais, quanto em órgãos públicos para os filhos de seus funcionários. As autoras enfatizam que o atendimento prestado por essas creches buscava a superação da função de substituição da família, propondo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

É no contexto de reivindicações dos movimentos sociais que as creches passaram a ser uma luta de comunidades universitárias como um direito de assistência à criança na ausência da sua mãe.

RAUPP (op.cit) relata que, somente em 1986, os servidores das universidades federais, tanto mulheres quanto homens, passam a ter o direito à creche no local de trabalho, embora as leis trabalhistas já o tivessem consignado em 1943, conforme se verá posteriormente. As creches nas universidades federais iniciam-se com o objetivo básico de atender filhos da comunidade universitária, incluindo ao longo dos anos outros objetivos, entre os quais funcionar como campo de estágio, de pesquisa e de observação para o âmbito universitário.

*Esse direito é obtido em 1986, a partir de um dispositivo legal, Decreto nº 93.408, de 10/10/1986, que dispõe sobre a instituição de planos de assistência pré-escolar para os filhos de servidores de órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta e de fundações sob supervisão ministerial. A partir desse dispositivo legal, a creche no local de trabalho, que até então era um direito apenas da mulher trabalhadora com idade entre 16 e 40 anos, com filhos em período de amamentação, passa a ser um **direito trabalhista** para os filhos de servidores de órgãos e entidades da Administração Federal e das fundações (RAUPP, op.cit).*

Nesta pesquisa busca-se identificar o momento em que as creches no interior das universidades públicas estaduais paulistas (USP, UNICAMP e UNESP) se configuraram e emergiram enquanto problema.

Num primeiro momento buscamos verificar quando, como e por que as três universidades passam a considerar como questão o cuidado e a educação dos filhos de seus servidores. Houve resistências quanto à proposta de implantação de creche no interior da universidade? Quais eram as justificativas a essa decisão? Como se deram as adesões a essa proposta? Enfim, como se configuraram as negociações em prol das creches no interior das respectivas universidades? Quando as creches no interior das universidades públicas estaduais paulistas USP, UNICAMP e UNESP se configuraram e emergiram enquanto questão a ser acordada não apenas como direito trabalhista, mas como um espaço educativo mantido e organizado pelas universidades?

Nesse contexto, no qual de a pesquisa impulsionou-se, ou seja, na história da implementação das creches no interior das universidades públicas estaduais paulistas, buscamos desvendar as estratégias utilizadas em seu processo de constituição ao longo dos anos, concomitantemente a dinâmica dos diferentes atores sociais que participaram (e participam) de sua organização e implementação. Consideramos atores desse processo: os dirigentes das universidades (Reitor, Pró-reitores, enfim, corpo administrativo), dirigentes das creches (seus gestores), sindicatos dos trabalhadores universitários juntamente com os servidores universitários, representações estudantis, associações docentes e equipes técnicas multidisciplinares das creches (monitores, professores, pedagogos, nutricionistas, enfermeiras, psicólogas, assistentes sociais e demais membros das creches).

Enfim, abordamos a creche enquanto problema a ser assumido, como política pública no interior das universidades públicas estaduais paulistas - USP, UNICAMP e UNESP, priorizando a análise do processo de implementação das creches nessas universidades.

#### *A temática de pesquisa e a produção acadêmica recente*

Visualizar o panorama das pesquisas até então realizadas, cujos focos são a história e a política da Educação Infantil no Brasil, nos abre caminho para novos questionamentos e compreensão da realidade com a qual estamos trabalhando. Ademais, através do resgate bibliográfico podemos acompanhar o histórico e os debates atuais voltados à Educação Infantil. Visando realizar uma trajetória por entre as pesquisas na área da educação das crianças de 0 a 6 anos no Brasil, tomamos como base algumas produções científicas apresentadas nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – *ANPEd*, especificamente no Grupo de Trabalho - Educação da Criança de 0 a 6 anos (GT – 7), por considerá-las como catalisadoras das pesquisas nacionais.

Dentre os trabalhos apresentados na ANPEd, destaco o de STRENZEL (1999), que realizou um mapeamento das produções dos Programas de Pós Graduação em Educação voltadas à Educação Infantil durante o período de 1983-1998, justificando que esse campo de pesquisa vem multiplicando-se, tendo um papel preponderante no crescimento

quantitativo das pesquisas nesta área, firmando-a no âmbito das Ciências Humanas. A autora pôde observar que a grande maioria das pesquisas de mestrado é oriunda de duas universidades públicas localizadas na região sudeste do país, destacando-se a USP e a UNICAMP, e uma particular, a PUC de São Paulo.

Também destaco o trabalho de ROCHA (1999), que buscou analisar a produção científica sobre a educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil, tomando como universo representativo para a análise um conjunto de trabalhos produzidos no interior das Ciências Humanas e Sociais e apresentados em congressos científicos entre 1990 e 1996. O levantamento da produção científica focou especificamente as seguintes áreas: Psicologia (*SBP* e *SBPC*); Antropologia, Sociologia e Ciência Política (*ANPOCS* e *SBPC*); e História (*ANPHU* e *SBPC*).

Entretanto, a autora centrou sua análise na produção da área da Educação especificamente voltada à Educação Infantil no período de 1990-1996, observando a acumulação de conhecimentos nessa área, o que constitui um campo particular da Pedagogia, o qual ela acabou denominando de *Pedagogia da Educação Infantil*. Na área da Educação a autora encontrou e analisou 122 estudos, voltados à Educação Infantil, apresentados no Grupo de Trabalho de Educação da criança de 0 a 6 anos (GT 7), na ANPEd durante os anos de 1990 a 1996.

ROCHA (op.cit) pôde observar um número cada vez mais crescente de pesquisas que se voltam para estudos que investigam os diferentes aspectos das relações travadas nas instituições de Educação Infantil. Segundo a autora, essa ampliação do número de produções na área está ligada à ampliação do número de instituições de Educação Infantil.

*A própria ampliação do número de creches e pré-escolas na maior parte das regiões brasileiras, especialmente em centros urbanos, é um fator mobilizador para pesquisadores que encontram desafios antes não colocados com tanta ênfase, tais como: a formação destes profissionais (agora em muito maior número e com diferentes inserções), as características do trabalho educativo com crianças de 0 a 6 anos, com significativa ampliação entre as de 0 a 3 anos em instituições de tempo integral, etc. (ROCHA, op. cit: 96).*

Esses trabalhos revelaram informações acerca da denominação das instituições de Educação Infantil que, freqüentemente, utilizam

*... o termo creche para definir instituições de tempo integral com faixa etária de 0 a 6 anos e, em menor número, com faixa etária de 0 a 3 anos . A pré-escola para crianças de 4 a 6 anos, em tempo parcial, continua sendo a mais pesquisada (quarenta e dois trabalhos), dando lugar a um uso genérico do termo Educação Infantil, usado indistintamente para delimitar o âmbito do trabalho sem distinção da instituição ou da faixa etária (op. cit.: 96).*

Destacam ainda que são freqüentes as incongruências na delimitação dos estudos quanto à faixa etária e instituição correspondente, o que nos leva a concluir que *o critério de denominação entre os pesquisadores tem permanecido o do regime de funcionamento e o da classe social a que se destina, aliado ao crescimento do modelo de tempo integral para crianças de 0 a 6 anos* (op. cit.: 96).

Dentre todos os trabalhos apresentados na ANPEd, no período de 1990 a 1996, apenas um único estudo analisou o diferencial social no acesso à educação pré-escolar e evidenciou a inadequações idade - grau<sup>1</sup>: *“uma que antecipa a escolaridade para crianças de 3 anos e outra que retém crianças de 7 a 9 anos na pré – escola”* (op.cit.:98).

ROCHA verifica ainda que, de maneira equivocada e praticamente generalizada, os textos apresentam uma retrospectiva da história da Educação Infantil como uma superação do passado através da identificação da creche e da pré - escola com uma função “nova” e “redentora”: a função educativa, como se o educar e o cuidar fossem dissociáveis e que somente a partir de um certo momento da história o educar passasse a fazer parte dessas instituições. Esta questão é focada por KUHLMANN JR., como foi exposto anteriormente, e faz a crítica a essa forma de conceber a creche e a pré-escola.

O estudo de ROCHA indica ainda que a produção acadêmica sobre o cotidiano nas creches e pré-escolas necessita receber uma *melhor acolhida no âmbito da prática e da pesquisa educacional*, focalizando-se a especificidade da Educação Infantil. Aponta também que, o caminho percorrido rumo à melhoria da qualidade depende inclusive da articulação de políticas de educação, saúde e assistência social.

---

<sup>1</sup> Segundo a catalogação realizada por ROCHA (op. cit), essa pesquisa foi realizada por: ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina Pain, no ano de 1995, intitulada **Educação Infantil e raça**. FCC: SP. (Ref. Nº 090)

Outro aspecto relevante é o fato de que em 34 dos 122 estudos apresentados na ANPEd, entre 1990 a 1996, ou seja, 41,5% das apresentações nessa associação, a criança foi sujeito direto das pesquisas, conforme analisou ROCHA (op. cit.). Como sujeito, a criança pôde participar relatando sobre si mesma e sobre o mundo em que vive.

Na maior parte dos estudos no campo da Educação Infantil a criança é vista como uma

*(...) criança abstrata, referida no singular, sem distinção das multiplicidades que a determinam e a compõem. A criança real é pouco conhecida. E este não é um privilégio da área educacional, na pesquisa social, antropológica e histórica também tem sido pouco o espaço dado para a voz própria da criança (op. cit.:104).*

Nos os estudos apresentados, o papel de algumas creches de universidades públicas (como da USP, FIOCRUZ, UFSC e UFRGS) é destacado, pois têm sustentado a relação pesquisa-ensino como um eixo fundamental na formação do profissional da Educação Infantil, isto pelo fato de funcionarem como um campo de aplicação.

De acordo com ROCHA a característica mais marcante que emerge da sua análise do conjunto destas investigações apresentadas no G.T. da ANPEd, é a grande diversificação dos temas pesquisados, sendo que muitos deles não têm continuidade. (idem, 112).

Contudo, temos que considerar que muitos destes assuntos representam a abertura de novos campos de investigação que

*retratam algumas rupturas conceituais muito atuais na área, tais como direitos das crianças, cuidados e alimentação, espaço físico e arquitetura, ou ainda, os estudos que contemplam as diferenciações raciais, étnicas e de gênero que abrem as portas para uma perspectiva de pesquisa que definitivamente passe referenciar-se numa criança concreta e os processos educativos que a envolvem no contexto da diversidade sociocultural brasileira (idem, 113).*

Os trabalhos referentes à prática pedagógica começam a explicitar a sua natureza pedagógica como diferente da escolar, quando reafirma a educação e o cuidado como

indissociáveis, porém, apontam que a dimensão do cuidado à infância necessita “*de maior atenção e aprofundamento dos pesquisadores da área*” (idem, 113).

ROCHA também nos alerta que, no que tange às metodologias declaradas pelos autores, verifica-se uma grande dispersão quanto às opções utilizadas nas pesquisas e um uso diferenciado de termos para definir o mesmo tipo de procedimento de investigação. Dessa forma, a autora arriscou-se a organizar as pesquisas segundo suas semelhanças metodológicas, chegando assim a 21 metodologias diferentes entre os 122 trabalhos.

*Neste contexto, as mais citadas são a pesquisa participante, intervenção e ação, etnográficas e exploratórias,, as teóricas (do tipo ensaio), histórica, seguidas dos estudos de caso, dos levantamentos quantitativos – qualitativos, etc. Existe também um conjunto de trabalhos (9,6 %) que não esclarece a metodologia utilizada (idem, 114).*

Por fim, esta autora salienta que os outros GT's na ANPEd têm se referido à criança na escola, mesmo quando a perspectiva não é da criança apenas como aluno, mas como sujeito social, analisando assim as novas dimensões do contexto escolar e sua determinação na constituição social das crianças em idade escolar (idem, 120).

Pesquisas como as de STRENZEL (op. cit.) e ROCHA (op.cit.) enfocam a trajetória das pesquisas em Educação Infantil no Brasil e fazem um *Estado da Arte*. Ainda que sejam pesquisas que delimitam um período específico da história das produções científicas dessa área específica, são pesquisas que nos dão um panorama dos estudos já realizados, conduzindo-nos a outras perspectivas.

Segundo STRENZEL, na década de 1980, o conhecimento de práticas modernas de cuidado e educação da criança pequena ficou em segundo plano nas pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação em Ciências Humanas. Questões relacionadas à qualidade do atendimento, aos currículos adotados, à formação dos professores, à organização interna dos serviços, entre outras questões que incidem diretamente sobre a natureza das experiências vividas pelas crianças no interior das creches e pré-escolas, eram pouco debatidas e aprofundadas, passando a ser foco das investigações somente a partir dos anos de 1990. A característica mais marcante do mapeamento realizado foi o de revelar que a maioria dos trabalhos foca o estudo das orientações das práticas pedagógicas em contextos coletivos de cuidado e educação. Estes apresentavam subsídios para o trabalho dos

professores e revelavam bases teóricas e contribuições da Psicologia, trazendo novos elementos para a Pedagogia.

Por meio de pesquisas como a de ROCHA (op. cit.) e STRENZEL (op. cit.) temos a oportunidade de ver que natureza dos trabalhos apresentados à ANPEd, especificamente ao GT 7- Educação da criança de 0 a 6 anos, apresentam as mais diversas abordagens ao longo dos anos, podendo ser agrupadas em três eixos temáticos: a) o eixo História e Política da Educação Infantil, que traz para a discussão a situação atual da Educação Infantil e sua configuração na lei, bem como retoma sua trajetória histórica até os dias atuais; b) Identidade e Formação Profissional, que problematiza a questão da formação dos profissionais da Educação Infantil, explicitando a necessidade de se considerar essa especificidade para que, assim, a Educação Infantil constitua-se como uma área educacional com identidade própria; c) e, finalmente o que se refere a Orientação da Prática Pedagógica, cujas pesquisas discutem as brincadeiras, o lúdico, o corpo entre outras temáticas presentes no cotidiano da Educação Infantil.

Com base nesses três eixos temáticos descritos acima, a presente pesquisa insere-se na subárea “História e Política da Educação Infantil”, tendo como referência as pesquisas já produzidas e que discutem as questões histórico-políticas dessa área educacional.

Destacamos a importância deste eixo temático por trazer para a discussão a trajetória histórica da Educação Infantil, analisando, questionando e debatendo criticamente as políticas públicas voltadas à infância. Todavia, não menosprezamos os demais eixos temáticos (Formação do profissional de Educação Infantil e Orientação da prática pedagógica), mas enfatizamos que o eixo “História e Política da Educação Infantil” é o que melhor se articula a nosso objeto de estudo – a origem de creches no interior das universidades públicas estaduais paulistas: USP, UNICAMP e UNESP, portanto, o qual estaremos focando no decorrer desta dissertação.

### *A abordagem metodológica*

As Políticas Públicas são, segundo MULLER (apud NASCIMENTO, 2001: 5), “*um processo de mediação social na medida em que o alvo de cada política pública é o de encarregar-se dos desajustes que podem intervir entre um setor e outros, ou ainda entre um setor e a sociedade global*”.

Para THOENIG (idem: 9):

- a) uma política pública é constituída por um conjunto de medidas concretas que formam a sua substância;*
- b) ela compreende decisões ou formas de destinação de recursos cuja natureza é mais ou menos autoritária. Quer ela seja explícita ou somente latente, a coerção é sempre latente;*
- c) uma política pública se inscreve em um quadro geral de ação, o que permite, em princípio, distingui-la de simples medidas isoladas;*
- d) uma política pública tem um público (ou públicos), ou seja, indivíduos, grupos ou organizações cuja situação é afetada por ela;*
- e) uma política pública define obrigatoriamente objetivos e metas a cumprirem função de normas e valores.*

Ao trazer essa abordagem teórica para a discussão desta pesquisa sobre creches no interior das universidades, parte-se do pressuposto, tal como NASCIMENTO (op. cit.), que “*a inscrição da questão da(s) infância(s) em uma agenda política nada tem de natural ou automático; ao contrário, é objeto de controvérsias sociais e políticas que explicitam a cada nova contingência, um determinado campo de forças*” (p. 6).

Convém lembrar que o atendimento à infância através de creches e pré-escolas vem concretizando-se ao longo da história devido a fatores como a mobilização social e a ampliação do sistema de proteção social brasileiro (ROSEMBERG, 1984).

Voltando-nos para as creches de universidades, para que as mesmas passassem a compor a agenda política das universidades públicas estaduais paulistas (USP, UNICAMP e UNESP) primeiramente necessitaram se constituir como um problema a ser reconhecido e equacionado.

A respeito deste ponto, PADIOLEAU (apud NASCIMENTO, op. cit.) afirma que:

- a) *as elites (sindicatos, administradores, políticos) e os cidadãos devem estar mais ou menos organizados para definir uma situação como problemática porque percebem desregramento entre aquilo que é e aquilo que deveria ser,*
- b) *a descoberta do problema é acompanhada de um procedimento de etiquetagem que o qualifica como de competência das autoridades públicas,*
- c) *a intervenção da sociedade política é esperada ainda que isto possa significar nada fazer (p.8).*

Pesquisar a inserção da creche nas universidades públicas estaduais paulistas já destacadas, buscando contextualizá-las ao seu momento histórico e analisá-las fazendo articulações com a Sociologia, nos permite verificar o conjunto de medidas concretas que viabilizaram sua constituição, entre as quais estão as ações propostas pelos dirigentes universitários e funcionários diante do desajuste existente quanto ao atendimento à infância no seu local de trabalho. Portanto, esta pesquisa engloba as estratégias de ação estabelecidas rumo à implementação dessas creches nas referidas universidades.

Enfim, o modo de operar do Estado traduz-se, *no ato de fazer políticas públicas* e estas, de acordo com o estudo realizado por VIANA (1996) são constituídas de fases ou etapas, entre as quais estão a *construção da agenda, formulação de políticas, implementação de políticas e sua avaliação* (VIANA, op.cit.: 5).

A agenda política é definida como o *espaço de constituição da lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção do governo e dos cidadãos* (KINGDON, 1984, apud VIANA op.cit: 7). Entre os fatores que estariam influenciando a construção da agenda, encontram-se os participantes ativos; estes podem ser classificados como *atores governamentais ou não-governamentais* (op. cit.: 8).

A classe dos atores governamentais é composta pelo alto escalão da administração (no presente caso, seria o escalão do Executivo, por exemplo, o Reitor e Pró-Reitores); pelo funcionalismo de carreira (como os dirigentes das creches). Os atores do alto escalão da administração são vitais para a construção da agenda, mas menos vitais para a fase de especificação de alternativas e menos ainda para a fase de implementação. Seus recursos para a ação são pautados em prerrogativas legais.

Já os funcionários de carreira (como os dirigentes das creches) são vitais para a especificação de alternativas e para fase de implementação, contudo não influenciam na construção da agenda. Entre seus recursos de atuação estão a experiência acumulada e os padrões de relacionamento que estabelecem com o alto escalão da administração e com os grupos de pressão. Em suma, o grupo de atores governamentais, pode influenciar ativamente na agenda, sendo seus recursos à autoridade legal, a publicidade e a experiência na atividade política.

A classe dos atores não-governamentais é constituída por grupos de pressão (representação dos trabalhadores por meio dos Sindicatos dos Funcionários das referidas universidades, no caso dessa pesquisa) ou interesse; acadêmicos, pesquisadores; mídia; partidos políticos e opinião pública.

De acordo com KINGDON (apud VIANA, op.cit.),

*os grupos de pressão atuam mais no sentido de bloquear do que de promover assuntos; os acadêmicos cuidariam mais da especificação de alternativas do que da construção da agenda, tendo sempre uma atuação mais a longo prazo; a mídia exerceria sobretudo influências regionais e de forma mais localizada; e os partidos e a opinião pública teriam uma grande influência na formação da agenda (p. 8).*

Além dos atores ativos, eventos e crises podem suscitar a emergência de problemas ou assuntos, contudo não são suficientes para forçar a entrada de um assunto na agenda política, pois a sobrevivência de uma idéia depende da “*factibilidade técnica, de sua aceitação pelos grupos de especialistas e pelo público e da força de consenso*” (VIANA, op.cit.: 9).

A fragmentação das comunidades políticas também influencia a estabilidade da agenda, processo este que se instala a cada eleição do Executivo ou Legislativo, pois é a partir destas que se modificam as agendas governamentais ou de decisão.

Enfim, para um assunto atingir o status de agenda “*precisa ser alvo de atenções e este processo esta relacionado as comunidades políticas, e ainda deve ser referendado por um consenso geral das elites, lembrando que o processo decisório pauta-se em duas questões: onde surge a demanda e quem participa*” (op.cit: 12).

A segunda fase da política constitui-se na elaboração das alternativas, isto é, a fase de formulação de políticas. Trata-se de um processo de diálogo entre as intenções e as ações. Segundo HOPPE, VAN de GRAFF e VAN DIJK (1985, apud VIANA, op. cit),

*as fases de elaboração do projeto (ou formulação) e implementação constituem os dois momentos importantes na formação das políticas, sendo fruto de diferentes processos e com diferentes funções sociais. As duas fases, portanto, são distintas, sendo que a de implementação caracteriza-se por mostrar resultados, que servem de ensinamentos para os formuladores (p. 13).*

Na fase de formulação uma massa de dados pode transformar-se em informações relevantes; valores, princípios e ideologias podem combinar-se com conhecimentos factuais para produzirem uma ação orientada; e o conhecimento empírico e normativo pode se transformar em ações públicas.

Os autores apontados por VIANA (op. cit.) questionam o que os formuladores deixam como orientação para os implementadores da política e indicam a necessidade de uma perfeita interação entre os que formulam e os que implementam, mais o público-alvo, para que uma política tenha sucesso.

De acordo com PRESSMAN e WILDAVSKY (apud, RUS PEREZ: 1998), um processo de implementação inicia-se no momento da transformação da Política em Programa, ou seja, quando por ação de uma autoridade, criam-se as “condições” para a implementação. Dessa forma, focar o cenário político-administrativo das universidades participantes dessa pesquisa, bem como as ações decretadas, a ação do movimento de pressão em busca da creche, além de outras ações que se concretizaram em condições para o surgimento da creche ou mesmo para o seu atravancamento no interior da universidade, será fundamental para compreendermos o seu processo de implementação.

Para KIVINIEMI (apud VIANA, op. cit.: 19) a implementação é a fase em que as intenções são realizadas, para obter impactos e conseqüências, envolvendo vários sujeitos (governamentais e não-governamentais) ocorrendo então o encontro de várias intenções. É, portanto, uma “... ação social, traduzindo-se no encontro de diferentes intenções, de diferentes atores” (VIANA, op.cit.:19).

Analisar o processo de implementação de uma política é uma forma de analisarmos os entraves, problemas e conflitos ocorridos nesse processo, permitindo-nos atribuir valor a

tais políticas, as suas conseqüências, ao aparato institucional em que elas se dão e aos próprios atos que pretendem modificar o conteúdo dessas políticas. (MATTOS, 1999)

*Implementação é, portanto, uma relação entre atores (governamentais e não-governamentais), na qual estes ganham status de sujeitos intencionais. Esse processo desenvolve-se segundo um tempo estabelecido, de tal modo que em cada momento interagem atores governamentais e não-governamentais, com idéias, recurso e ações próprios. (VIANA, op. cit.: 20).*

Ao pesquisarmos essas creches, centramos nosso olhar em alguns pontos citados a seguir, por acreditarmos que eles estarão nos servindo como indicadores das políticas que os constituíram, ao menos inicialmente, dado que as intenções mudam e com elas as orientações da política. Os pontos indicadores são os seguintes:

- Proveniência da demanda pela creche (identificação dos atores);
- Dados referentes à fundação da creche na universidade;
- A estrutura do atendimento (creche, pré-escola, mistura de idades, organização por turnos, período parcial de atendimento ou integral);
- As crianças atendidas (quem eram: filhos de funcionários, professores, alunos? Qual a idade?);
- A gestão da creche (como era: descentralizada/centralizada? Como se determinou essa forma de gestão, quem era o gestor da creche?);
- Os recursos financeiros (de onde provinha a verba que mantinha o programa de creche? E hoje, de onde vem?);
- A infra-estrutura física e material;
- O quadro profissional (como foi constituído, quem eram os profissionais, foram concursados ou vieram de outros órgãos da universidade?).

Focando a atenção sob o aspecto metodológico de análise do processo de implementação de políticas públicas, podemos, segundo RUS PEREZ (1998), identificar ao menos três dimensões para a sua realização:

- A dimensão que se focaliza no estudo das relações entre a formulação da política com os resultados apresentados pelos programas no final do processo de implementação;
- A dimensão temporal do processo, que se preocupa com a fase de implementação de uma determinada política (num determinado período), procurando identificar os efeitos da relação organização – implementadores, as resistências, adesões e as modificações das condições iniciais;
- A dimensão que se refere às condições que propiciam ou entavam o processo de implementação e que prioriza identificar as condições que podem beneficiar ou dificultar as implantações dos programas.

Nesta pesquisa, o centro está nessa última dimensão, investigando o cenário e as condições que constituíram o processo de implementação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas – USP, UNICAMP e UNESP, buscando identificar entre elas quais condições beneficiaram e quais dificultaram implantação desse programa na universidade.

Assim, consideramos para a análise as seguintes variáveis:

- Dependentes (grau e forma de implementação) – como a implementação da creche na universidade aconteceu: um processo de tramitação lenta ou sem interrupções? (tratou-se de uma proposta experimental ou desde seu início já se constituiu como um programa permanente?);
- Intervenientes (dinâmica dos agentes) – as ações dos atores do processo de implementação das creches, como estes se mobilizaram? Funcionaram como grupo de pressão em busca da creche ou a negociação junto aos administradores da universidade tratou-se de um processo de tramitação pacífica? Como formuladores e implementadores trabalharam nesse processo?
- Independentes (estrutura de operação: organizacional, jurídica, financeira) – como as universidades, dentro de sua estrutura administrativa organizaram-se e

operaram jurídica e financeiramente junto ao processo de criação das creches. Contaram com o respaldo estadual e ou municipal em termos de recursos econômicos e mesmo de recursos humanos? Juridicamente, como essas universidades respondiam à ausência de creche para suas funcionárias, já que esse atendimento lhes é garantido pela CLT?

### QUADRO 1 – Variáveis e indicadores da pesquisa

<b>VARIÁVEIS</b>	<i>Dependentes</i> Grau e forma da implementação	<i>Intervenientes</i> Dinâmica dos agentes (negociações/resistências)	<i>Independentes</i> Estrutura organizacional (financeira, jurídica, de atendimento)
<b>INDICADORES</b>	Ano de fundação  Obrigada por Lei (CLT e/ou outra determinação legal)  Implantação gradual ou imediata dos CCI's	Demanda proveniente de quem: funcionários, professores, alunos  Ações da universidade para proporcionar esse atendimento  Ações do sindicato em prol desse atendimento  Formas de negociação  Formas de resistência (motivação)	Nº de crianças atendidas  Idade das crianças  Tipo de atendimento (creche, pré)  Período (integral, meio período, turnos)  Infra-estrutura  Recursos financeiros  Ato de criação/ Resolução

De acordo com ARRETCHE (2000),

*ainda que uma adequada estrutura de incentivos seja vital para a implementação de programas – e ela é tanto mais necessária quanto maior a complexidade dos interesses envolvidos – fatores inerentes à formulação impactam o próprio desenho da estratégia de implementação e, por extensão, o conteúdo das políticas (p. 51).*

Assim, a relação entre formuladores e implementadores do programa de creche no interior das universidades indica os rumos da implementação.

Contudo, convém destacar que “(...) *a implementação modifica o desenho original das políticas, pois esta ocorre em um ambiente caracterizado por contínua mutação*” (ARRETCHE, op.cit.: 54).

Enfim, nossa coleta de dados esteve ao longo dessa pesquisa pautada em fontes primárias e secundárias e em entrevistas com diferentes atores envolvidos no processo de implementação das creches na USP, UNICAMP e UNESP.

Esclarecemos que os documentos pertencentes ao grupo denominado fonte primária constituem-se de: ofícios, atas de reuniões, portarias, jornais da época, comunicações, avisos, legislação correspondente ao período de implantação da creche nessas universidades (a partir de 1980), relatórios universitários, regimentos, dossiês, enfim, de documentos oficiais, nos quais focalizamos os pontos expostos como indicadores dessa pesquisa:

- Demanda pela creche;
- Dados referentes à fundação da creche na universidade;
- Recursos financeiros destinados à sua implantação;
- Determinações legais que pautaram a implantação da creche na universidade;
- Normalização de sua estrutura de funcionamento, tanto em termos de infra-estrutura quanto em termos de Recursos Humanos, entre outros pontos.

Fontes secundárias também foram consultadas, pois nos indicam outras questões e outras formas de olhar as creches universitárias, nos permitindo delimitar nosso objeto de estudo e buscar aprofundar as questões até então levantadas sobre o processo de implementação de creche em empresas públicas (ou autarquias), como é o caso da Universidade.

Entre tais fontes, destacamos as pesquisas de mestrado de FAGUNDES (op. cit.) e de RAUPP (2002) que se voltam às creches universitárias, a pesquisa de GARMS e CUNHA (op. cit.) sobre os CCI's da UNESP e a pesquisa de TELES et al. (1989) que se refere às creches em empresas privadas paulistas. Em suma, tais trabalhos expressam-se como referências pontuais a nossa pesquisa.

A etapa inicial dessa pesquisa constituiu-se na identificação das creches da USP, UNICAMP e UNESP que estão em funcionamento, sendo este dado obtido por meio de pesquisa via internet nos endereços eletrônicos oficiais das universidades focadas. Também os primeiros contatos com os participantes desta pesquisa foram realizados via endereço eletrônico (e-mail) e via telefonemas, visando o agendamento prévio de nossas conversas.

Os registros documentais foram complementados com entrevistas *semi-estruturadas* com os diferentes atores que participaram do processo de implementação das creches na USP, UNICAMP e UNESP, esclarecendo e confrontando os dados que por meio da coleta documental levantamos. Utilizamos um roteiro de entrevista, lembrando que o mesmo é um instrumento de orientação ao entrevistador. Suas perguntas apresentaram-se de maneira temática e a ordem de sua realização variou conforme a argumentação dos entrevistados, portanto, funcionou como um instrumento flexível de coleta de dados.

De acordo LUDKE & ANDRÉ (1986), as pesquisas qualitativas, que se utilizam de entrevistas na coleta dos seus dados, têm optado pela entrevista semi-estruturada, “*que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça adaptações necessárias*” (p.35). Dessa forma é possível delimitar inicialmente a temática que poderá ser explorada tendo, no entanto, a flexibilidade necessária para as possíveis modificações que poderão aparecer no decorrer das entrevistas.

A habilidade e competência do pesquisador são consideradas por THIOLENT (1985), como questões primordiais para o aproveitamento total da entrevista. Para o autor, um fator importante é o que ele chama de *atenção flutuante* por parte do pesquisador, pois será essa atenção que o permitirá estar atento a toda gama de informações que estarão envolvidas ao longo da relação interativa. Essas informações ultrapassam os relatos verbais, indo também para os gestos, entonações, sinais não-verbais, hesitações, que acabam por contornar as informações dadas.

A atenção flutuante é, segundo o autor, a flexibilidade existente no relacionamento pesquisador/ entrevistado, cabendo ao pesquisador ouvir e interpretar, deixando o entrevistado falar livremente, ou seja, com *uma atitude não-diretiva* (THIOLENT, op. cit.: 91).

Ainda que as bases teóricas da atenção flutuante estejam na psicanálise, THIOLENT (op. cit.) acredita que,

*(...) o uso da técnica analítica possa ser útil a problematização do relacionamento pesquisador/ entrevistado no contexto da investigação sociológica, independente do fato de que a técnica analítica tem uma finalidade terapêutica e que a investigação sociológica é em geral desprovida de toda dimensão terapêutica. (p.94).*

THIOLLENT (op.cit.) cita MICHELAT<sup>2</sup> quando especifica a entrevista não-diretiva, que por sua vez ocorre sem uma estrutura rígida: *é o entrevistado que detém a atitude de exploração* (p.8).

Nesse caso, o entrevistador dá uma instrução ao entrevistado como: *O que a política educacional representa para você?* , e é o entrevistado que explora o campo, de maneira menos censurada, permitindo um maior aprofundamento das informações procuradas.

Entre os entrevistados destacamos os seguintes atores que fizeram e/ ou ainda fazem parte da história de constituição das creches nas universidades estaduais públicas paulistas:

**UNICAMP:** o ex – Reitor (1982-1986) e Professor Titular da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, Dr. José Aristodemo Pinotti; a Enfermeira e membro da Comissão de Organização da creche em 1982, sendo também Diretora do CECI/ UNICAMP – Campinas no período de 1982 - 2004, Lucila Eliana Moreira Sandoval; a ex – Enfermeira da creche da Área da Saúde – CAS/ UNICAMP - Campinas e sua atual diretora, Valéria Fernandes F. Bonfim (presente na creche desde 1990);

**USP:** a Psicóloga e Diretora da Divisão de Creches da COSEAS desde 1998, Maria Clotilde Barros Magaldi, também membro participante do Projeto de Creche da USP desde 1975; Iara Brayner Mattos, Nutricionista e desde 1998 Vice-coordenadora da COSEAS, que também participou como membro da Comissão de creche da USP (1982). Contamos com o incentivo do ex-Reitor (1993-1997) e Professor do Instituto de Ciências Biomédicas da USP, Dr. Flávio Fava de Moraes, que apesar de não participar da entrevista para essa pesquisa, demonstrou apoio à mesma.

---

<sup>2</sup> MICHELAT, Guy. Sobre o uso da entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquête operária**. São Paulo: Polis, 1985.

**UNESP:** o ex-Reitor (1989-1993) e Professor do Instituto de Geociências, Dr. Paulo M. Barbosa Landim; a Assistente social e Coordenadora da divisão de creches da UNESP, no PROAS - Programa de Assistência Social -, Maria Inez Gomes de Macieira (2004); a Assistente social e Diretora do CCI do Lageado em Botucatu, desde sua inauguração em 1988, Sueleni de O. Villas Boas.

As entrevistas com esses atores que participaram do processo de implementação da creche nas referidas universidades foi de fundamental importância para essa pesquisa, pois contribuíram com relatos e informações sobre o processo político pelo qual perpassou a constituição das creches nessas universidades. Os relatos de diretores e coordenadores ligados a essas creches nos esclareceram as reais dificuldades presentes na administração dessas instituições, bem como as perspectivas e expectativas que circundam o atendimento à infância no espaço representado pela universidade.

Como se tratou de grupos distintos de entrevistados, as entrevistas foram realizadas de maneira flexível, possibilitando ao entrevistado falar livremente sobre o histórico do processo de implementação, havendo perguntas por parte do entrevistador apenas nos momentos em que algum assunto podia ser mais explorado ou que estava deixando de ser focado. As entrevistas foram gravadas em sua maioria. Uma das entrevistadas concordou em participar da pesquisa somente se ela pudesse redigir os fatos de que se recordava; nesse momento o roteiro de entrevista acabou se tornando um questionário o qual foi respondido pela “entrevistada”. Os ex-reitores citados acima conversaram sobre o processo de implementação via e-mail, devido às dificuldades e sobrecarga na agenda.

Em ANEXO I apresentamos o roteiro de entrevista utilizado como um instrumento flexível de coleta de dados, o qual foi anteriormente apresentado no exame de qualificação.

A análise dos dados apoiou-se na fundamentação teórica partindo da bibliografia voltada a área de Educação Infantil e a área de Políticas Públicas, especificamente a sub-área referente à Implementação de programas sociais, tendo como foco as creches nas universidades: USP, UNICAMP, UNESP. Enfim, os métodos de coleta de dados qualitativos e quantitativos foram utilizados concomitantemente, pois nos permitem fazer análises globais e a sistematizar um número maior de informações (RIZZINI; SARTOR, 1999).

Todavia, sublinhamos que ao longo desta pesquisa nos deparamos com um grande obstáculo nas três universidades envolvidas neste estudo: a falta de informações e de documentações. A impossibilidade de acessar alguns dos registros sobre o histórico de implementação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas, nos passa a percepção da “coisa pública” como algo privado, no qual não se presta conta à sociedade, sendo esta encarada como uma ação opcional.

A falta de registro e o extravio de documentos nos impediram em alguns momentos de realizar uma análise mais elaborada sobre o histórico da implementação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas.

No Capítulo I discutiremos a questão da creche como política social, enfocando a importância dos movimentos sociais na consolidação desse direito social que ela representa. Focalizaremos a creche à luz da legislação brasileira, tendo como base a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943 e a Constituição Federal de 1988, apresentando em seguida o Programa Centro de Convivência Infantil (CCI) institucionalizado pelo governo do Estado de São Paulo através do Decreto 18.370 de 08/ 01/ 1982, o qual subsidiou a criação das creches no interior das universidades públicas estaduais paulistas. A História e a Política da Educação Infantil no Brasil serão enfocadas neste capítulo, objetivando apresentar a trajetória do atendimento à infância em nosso país e sua ligação com o trabalho extra-domiciliar da mulher, portanto com suas raízes ligadas ao longo da história à questões externas das necessidades e direitos das crianças, vistos somente a partir de 1988 com a promulgação da nossa Carta Magna.

O Capítulo II contextualiza o universo das creches nas universidades USP, UNICAMP e UNESP, seguido da análise e discussão dos dados coletados ao longo da pesquisa. Através da análise de documentos como Portarias, Ofícios, Processos Administrativos, Regimentos, Relatórios e Dossiês levantados nas próprias creches envolvidas neste estudo, bem como nos arquivos da Fundação Carlos Chagas (FCC) e nos arquivos das universidades, detectamos a origem e regulamentação das creches e percebemos as circunstâncias de sua criação, as funções que se propunham e que desempenham e nos permitem refletir e até mesmo a intervir na discussão sobre qual o papel da creche na universidade. As entrevistas realizadas com alguns dos atores que participaram do processo de implementação das creches na universidade, como ex-reitores,

coordenadores do Programa CCI na universidade e diretores dessas creches, são também apresentadas nesse capítulo, permitindo-nos relacionar depoimentos com os documentos analisados.

No Capítulo III apresentamos pontos discutidos ao longo do texto ressaltando a ligação existente entre a criação das creches das universidades públicas estaduais paulistas com o trabalho extra-domiciliar feminino, legitimada pela legislação trabalhista (CLT). Focalizamos o Estado de São Paulo, na década de 1980, e a criação de creches para atender aos filhos das servidoras estaduais, ação do governo estadual paulista desencadeada por meio de um Decreto que cria o Programa Centro de Convivência Infantil – CCI, legitimando essa implementação e criando condições para sua consolidação nas Secretarias de Estado e Entidades descentralizadas, dentre as quais estão as universidades USP, UNICAMP e UNESP.

Neste capítulo procuramos alinhar as similaridades e diferenciais presentes no processo de implementação de creches nas universidades focadas tendo como eixo os indicadores apontados na abordagem metodológica.

Já nas Considerações Finais indicamos pontos que merecem maior atenção e aprofundamento em novas pesquisas, lembrando que as creches de universidade podem ser analisadas e investigadas sob diferentes ângulos e facetas, ou seja, o seu estudo não se esgota aqui.

Enfim, essa pesquisa sobre as creches das universidades públicas estaduais paulistas apresenta-se com uma perspectiva de análise histórica de constituição dessas unidades, abordando elementos da história e política da Educação Infantil no Brasil, área de estudo e pesquisa merecedora de atenção dentro do cenário das Políticas Públicas.

Realizamos também um breve “Levantamento bibliográfico de pesquisas realizadas na USP, UNICAMP e UNESP” focalizando os seus Centros de Convivência Infantil, expresso a seguir no Quadro 2.

Observando esse levantamento podemos perceber que de 36 pesquisas encontradas cujo local do estudo foi representado pelas creches envolvidas nesta pesquisa, 22 desses trabalhos, ou seja, 61,1% são voltados à Área de Biológicas, com ênfase na Psicologia. As demais pesquisas, ou seja, 38,9% enquadram-se na Área de Humanas sendo realizadas em Faculdades de Educação, tendo como objeto de estudo as concepções que permeiam o

cotidiano da creche, indicando um número reduzido de pesquisas que se voltam ao estudo das creches de universidade, enquanto Políticas Públicas. A ausência de pesquisa acerca do processo de implementação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas, USP, UNICAMP e UNESP, nos indicou a necessidade dessa pesquisa de mestrado.

**QUADRO – 2 - Levantamento de pesquisas realizadas na USP, UNICAMP e UNESP focalizando os seus Centros de Convivência Infantil (1989-2004)**

**USP/ BIOLÓGICAS**

1. AMORIM, Katia de Souza. **Concretização de discursos e práticas histórico-sociais, em situações de frequência de bebês a creche**. Ribeirão Preto, SP, 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP.
2. CERVATO, Ana Maria. Perfil de saúde das crianças que ingressaram na creche central COSEAS/USP em 1998, no momento da matrícula e após um ano. VI Congresso Paulista de Saúde Pública: Saúde na Cidade; **Livro de resumos**. São Paulo: FACULDADE DE SAUDE PUBLICA/ APSP, 1999.
3. ELTINK, Caroline Francisca. **Avaliação pela educadora do processo de adaptação de bebês em creche**. Encontro Científico do Centro de Investigação sobre Desenvolvimento e Educação Infantil, Ribeirão Preto: FFCLRP, 1997.
4. ELTINK, Caroline Francisca. **Análise do processo de inserção de cinco crianças do berçário de uma creche universitária**. Encontro Científico do Centro de Investigação sobre Desenvolvimento e Educação Infantil, Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 1998. P. 34-35
5. HÁRSI, Charlotte Marianna. **Estudo prospectivo de infecções por rotavirus e adenovirus em crianças de creche do hospital universitário da USP**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Virologia, 1993.
6. LOPES, Tânia Márcia. Lixo reciclável na creche Carochinha: uma questão de persistência. **Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo (SIICUSP)**. V. 2, p. 99, res. 11.24. São Paulo: USP, 2002.
7. LOUZADA, Fernando Mazzilli. Ontogênese do ciclo vigília-sono humano: um estudo longitudinal dos primeiros 6 anos de vida. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Psicologia, USP.
8. MENEGHINI, Renata; CAMPOS-DE-CARVALHO, Mara. Arranjo espacial na creche: espaços para interagir, brincar isoladamente, dirigir-se socialmente e observar o outro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. V.16, n.dois, Porto Alegre 2003.
9. MUSSOLINO, Z M. **Programa de saúde oral na creche carochinha**. Ribeirão Preto: FORP-USP, 1989.

10. NELSON FILHO, P. Progresso de prevenção de carie na creche carochinha - USP / Ribeirão Preto. **Jornal Batata Quente**. Ribeirão Preto, p.17, 01 jul. 1993.
11. OLIVEIRA, Neusa Guaraciaba dos Santos de. **Amamentação em creche no local de trabalho da mãe**. Dissertação (Mestrado/ IP – INSTITUTO DE PSICOLOGIA). São Paulo, 1996 135p.
12. ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde T. **Quando a criança começa a frequentar a creche: a adaptação da criança e da família**. Ribeirão Preto: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1990. P.166
13. ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde T. **Vida em grupo na creche carochinha**. Ribeirão Preto, 1992. Filme 17min, Col, Son, Vhs. FAC DE FILOSOFIA CIENCIAS E LETRAS DE Ribeirão Preto/ COSEAS.
14. ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia S.; *Silva*, Ana Paula S. Uma perspectiva teórico-metodológica para análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v.13, n.2, Porto Alegre, 2000.
15. ROSSETTI-FERREIRA, M.C; RAMON, F; SOARES SILVA, A.P. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Caderno de Pesquisa**. N.115, São Paulo, mar. 2002.
16. SANTOS, Branca Maria de Oliveira. **Colonização por Staphylococcus aureus em portadores são relacionados de uma creche de Hospital Universitário**. Medicina Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, v. 35, p. 160-172, 2003.
17. SILVA, E M. Relato de atividades desenvolvidas na creche carochinha de Ribeirão Preto/ USP-COSEAS. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.4 , n.1 , p.23-8, 1991
18. VASCONCELOS, Cleido Roberto F; ROSSETTI FERREIRA, Maria Clotilde. Crianças pequenas brincando em creche: a possibilidade de múltiplos pontos de vista. **Estudos de Psicologia** (Natal). V.7, n.2, Natal , jul.dez. 2002.
19. VASCONCELOS, Cleido Roberto F.; AMORIM, Katia; ROSSETTI FERREIRA, Maria Clotilde (et.al). A incompletude como virtude: interação de bebês na creche. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. V.16, n.dois, Porto Alegre, 2003.
20. VIUDE, A. Caracterização da saúde de crianças de 2 meses e 7 anos atendida pelo programa creche-USP. Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia/ FACULDADE DE MEDICINA. **Anais Santa Maria**, 1991. p. 38

**USP/ HUMANAS**

1. DUTOIT, R. **A formação do educador de creche na dinâmica da construção do projeto educacional**. São Paulo, SP, 1995. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, USP.
2. MELLO, Ana Maria de Araújo. **História da carochinha: uma experiência para a educação de crianças abaixo de 3 anos em creche**. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). FFCLRP - FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto, 1999. 109 p
3. NASCIMENTO, Renata. **Universidade/ Infância: relações - os casos USP e PUC - SP (1959-1995)**. São Paulo, SP, 1996. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, USP.
4. PAULA, Ercilia Angeli Teixeira de. **Comida, diversão e arte? o coletivo infantil em situação de alimentação na creche**. São Paulo: 1994. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, USP.

**UNICAMP/ BIOLÓGICAS**

1. DUARTE OSIS, Maria José; HARDY, Ellen; SANDOVAL, Lucila E Moreira (et al). **Aleitamento materno exclusivo entre trabalhadoras com creche no local de trabalho**. **Rev. Saúde Pública**. V.38, n.dois, São Paulo, abr. 2004.

**UNICAMP/ HUMANAS**

1. ARNAIS, Magali Ap. O. **Novas crianças na creche: o desafio da inclusão**. Campinas, SP, 2003. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, UNICAMP.
2. DOHI, Cristina T. **Relações entre a organização do espaço físico em Instituições de Educação Infantil e o desenvolvimento da autonomia**. Campinas, S.P, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). FE/ UNICAMP.
3. FAGUNDES, Magali dos Reis. **A creche no trabalho ... O trabalho na creche: um estudo do Centro de Convivência Infantil da UNICAMP – trajetórias e perspectivas**. Campinas, SP, 1997. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, UNICAMP.

4. FINCO, Daniela. **As concepções do brincar para as profissionais do CECI (Centro de Convivência Infantil da Universidade Estadual de Campinas).** Campinas, SP, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). FE/ UNICAMP.
5. LESSA, Samanta. **A ausência paterna e/ ou materna: um estudo sobre as repercussões em crianças que freqüentam creches e pré-escolas.** Campinas, S.P, 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). FE/ UNICAMP.
6. NOGUEIRA, Denise C. **A criança pequena produz cultura? Um estudo introdutório sobre o convívio das diferenças entre crianças pré-escolares.** Campinas, S.P, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). FE/ UNICAMP.
7. PALMEN, Sueli H. C. **O lugar do imprevisto no espaço da Educação Infantil.** Campinas, S.P, 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Faculdade de Educação, UNICAMP.

#### UNESP/ BIOLÓGICAS

1. PIVA, Lúcia Barbatto. **Fisioterapia, orientação e creche: montagem de folheto informativo.** Presidente Prudente, 1995. Trabalho de conclusão (bacharelado - Fisioterapia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

#### UNESP/ HUMANAS

1. GARMS, G. M.Z., CUNHA, B.B.B. (Re) Significando os Centros de Convivência Infantil da UNESP. **ANPED**, 2001. GT 7 – Educação Infantil. (Consulta à Internet em agosto de 2002 – [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br))
2. STEIN, S.C.C. **A não utilização do Centro de Convivência Infantil do Lageado: ausência de pessoal especializado ou estigma – creche?** Botucatu, S.P, 1990. Trabalho de Conclusão de Curso. UNIFAC Associação de Ensino Botucatu.
3. VILLAS BÔAS, Sueleni de O. **Parceria CCI/ Família, inevitável compromisso para a qualidade do trabalho na Educação Infantil.** Botucatu, SP, 2003. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias.

**TOTAL:** 36 pesquisas, sendo 22 na Área de Biológicas e 14 na Área de Humanas.

**CAPÍTULO 1 -CRECHE: Das origens à sua constituição como  
Política Social no Brasil e no Estado de São Paulo**

Apresentaremos neste capítulo a trajetória do atendimento à infância em nosso país, e sua ligação com o trabalho extra-domiciliar feminino. Convém destacar que, tanto no Brasil como no mundo as raízes da Educação Infantil se ligam e se consolidam às questões externas as necessidades e direitos das crianças.

Também focalizaremos a creche à luz da Legislação brasileira, tendo como base a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943 e a Constituição Federal de 1988, apresentando em seguida o Programa Centro de Convivência Infantil (CCI) institucionalizado pelo governo do Estado de São Paulo através do Decreto 18.370 de 08/01/1982, o qual subsidiou a criação das creches no interior das universidades públicas estaduais paulistas, objeto de nosso estudo. Partindo desta contextualização, discutiremos a origem da creche no interior da USP, UNICAMP e UNESP.

### **1.1- A difusão das creches**

*As instituições de Educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção, etc. – e, é claro, com a história das demais instituições educacionais*  
(KUHLMANN, 2001:16).

Jean-Baptiste Marbeau é apontado como o criador da primeira creche em território francês, em 1844 (NASCIMENTO, op. cit. 292) e ainda que se reconheça o caráter político da atuação de católicos como Marbeau, seu discurso era movido pela caridade; portanto, ainda não se tratava de criar a creche como sendo um direito da criança ou de sua progenitora.

De acordo com Eugène Marbeau, filho de Marbeau, a creche expandiu-se “*em todos os países civilizados, porque a obrigação de ganhar a vida por seu trabalho é uma das condições e um dos primeiros signos da civilização*” (KUHLMANN, 2001: 72). Assim, a difusão das creches se deu inicialmente nos países onde as mulheres precisavam trabalhar para ganhar o seu sustento.

É no final do século XIX que a difusão das instituições de educação infantil, enquanto instituições modernas e científicas, aconteceram amplamente através das

Exposições Internacionais, evento este que tinha grande impacto na vida das sociedades. A primeira exposição realizada ocorreu em Londres em 1851, acontecendo no Brasil somente em 1922, no Rio de Janeiro, sendo um dos marcos da modernidade em nosso país.

Segundo a fala de Marbeau durante o Congresso Internacional de Assistência de 1889, na França, a creche era uma *escola de higiene, de moral e de virtudes sociais* tanto para as crianças quanto para suas mães e damas dirigentes – uma escola para a criança e para a mulher (KUHLMANN, op. cit.).

Nessas exposições as creches e salas de asilo eram sempre focadas como espaços educacionais e se enfatizava que, o que as diferiam não eram os propósitos educativos, mas o público e a faixa etária que visavam atender. Conforme focaliza KUHLMANN (op. cit), “*é a origem social e não institucional que inspirava objetivos educacionais diversos*” (p. 78).

Foi a partir da segunda metade do século XIX que as instituições pré-escolares passaram a serem difundidas internacionalmente, como integrantes de uma nova concepção assistencial, *a assistência científica*. Dentro dessa nova concepção, até as creches (para as crianças de 0-3 anos) deixaram de ter uma conotação pejorativa, como a atribuída às Casas de Expostos, pois dentro desse novo modo de assistência, tratava-se de um espaço para as mães não abandonarem seus filhos, contendo um caráter educativo.

A implantação de creches junto das indústrias era freqüentemente recomendada nos Congressos Internacionais de Assistência a Infância, pois esta medida era entendida como prioritária para a regularização das relações de trabalho, principalmente quanto ao trabalho feminino. Todavia, as creches e as escolas maternas em indústrias não eram consideradas como um direito do trabalhador e de seus filhos, mas como sendo uma dádiva.

Nem sempre a creche foi defendida de forma generalizada; pelo contrário, sempre foi um campo de tensão e conflito por envolver questões referentes a padrões familiares centrados no patriarcado, pelos quais se atribuí a responsabilidade à mulher-mãe quanto à educação e cuidado da criança pequena. Assim, a constituição das creches foi objeto de controvérsias, porque colocava em discussão o papel materno *versus* as condições de vida da mulher pobre e trabalhadora.

De acordo com CIVELETTI (s/d), as creches e salas de asilo originaram-se do movimento filantrópico, tendo como objetivo atender às classes populares, além de liberar a

mão-de-obra feminina. As creches destinavam-se as crianças de 0-2 anos e as salas de asilo às crianças de 2 –7 anos.

Na França, a partir da segunda metade do século XX, verificou-se o uso social da creche e do maternal, através da expansão da utilização dessas instituições, inicialmente organizadas para atender a classe operária. A partir deste momento, tais instituições passam ser freqüentadas por todas as classes sociais e por todas as categorias profissionais, “*um fenômeno que foi denominado de exteriorização da guarda*” (NASCIMENTO, op. cit.: 423).

De acordo com a pesquisa de doutorado de NASCIMENTO (op.cit), hoje faz parte da realidade francesa políticas integradas de assistência, saúde e educação, visando maior qualidade de vida para as crianças de tenra idade, não se conclamando a superioridade de nenhuma dessas áreas sobre a outra e sim a importância de sua integração para a resolução dos problemas sociais.

No Brasil, a creche também teve a finalidade de liberar a mão-de-obra da mãe pobre; contudo, no nosso caso, essa era a força de trabalho da escrava e ex-escrava. Além de liberar a mão-de-obra feminina e assim garantir a sobrevivência das crianças da classe trabalhadora, as creches e salas de asilo podiam ser um lugar privilegiado de controle sobre essa classe. Durante o período escravista brasileiro, apenas se fala sobre a creche, pois é na República que ela surge na nossa história. (CIVILETTI, s/d: 23)

As instituições de atendimento à infância existentes em nosso país no final do século XIX e início do século XX representavam a política assistencial que se concretizava naquele momento, na qual a infância estava focalizada como base e contava com o apoio de três vertentes políticas na constituição de suas propostas: a médico-higienista, a jurídico-policia e a religiosa. (KUHLMANN, op.cit.)

É a partir de 1870 que a vertente médico-higienista marcou a sua influência nas questões educacionais, visando prioritariamente o combate à mortalidade infantil, introduzindo novos comportamentos na nossa educação, como a pasteurização do leite de vaca, o uso da mamadeira, os programas com as lactantes, o programa *Gota de leite*, as campanhas de vacinação, etc, chegando a sugerir a introdução de laboratórios no interior das creches, visando o atendimento médico.

As mães e demais mulheres burguesas colaboravam junto aos médicos com a difusão dos novos comportamentos, atuando como modelos junto às mães trabalhadoras.

Já no ponto de vista jurídico-policial, a preocupação com a legislação trabalhista e criminal traziam como foco de preocupação a infância moralmente abandonada.

Os Patronatos de Menores (1909) visavam fundar creches e jardins-de-infância, proporcionando aos menores e suas famílias os benefícios da instrução. Visavam também, auxiliar os Juízes de Órfãos no amparo e proteção dos menores, controlar a convivência dos menores de ambos os sexos promovendo a extinção da promiscuidade, cessar o pátrio poder quando necessário, assim como a fiscalizar as instituições de assistência pública e privada.

Finalizando, dentro da ótica religiosa, a Igreja Católica visava implementar as novas políticas assistenciais. Mas, embora condenasse a usura e os lucros dos patrões e lamentasse a exploração dos trabalhadores e sua miséria, a Igreja atribuía a irreligiosidade aos sindicatos e ao socialismo, pois considerava as diferenças de classe como uma ordem natural de Deus, a qual o trabalhador deveria suportar dentro de sua condição de subalternidade, o que acabava por sustentar a sociedade capitalista. (KUHLMANN, op.cit; RIZZINI, op. cit.)

## **1.2- O atendimento à infância no Brasil: a criança, a mulher e a creche**

*... a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, onde o período da elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história (KUHLMANN, 1991:18).*

A seguir, focalizamos as questões histórico-políticas do atendimento à infância no Brasil, vendo mais especificamente a difusão da creche em nosso país, aprofundando as questões ligadas às temáticas: *creche - criança - mulher - trabalho*, articulando-as ao objeto dessa pesquisa.

Retomando as leituras realizadas, vemos que as mesmas apontam para o surgimento da creche arraigado ao trabalho feminino fora do âmbito doméstico, sendo visto pejorativamente em alguns momentos como promovedor da ausência materna, principalmente quando foca o papel da mulher no cuidado da criança. Enfim, historicamente e mundialmente a creche está ligada ao trabalho extra-domiciliar feminino.

Segundo KUHLMANN, no Brasil o ano de 1899 pode ser considerado como o marco das primeiras propostas de instituições “pré-escolares<sup>3</sup>” em nosso país, pois é nesse ano que se fundou o Instituto da Proteção e Assistência à Infância – IPAI<sup>4</sup>, no Rio de Janeiro, que posteriormente se espalhou por todo o país e também se inaugurou a primeira creche para filho de operários - a creche da companhia de Fiação e Tecidos Corcovado – R.J.

Ao focalizar as instituições pré-escolares, principalmente a creche, o autor destaca que a assistência à infância no Brasil foi fruto da articulação de forças jurídicas, empresariais, políticas, médicas, pedagógicas e religiosas, guiadas em torno de três concepções básicas: a médico-higienista; a jurídico-policia e a religiosa, portanto, não sendo monopólio de nenhum corpo profissional específico.

As instituições pré-escolares foram difundidas internacionalmente como parte de uma nova concepção assistencial, denominada por este autor como “assistência científica”, para atender aspectos como alimentação e habitação dos trabalhadores e pobres. Assim, estas instituições, principalmente no final do século XIX, passaram a serem consideradas como modernas e científicas, devido à abrangência de seus serviços num período em que se iniciava o desenvolvimento do nosso setor industrial.

Devido à organização da indústria e do amplo processo de urbanização, as instituições de Educação Infantil, especialmente as creches, passam a ser reivindicadas pelas mães trabalhadoras, que necessitavam de um local para deixarem seus filhos durante a sua jornada de trabalho.

É nesse contexto que estas instituições ligaram-se inicialmente (mantendo ainda alguns resquícios) mais ao trabalho feminino do que ao direito da criança de atendimento em espaços coletivos de educação e cuidado.

Enquanto na Europa as creches surgem visando atender as necessidades das mulheres que trabalhavam no setor industrial, no Brasil essa demanda se dá inicialmente

---

<sup>3</sup> Ao referir-se às instituições Pré-escolares, KUHLMANN aborda dentro desse conceito as creches, os asilos e jardins-de-infância.

<sup>4</sup> O IPAI foi fundado em 1899 pelo médico Arthur Moncorvo Filho e tinha entre seus objetivos a inspeção e regulamentação da lactação; a inspeção das condições de vida das crianças pobres; dar auxílio médico nas escolas e indústrias, zelar pela vacinação; criar jardins-de-infância e creches; proteger a mulher grávida e lhe acompanhar após o nascimento do bebê dando-lhe assistência através de programas como o *Gota de Leite*, por exemplo.

entre as trabalhadoras domésticas<sup>5</sup>, pois aqui a industrialização encontrava-se em seus primórdios de desenvolvimento.

Visando a regulamentação das relações de trabalho, principalmente o feminino, recomendava-se junto das indústrias a criação de creches; apesar disso, convém ressaltar que a matrícula dos filhos dos operários também era garantida, não sendo, portanto, *benefício* destinado unicamente às mães operárias (início do século XX).

Neste ponto, convém destacar que o atendimento à infância não ocorreu exclusivamente por iniciativa do setor industrial, mas também por iniciativas das entidades assistencialistas, contudo *não como um direito do trabalhador, mas como uma dívida dos filantropos*<sup>6</sup>.

Tal atendimento contava com a participação de mulheres da burguesia (também mães) que atuavam junto a intervenção masculina, auxiliando-os na difusão junto as mães trabalhadoras dos comportamentos e funções maternas vistos como adequados. Enfim, historicamente a família é a instituição apontada como responsável pela conduta infantil, portanto passível de ser privada do *pátrio poder* quando considerada como má influência à criança.

Os Patronatos de Menores<sup>7</sup> tinham entre seus objetivos a criação de creches e jardins-de-infância (entre outras formas de atendimento) voltados à infância moralmente abandonada, além de “*abrigar as criancinhas cujas mães buscavam trabalho fora do lar*” (KUHLMANN, op.cit.:23), prevenindo-as da criminalidade através das instituições de Educação Infantil.

Destaco também que, em 1940 criou-se o Departamento Nacional da Criança (DNCr); o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941; e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942. Ainda nesta década, mas especificamente, em 1943 que se dá

---

<sup>5</sup> Vinelli, médico dos expostos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, aponta por meio do Jornal “A creche – Asilo para a primeira infância” que a busca por essa instituição ocorre entre as donas de casa preocupadas com a educação dos filhos de suas escravas, já que nesse período (fim do século XIX), era promulgada a Lei do Ventre Livre (KUHLMANN, op. cit.).

<sup>6</sup> O atendimento assistencial às mães desamparadas através de asilos e creches para seus filhos era realizado paralelamente ao ensinamento de um ofício a tais mães, por meio de oficinas. Tal proposta de atendimento foi iniciada em 1901, pela iniciativa da espírita Anália Franco, em São Paulo, cuja ação espalhou-se por todo o Estado.

<sup>7</sup> O Patronato de Menores se originou em 1906 no Distrito Federal (RJ), em decorrência da concepção jurídico-policial. Contou, ao longo de seu funcionamento, com a contribuição de religiosos no desenvolvimento de suas ações.

a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as quais determinam que as empresas com mais de 30 mulheres trabalhadoras deviam ter um lugar para a guarda das suas crianças durante o período de amamentação.

Quanto às instituições de Educação infantil, cabe lembrar a distinção feita por KISHIMOTO (1988) entre asilos e creches dos jardins-de-infância<sup>8</sup>, apontando apenas estes últimos como portadores de um caráter educacional. KUHLMANN (op. cit.) reage a essa posição, questionando se o assistencialismo também não representaria uma proposta educacional, ressaltando que tal proposta estaria voltada à formação das classes populares, ou seja, estaria oferecendo uma educação para a submissão, mais moral do que intelectual.

É dentro de um contexto de mudanças sociais que as diferenças entre os gêneros transformaram-se e permitiram a maior participação feminina no mercado de trabalho, fazendo com que a educação da criança deixasse paulatinamente de ser encargo restrito da esfera familiar e passasse a compor cada vez mais o campo das Políticas Públicas.

Atualmente a creche, que antes era considerada apenas como uma instituição de guarda para o filho da mãe trabalhadora, é vista como mais do que uma conquista, mas como um direito social à assistência. O educar e cuidar da criança fora de casa configura-se como uma opção da família, tornando as instituições de Educação Infantil complementares à mesma.

Se em suas origens as instituições de educação infantil estavam mais próximas à mãe do que de seus filhos, o direito da criança de atendimento em creches passou a ser garantido a partir de 1988, com a promulgação da Constituição brasileira, não restringindo o direito à assistência unicamente à mulher.

KRAMER (1989) enfatiza que é indiscutível a importância de se conquistar esse serviço para as crianças de 0 a 6 anos, como também é inegável o avanço político dessa luta que passa a considerar o direito dos filhos de homens e mulheres, evitando a restrição da vaga na instituição de educação infantil a condição empregatícia da mulher, defendendo o papel educativo do atendimento às crianças de 0 a 6 anos e não apenas o seu papel de guarda. (p. 52)

---

<sup>8</sup> Segundo KISHIMOTO, as salas de asilo e as creches eram destinadas aos pobres (filhos dos operários), sem uma proposta educacional, apenas assistencial. Já os Jardins-de-infância, destinados à elite, eram equipamentos coletivos de educação e cuidado das crianças, portanto, com caráter educacional e com amparo Pedagógico.

*A década de 80 foi marcada, por grandes mobilizações em torno da criança e do adolescente com significativa participação de amplos setores da sociedade civil organizada e também com a presença de representantes de órgãos públicos e o apoio da UNICEF.*

*A Constituição de 1988 é um marco desta mudança de doutrina no modo de enxergar a criança, seguido do Estatuto da criança e do adolescente, lançando os princípios de implementação de novas políticas para a infância.(CRAIDY, 1994:21-22).*

Não é apenas a inserção da mulher no mercado de trabalho que explica a busca por creches e pré-escolas, mas também uma movimentação em torno da infância, revelando a preocupação quanto as suas necessidades educativas e de socialização, portanto, vendo-a sob uma nova ótica – portadora de especificidade.

Ainda que o objetivo explícito da creche fosse atender os filhos da mulher trabalhadora, HADDAD (2002) ressalta que

*... o surgimento da creche também acompanhou o movimento de responsabilização da mulher pelos cuidados apropriados ao marido e filhos, à creche cabia não somente guardar a criança, mas, sobretudo, aconselhar as mães sobre o cuidado para com os filhos. (p.25).*

Nesse contexto, a creche não legitimava a condição da mulher trabalhadora, sobressaindo-se àquela ideologia da família, através da qual eram transmitidos valores que indicavam o cuidado materno como sendo o melhor para a criança e o cuidado no coletivo como sendo um *substituto materno* inadequado.

Como destaca KUHLMANN (op.cit),

*A creche não era defendida tranquilamente por todos, pois trazia à tona conflitos como a defesa do papel materno, tanto no aspecto médico (amamentação), quanto no aspecto jurídico (abandono dos menores) (p.20).*

Até mesmo o jardim-de-infância<sup>9</sup>, que atendia a elite brasileira e ao que se atribuía um caráter educativo, teve sua função questionada:

---

<sup>9</sup> O primeiro jardim-de-infância no Brasil foi fundado em 1875. (KISHIMOTO, 1988)

*(...) o jardim-de-infância é, uma instituição sem utilidade para o Brasil, onde a mulher só tinha a função de cuidar dos filhos, sendo assim, objeto de luxo para um país onde a mulher só concorria como fator de produção de seus filhos e não de renda. (In: KISHIMOTO, 1988: 58. **Negrito** do autor).*

Reforça-se dessa forma a tese que aponta o surgimento das instituições de educação e cuidado da criança como dependentes da condição da mulher enquanto mãe-trabalhadora. ROSEMBERG (1984) também realizou estudos buscando resgatar o histórico da creche, os quais detectaram que as redes públicas de creches originaram-se de motivações exteriores às necessidades das crianças de 0 a 6 anos, constituindo-se como as reais motivações para o seu surgimento as políticas de incentivo ao trabalho materno.

Principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial, a educação e cuidado da criança pequena passam a ocorrer também fora de casa, ou seja, em equipamentos coletivos como creches, escolas maternais ou jardins-de-infância. Essa mudança no padrão de criação das crianças pequenas é decorrente, além das transformações ocorridas no mundo produtivo e das modificações nas relações de gênero, também das mudanças na concepção de criança pequena.

Nessa ótica é que se dá o desprendimento da responsabilidade familiar para com a educação e cuidado da criança, deixando de ser encargo exclusivo da esfera privada e passando a se constituir dentro do capítulo das Políticas Públicas, ou seja, a família e o Estado passam a dividir a responsabilidade quanto ao seu bem-estar infantil, desempenhando ações complementares (ROSEMBERG, 1995).

Somente a partir da segunda metade da década de 1970 e em decorrência da participação do movimento de mulheres é que ocorre no Brasil a expansão das creches. De acordo com MERISSE (1997), no que diz respeito especificamente ao atendimento à criança pequena, surge em São Paulo o Movimento de Luta por Creches, resultado das necessidades da mulher das camadas populares, que passa a ser cada vez mais exigida no trabalho fora do lar. Tal movimento também é fruto da ação de grupos de mulheres pertencentes às camadas médias da sociedade, com orientações feministas.

*O movimento feminista colocava em destaque a questão dos cuidados e responsabilidades para com a infância, exigia modificações nos papéis sociais tradicionais do homem e da mulher, bem como na dinâmica das relações familiares. O movimento de*

*Luta por Creches, sob influência do feminismo, apresentava suas reivindicações aos poderes públicos no contexto de uma luta por direitos sociais e de cidadania, modificando e acrescentando significados à creche, enquanto instituição. Esta começa a aparecer como um equipamento especializado para atender e educar a criança pequena que deveria ser compreendido como uma alternativa que poderia ser organizada de forma a ser apropriada e saudável para a criança, desejável à mulher e à família.*

*A creche irá, então aparecer como um serviço que é um direito da criança e da mulher, que oferece a possibilidade de opção por um atendimento complementar ao oferecido pela família, necessário e também desejável (MERISSE, 1997: 48).*

Na cidade de São Paulo, o Movimento de Luta por Creches, nos anos 1970, desenvolveu forte pressão sobre o poder municipal para a instalação desses equipamentos. Conseguiu, na virada da década, uma grande ampliação da rede de creches, principalmente na periferia da cidade (op.cit.). O movimento de luta por creches cresceu e se desenvolveu durante os anos de 1970, zelando pela qualidade do equipamento, entretanto a participação dos grupos feministas foi dissolvendo-se pouco a pouco, sendo priorizados outros temas nas discussões feministas, como o aborto, a violência, a saúde, a discriminação e o planejamento familiar. (ROSEMBERG, 1989: 99.).

Em São Paulo, a base de sustentação do Movimento de Luta por creches eram as *mulheres de operários*, que pretendiam conseguir um local para deixarem seus filhos e assim poderem trabalhar, tendo em vista o aumento da renda familiar. Como as vagas nas empresas eram limitadas e específicas, as operárias e/ou esposas dos operários buscavam outra saída a esse problema – lutar junto a Prefeitura pela expansão da rede de creches (ROSEMBERG, op. cit.).

### **1.3- CRECHE: Direito e Política Social**

*Ainda que nem toda política social deva ser estatal, é impossível não reconhecer a presença marcante do Estado, supondo que o mesmo seja seu agente principal (DEMO, 1996: 43).*

Os conceitos: Estado, sociedade, cidadania (direitos, equidade, justiça) e educação, articulam-se entre si e tais articulações sofrem variações conforme o contexto histórico que analisamos.

Abordada sob sua dimensão legal, a cidadania nos remete aos indivíduos enquanto detentores de direitos. Sob essa ótica, é a efetivação dos direitos que configura a cidadania. Dentro dessa perspectiva, Marshall, sociólogo inglês, coloca a cidadania como uma construção histórica da qual decorre a dimensão civil, política e social. Neste contexto, o século XVIII foi o cenário onde se deram as condições necessárias para a consolidação da cidadania civil, expressa pelo reconhecimento do direito a liberdade de expressão; o século XIX, por outro lado, ficou marcado pela conquista do direito à participação, remetendo o indivíduo à cidadania política, enquanto o século XX foi o período que marcou a expansão da cidadania na esfera social, mediante a conquista dos direitos sociais, econômicos (direito a saúde, a educação, ao trabalho, etc), portanto, a cidadania social.

Segundo esse panorama histórico, a consolidação dos direitos que definem a cidadania se deu entre o período da Revolução Francesa no século XVIII e a configuração do Estado de Bem-Estar no século XX.

Ser cidadão, de acordo com essa linha de pensamento, significa ser apenas portador de direitos, não fazendo menção às responsabilidades, deveres e ações que o indivíduo deve conquistar, realizar, desenvolver.

Para GENTILI (2001) considerar a cidadania apenas como posse de direitos é limitá-la. Devemos vinculá-la ao reconhecimento de responsabilidades, excedendo assim a esfera dos direitos legalmente reconhecidos e envolvendo-a a ação social. A partir dessa configuração, a cidadania passa a ser vista dialeticamente como uma construção social, um exercício político fundado em valores como liberdade, igualdade, respeito à diferença, à identidade, a tolerância e a desobediência a poderes totalitários.

Dentro desta ótica, *“os valores e atitudes que definem a cidadania são resultado de uma ação social em movimento constante, na qual consensos e dissensos se sobrepõem...”* (GENTILI, op.cit: 73).

TELLES (1994) assim como GENTILI discutem *“as possibilidades, os impasses e dilemas da construção da cidadania, tendo como foco a dinâmica da sociedade”* (p. 90). Reconhecem os direitos como garantias inscritas na lei e instituições, mas problematizam

que os mesmos ampliam-se para o modo como as relações sociais se estruturam, funcionando como reguladores das práticas sociais, através de regras de reciprocidade, esperadas na vida em sociedade.

Neste contexto, a constituição de espaços públicos democráticos, ou seja, abertos a articulação de opiniões, a negociação, ao conflito e as diferenças, pode ser o caminho para o exercício da equidade e da justiça (conceitos intrínsecos a questão dos direitos). Neste ponto, TELLES (op. cit.) avança destacando a importância das lutas e movimentos sociais enquanto instrumentos de construção e consolidação de tais espaços públicos. Relembro nesse momento a importância dos movimentos sociais no processo conquista ao direito a creche, representado principalmente pelo movimento feminista durante os anos de 1960 e 1970.

Hoje nos encontramos numa tal conjuntura social, política e econômica, reflexo de uma reforma de Estado<sup>10</sup> segundo parâmetros neoliberais, que os indivíduos portadores de direitos cada vez mais são delegados a própria sorte dentro de uma sociedade desigual, num verdadeiro contexto de “apartheid social”.

ANDERSON (1995) afirma que faz parte do neoliberalismo o princípio da privatização, do Estado mínimo no sentido das responsabilidades sociais, sendo as responsabilidades transferidas do Estado para o indivíduo – para a sociedade civil, voltando o destaque para o privado, para o voluntariado e para a filantropia. Tende-se para a flexibilização dos direitos trabalhistas (para os que ainda estão no núcleo econômico) e transfiguram-se os direitos em benefícios, os quais são distribuídos conforme as competências individuais. Trata-se de um movimento contrário ao abordado por Vera Telles, pois nesta conjuntura ocorre a desmobilização e a perda dos espaços públicos enquanto um direito social.

Neste contexto estabelece-se uma nova relação entre Estado e sociedade. A participação social é incentivada como um dos eixos dessa reforma do Estado, fazendo-se

---

<sup>10</sup> Essa reforma do Estado não surge como uma livre iniciativa governamental, mas sim obedece as orientações/diretrizes presente nas agendas das reformas dos Organismos Internacionais (como: BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, UNESCO - Organização Mundial Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas e UNICEF -Fundo das Nações Unidas para a Infância) (Fonseca, 1996), se agravando em relação aos países considerados "em desenvolvimento"– como é o caso do Brasil.

ironicamente necessária a Educação<sup>11</sup>, pois é por meio dela que se educa a sociedade civil a atuar como parceira do Estado. Trabalha-se ideologicamente, passando a idéia de que a participação da sociedade por meio do voluntariado é o caminho para o exercício da cidadania. Justiça social e igualdade apresentam-se sem função crítica nesta realidade, despolitizada no campo social.

Neste ponto destaco TELLES (op.cit.), pois ela nos indica que é através da organização dos movimentos sociais que encontraremos o caminho para a politização da sociedade rumo a consolidação do direito de cidadania.

As políticas sociais e educacionais não são apenas instrumentos de legitimação da ação do Estado, mas são também estratégias de consolidação e de expansão dos direitos sociais, econômicos e culturais, que repercutem em melhores condições de vida daqueles mais vulneráveis à exploração capitalista.

A sociedade civil organizada por meio de sindicatos, associações de bairros, entre outros, pode se constituir em espaço de interlocução e representação em busca da garantia de seus direitos e buscando a interface entre o Estado e a sociedade. Assim as lutas populares, os movimentos organizados, os fóruns, fariam parte dessa nova contratualidade, construída a partir da arbitragem dos conflitos e em busca de sua inclusão durante a gestão da coisa pública.

*uma sociedade na qual as relações sociais são mediadas pelo reconhecimento de direitos e representações de interesses, de tal forma que se torne factível a construção de espaços públicos que confirmem legitimidade aos conflitos e nos quais a medida de equidade e a regra de justiça venham a ser alvo do debate e de uma permanente negociação (TELLES, op.cit: 101).*

A política social, do ponto de vista do Estado, pode ser contextualizada como uma proposta de enfrentamento das desigualdades sociais, sendo considerada como uma ação planejada de intervenção no processo histórico, não o deixando acontecer espontaneamente. (DEMO, 1996: 17)

Não se trata de voluntariado ou de ajuda; política social é um processo social através do qual o necessitado toma consciência política de sua necessidade, tendo o direito

---

<sup>11</sup> A política educacional sofre as influências da reforma do Estado, tendo que se ajustar à mesma e se adequar às orientações dos organismos internacionais, que por sua vez estabelecem as diretrizes a serem alcançadas

constitucional à assistência. Essa forma de política pode ser emancipatória, na medida em que se funda na cidadania organizada dos interessados, envolvendo *os sujeitos como co-participantes e co-decisores e não objetos manipuláveis*. (op.cit: 26) Ao falarmos em política social, falamos em responsabilidades do Estado, pois as questões dos direitos e da cidadania são tópicos pertinentes ao cenário público, distinguindo-os da benemerência e da figura do usuário de serviços.

Entretanto, é a cidadania organizada que delega ao Estado a função de sedimentar os canais de participação, dentre os quais está a Educação. As reivindicações feitas pela cidadania organizada envolvem desde políticas educacionais, políticas sindicais em defesa aos direitos do trabalhador, ampliando-se até as políticas de conquista de direitos: direitos da mulher, do idoso, da criança, etc.

Não podemos negar que hoje, o debate ideológico e o nível de organização dos movimentos sociais avançaram muito, principalmente no que tange à concepção de atendimento educacional à criança pequena, superando a concepção exclusivamente assistencialista. Entre os fatores que desencadearam essa mudança encontram-se principalmente a participação do movimento feminista em prol da creche, e a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, a primeira constituição a se referir à educação infantil enquanto um direito da criança.

O histórico de constituição da creche no Brasil revela a importância dos movimentos sociais rumo a consolidação desse direito social que ela representa. As creches surgem ligadas ao papel da mulher na sociedade, inicialmente pautadas nas reivindicações em prol da criação de locais de abrigo aos filhos das trabalhadoras e somente no final do século XX passam a ser consideradas como um direito da criança a esse espaço de educação e cuidado diferente de sua casa e passível a coletividade.

Ora, as creches tinham por objetivo abrigar filhos de mães que trabalhavam, principalmente das operárias, e até mesmo as próprias indústrias passaram a construir creches e escolas maternas para tal finalidade. Referia-se a creche como um local onde a criança pudesse estar em contato com uma diversidade de estímulos que compensassem sua carência cultural, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970.

---

também na Educação. Aí o impacto sobre: Currículo; Gestão; Formação de Professores; Sistema de Ensino; Avaliação, etc (FONSECA, op.cit)

*No Brasil o ciclo de expansão ocorreu a partir da segunda metade da década de 70. Para a sua emergência muito contribuiu a participação dos movimentos de mulheres (ROSEMBERG, 1989: 93).*

Tomando a cidade de São Paulo como base para discutir essa expansão, no início dos anos de 1970, segundo ROSEMBERG (op. cit.), o município tinha uma população de 750 mil crianças na faixa de 0 a 4 anos, e possuía apenas 3 creches mantidas direta e indiretamente pelo poder público (Prefeitura Municipal). Já em 1982, a cidade de São Paulo já contava com 120 creches instaladas. Esse dado indica que é a partir da segunda metade da década de 1970 que houve um aumento de creches mantidas pelo poder público, resultado de um processo reivindicatório cada vez mais organizado a favor da creche enquanto direito do trabalhador.

No entanto, somente na década de 1980, com a Constituição de 1988, houve o reconhecimento da creche como instituição educativa, "direito da criança, opção da família, e dever do Estado". Esse reconhecimento foi reforçado pela LDB/1996 (Lei de Diretrizes e Bases) que a considera como um espaço educativo, que contempla o desenvolvimento da criança nos aspectos cognitivo, emocional, afetivo, social e físico.

Enfim, vemos por meio desta breve contextualização histórica a trajetória de aparecimento e redefinição de papéis da creche, evidenciando a importância dos movimentos sociais como o Movimento de Luta por Creches e o Movimento Feminista, nesta luta social. *A creche aparece, então, como conquista não só da mãe ou da família, mas como conquista social, produto de um processo interativo da coletividade.*(SABBAG, 1997)

De acordo com DEMO (1996),

*Políticas participativas recolocam, ademais, a questão da democracia tornada também componente fundamental do bem-estar social. A característica principal dessa visão é de reconhecer que bem-estar não é dádiva, mas conquista (p.41).*

As políticas sociais implementadas no Estado Brasileiro revelam, segundo CAMPOS, ROSEMBERG e FERREIRA (2001), que, embora os recursos nelas investidos não sejam pequenos, ainda têm sido pouco significativos junto às populações que mais dependem dessas políticas para sua sobrevivência e bem-estar. (p. 11)

A Constituição Federal do Brasil de 1988 foi a primeira a ver a educação infantil como um direito da criança, não se restringindo ao âmbito do Direito da Família e apontando o dever do Estado em provê-la (Art. 208, inciso IV). Assim sendo, a nova Carta Magna refere-se ao direito da criança a educação, não se restringindo ao amparo a maternidade e a infância como fazia as constituições anteriores (op.cit:18); portanto, dá bases legais para a constituição de Políticas Sociais voltadas à infância.

#### **1.4- A Política de Educação Infantil no Brasil: *da compensação ao trabalho materno ao direito da criança***

A partir da promulgação da nossa Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos passa ser um direito garantido pelo lei, o que representa uma conquista política. Desde então, a Educação Infantil tem passado por reformulações no campo das políticas públicas.

Ao inserir a creche no capítulo da Educação na Constituição brasileira, explicitou-se a sua inserção no sistema educacional ao mesmo tempo em que, no capítulo dos Direitos Sociais, é reconhecida como um direito do trabalhador de assistência a seus filhos e também como um direito da criança.

Além do texto constitucional, outros documentos apresentam relevância, na medida em que neles verificamos a formalização da política educacional brasileira, na qual se insere a educação infantil, como: o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, a publicação do MEC "Política Nacional de Educação Infantil", em 1994, e em 1996 a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/ 96), que engloba a Educação Infantil enquanto parte da primeira etapa da Educação Básica.

No entanto, cabe destacar que ao mesmo tempo em que ocorre o reconhecimento da importância da Educação Infantil, ao englobá-la na Educação Básica, surge um problema: o que significa essa inserção da educação das crianças de tenra idade (0 a 6 anos) no Sistema de Ensino; onde está a especificidade da educação infantil?

Como nos alerta NASCIMENTO (op. cit.),

*(...) a inserção da educação infantil numa Lei que regulamenta a estrutura e o funcionamento dos sistemas de ensino (LDB), significa que ela se configura como componente de um sistema de ensino; e ainda, que o processo educativo que lhe é próprio ocorre em instituição regular, de caráter escolar (p.101).*

Nesse ponto, a autora destaca o conflito existente entre a legislação, de um lado, que determina que a creche seja parte do sistema escolar, e a política educacional, de outro, que por sua vez define esta instituição educativa como sem um caráter escolar, onde o binômio educar e cuidar são funções complementares e indissociáveis.

Convém ressaltar que a construção da política educacional brasileira delinea-se numa sociedade marcada por um período de reformas político-econômicas engendradas no processo de transição democrática, proporcionado pelo fim do governo militar.

Esta transição gerou reivindicações de participação social, refletidas em movimentos sociais organizados; gerou ainda modificações na estrutura familiar, ocasionadas pela aceleração e, principalmente, a generalização do processo de criação de subúrbios, já evidenciada desde os anos 1970. Dentro deste contexto de mudanças sociais, no qual questões ligadas à relação entre os gêneros foram sendo superadas e, portanto, com a maior participação feminina no mercado de trabalho, a criança deixa pouco a pouco de ser encargo restrito da esfera familiar.

A participação feminina no mercado de trabalho, os movimentos de liberação feminina nos anos de 1960 e 1970, as fissuras no modelo de díade mãe-filho na qual o homem é chamado para o exercício da paternidade, além das mudanças de concepções acerca da infância, impulsionam a expansão das políticas de creche como contextualiza ROSEMBERG (1995). Tais fatos viabilizaram os movimentos sociais e sindicais para a reivindicação de instituições de atendimento às crianças de 0 a 6 anos, tema que integrou a agenda da educação com certa relevância.

Autores que estudam a história da Educação Infantil como ROSEMBERG, CAMPOS, BONDIOLI, KULHMANN JR, entre outros, nos mostram que as redes públicas de creches se originaram em motivações exteriores às necessidades das crianças de 0 a 6 anos, estando as reais motivações ligadas às políticas de incentivo ao trabalho materno.

A proposta de creche voltou-se, até tempos recentes, àquela idéia de uma instituição voltada para a criança, filha das mães que trabalhassem fora, apresentando-se como uma

instituição com função compensatória a ausência familiar, portanto sem uma identidade própria. É neste contexto que surge o termo creche como substituta materna e sem um papel universal, já que se destina apenas a uma determinada clientela (ROSEMBERG, 1984; HADDAD, 1991).

Como confirma BONDIOLI (1998), a creche nasce em resposta às necessidades e aos direitos da mulher trabalhadora; no entanto, hoje a ótica pela qual vemos essa questão ampliou-se e o que ora era visto somente como um direito da mãe, passa agora a ser visto inclusive como um direito da criança.

*O final da década de 60 e o início de 70 corresponde em vários países a um novo ciclo de expansão das creches, inclusive com revisão de significado. Este novo ciclo tem sua origem em reivindicações e propostas de movimentos sociais urbanos, entre eles os movimentos feministas (ROSEMBERG, 1984: 92).*

No Brasil, a expansão das creches ocorreu a partir da segunda metade da década de 70 e em decorrência da participação do movimento de mulheres, como vimos. Contudo, cabe destacar que apesar da contribuição do movimento de mulheres em prol da creche, algumas orientações básicas nas políticas de creche neste contexto histórico não se alteraram como a sua vinculação aos programas de promoção social e ao trabalho materno (ROSEMBERG, op. cit.).

*Apesar das conquistas conseguidas, a mobilização das mulheres no período não foi o suficiente para romper o círculo da creche: ou seja, de ser uma instituição provisória, destinada apenas a algumas mães (idem: 101).*

Ainda na década de 70, mais precisamente em 1975, também acontece na Universidade de São Paulo um movimento de funcionários, alunos e professores em busca da creche no local de trabalho – um movimento envolvendo homens e mulheres dentro de uma empresa, em seu local de trabalho, marcando o início da luta no interior das universidades a favor das creches em seus *campi* (ROSEMBERG, op. cit.).

A implementação das creches no interior das universidades públicas estaduais paulistas (USP, UNICAMP e UNESP) foi se consolidando entre o final dos anos 70 e durante a década de 80, constituindo hoje uma realidade, cuja investigação se propôs essa pesquisa.

Como o estudo realizado por VIANA (op.cit.) nos mostra, o êxito de uma política depende muito do entrosamento entre os seus formuladores e seus implementadores e é com base nessa informação que nos questionamos sobre como ocorreram as relações entre os diferentes atores sociais que estavam envolvidos nesse processo político, que foi a luta pela creche no interior da Universidade.

NASCIMENTO (2001) destaca ainda que:

*A serviço de determinadas estratégias, os atores sociais – políticos, grupos de pressão, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos dentre outros – mobilizam recursos diferenciados, ao passo que as disponibilidades destes atores para concretizar as estratégias apresentam-se em ritmos diversos (p. 7).*

A autora aborda que essa falta de sincronia acontece devido ao fato de cada ator determinar os seus próprios objetivos e estruturar suas ações em função dos mesmos. Nesse sentido, “*a extensão do consenso sobre as metas e os objetivos é influenciada pela participação dos implementadores na fase de formulação, pois, dizem os autores, isso aumenta a clareza da política, reduz resistências etc.*” (VIANA, op.cit.: 17)

Por meio desta pesquisa, buscamos compreender quais eram as metas e os objetivos do programa de creche implantado na universidade, para os diferentes atores desse processo: seus requisitantes, os formuladores do programa e seus implementadores.

Partindo dos referenciais de Políticas Públicas, analisamos o processo de implementação das creches no interior das universidades públicas estaduais paulistas: USP, UNICAMP e UNESP, situando-as no cenário histórico-político de seu período de consolidação, buscando responder a problemática dessa pesquisa: quando, porque e como a ausência de atendimento aos filhos dos funcionários universitários se constituiu enquanto um problema a ser respondido pelas universidades através do programa de creche?

A hipótese inicial desta pesquisa, acerca do surgimento das creches no interior das universidades focadas, pautou-se na necessidade de responderem as determinações da CLT – Lei Trabalhista, que por sua vez estabelece que todo estabelecimento, com mais de 30 funcionárias, deverá oferecer, obrigatoriamente, o atendimento aos filhos das mesmas durante o período de amamentação. Sob esse foco, a creche na universidade surge em resposta apenas ao trabalho materno.

Entre os trabalhos apresentados à ANPEd, cujo foco é a discussão sobre: *Educação infantil – responsabilidade de quem?*, destacamos as contribuições de alguns pesquisadores como HADDAD, KISHIMOTO, KUHLMANN JR., ROSEMBERG, entre outros.

HADDAD (1999) aponta que,

*Não apenas no Brasil, mas no mundo todo, as políticas para a infância deparam-se com tensões envolvendo a relação família-Estado frente à responsabilidade perante a criança pequena, a conciliação entre trabalho dos pais e responsabilidade familiar e o enfoque sobre desenvolvimento infantil e ensino-aprendizagem. São tensões decorrentes de profundas transformações sociais, demográficas, políticas e econômicas, que se refletem na composição da força de trabalho, na estrutura familiar, na concepção de infância e no reconhecimento de seus direitos. Responder a elas requer um novo olhar para as necessidades das crianças e de suas famílias e uma revisão das formas tradicionais de atendimento oferecidas (p.2).*

Na França, as creches parentais constituíram-se como forma de atendimento pensada pelos genitores, em resposta a tensão existente entre Família-Estado quanto ao atendimento educacional à criança pequena. Essas creches também eram denominadas *creches selvagens*<sup>12</sup>, atribuindo-se uma carga semântica ao termo buscando definir: *"quem estabelece-se fora das normas e escapa às regras"*.

Foi em 1968, em Sorbona, que se criou o primeiro infantário selvagem. A ação partiu de uma geração de jovens pais que não queriam reproduzir o sistema de valores da sociedade vigente e assim propôs a construção de uma creche alternativa. Durante os anos 1970, esse movimento se estendeu para além do quadro universitário, chamando a atenção de outros países europeus.

Conforme focaliza NASCIMENTO (2001) em sua pesquisa de doutorado intitulada *"Do adulto em miniatura à criança como sujeito de direitos: a construção de políticas de educação para a criança de tenra idade na França"*,

---

<sup>12</sup> Visita ao site: [www.univ-artois.fr/francais/rech/centres/pages/cv/auf/dlf/sauvage.htm](http://www.univ-artois.fr/francais/rech/centres/pages/cv/auf/dlf/sauvage.htm). Acesso em 1 de novembro de 2004.

*Os estabelecimentos de acolhida coletiva com gestão de pais são geralmente chamados de creches parentais. A primeira vez que a terminologia apareceu em textos legais é, em 1901, em lei que diz respeito a associações. A modalidade ganha corpo a partir de experiências das creches selvagens durante as barricadas de maio de 1968. Hoje, são identificadas pelo fato de que a gestão é feita pelos pais das crianças, os quais se responsabilizam por parcela do cotidiano do estabelecimento. Assim, uma vez por semana, ou de quinze em quinze dias, cada pai está presente, pelo menos em meio período, contribuindo com os profissionais habituais. Mas, isto não significa que seja um espaço que não se submete a lei. Estas estruturas acolhem no máximo 20 crianças (NASCIMENTO, 2001: 371).*

No Brasil, o atendimento à infância em equipamento de educação e cuidado fora do contexto familiar inicia-se no final do século XIX, marcado inicialmente por distinções de classe social: creche, salas de asilo e classes maternas – para os pobres e jardins-de-infância para as crianças ricas (KISHIMOTO, 1988), conforme já discutido.

Já no século XX, o educar e cuidar da criança extra-casa é uma opção da família sendo as instituições de Educação Infantil complementares a mesma. A criança sai do controle familiar e ao mesmo tempo continua sob seu controle: a família é quem deve zelar pelo seu filho e as instituições que as acolhem não são responsáveis pelo seu educar e cuidar por inteiro (ROSEMBERG, 1995).

KUHLMANN critica a linearidade que permeia as informações históricas sobre as instituições de atendimento infantil no Brasil e no mundo, associando-as administrativamente ora a assistência e ora a educação, com ausência ou presença de objetivos educacionais. Essa dicotomia entre assistência e educação é equivocada e neste sentido o autor questiona se *a assistência também não seria uma proposta educativa*.

Na perspectiva que insere o atendimento as crianças de 0 a 6 anos com ações integradas de cuidado e educação, temos uma concepção de Educação infantil que preza o bem-estar das crianças, oferecendo-lhes possibilidades de convívio com outras crianças e adultos (socialização), possibilitando também a seus pais combinar atividades fora de casa, que não podem ser relegados a um segundo plano nem tampouco tratadas pelo prisma das teorias psicológicas, através da qual a separação da família era considerada tradicionalmente como o mentor de traumas e distorções comportamentais na criança.

Além disso, a Constituição de 1988 também afirma o direito à educação em creches e pré-escolas a todos os filhos de trabalhadores (homens e mulheres) urbanos e rurais (Art. 7º, inciso XXV) como um direito à assistência.

Atentar para as necessidades das famílias e não apenas da criança não é sinônimo de prática assistencialista. É compreender que

*a qualidade de vida da criança não pode ser vista de forma isolada de seu contexto social, por estar profundamente conectada a outras esferas da sua existência, particularmente com a qualidade de vida de seus pais ou de seus responsáveis e o grau de satisfação deles em relação aos vários papéis que desempenham enquanto mulheres, homens, mães, pais, trabalhadores, cidadãos etc. Da mesma forma, as políticas públicas de atendimento à infância não podem ser analisadas isoladamente de outras políticas que afetam direta ou indiretamente à família e que têm por objetivo possibilitar aos indivíduos serem e sentirem-se bons e satisfeitos enquanto pais, trabalhadores, cidadãos e, enfim, seres humanos dignos (HADDAD, 1997, p. 310).*

A autora ainda pontua em seus trabalhos as experiências de educação infantil nos países nórdicos, enfatizando que nesses países a responsabilidade é compartilhada entre a família e o poder público nos assuntos pertinentes à infância. Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia, segundo HADDAD (1999), apresentam programas destinados ao atendimento infantil integrados em uma política social abrangente, com dupla função: social e educacional.

Nesses países, pode-se dizer que a histórica diferença entre creches e pré-escolas está extinta, o que se deve, entre outros determinantes, à atenção especial atribuída à questão da igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres e à política explícita de defesa dos direitos humanos, em especial o direito à infância. (idem: 5)

Retomamos aqui que a referência histórica da creche está arraigada mundialmente ao trabalho extra-domiciliar da mulher, portanto, sua origem na sociedade é marcada pelo trinômio *mulher-trabalho-criança*, e até os dias de hoje tem-se esse trinômio como determinante pela demanda e organização administrativa dos serviços de creche (DIDONET, 2001).

A consolidação e expansão da creche, como instituição de cuidado da criança está também associada, como apontamos anteriormente, às transformações sociais, como as

mudanças nos modelos familiares e as transformações no mundo do trabalho. Os pais necessitavam sair para trabalhar e não tinham onde deixar seus filhos e nem podiam se ocupar totalmente da criança pequena.

É através de indicadores históricos, sociais e econômicos que podemos entender as raízes do modelo tradicional de atendimento a criança de 0 a 6 anos, no qual se inserem uma dicotomia social quanto ao atendimento institucional (creche, asilo, escola maternal para os pobres/ jardim de infância, pré-escola para os ricos).

Essa contextualização histórica é realizada por KISHIMOTO (1988), quando nos relata que os jardins de infância no Brasil possuíam um caráter elitista, que tornava-os diferentes das creches, escolas maternais e salas de asilo, destinadas à classe operária.

É longa a trajetória da creche, desde uma concepção que a via com um *mal necessário* até a que a vê com um espaço de educação integral da criança, como um espaço de socialização.

Como destaca DIDONET (op. cit.),

*Com o princípio constitucional do direito à educação desde o nascimento (art. 208) e a concepção da educação infantil como primeira etapa da educação básica (LDB/96, Art. 29), estamos no caminho da construção da nova creche, não mais distinta das instituições da área educacional, nem diferente em objetivos, conteúdos e procedimentos na atenção à criança (p.13).*

Concluindo, a Educação Infantil é um espaço onde as políticas públicas de atenção à infância podem atuar de maneira eficiente, atendendo não só a criança, como também a sua família, orientando-a e auxiliando-a na educação e cuidado de seus filhos; aí reside a sua função de complementaridade à família.

Como aborda DIDONET (op. cit), a creche trata-se de *uma instituição velha e nova ao mesmo tempo* e cuja trajetória é marcada por erros e acertos, contudo, uma coisa está clara: a Creche é uma instituição de educação e cuidado da criança pequena, funções estas realizadas simultaneamente e indissociavelmente.

### 1.5- Creche, trabalho e legislação brasileira

De acordo com o artigo 389, parágrafo 1º da CLT (1943), fica estabelecida a obrigatoriedade, na empresa onde trabalhem pelo menos 30 mulheres, (com mais de dezesseis anos de idade), de local apropriado em que seja permitido às empregadas guardar seus filhos durante o período de amamentação (6 meses). (CAMPOS, 1999:120)

*Toda empresa, nos estabelecimentos em que trabalharemos pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade é obrigada a ter local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação (CLT: 1943, Artigo 389, § 1º).*

Contudo, devido a uma mudança introduzida na legislação trabalhista em 1967, houve uma flexibilização, havendo a supressão da obrigatoriedade, na medida que possibilita o estabelecimento de convênios com outras entidades para o atendimento dos filhos de seus empregados, ou mesmo através do atendimento feito em creches distritais<sup>13</sup>, o que muitas vezes acaba não atendendo as necessidades da mãe trabalhadora.

Dessa forma, a exigência de creche no local de trabalho, conforme estabelecia o Artigo 389 da CLT de 1943, pôde a partir de então ser suprida por meio de creches distritais mantidas, *diretamente ou mediante convênios com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário ou a cargo do SESI, da LBA ou de entidades sindicais.* (Disponível em: <http://www.sindicatocivilvr.com.br/acordocivil2002.htm>. Acesso em 17 de março de 2003).

---

<sup>13</sup> SUBSTITUIÇÃO ALTERNATIVA: A exigência pode ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais. As entidades citadas deverão obedecer às seguintes condições: a creche distrital deverá estar situada, de preferência, nas proximidades da residência das empregadas ou dos estabelecimentos ou em vilas operárias; nos casos de inexistência das creches distritais, cabe à autoridade regional competente a faculdade de exigir que os estabelecimentos celebrem convênios com outras creches, desde que os estabelecimentos ou as instituições forneçam transporte, sem ônus para as empregadas; deverá constar das cláusulas do convênio: a) o número de berços que a creche mantiver à disposição de cada estabelecimento, obedecendo a proporção estipulada; b) a comprovação de que a creche foi aprovada pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil ou pelos órgãos estaduais competentes, a quem cabe orientar e fiscalizar as condições materiais de instalação e funcionamento, bem como a habilitação do pessoal que nela trabalha. Os estabelecimentos regidos pela CLT, que possuam creche, poderão efetuar contrato com outros estabelecimentos desde que preencham os requisitos exigidos. Disponível em <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/clientes/creches.htm>. Acesso em 17 de março de 2003.

No Estado de São Paulo, houve uma emenda da Constituição Estadual vigente, que obriga as repartições e órgãos estaduais a instalar creches nos locais de trabalho para os filhos de seus funcionários que tenham de 0 a 6 anos de idade, através da implementação do Programas CCI – Centro de Convivência Infantil, criado a partir de 1982, o qual será enfocado a seguir.

No âmbito federal a regulamentação foi realizada via o Decreto nº 93.408/ 86, que instituiu a necessidade de creches e demais serviços de assistência pré-escolar para os filhos de seus servidores ligados a administração federal direta e indireta e sobre as fundações sob supervisão ministerial.(op. cit: 23)

Ao nível nacional, a partir da promulgação da Constituição Nacional de 1988, estabeleceu-se entre os direitos adquiridos pelos trabalhadores a extensão da licença-gestante para 120 dias, a licença-paternidade e a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas.(Art. 7º, incisos XVIII, XIX e XXV).

Ainda que nossa Constituição Brasileira de 1988 avance em relação às cartas anteriores ampliando os direitos das crianças de 0 a 6 anos, traz consigo a necessidade de legislações complementares, que preencham suas lacunas e auxiliem na formulação de políticas sociais que expandam o atendimento em creches e pré-escolas, pautando-se nos direitos constitucionais adquiridos pelas crianças de tenra idade.

Portanto, cabe lembrar que juntamente ao dever do Estado em prover os direitos sociais das crianças, os empregadores dividem essa responsabilidade com o Estado, como determina a legislação trabalhista, e nesse sentido os movimentos sociais são imprescindíveis, pois mobilizam os interessados a buscarem a concretização de seus direitos, já adquiridos.

Qual a importância da creche para o trabalhador? Essa é a primeira questão que nos vem à mente quando refletimos sobre a origem das creches no interior das universidades envolvidas nesta pesquisa.

Pensar a implantação dessas creches no interior de uma empresa pública, que é a Universidade, significa resgatar manifestações trabalhistas pautadas na CLT, lei trabalhista aprovada após o Movimento de 1930, período de amplas mudanças políticas, econômicas e sociais.

A creche no local de trabalho possibilita a conciliação entre o horário de trabalho e o horário de funcionamento da creche, o que não é possível de modo geral quando tratamos de creches públicas, conveniadas ou particulares. É dentro desse quadro que as creches no interior das universidades nasceram, visando atender a essa necessidade dos trabalhadores (ou especificamente das trabalhadoras), ainda que inicialmente focalizassem apenas as salas de amamentação, como determina o texto da CLT/1943. Nas universidades as salas de berçários que visavam atender e dar assistência ao período de amamentação (até os 6 meses), ampliaram o atendimento a infância, atendendo muitas vezes crianças até a pré-escola, ou seja, os seis anos de idade, como mostraremos no próximo capítulo.

A proximidade com o local de atendimento da criança e o local de serviço, possibilita às mães que desejam amamentar que realizem essa atividade, como lhes é garantida em lei, permitido maior proximidade entre mãe e criança, facilitando o relacionamento afetivo de ambas. Essa proximidade também transmite maior segurança aos pais, que em caso de emergência são facilmente localizados, podendo agir em parceria com a equipe da creche durante o atendimento da criança.

A inserção da creche no local de trabalho traz benefícios não só aos empregados, mas também ao empregador, pois diminui o número de faltas de seus funcionários, e aumenta a produtividade, ao garantir aos progenitores maior tranquilidade quanto aos cuidados recebidos por seus filhos. O envolvimento da empresa nos assuntos comunitários também é visto por todos como um ponto positivo, na medida que propicia assistência aos seus funcionários e seus filhos.

Quando as empresas realizam convênios com outras creches, acabam por responder a uma necessidade legal, mas não a necessidade da mãe trabalhadora. Muitas vezes as vagas disponíveis em creches conveniadas nem são utilizadas pelos empregados devido a múltiplos fatores como: distância em relação ao local de trabalho, dificuldades de transporte, incompatibilidade em relação ao horário de trabalho (muitas vezes organizados em turnos), ou até mesmo pelo desconhecimento da existência do convênio. Conclui-se nesse ponto que, nem sempre a CLT responde as necessidades da mãe trabalhadora, portanto, necessita ser melhor analisada em prol do trabalhador – sem diferenciação de gênero.

De acordo com CAMPOS, ROSEMBERG e FERREIRA (2001),

*Todas as avaliações efetuadas, principalmente a partir dos anos 70, quando se iniciaram as mobilizações das mulheres em torno de seus direitos apontam para o não cumprimento da CLT e das Portarias subseqüentes pelas empresas brasileiras, dada a ineficiência de fiscalização e o baixo montante de multa prevista (p. 63).*

Na década de 1970, os movimentos sociais começam a ganhar visibilidade, e junto à luta por participação política outras questões são reivindicadas. Junto aos manifestantes estão fortemente os grupos feministas lutando pela revisão do papel da mulher na família e sociedade e responsabilizando a sociedade pela educação das novas gerações.

Nesse momento a luta por creches influencia o movimento sindical e a Creche passa a ser pauta das negociações em prol da mulher trabalhadora (ROSEMBERG, 1989, apud CAMPOS, 1999).

NASCIMENTO (2001) nos relata que na França as creches de empresa *têm como prioridade o atendimento dos filhos dos trabalhadores do sexo feminino embora, no limite das vagas disponíveis, possam atender filhos de trabalhadores homens. Mas, tal como nas creches do bairro, a seleção em função da disponibilidade de vaga é inevitável.*

Além disso, essas creches *“têm como peculiaridade de serem implantadas e geridas pelo empregador”* (op.cit: 381).

Mas destaca-se que essas creches, ainda que historicamente sejam reivindicadas pelo movimento social francês, não são vistas como as mais adequadas para as crianças. O ideal seria que elas pudessem freqüentar creches mais próximas a suas casas, o que nem sempre é possível.

Enfim, não menosprezamos a importância dessas discussões, entretanto não podemos deixar de enfatizar a responsabilidade social das empresas quanto ao atendimento (sócio-educativo) aos filhos de seus funcionários, lembrando que é nesse contexto que se enquadram as universidades focos dessa pesquisa, portanto, também responsáveis por esse atendimento.

É nesse período (década de 1970) que a luta por creches no interior das universidades USP, UNICAMP, UNESP ganha efervescência e iniciam-se as negociações trabalhistas pelo atendimento dos filhos dos trabalhadores no local de trabalho de seus pais.

A seguir, estaremos tratando das especificidades do Programa denominado CCI's, focando dados que vão desde a sua origem até sua forma de estruturação, buscando compreender essa forma de atendimento à infância dentro das repartições de empresas públicas estaduais (SP) e conseqüentemente emergindo para as especificidades do nosso objeto de estudo – as creches das universidades públicas paulistas.

### **1.6- O Programa de Centros de Convivência Infantil – CCI's**

Em 1979, o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo de São Paulo (FASPG) propõe a criação de uma rede de CCI's – Centro de Convivência Infantil, para filhos de funcionárias públicas, na faixa etária de 3 meses a 6 anos e 11 meses em todas as Secretarias de Estado. Esse processo de implementação foi progressivamente efetivado a partir do Decreto 18.370 de 08/01/1982 que promulgou que:

*A administração pública estadual desenvolverá programa denominado “Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas” (SÃO PAULO, FASPG, dossiê 1847: 3).*

Assim, é a partir do Programa de CCI's que o governo do Estado de São Paulo buscou resolver o problema gerado pela falta de atendimento aos filhos das suas funcionárias públicas estaduais, e concomitantemente também responder as determinações legais da CLT, existente desde 1943.

Criado em 1982 durante o governo de Paulo Salim Maluf, o Programa CCI nasce com o

*“(...) objetivo de proporcionar a prestação de serviços necessários ao acolhimento e a assistência a criança filhos de funcionárias e servidoras das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas, mediante instalação e administração por estes órgãos e ou entidades de Centros de Convivência Infantil” (SÃO PAULO, FASPG, Dossiê 1847: 3).*

De acordo com o Dossiê 1847 do FASPG/ SP<sup>14</sup>, o programa CCI em relação as Secretarias de Estado são instituições sociais de prestação de serviços, contudo em relação

---

<sup>14</sup> Em 1983, com o início do Governo Democrático do Estado de São Paulo, o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo (FASPG) transforma-se em Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), procurando adequar-se a nova proposta política.

as Entidades Descentralizadas<sup>15</sup> (Empresas de economia mista, Fundações e Autarquias) são benefícios sociais dentro da política de recursos humanos.

Nesse sentido, a implantação dos Centros de Convivência Infantil no interior das universidades não se configura necessariamente como um direito da mulher trabalhadora, mas sim enquanto um benefício concedido pelo empregador dentro da Política Social.

No documento da FASPG – Dossiê 1847, esta proposta política é enfatizada como sendo um reconhecimento por parte do governo do Estado do papel da mulher no mercado de trabalho, decorrente da reestruturação da sociedade e da industrialização.

*Esta política social demonstra por parte do governo estadual de maneira objetiva a valorização do trabalho da mulher e responde aos novos valores culturais e exigências de uma sociedade em mudança e desenvolvimento (SÃO PAULO, FASPG, relatório 1847: 3).*

O programa CCI pode ser considerado, enfim, como sendo o marco de uma Política Social no que se refere a atender as necessidades da mulher, neste caso especificamente a funcionária pública, quanto ao atendimento de seus filhos.

Até aqui, vemos que o foco desta política está no atendimento das necessidades da mulher. Não se faz referência ao direito da criança à educação infantil, passando essa concepção a fazer parte do discurso político somente a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira.

Apesar de em sua gênese o programa CCI constituir-se numa proposta sócio-educativa destinada aos filhos da servidora pública em regime de externato ou semi-internato, durante o período de trabalho da mãe, no artigo 8º do Decreto nº18.370 esse serviço aparece especificado como visando atender aos filhos de funcionários e servidores, portanto, não fazendo restrição quanto ao sexo do progenitor a ser atendido pelo CCI, porém a diferenciação e restrição do atendimento se revelam na descrição das Diretrizes básicas do Programa (**ANEXO II – Legislação Estadual sobre os CCI's**).

Segundo as diretrizes básicas de implantação do CCI, o dossiê 1847 da FASPG/ SP ressalta que:

---

<sup>15</sup> As Universidades USP, UNICAMP e UNESP se enquadram como entidades descentralizadas – **ANEXO II – Documentos referentes ao Programa CCI (Organograma)**.

- O CCI é uma unidade técnica que propicia o atendimento integral à criança durante o período de trabalho da mãe servidora pública, podendo, na estrutura administrativa, subordinar-se ao gabinete da direção maior do órgão ou entidade descentralizada, ao departamento de administração ou ao Centro de Recursos Humanos;
- O CCI deve funcionar nas dependências do órgão governamental ou o mais próximo dele;
- Cada CCI tem peculiaridades próprias em decorrência da realidade do seu órgão governamental;
- Suas instalações físicas devem ser adaptadas e devem atender as necessidades das várias etapas do desenvolvimento da criança.

Quanto às atribuições do CCI, o mesmo documento do FASPG destaca como sua atividade-fim os seguintes pontos:

- *O CCI existe em função da mãe que trabalha fora de casa, mas seu conteúdo programático deve ter como objetivo primordial a criança em suas relações com a família;*
- *O atendimento à criança no CCI deve visar o seu desenvolvimento integral, isto é, bio-psico-social e pedagógico, o que significa também um envolvimento com o grupo familiar e sua realidade;*
- *Em relação à família não cabe ao CCI substituí-la, mas preservar e estimular seus vínculos com a criança;*
- *No CCI a família deve participar do processo não só do desenvolvimento da criança como da vida da instituição em todos os seus momentos de atuação, desde o planejamento, organização e funcionamento;*
- *A participação das mães funcionárias e usuárias do CCI em reuniões, entrevistas, palestras, atividades de grupo, etc..., deve ser assegurado pelas chefias do órgão responsável, durante o expediente de trabalho;*
- *O CCI deve atender a demanda total das crianças como princípio. Este atendimento, contudo, quando impossível por dificuldades iniciais, deverá ser feito por etapas e por módulos obedecendo critérios de prioridades como: crianças em fase de aleitamento-materno, crianças cuja situação econômica é de baixo nível, mães com mais de um filho na faixa etária de atendimento, mães sem*

*qualquer outra possibilidade ou alternativa para solucionar a situação de guarda e assistência ao filho, etc;*

- *A equipe interprofissional do CCI é composta por técnicos de nível universitário e pessoal auxiliar, alguns com funções em tempo integral, outros, em tempo parcial. A equipe poderá conter também elementos estagiários e voluntários para complementação de tarefas específicas. A todos é indispensável um processo de reciclagem permanente;*

- *O número de técnicos e auxiliares da equipe interprofissional é variável segundo a faixa etária das crianças e a capacidade de atendimento do CCI;*

- *O CCI destina-se ao atendimento da faixa etária de 3 meses à 6 anos e 11 meses (...)* (FASPG/ SP, dossiê 1847: folha 6).

De acordo com as atribuições descritas acima, temos a caracterização do Programa Centros de Convivência Infantil – CCI's do Estado de São Paulo, durante sua fase de implantação.

Entretanto, há registro de reivindicações em prol a criação de CCI's no local de trabalho desde 1965, representado principalmente pelo movimento de mães da USP, revelando que o processo pela implantação da creche no interior da universidade pública precede o Decreto Estadual Paulista nº 18.370, de 1982.

Anterior ao ano de 1982, o FASPG – Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo do Estado de São Paulo, já apresentava ações isoladas de atendimento às crianças filhas de funcionários públicos; portanto, já atuava no sentido de sensibilizar o poder público para a necessidade de implantação dos CCI's, a qual foi reconhecido pelo Governo do Estado de São Paulo que o institucionalizou pelo Decreto nº 18.370 de 08/01/1982.

Assim, o ano de 1982 é o marco da institucionalização do Programa CCI, sendo o referido decreto a alavanca para seu desenvolvimento.

O Decreto nº 18.370, de 08/01/1982 marca o início do processo de implementação do Programa de Centro de Convivência Infantil (CCI), pois *por ação de uma autoridade, criam-se as condições para a implementação* de um Programa para o atendimento à Infância e conseqüentemente atende a reivindicação de seus funcionários (PRESSMAN e WILDAVISKY, apud RUS PEREZ: 1998).

De acordo com o Dossiê da FUSSESP<sup>16</sup> – Fundo de Solidariedade nº 1848, o Programa CCI's representavam “*uma nova forma de prestação de serviços sociais aos funcionários e servidores públicos*” (São Paulo. FUSSESP, Dossiê – 1848: 20).

Ainda em 1982, o Poder Legislativo, através da Emenda Constitucional nº 31, de 31/5/1982, promulgou que

*o Estado (SP) manterá na forma que a lei estabelecer, nas repartições públicas em que prestam serviço mais de 30 mulheres, local apropriado onde seus filhos ate 7 (sete) anos de idade, recebam assistência e vigilância durante o horário de expediente (ANEXO II).*

Esta emenda constitucional fundamentou o direito da mulher trabalhadora, funcionária ou servidora pública do Estado de São Paulo, a ter um lugar para deixar seu filho no período de seu trabalho, definindo a obrigatoriedade do Poder Público em manter esse atendimento.

Assim,

*... ficou expressa a responsabilidade da Administração Pública Estadual de criar e administrar os CCI's, alocando verbas para tal fim, contratando ou nomeando pessoal necessário, estabelecendo espaço na estrutura administrativa e técnica dos órgãos (São Paulo. FUSSESP, Relatório – 1848: 20).*

Segundo o Dossiê da FUSSESP (nº 1848), promulgado o decreto nº 18.370 de 08/01/1982, estabeleceu-se que o FASPG seria o órgão de apoio técnico e de articulação com os demais órgãos estaduais, tendo em vista a efetivação do Programa CCI, proporcionando acompanhamento necessário para o seu desenvolvimento. Decorrente a essas atribuições, a Coordenação do Programa elaborou um documento, o qual apresentamos no **ANEXO II**, no qual foram apresentadas diretrizes a serem adotadas pelos CCIs.

Este documento destaca alguns aspectos que são relevantes para a implantação dos CCI's, pois envolvem determinações referentes aos recursos físicos, humanos e financeiros, dispondo inclusive algumas normas de administração e funcionamento desses Centros de

---

<sup>16</sup> Como foi explicitado anteriormente, em 1983 o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo (FASPG) transforma-se em Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), procurando

Convivência Infantil. Destaca ainda a importância da participação das mães usuárias nas atividades dos CCI's, incentivando a formação de clubes de mães e pais e associações.

*Essa medida visava a proposta sócio-educativa do Programa, qual seja, a convivência e participação entre família, CCI e criança (São Paulo. FUSSESP, Dossiê – 1848: 21).*

Em 1983, com o início do governo democrático do Estado de São Paulo, cujas propostas envolviam a participação popular, a descentralização administrativa e a geração de empregos, o programa CCI passou por reformulação adequando-se a nova postura política instaurada. Além de sua finalidade primordial de atendimento a infância, o programa CCI passa a enfatizar a participação das mães e pais das dinâmicas de ação dessa instituição. É nesse momento que a coordenação dos CCI's passa a incentivar a formação dos Clubes de mães e pais através de palestras, reuniões e na colaboração na elaboração dos Estatutos.

Antes desse período, já existiam comissões de pais, que se formaram por ocasião da implantação dos CCI's; depois, tais comissões continuaram a existir, mas algumas dessas comissões acabaram por transformar-se em Clubes<sup>17</sup> de Mães e Pais.

*Alguns desses Clubes foram organizados com a finalidade de promover maior colaboração e participação nos problemas vivenciados pelos CCI's, já em funcionamento. Outros foram organizados com a intenção de colaborar na instalação de novas unidades, pois os pais conscientes de seus direitos passaram a pressionar os órgãos estaduais e solicitar ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, toda a orientação técnica para a implantação de novos CCI's (São Paulo. FUSSESP, Dossiê – 1848: 23).*

Segundo o dossiê da FUSSESP – 1848, através do decreto nº 22011, de 21/3/1984, o governador Franco Montoro instituiu um grupo de trabalho intersecretarial incumbido de oferecer subsídios para o aperfeiçoamento das normas e procedimentos relativos aos Centros de Convivência Infantil, como nos mostra o **ANEXO II**. Tal grupo era constituído por representantes do FUSSESP (presidente, coordenadora do programa CCI, Assessora

---

adequar-se à nova proposta política.

<sup>17</sup> Vide o ANEXO II para ver onde foram criados esses clubes.

jurídica), das secretarias de Saúde, Economia e Planejamento, Segurança Pública, Educação, Agricultura e Abastecimento, Administração, Promoção Social e do Conselho Estadual da Condição Feminina.

Esse grupo foi o responsável pela elaboração de um documento, presente entre os documentos do ANEXO II, no qual se estabelecem algumas diretrizes básicas para o funcionamento dos CCI's, como:

1. *priorizações e critérios quanto a implantação de novos Centros de Convivência Infantil, relativamente a natureza dos órgãos Estaduais;*
  2. *priorizações e critérios quanto a clientela a ser atendida;*
  3. *atribuições do FUSSESP e,*
  4. *quadro mínimo de pessoal para a implantação e funcionamento do Centro de Convivência Infantil.*
- (São Paulo. FUSSESP, dossiê – 1848: 26).

Através do Dossiê da FUSSESP nº 1848, verificamos que em 1 de novembro de 1984 o governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, assinou o decreto nº 22865, que substituiu o decreto nº 18370, de 8/1/1982, reformulando as diretrizes do Programa CCI das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas. (ANEXO II)

Por esse decreto, algumas mudanças se introduziram no que diz respeito a:

- *faixa etária atendida, ampliando-se para até 7 anos;*
- *definição da clientela: filhos ou dependentes legais de funcionários ou servidores que em razão de viuvez, invalidez do conjugue, separação legal ou de fato, tenham a guarda dos filhos;*
- *a participação das funcionárias ou servidoras através da organização dos Clubes de Mães (idem).*

Quanto ao quadro profissional, o número de funcionários dos CCI's sempre foi considerado insuficiente pelas chefias, e visto como uma dificuldade enfrentada diante da crescente demanda pelo CCI.

Eram poucos os CCI's que contavam com pessoal específico sendo que,

*...geralmente aproveita-se funcionários excedentes de outros setores ou estes são contratados para desempenhar outras funções no órgão e remanejados para o CCI. Para suprir a falta de pessoal técnico os CCI's, contam também com estagiários das diversas áreas relacionadas ao desenvolvimento global da criança, ou seja:*

*Educação Física, Educação Artística, Pedagogia, Psicologia, Magistério e Serviço Social* (São Paulo. FUSSESP, Dossiê – 1848: 26).

Com a expansão do Programa CCI a partir de 1983, houve a necessidade de se ampliar a equipe do FUSSESP responsável pela assessoria técnica dos CCI's.

*Foi incorporada ao grupo uma técnica formada em Pedagogia, responsável pelas orientações específicas desta área, já que anteriormente a Equipe do Programa era formada apenas por técnicos nas áreas de Serviço Social e Psicologia* (São Paulo. FUSSESP, Dossiê – 1848: 27).

Essa nova profissional, de acordo com o Relatório, veio a dar mais ênfase à área pedagógica, contudo continuava a existir lacunas na equipe técnica, faltando profissionais das áreas de Nutrição, Enfermagem, Arquitetura, Educação Artística e Educação Física. Tais profissionais foram contratados e passaram a compor a equipe em nível de consultoria, visando a qualificação dos profissionais que atuam diretamente com as crianças.

Em síntese, pode-se observar nos documentos analisados (São Paulo. FUSSESP, Relatório – 1848) que, no período que vai de 1983 até maio de 1986, o Programa CCI sofreu algumas modificações e apresentou mudanças nos seguintes aspectos:

- Maior participação dos usuários através dos Clubes de Mães e Pais;
- Melhoria no trabalho de assessoria técnica dos CCI's, desenvolvido pelas áreas de Pedagogia, Educação Física e Consultoria nas áreas de Nutrição, Enfermagem, Pré-Escola e Educação Artística; e a
- Expansão do Programa, aumentando o número de unidades e conseqüentemente o número de crianças atendidas.

**QUADRO 3 – Cronologia das ações desencadeadas em prol ao atendimento à infância no Brasil e a implementação do Programa Centro de Convivência Infantil - CCI**

<b>1899</b>	Fundação do Instituto da Proteção e Assistência à Infância – IPAI, no Rio de Janeiro. Inauguração da primeira creche para filho de operários - a creche da companhia de Fiação e Tecidos Corcovado – R.J.
<b>1901</b>	Anália Franco, espírita, por meio de entidades assistencialistas, inicia o atendimento às mães desamparadas em São Paulo, ensinando-lhes um ofício e oferecendo asilos e creches para seus filhos.
<b>1906</b>	Criação dos Patronatos de Menores no Distrito Federal (RJ).
<b>1940</b>	Implantação do Departamento Nacional da Criança (DNCr).
<b>1941</b>	Criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM).
<b>1942</b>	Criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA).  Criação da primeira creche ligada a administração pública do Estado de São Paulo, no Hospital Psiquiátrico de Franco da Rocha. Essa implantação foi pioneira na estrutura governamental, expressando uma forma isolada de atendimento social.
<b>1943</b>	Decreto-Lei nº 5.452, de 1/5/1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelas quais se determinou que as empresas com mais de 30 mulheres trabalhadoras deviam ter um lugar para a guarda das suas crianças durante o período de amamentação.
<b>1958</b>	Criação no âmbito da administração pública de São Paulo de creche para filhos de funcionárias públicas da Estrada de Ferro Sorocabana, hoje integrada a FEPASA.
<b>1963</b>	Criação de creche para filhos de funcionárias da Secretaria de Obras e Meio Ambiente.
<b>1964</b>	Instalação no Brasil de um golpe militar, que estabeleceu um longo período de ditadura.
<b>1965</b>	Primeira reivindicação pela implantação de creche no interior da universidade realizado pelo movimento de mães da USP.

<b>1967</b>	Introdução de uma flexibilização na legislação trabalhista, havendo a supressão da obrigatoriedade das empresas em oferecerem um espaço para a guarda dos filhos de suas empregadas, possibilitando o estabelecimento de convênios com outras entidades para tal atendimento, ou mesmo através do atendimento feito em creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário ou a cargo do SESI, da LBA ou de entidades sindicais.
<b>1968</b>	Lei nº 47.776 de 27/3/1968, que cria o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo – FASPG.
<b>Década de 1970</b>	Durante essa década acontecem reivindicações por creche e sua expansão, apoiadas pelo Movimento de Luta por Creches cujo eixo norteador era a o trabalho extra-domiciliar feminino, contando com o apoio e as orientações do Movimento feminista. Intensificam-se os pedidos de creche no local de trabalho.
<b>1971</b>	Aprovação da Lei 5692/71, que fixava as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo grau. Quanto a educação das crianças com idade inferior a 7 anos, fixava no Art. 19.: § 2º <i>Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.</i>
<b>1975</b>	A ONU decreta o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher; Funcionários, alunos e professores da USP fazem uma manifestação em prol da creche no local de trabalho; Data do primeiro pedido oficial de creche na UNICAMP.
<b>1979</b>	Ano Internacional da Criança; O Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo de São Paulo (FASPG) propõe a criação de uma rede de CCI's – Centros de Convivência Infantil - para filhos de funcionárias públicas, na faixa etária de 3 meses a 6 anos e 11 meses em todas as Secretarias de Estado; Em Piracicaba, inicia-se o funcionamento de uma creche em um espaço cedido pela Faculdade de Odontologia da UNICAMP, sendo esta medida tomada por iniciativa das mães-funcionárias.
<b>1982</b>	Institucionalização do Programa Centro de Convivência Infantil (CCI), através do Decreto Estadual 18.370 de 08/01/1982, durante o governo de Paulo Salim Maluf. Por meio desse programa o governo do Estado de São Paulo subsidiou a criação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas;

<b>1982</b>	<p>Criação da primeira creche da USP, a Creche Central, no campus de São Paulo;</p> <p>Criação da primeira creche da UNICAMP, pela Reitoria, o CECI berçário;</p> <p>Criação da primeira creche da UNESP, no campus de Bauru, a Creche Gente Miúda.</p>
<b>1983</b>	<p>Mudança no Governo do Estado de São Paulo;</p> <p>O Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo (FASPG) transforma-se em Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP), procurando adequar-se a nova proposta política.</p>
<b>1984</b>	<p>Decreto nº 22011, de 21/3/1984, o governador Franco Montoro instituiu um grupo de trabalho intersecretarial incumbido de oferecer subsídios para o aperfeiçoamento das normas e procedimentos relativos aos Centros de Convivência Infantil;</p> <p>Decreto nº 22865, de 01/ 11/ 1984, que substitui o decreto nº 18370, de 8/1/1982, reformulando as diretrizes do Programa CCI das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas.</p>
<b>1986</b>	<p>Decreto nº 93.408, de 10/10/1986, dispõe sobre a instituição de planos de assistência pré-escolar para os filhos de servidores de órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta e de fundações sob supervisão ministerial.</p>
<b>1988</b>	<p>Promulgação da Constituição Federal do Brasil.</p> <p>O direito da criança ao atendimento em creches passou a ser garantido a partir da promulgação da Constituição, enquanto <i>direito da criança, opção da família, e dever do Estado</i>.</p>
<b>1990</b>	<p>Aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>
<b>1996</b>	<p>Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que explicita a natureza da Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica.</p>

**Fonte:** AFRUSP, dossiê 1835; BRASIL, 1988; KUHLMANN, 2001; ROSEMBERG,1989; SAVIANI, 1997; SÃO PAULO, dossiê 1847 – 1848; UNICAMP, 1975; UNESP, 1982.

## **CAPÍTULO 2 – Universidades públicas estaduais paulistas e creches**

Neste capítulo, estaremos tratando do objeto desta pesquisa, ou seja, as creches das universidades públicas estaduais paulistas: USP, UNICAMP e UNESP. Descreveremos o processo de suas constituições e implementações, tendo como referência os indicadores já especificados, ou seja, a demanda pela creche, a estrutura de atendimento, as crianças atendidas, a forma de gestão, a infra-estrutura, os recursos financeiros e humanos, a quais órgãos as creches estão ligadas no interior da universidade, dentre outros dados referentes a sua implementação.

Os dados discutidos nesta pesquisa foram obtidos através de pesquisa documental referente às instituições focadas, em sua maioria armazenados em Arquivos das Universidades, como o Arquivo Central da UNICAMP, Arquivo da PRAD/UNESP, documentos armazenados na Fundação Carlos Chagas – FCC referentes ao processo da USP, além de documentos fornecidos pela COSEAS/USP e documentos fornecidos pelas diretoras de algumas creches. Destacamos que produções acadêmicas que envolvem a temática relativa à creche no local de trabalho também foram consultadas.

Além dos dados documentais, dados decorrentes de entrevistas e conversas com atores-protagonistas no processo de implementação de creches na USP, UNICAMP e UNESP, também são discutidos nesta pesquisa.

Consideramos importante retomar quem são os atores envolvidos nas conversas e entrevistas realizadas, indicando qual a posição que tomaram durante o período de pensar a implementação das creches nas universidades, e enfim implementá-las.

Na USP, contamos com a participação da Psicóloga e atual Diretora da Divisão de Creches da COSEAS, Maria Clotilde Barros Magaldi, que além de manter-se atuante junto a direção das creches da USP também participou da elaboração do Projeto de Creche desta universidade em meados da década de 1970, relatando-nos as tramas que perpassaram a creche da USP em seus primeiros tempos.

*“Já havia um texto na COSEAS na época (1975) pensando a creche e o coordenador da época contratou um psicólogo, meu colega, que me chamou pra junto com ele fazer o 1º projeto de creche. Eu vim para cá em Agosto de 1975 (...) e fomos trabalhando dentro de*

*princípios gerais, entramos em contato com indústrias, estudamos espaço...”* (Maria Clotilde, maio de 2004).

Iara Brayner Mattos, atual Vice-coordenadora da COSEAS, membro da Comissão de creche da USP no início dos anos de 1980, esclareceu-nos dúvidas acerca da estruturação da creche, em termos de distribuição das vagas entre a comunidade universitária, da qual trataremos ao longo do texto.

Na UNICAMP, contamos com a participação do Exmo. Ex-Reitor (1982-1986) e Professor José Aristodemo Pinotti, destacando que em sua gestão o Centro de Convivência Infantil (CECI/UNICAMP) consolidou-se, dando abertura para a expansão do atendimento. O ex-reitor ainda enfatizou que a motivação principal que levou a implementação de uma creche no interior da universidade foi a postura política da Reitoria de apoio ao aleitamento materno e obediência à legislação federal. De acordo com Pinotti,

*“Além dos objetivos óbvios de uma creche que favorece os filhos das nossas funcionárias e lhes dá melhor condição de trabalho e vida familiar estava o desejo de dar exemplo, já que a Universidade é instituição formadora de opinião”* (Pinotti, abril de 2004).

Também contribuiu com esta pesquisa a Diretora do CECI/Campinas, Lucila Eliana M. Sandoval. A mesma era enfermeira do Ambulatório de Pediatria do HC/ UNICAMP e ajudava na implantação da creche em tempo parcial, enquanto membro da Comissão de Organização da creche. Lucila está na direção da creche da UNICAMP há mais de 20 anos, e durante nossa conversa fez um paralelo entre a creche de hoje e a dos primeiros tempos, relatando que ela preocupava-se muito com as mães e com a amamentação, porém hoje sua concepção é diferente: vê o direito da criança à creche e orienta sobre a amamentação e sua importância, mas não mais como um critério de seleção para a vaga, tendo a clareza que nem todos que demandaram pela creche tiveram acesso a ela.

*“Não posso afirmar que a creche tenha atendido às expectativas dos atores que lutaram por ela. Só posso dizer que os indicadores utilizados em diferentes momentos mostram que essa conquista tem*

*rendido bons frutos”* (Lucila, Diretora do CECI – UNICAMP, abril de 2004).

Representando a Creche da Área da Saúde e relatando sobre o seu processo de criação, contamos com a participação de sua atual diretora, Valéria Fernandes F. Bonfim, presente nesta creche desde 1990, anteriormente atuando como enfermeira da CAS. De acordo com a direção da CAS, foi com a vinda do hospital do Centro para o campus que as pessoas começaram a sentir o que era ter uma creche que não atendia a todas as necessidades. Então houve uma movimentação das usuárias no sentido de reivindicar uma creche específica.

*“Em 1987 começaram os primeiros estudos e a conversa com as autoridades sobre a necessidade de se implantar uma creche que atendesse as especificidades do pessoal da área da saúde”* (Diretora da CAS, abril de 2004).

Na UNESP, contamos com a participação do Exmo. Ex-Reitor (1989-1993) e Professor Paulo M. Barbosa Landim, o qual enfatizou a importância da creche na universidade e as dificuldades de implementá-las, diante de outras prioridades assistenciais a serem assumidas pela universidade, como Moradias Estudantis e Restaurantes Universitários.

Contamos também com a participação da responsável pela coordenação do PROAS (Programa de Assistência Social), no qual estão ligadas as creches da UNESP, Maria Inez Gomes de Macieira. A mesma ressaltou em nossa conversa que: *“... a implementação das creches no início foi igual para USP, UNICAMP e UNESP. Havia manifestações, mas só em 1982 se deu de fato”*.

A Diretora do CCI do Lageado, da UNESP de Botucatu, também Assistente Social, Sueleni de O. Villas Boas, forneceu-nos material relacionado ao CCI, possibilitando maior documentação para a análise nesta pesquisa, já que de acordo com a coordenadora do PROAS, referindo-se ao programa CCI na UNESP, *“ se perdeu muita coisa porque não tem registro...”*

Ao longo desta pesquisa, pôde-se perceber que, por falta de informações e documentações, ocorreu uma dificuldade de realizar uma análise mais elaborada de alguns indicadores, principalmente ao que se refere aos recursos financeiros destinados às creches.

Diante desse obstáculo à pesquisa, convém lembrar que é de responsabilidade dos gestores garantir a publicidade dos gastos, no sentido de tornar pública a prestação de contas, permitindo o acesso à documentação desse processo. A impossibilidade de acessar alguns dos registros sobre o histórico de implementação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas, nos passa a percepção da “coisa pública” como algo privado, no qual não se presta conta à sociedade, sendo esta uma ação opcional.

Durante essa pesquisa sobre o processo de implementação das creches nas universidades públicas paulistas, em alguns momentos nos deparamos com dificuldades de acesso a documentos e até mesmo com a impossibilidade de acessá-los, não por falta de registro, mas por extravio de processo documental, como aconteceu na UNICAMP. Quando nos inserimos num universo de pesquisa no qual o local do estudo refere-se a um espaço público, esperamos contar com condições para a investigação integral dos fatos, com o fim de não ocasionar brancos na história por falta de informações.

Em geral, os primeiros contatos com as instituições investigadas deram-se através de consulta eletrônica na internet aos *sites* dessas universidades; posteriormente foi feito o contato com os arquivos institucionais; e por fim o contato pessoal – constituindo-se, dessa forma, a pesquisa de campo.

Visando uma melhor compreensão do leitor em relação ao panorama das creches envolvidas nesta pesquisa, elaboramos um quadro demonstrativo dessas creches (CCI's), o quadro comparativo da USP, UNICAMP, UNESP (**Quadro 4**), resultado do mapeamento realizado nas três universidades.

Através do mesmo podemos observar que as três universidades públicas estaduais paulistas apresentam conjuntamente um total de 25 unidades de Educação Infantil sendo a USP responsável por 28% dessas creches (07 unidades), a UNICAMP por 16% (04 unidades) e a UNESP responsável por 56% dessas creches (14 unidades).

A primeira creche foi criada em 1979, no campus da UNICAMP em Piracicaba, contudo é a partir de 1982 que a criação das creches ganha força nas três universidades, desencadeando novas inaugurações. De acordo com os registros, as creches mais recentes

foram inauguradas na USP em 1995, no campus de Bauru e no mesmo ano no campus da UNESP em Guaratinguetá. Na UNICAMP a última a ser inaugurada foi a Creche da Área da Saúde, instalada no campus de Campinas em 1990.

Quanto ao porte, podemos verificar através do **Quadro 4** que, tanto a USP quanto a UNICAMP possuem creches de grande porte, ou seja, que atendem mais de 150 crianças (NASCIMENTO, 1999). As creches da UNESP são em sua maioria de pequeno porte, ou seja, que atendem até 50 crianças, sendo as demais de médio porte (50 a 100 atendimentos).

Na USP, o maior número de atendimentos acontece na Capital, onde estão concentradas três creches que, juntas, somam um total de 400 crianças atendidas. No interior, o maior número de atendimentos é realizado pela Creche Carochinha, localizada no campus da USP/ Ribeirão Preto.

Na UNICAMP, o menor número de atendimentos é realizado no campus de Piracicaba, 25 crianças, onde a demanda é menor devido à existência de uma única faculdade, a FOP – Faculdade de Odontologia de Piracicaba/ UNICAMP.

A UNESP por sua vez está distribuída em várias cidades no estado de São Paulo. Assim, seus *campi* são menores quando comparados com os da USP e UNICAMP, o que reflete na demanda em suas creches, justificando assim o porte de sua maioria. Entre suas creches, a que realiza o maior número de atendimentos localiza-se em Botucatu, aliás, no único campus da UNESP onde estão instaladas duas creches, devido à maior demanda local.

Quanto à administração do Programa de creches implantados nas referidas universidades, vemos que seus órgãos administrativos possuem funções específicas dentro de suas respectivas universidades, contudo têm em comum o fato de estarem ligados ao setor de Assistência Social e Recursos Humanos, respondendo assim pelas creches de seus *campi*.

No decorrer desse capítulo discutiremos o histórico do processo de implementação das creches – Centros de Convivência Infantil, nas universidades focadas, apresentando mais especificamente o contexto de sua implantação em cada uma delas, visando uma melhor visualização de suas particularidades.

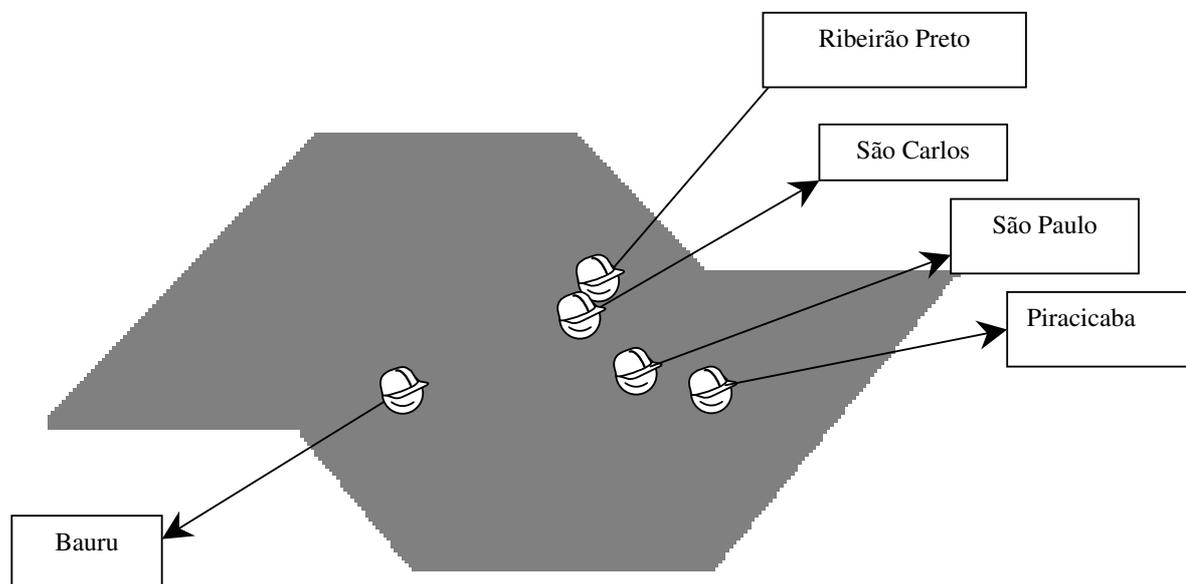
**QUADRO 4 - Quadro comparativo da Usp, Unicamp e Unesp**

Eixos para análise: localização, ano inicial, porte, administração.

USP				UNICAMP				UNESP			
NOME DO CCI	Ano de Criação	PORTE	Administração	NOME DO CCI	Ano de Criação	PORTE	Administração	NOME DO CCI	Ano de Criação	PORTE	Administração
Localização				Localização				Localização			
Piracicaba	1986	90		Campinas	1982;	250		Araçatuba	1986	37	
CCI - Luiz de Queiroz				CECI - berçário e maternal				Anaraquara	1984	80	PRAD - Pró-Reitoria de Administração de Programas de
São Carlos	1985	90	COSEAS: Coordenadoria de Saúde e Assistência Social	Campinas	1988	240	PREAC - Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários/DGRH	Casinha de Abelha	1989	33	Assistência Social de Recursos Humanos
Bauru	1995	60	Prefeitura do Campus	CAS	1990	25	(Diretoria Geral de Recursos Humanos)	Criança Feliz	1988	74	
São Paulo	1982	245		Piracicaba	1979			Gente Miada	1987	58*	
	1986	110						CCI do Lagedo Pertinho da Mamãe	1988	101	
	1987	45						Pimando o Sete	1988	24	
Ribeirão Preto	1985	240						Pingo de Gente	1995	60	
								Guaratinguetá	1988	54	
								Ilha Solteira	1987	41	
								Recanto dos Pequenos	1989	41	
								Prof. Helton A. Faleiros	1987	49	
								Chalezinho da Alegria	1992	40	
								Dente de Leite	1991	37	
								Baguinha Feliz			
								São José do Rio Preto			

Fonte: Sites da USP, UNICAMP e UNESP e contato direto com as creches das referidas universidades.

## 2.1 - As creches da USP



**Fonte:** Os mapas foram construídos com base em informações obtidas no endereço disponível em: [www.saopaulo.sp.gov.br](http://www.saopaulo.sp.gov.br). Acesso em 30 de março de 2003.

Na USP, a primeira manifestação em solicitação a creche ocorre em 1965, quando um grupo de funcionárias da Reitoria encaminharam ao Reitor um pedido formal de um espaço para deixarem seus filhos enquanto trabalhavam. Apesar das primeiras manifestações serem anteriores ao movimento de luta por creches durante a década de 1970, a implantação efetiva da primeira creche só se deu no auge das reivindicações populares.

De acordo com a história dos movimentos em prol das creches, nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, a grande demanda pela creche já trazia uma discussão sobre as diversas funções que este tipo de atendimento poderia ter na sociedade brasileira, para corresponder aos anseios da população, especialmente feminina, como nos relata Fúlvia Rosemberg ao referir-se ao Movimento de Mulheres por Creche em São Paulo (ROSEMBERG, 1989).

Durante toda a década de 1970, a luta pela creche vincula-se à inserção da mulher no mercado de trabalho. Tal motivação levou essa instituição a ser vista muitas vezes como prejudicial ao desenvolvimento emocional da criança, por fugir do modelo de cuidado

materno, entretanto constituía-se num espaço de guarda e cuidado para os filhos daquelas mães que necessitavam ou mesmo desejavam trabalhar fora de casa (OLIVEIRA; ROSSETTI FERREIRA, 1986). Nesse sentido, em alguns momentos a creche foi vista como um *mal necessário*, e não como um espaço de socialização e como um direito da criança e sua família a essa assistência.

Em 1975, após dez anos de luta pela creche, acontece em frente ao prédio da Reitoria da USP uma passeada nomeada de “Passeata dos bebês”, realizada por funcionários, professores e alunos que, juntamente com seus filhos, encaminharam-se até a Reitoria desta universidade em protesto ao não oferecimento de creche no interior da universidade. A partir desta manifestação, a Reitoria entra em contato com a COSEAS – Coordenadoria de Saúde e Assistência Social, pedindo para que esta elaborasse um anteprojeto de implantação de creche. Assim, em 1975 iniciou-se a elaboração do Projeto de Creche da USP. Entretanto, em 1976, por ordem financeira o projeto foi interrompido e só foi retomado em 1979 com o início da construção do prédio para atender 200 crianças, que por sua vez também foi interrompida. (KISHIMOTO, 1999)

Somente em 1982 o projeto de creche foi retomado e após quase 20 anos de luta de funcionários, alunos e professores da USP é que a primeira creche começou a funcionar, sendo mais tarde denominada Creche Central.

Convém destacar que a COSEAS - Coordenadoria de Assistência Social passou a dedicar-se especificamente às atividades de assistência social a partir de 1989. O Estatuto da USP em vigor, bem como o seu Regimento Geral definem como competência da COSEAS:

- a) promover o estudo e a solução dos problemas relacionados à moradia estudantil e à assistência social da comunidade universitária;
- b) administrar o conjunto residencial estudantil da Universidade, na capital.

A Divisão de creches da COSEAS tem como objetivo<sup>18</sup> o atendimento em educação infantil contemplando as necessidades de desenvolvimento intelectual e o acesso ao saber,

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.USP.br/coseas>. Acesso em 01 junho de 2003.

bem como o direito à socialização, às vivências infantis e aos cuidados assistenciais específicos e necessários.

Em 1986, com uma nova Administração da COSEAS, inicia-se a política de expansão de creches, inaugurando neste mesmo ano a Creche Oeste, situada nas dependências da Prefeitura da Cidade Universitária. Logo em 1987, a COSEAS passa administrar a creche da Faculdade de Saúde Pública.

Enfim, após a inauguração da primeira creche na USP em 1982, outros *campi* passam a se organizar em movimentos e comissões para a implantação de creches.

Assim, em 1985, em Ribeirão Preto é inaugurada a Creche Carochinha, administrada pela Associação Riopretana de Funcionários da USP durante este ano, pois em 1986 passou a ser administrada pela COSEAS.

Em São Carlos o Centro de Convivência Infantil foi criado pela Prefeitura do Campus em 1985, oferecendo 90 vagas para crianças de 4 meses a 6 anos de idade. O processo seletivo para a aquisição de vaga na creche na USP/São Carlos pauta-se fundamentalmente em critérios sócio-econômicos (renda familiar), aplicados pelo Serviço Social do Campus<sup>19</sup>.

Em Piracicaba, o Centro de Convivência Infantil "Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz", pertencente à Prefeitura do Campus "Luiz de Queiroz"/USP e foi inaugurado em janeiro de 1986 visando atender aos filhos de servidores e alunos desse Campus da USP. Atualmente, o CCI oferece 50 vagas para crianças de 0 a 4 anos (período integral) e 40 vagas para crianças de 4 a 6 anos (meio período).

O CCI "Amor & Leite" localizado em Bauru foi fundado em 1995, atendendo atualmente 60 crianças na faixa etária de quatro meses a três anos.

Conforme podemos ver a seguir na **Tabela 1**, entre as creches da USP, a Creche Central é a que atende o maior número de crianças, seguida pela creche Carochinha. Ressalta-se que 45,4% das crianças atendidas em 2003, o são pelas creches localizadas na capital.

Segundo NASCIMENTO (1999), *“a configuração quanto ao porte desses estabelecimentos é obtida através da distribuição média de alunos por unidade de ensino”*

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.pcasc.USP.br/ssocial.htm>. Acesso em 01 junho de 2003

(p.49), sendo de *grande porte* os estabelecimentos que atendem mais de 150 alunos, de *médio porte* que atende de 51 a 150 alunos e de *pequeno porte* os estabelecimentos que atendem até 50 alunos.

De acordo com essa configuração, a USP possui duas creches de grande porte: a Creche Central e a Creche Carochinha, 4 creches de médio porte: o CCI Luiz de Queiroz, o CCI/ São Carlos, o CCI Leite & Amor e a Creche Oeste e apenas 1 de pequeno porte, a creche da Saúde, localizada na capital.

**Tabela 1 – Creches da USP - Localização e número de crianças atendidas (2003)**

<b>USP</b>	<b>Creche</b>	<b>Nº de crianças (2003)</b>	<b>(%)</b>
<i>Piracicaba</i>	CCI – Luiz de Queiroz	90	10,2
<i>São Carlos</i>	CCI	90	10,2
<i>Bauru</i>	Leite & Amor	60	6,8
<i>São Paulo</i>	Central (São Paulo)	245	27,8
	Oeste (São Paulo)	110	12,5
	Saúde (São Paulo)	45	5,1
<i>Ribeirão Preto</i>	Carochinha (Ribeirão Preto)	240	27,3
<b>TOTAL – 5 campi</b>	<b>7 creches</b>	<b>880</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Site da USP e contatos com as creches

### **2.1.1 – A COSEAS e a Divisão de creches da USP**

Na USP, as creches têm sido prioritariamente administradas pela Divisão de Creches, vinculada à Coordenadoria de Assistência Social (COSEAS). Até 2003 a COSEAS dirigia 4 creches existentes na Universidade de São Paulo – USP: Carochinha, Central, Oeste e Saúde, garantindo seu funcionamento técnico e administrativo. Entretanto, em fevereiro de 2004, segundo entrevista realizada com a Diretora da Divisão de Creches/ COSEAS Maria Clotilde Magaldi, a COSEAS passou a dirigir também o CCI de São Carlos, enquanto os CCI's de Piracicaba e Bauru encontram-se em processo de incorporação à COSEAS.

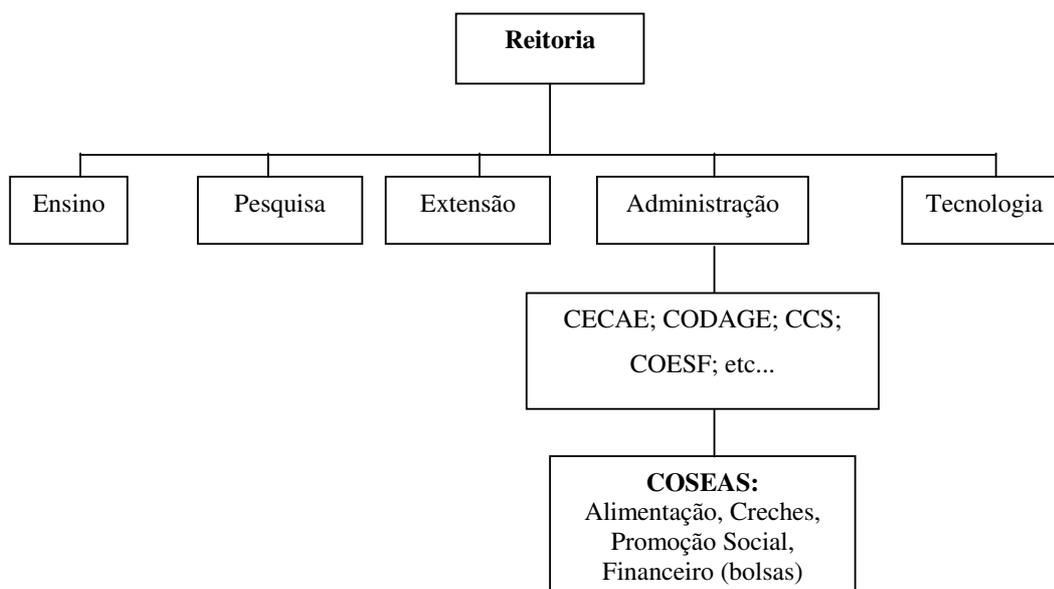
*“No início do ano passado (2003) a Coordenadoria de Administração da Universidade me chamou para pedir que a Divisão administrasse todas as creches da Universidade. O que incluía uma creche no Campus de Piracicaba, uma no Campus de Bauru, uma em São Carlos. Então nos foi dada a creche do Campus de São Carlos no início desse ano (2004). Não sei como vai ficar essa passagem...estamos vendo se Piracicaba e Bauru vêm para nossa administração ou não, elas são administradas pela Universidade diretamente”* (Maria Clotilde Magaldi – COSEAS/USP, maio de 2004).

Podemos dizer que a busca pela incorporação a COSEAS dos CCI's de São Carlos (já realizada) e dos CCI's de Bauru e Piracicaba deve-se à estrutura administrativa adotada pela USP, onde se atribui à COSEAS a promoção e administração de assuntos sociais, entre os quais encontram-se as creches.

A COSEAS está ligada ao setor Administrativo da USP, da qual se ramificam coordenadorias<sup>20</sup> e departamentos subordinados diretamente à Reitoria. Especificamente, as ações desta coordenadoria estão voltadas ao Serviço de Assistência Social à comunidade universitária, englobando desde o atendimento nos restaurantes universitários e moradias estudantis até a distribuição de bolsas-trabalho e o atendimento em creches no interior desta universidade.

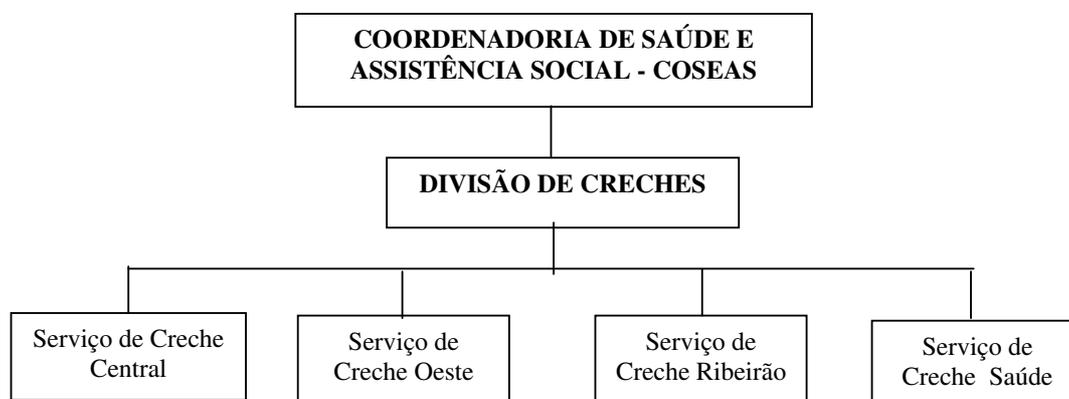
---

<sup>20</sup> Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária de Atividades Especiais/CECAE; Coordenadoria de Administração Geral/CODAGE; Coordenadoria de Comunicação Social/CCS; Coordenadoria do Espaço Físico da Universidade de São Paulo/COESF; Coordenadoria de Saúde e Assistência Social/COSEAS, dentre outras coordenadorias e departamentos. **Fonte:** [www.usp.br](http://www.usp.br). Acesso em 20 de abril de 2004.



**Fonte:** Elaborado a partir de informações obtidas no site na USP. Disponível em: <http://www2.usp.br/portugues/ausp/ensino/index.htm>. Acesso em 20 de abril de 2004.

A Divisão de Creches da COSEAS/USP manteve até 2003 a organização exposta no organograma que segue abaixo, pois, a partir de 2004, outras creches da USP estão em fase de incorporação a essa coordenadoria:



Apud: COSEAS/ Divisão de Creches/ USP, 1999.

A Divisão de Creches é coordenada por uma diretora técnica e tem em sua equipe central um psicólogo, um nutricionista, um pedagogo e um médico pediatra, que supervisionam todas as creches.

Até o ano passado, apenas as creches focalizadas acima compunham a divisão de creches da COSEAS, estando as creches de São Carlos, Bauru e Piracicaba sob

responsabilidade das Prefeituras dos referidos *campi*. Contudo, desde o início de 2004 a USP vem discutindo com a equipe da COSEAS a possibilidade de englobarem em sua divisão de creches mais essas três unidades e desde o início deste ano a unidade de São Carlos já passou a compor o quadro de creches administradas pela COSEAS. Trata-se de uma ação em andamento, portanto com prováveis alterações em seu organograma administrativo.

Quanto à distribuição das vagas nas creches, a COSEAS dividem-nas segundo o seguinte critério: 80% para filhos de funcionários; 15% para filhos de docentes e 5% para filhos de alunos. Apenas a Creche Carochinha localizada em Ribeirão Preto apresenta uma diferença na sua forma de distribuição das vagas, seguindo a seguinte proporção: 70% para filhos de funcionários; 15% para filhos de docentes e 15% para filhos de alunos de graduação e pós-graduação. Segundo a declaração da diretora da Divisão de creches da COSEAS, esta diferença na forma de distribuição das vagas acontece na creche Carochinha devido ao fato da mesma ter sido criada pela Associação Riopretana de funcionários da USP em 1985. A proporção exposta anteriormente havia sido determinada pela equipe da referida Associação e manteve-se quando em 1986 tal creche passou a ser administrada pela COSEAS. (MELLO, 1999)

Essa diferenciação traz indícios de que ocorreu a participação da comunidade acadêmica na gestão da creche e na definição dos critérios de proporcionalidade para atendimento das diversas categorias que reivindicavam esse serviço. São atores ativos que, como aborda VIANA (op.cit.: 8), funcionam como grupo de pressão que influenciam na formação da agenda.

Conforme Ana Maria A. Mello, atual diretora da Creche Carochinha/USP – Ribeirão Preto, inaugurada em 25 de janeiro de 1985, esta creche foi,

*... a única das creches da USP que iniciou suas atividades sendo administrada diretamente pelos trabalhadores que a reivindicaram. Foi uma história de luta apaixonada que certamente se refletiu, e ainda se reflete na forma de participação dos pais dessa comunidade uspiana (MELLO, 1999: 30).*

A seleção das crianças para as vagas nas creches da USP é realizada por Assistentes sociais e participam do processo seletivo todas as crianças inscritas no Serviço Social e que

tenham idades compatíveis com as vagas oferecidas. O critério de seleção para admissão da criança na creche é especificamente o nível sócio-econômico da família, mas considera-se também a situação familiar de risco à criança; a situação de orfandade; as crianças em fase de amamentação e a não-separação de irmãos.

Finalizado o processo seletivo, uma lista classificatória é elaborada, que vale até que todos os inscritos sejam chamados, considerando o período máximo de um ano.

De acordo com a COSEAS (1999), quanto ao trabalho desenvolvido nas creches compete a esta coordenadoria a supervisão dos seguintes eixos:

**1 - Formação em serviço** - O trabalho de educação continuada tem como objetivo capacitar e dar embasamento para que todos os profissionais possam desempenhar suas funções com qualidade, bem como o de estimular o desenvolvimento pessoal.

Em julho é feita uma formação geral do ano, através de um encontro de todas as creches, promovido pela Divisão de Creches da COSEAS. Esses encontros acontecem em São Paulo e na semana de formação a creche não recebe as crianças;

**2 - Integração creche e família** - As creches trabalham com uma concepção de creche aberta, isto é, na promoção de uma relação intensa entre família e a instituição, incentivando-se a participação dos pais em discussões, atividades e rotinas da creche, ressaltando que a creche não substitui a família, e as suas ações são complementares às realizadas no âmbito familiar; e

**3 - Saúde** - A programação de saúde das creches da COSEAS, desde 1982, foi norteadada dentro de uma perspectiva educativa e interdisciplinar. A Saúde e Nutrição são entendidas como um espaço para ações educativas que valorizam a prevenção e a promoção da saúde. A Divisão de Creches adota concepções amplas de saúde e estabelece um conjunto de ações e medidas com o objetivo de promover, prevenir e manter a saúde da criança. Entende, ainda, que despertar na criança a consciência e o entendimento sobre saúde é estar preparando-a para promover e reivindicar melhor qualidade de vida para si própria, para a família e a sociedade.

A apresentação de tais eixos nos revela a abordagem político-pedagógica, adotada pela administração das creches da USP quanto a esse atendimento, indicando-nos a busca pela integração do atendimento educacional, social e da saúde.

## 2.1.2 - A tramitação da implementação do projeto de creche na USP

Em 26 de abril de 1965, a Associação dos Funcionários da Reitoria da Universidade de São Paulo – AFRUSP, enviou à Reitoria a primeira solicitação oficial (cf. of. nº 5/65, presente no dossiê – 1835, FCC), cujo objetivo era a construção de uma creche-berçário destinada a atender aos filhos das servidoras desta universidade. Neste momento, o reitor da USP era o Prof. Dr. Luiz Antonio da Gama e Silva.

De acordo com o referido ofício datado de 1965, esta solicitação primeiramente objetivava a reforma e adaptação da sede social da AFRUSP para dar início ao funcionamento da creche e a doação de um terreno vizinho para a construção de um pequeno “playground”, até que a Reitoria em comunhão com o Fundo de Construção da USP viabilizasse a construção de um prédio para a Creche-berçário. Quanto sua manutenção, segundo tal ofício, ficaria por conta dos servidores:

*A manutenção da creche-berçário ficaria a cargo das próprias interessadas, contribuindo estas na proporção do respectivo número de filhos, conjuntamente com a AFRUSP (AFRUSP, dossiê – 1835, FCC, fl. 2).*

Respondendo a solicitação da Reitoria, elaboraram-se o desenho arquitetônico referente ao anteprojeto da creche-berçário e a discriminação dos elementos e custos que seriam gastos com fundação, estrutura, alvenaria, revestimento, cobertura, esquadrias, piso, forro, instalações sanitárias, instalações de cozinha, gramado, tanque de areia, instalações hidráulicas e elétricas, e demais materiais necessários para a concretização da construção e ativação da creche.

Apesar do empenho da AFRUSP em realizar o orçamento da referida construção, o Fundo de Construção da USP retornou-lhe dizendo não haver naquele momento recursos financeiros para iniciar essa obra, pois a mesma não havia sido prevista pelo Fundo de Construção.

Segundo a documentação presente no Dossiê nº1835, AFRUSP - FCC, em outubro de 1965, a esposa do reitor da USP, a Sra. *Edy Pimenta Gama e Silva* apresentou grande interesse pela instalação da creche-berçário, destinada a abrigar crianças até 7 anos, filhos de servidores da Reitoria, assunto que já havia sido solicitado pela AFRUSP através

*do processo USP – 11056/ 65*. O pedido da AFRUSP não pôde ser atendido devido à inexistência de recursos, mas devido ao empenho da senhora Gama e Silva e diante da dotação suplementar destinada a Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, a Administração do Fundo de Construção decide revalidar o pedido (op. cit.: fl:14).

Diante dessa nova conjuntura a AFRUSP, no final do ano de 1966, entra em contato com o ISSU – Instituto de Saúde e Serviço Social da Universidade (do qual originou-se a COSEAS – Coordenadoria de Saúde e Assistência Social), solicitando a sua colaboração na parte técnico-administrativa, referindo-se a contratação de médico-pediatra, nutricionista e enfermeira para a creche. Entretanto, o diretor do ISSU argumenta que tal prestação de serviço requer recursos financeiros e ampliação da competência do ISSU, portanto não podendo colaborar com a solicitação.

Segundo Dutoit (1995), “*em 1969 há uma nova tentativa de implantação da creche, mas o Reitor, Prof. Dr. Alfredo Buzaid, vetou o projeto e autorizou o arquivamento do processo*” (p. 17).

Até esse momento, os dados indicam que o arquivamento do projeto de creche era decorrente da falta de dotação orçamentária e de especificação administrativa, que nomeasse a qual setor competiria a organização e estruturação desse novo órgão que seria composto, no caso, a creche.

O ISSU – Instituto de Saúde Social e Serviço Social da Universidade – transformou-se no início da década de 1970 na COSEAS - Coordenadoria de Saúde e Assistência Social – e ainda fundou-se nessa época a ASUSP – Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo.

Em 1973, divulgou-se através da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Reitor, o Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva, uma resolução na qual voltava-se à criação, junto da COSEAS, de uma creche destinada aos filhos de professores, funcionários e alunos.

A notícia sobre a provável concretização da creche na USP foi amplamente divulgada, sendo noticiada na Folha de São Paulo, em 09 de dezembro de 1973, com a seguinte nota: “*As dificuldades para criar a creche da USP*”. Nela havia a seguinte declaração:

*O Prof. Irineu Strenger, coordenador da COSEAS informa que a creche é uma idéia antiga e que desde 1968, quando assumiu a*

*diretoria do então Instituto de Saúde e Assistência Social, hoje COSEAS, tem a intenção de torná-la realidade.*

*Na época diz o Prof. Irineu Strenger, era reitor o prof. Alfredo Buzaid, hoje ministro da Justiça, mas ele nem sequer chegou a tomar conhecimento da idéia, o mesmo acontecendo com as demais administrações. Havia muitos a favor, mas igualmente, muitos contra, e a idéia esbarrava nas assessorias dos reitores, um dos motivos porque não foi concretizada até o momento.*

*Este ano, um novo reitor assumiu a administração da USP, e decidi apresentar a idéia pessoalmente ao Prof. Orlando Marques de Paiva, que autorizou o início da programação de instalação da creche, acrescenta entusiasmado o prof. Irineu Strenger (Folha de São Paulo, Domingo, 09 de dezembro de 1973).*

Segundo a declaração acima, a motivação para a paralisação do projeto de creche era decorrente de problemas burocráticos, além da discordância de idéias e objetivos entre os membros da administração universitária, indicando mais uma vez que, para o bom encaminhamento de uma Política Pública, é importante que haja um bom relacionamento, discussão e consenso entre formuladores e implementadores de um programa social.

O projeto de creche na USP foi retomado e logo no primeiro semestre de 1974, a pedido da COSEAS, realizou-se o levantamento do número de crianças com idade entre 0 a 5 anos, filhos de funcionários da USP, visando o mapeamento da demanda. Os registros indicaram um total de 2500 crianças.

Em janeiro de 1975, a COSEAS aplicou um questionário de pesquisa sobre a criação da creche buscando levantar os seguintes dados: condição sócio-econômica das famílias; disposição em cooperar com a manutenção desse equipamento social; a expectativa que a creche lhes traria, etc. Tal procedimento teve o apoio da ASUSP – Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo, obtendo-se um total aproximado de 9000 questionários respondidos, mesmo muitos servidores não tendo encaminhado suas respostas (AFRUSP, dossiê – 1835, op. cit.).

Na documentação analisada (cf. AFRUSP, Dossiê nº 1835, FCC), destaca-se a demora na tabulação e cruzamento dos dados presentes em tais questionários devido à falta de funcionários e ausência de procedimentos eletrônicos de tabulação. Dentre os servidores da USP constatou-se que 93% apresentaram-se favoráveis à implantação da creche. A proposta inicial era de uma creche-piloto, que atenderia em média 200 crianças, e a partir da qual se elaborariam as demais creches conforme a demanda.

Diante dessas ações em prol a creche partindo tanto de funcionários, professores e alunos quanto do alto *staff* da universidade, chama a atenção uma correspondência datada de agosto de 1975, da Divisão de Promoção Social, direcionada ao coordenador da COSEAS, cujo assunto era “Implantação da Creche”, mas que traz consigo uma concepção pejorativa de creche, a qual citamos a seguir.

*Sendo a Universidade um centro de trabalho, estudo e pesquisa, este futuro benefício, possibilitará um aumento de produtividade de funcionárias e alunas, em razão da tranqüilidade que terão ao saber que seus filhos estarão em local seguro recebendo os cuidados necessários. É bem verdade que, quando da sua implantação, este centro não terá valor igual ao ambiente familiar porquanto visará tão somente atenuar os efeitos negativos provenientes do afastamento Mãe-filho (AFRUSP, dossiê – 1835, FCC, fl: 108).*

A creche, espaço de educação e cuidado indissociável da criança, é tratada no texto acima focado como uma instituição que desempenha uma função de substituta materna, reforçando a imagem do trabalho extra-domiciliar feminino como algo negativo e com papel diferenciado do papel masculino, ainda mais quando essa mulher também é mãe. Dentro da ótica trabalhista dos anos de 1970, a creche realmente era vista como um direito da mãe e não como um direito da criança, pois nesse momento histórico é que se iniciam as discussões acerca desta questão. Como ROSEMBERG (1984) detectou em seus estudos, a creche surgiu por motivações externas às necessidades das crianças e desde seus primórdios esta ligada ao trabalho materno.

A visão de creche como um local de educação e cuidado importante para a criança e enquanto um espaço de vivência entre coetâneos, cujo espaço de socialização também é diferenciado, só foi conquistada em meados dos anos de 1980.

O enfoque pejorativo em relação à creche exposto no trecho destacado foi confirmado posteriormente por Maria Clotilde (diretora da Divisão de Creches/ COSEAS – USP) quando, em entrevista, relatou um fato curioso que marcou a inauguração da primeira creche da USP em 1982:

*“Essa creche foi tão esperada, tão olhada e quando a gente abriu a creche a gente não tinha criança. Nós tínhamos 50 vagas para berçário e infantil e começou a dar uma angústia, afinal eu estou*

*aqui há anos, me dedico, teve passeata e tudo e não tem demanda!!! Talvez nós não tivéssemos feito divulgação suficiente e então nós prorrogamos o prazo na universidade e tal... Hoje eu também faço outra interpretação... você tem um bebezinho tão pequenininho, tão bonitinho e vai deixar num lugar chamado CRECHE... se hoje ainda tem pessoas com receio, imagine a 20 anos atrás e tantos anos atrás... era outra mentalidade, a creche tinha um estigma muito grande de assistencial, de crianças abandonadas, de mães desnaturadas... mas ainda hoje se encontra isso dentro da universidade e fora” (M<sup>a</sup> Clotilde/ USP, maio de 2004).*

Esse relato retoma diversas questões históricas ligadas ao atendimento a infância no Brasil, como enfocamos no Capítulo 1 dessa dissertação. Entre elas destacamos a visão assistencialista sobre esse atendimento, o trabalho feminino subjugado e a creche como substituta materna.

Como indica o relato acima, a busca pelo atendimento e ao mesmo tempo o sumiço da demanda, anteriormente estudada e mapeada pelos responsáveis pelo Projeto de Creche na USP, talvez fosse decorrente ao desconhecimento do espaço e da função a ser desempenhada pela creche, principalmente há 20 anos atrás. Contudo, sabemos que ainda hoje existe um preconceito em torno desse assunto, havendo ainda um desconhecimento sobre o que é a creche, o que ela representa, aliás, como trata HADDAD (1991), a creche ainda está em busca de identidade.

A explicação em relação ao desaparecimento da demanda descrita acima não pode ser considerada como única, ela é apenas uma hipótese levantada pela diretora da divisão de creche da COSEAS/ USP, mas não podemos deixar de considerar que do período em que o primeiro mapeamento da demanda foi realizado, em 1975, até a concretização e inauguração da creche (1982), houve um espaçamento temporal considerável, pois aqueles que indicavam necessidade de creche no primeiro mapeamento levantado, talvez não necessitassem mais de seus serviços no momento em que esta passou a funcionar na USP. O atendimento em creche após os 6 anos de idade não acontece, devido a especificidade da educação infantil, cujo o atendimento pode ser realizado de 0 a 6 anos de idade, assim o crescimento das crianças é um fator a ser considerado. Por esse motivo, em 1981 houve a

necessidade de realização de um novo levantamento da demanda, visando captar as reais necessidades e interesse pela creche no campus.

Durante a trajetória de implantação da creche, na USP, várias reuniões foram realizadas com a equipe de arquitetos da FUNDUSP. Foram elaboradas as plantas para a construção, estudou-se o local para a instalação, buscou-se mais informações e esclarecimentos junto da LBA – Legião Brasileira de Assistência – sobre como montar uma creche. Nesse período foram contratados sociólogo, psicólogo e pedagogos para a elaboração do Projeto de Creche, além de contatarem os professores do Instituto de Psicologia da USP, tendo em vista torná-la um centro de estudo e pesquisa, bem como obter por meio dessa parceria sugestões sobre sua forma de funcionamento.

Apesar de toda essa tramitação, a creche ainda não havia sido construída em meados de 1975, assim a comunidade universitária se organizou por meio de abaixo-assinado com cerca de 3000 assinaturas (cf. AFRUSP, dossiê – 1835, FCC) e por meio de passeata em frente ao prédio da Reitoria, chamando a atenção para a demora na concretização do projeto e pressionando os órgãos competentes a solucionarem o problema criado pela falta de creche.

#### ***POR QUE UMA CRECHE NA USP?***

*Todos os alunos, professores e funcionários que têm filhos sentem como é difícil conciliar o trabalho ou estudo com o cuidado das crianças. Uma boa creche é necessidade real. Embora já exista um projeto engavetado há anos, não temos ainda creche na USP.*

*Nossa Legislação exige a manutenção de creche gratuita em todos estabelecimentos com mais de 30 mulheres em idade superior a 16 anos em seu corpo de funcionários. (par. 1º do art. 389 da CLT). Reclamamos o cumprimento dessa lei.*

*Alunos, professores e funcionários da USP unem-se para reivindicar uma creche.*<sup>21</sup>

*Queremos uma creche modelo e gratuita para os filhos de funcionários, alunos e professores. Essa creche servirá também de local de estágio supervisionado. Participaremos no planejamento e orientação da creche.*

***PEDIMOS SEU APOIO – ASSINE O ABAIXO-ASSINADO – VENHA CONOSCO ENTREGÁ-LO AO REITOR.***

***Na 5ª feira, dia 21, às 12 hs – ENCONTRO EM FRENTE A REITORIA.***

---

<sup>21</sup> O grifo é original do texto anexado ao Processo 763/73. Cf. AFRUSP, dossiê – 1835.

**Traga seus filhos:** se não tiver filhos, venha apoiar (COSEAS, Processo 763/73. Cf. AFRUSP, dossiê – 1835, FCC, fl: 133).

Tal manifestação pautava-se, como revela o convite acima, nas determinações trabalhistas previstas pela CLT/ 1943 e com base no não-cumprimento dessa lei pela universidade. Diante dessa incongruência, diferentes atores da comunidade uspiana lutaram pela creche, havendo a união entre professores, funcionários e alunos, já que ambos demandavam o mesmo objetivo, uma Creche na USP.

Enquanto a comunidade uspiana pressionava a Reitoria através de abaixo-assinados e passeatas em favor a creche, exaltando por meio dessas ações a necessidade desse espaço na universidade, a Comissão de Creche (formada por sociólogo, psicólogos e pedagogo) buscava através de estudos dar andamento ao seu plano de trabalho, focalizando como seria o funcionamento da creche.

De acordo com Relatório apresentado pela referida Comissão, representado por Elias Mallet da Rocha Barros (Psicólogo) e Maria Clotilde Magaldi (atual Diretora da Divisão de Creches da COSEAS/ USP), em novembro de 1975, já estava claro que a criação de uma creche na USP representava uma necessidade urgente (Cf. AFRUSP, dossiê – 1835, FCC).

Conforme os documentos analisados indicam e conforme o trecho destacado a seguir, vemos que a intencionalidade presente no Projeto de Creche elaborado por tal Comissão associa entre suas ações o estudo, a pesquisa e o atendimento a comunidade, prevendo entre seus princípios a busca pela expansão do atendimento.

*A creche terá por objetivo, além de promover o desenvolvimento físico, afetivo-emocional e intelectual ótimos das crianças atendidas, assumir a função de um centro informativo e orientador de pais e se constituir numa base de estágios e pesquisas supervisionadas para pós-graduandos e professores da Universidade. (...) poderá assumir um caráter de centro modelo, capaz de generalizar-se para toda comunidade (COSEAS, Processo 763/ 73. Cf. AFRUSP, dossiê – 1835, FCC, fl. 224).*

Neste relatório, anexado ao Dossiê nº 1835 - AFRUSP, explicita-se a dificuldade enfrentada pela Comissão do Projeto de Creche durante o seu processo de estudo da demanda, especificamente no que diz respeito à porcentagem de vagas que deveriam ser destinadas aos alunos, funcionários e professores. Diante da inexistência de dados objetivos

nos quais fundamentar essa destinação, uma solução levantada hipoteticamente foi a seguinte: 40% das vagas seriam preenchidas por filhos de alunos, 40% por filhos de funcionários e 20% por filhos de professores (Cf. AFRUSP, dossiê – 1835, FCC, fl. 237). Entretanto, essa proporcionalidade foi revista, como apresentaremos mais adiante.

A Comissão que estudava o atendimento em creche na USP manteve como consenso dois critérios referentes ao processo de seleção para a vaga na creche:

1º - a condição sócio-econômica e,

2º - o atendimento preferencial as servidoras mulheres.

O segundo critério é justificado pelo relatório apresentado (Cf. AFRUSP, dossiê – 1835, op.cit), como sendo uma forma de reparação para as diversas vezes que as mulheres são postas numa posição secundária devido a sua condição feminina, principalmente quando esta já é mãe. Assim, o atendimento preferencial as mulheres servidoras universitárias foi proposto como uma forma de

*reparar uma grande injustiça cultural. Normalmente é a mulher que arca, muitas vezes pagando o preço de sua não realização pessoal, com o peso dos cuidados dos filhos (op.cit, fl. 236).*

A comunidade acompanhava o processo de tramitação do projeto de creche e demonstrava revolta, por meio de manifestos e informativos, ao saber que a creche não abrangeeria a todos os filhos de alunos, funcionários e professores, já que o mesmo previa o atendimento de apenas 200 crianças. Segundo o levantamento da FUNDUSP, havia 1500 crianças à espera da creche.

Nesse sentido, formou-se na USP uma Comissão – Creche para Todos, que representava aqueles que necessitavam e lutavam pela creche, ou seja, os alunos, professores e funcionários, que encaminhou à Reitoria e a Coordenadoria da COSEAS uma Carta aberta retomando a insatisfação com a lentidão da tramitação do projeto (op.cit, fl. 258).

Em setembro de 1978, após 3 anos de estudo sobre a creche, a Comissão do Projeto de Creche na USP, composta por Maria Clotilde Magaldi, hoje diretora da Divisão de creches da COSEAS, apresentou a Coordenação da COSEAS algumas correções e

adequações no Projeto original apresentado em 1975 e elaborado em parceria com Elias Rocha Barros, contratado na época para esse fim.

Apesar da demanda ser maior que a oferta proposta, conforme levantamento realizado pela FUNDUSP, a comissão aproveita o ensejo para esclarecer que, (...) *sabemos que uma creche com capacidade maior do que aquela proposta é improdutiva, acarretando sérias dificuldades na sua administração.*

Entre as alterações e correções no Projeto inicial de creche propostas à COSEAS, fez-se presente a seguinte modificação quanto a faixa etária a que se propunham atender: *ao invés de 0 a 9 meses no berçário I e 9 a 18 meses no berçário II, deveremos atender de 4 a 12 meses no berçário I e 13 a 18 meses, respectivamente.* Além dessa mudança, propôs-se o aumento no número de pajens, que passaria de 19 para 21 funcionárias, visando melhor atender ao berçário.

Em 1979, durante a gestão do então reitor Prof. Dr. Waldyr Muniz Oliva, iniciaram-se os cálculos estimativos dos recursos necessários para edificação; contratação de pessoal; material permanente e equipamentos para a creche. As plantas arquitetônicas já estavam concluídas, porém, o orçamento que estava previsto para construção da primeira etapa da “*Creche Universitária*”, ou seja, que atenderia a execução das fundações e sua estrutura, acabaram não sendo consignados como o previsto. Enfim, por falta de recursos financeiros o projeto acabou sendo interrompido. (Cf. AFRUSP, dossiê – 1835, FCC)

Em depoimento colhido por DUTOIT (1995), a atual diretora da Divisão de Creches da COSEAS/USP, Maria Clotilde, relatou sobre a retomada do Projeto de creche em 1980, enfatizando, entretanto, que a mesma foi realizada por uma nova equipe, como nos expõe o trecho a seguir:

*Em 1980, foram contratados outros profissionais que juntamente com um remanescente da equipe original, constitui-se na nova comissão para o planejamento da creche. Esta nova equipe retomou o antigo projeto e reformulou de acordo com as condições e condicionantes da época (p. 19).*

Uma nova identificação da demanda foi realizada em 1981 por essa nova equipe, visando estudar e estabelecer critérios para o processo de seleção a creche.

Durante nossa entrevista, Maria Clotilde comentou o porquê de iniciar uma creche atendendo prioritariamente bebês, já que esse equipamento é o mais caro em sua montagem

do que um destinado a crianças maiores, mesmo diante de dificuldades orçamentárias como revelam os documentos analisados.

*“Em 80 o Projeto retorna, inauguram a creche em 82 contrata as pessoas, mas a gente só consegue começar a funcionar em julho de 82, então eu fiquei com o pessoal dentro da creche 6 meses fazendo cursos de treinamento, pois a gente conseguiu abrir em julho de 82, portanto 17 anos após a 1ª reivindicação. A gente abre em 82 tendo pensado em atender 250 crianças. A gente abre um pavilhão inicial para 50 bebês. Meu pensamento na época era abrir com bebês, pois é um equipamento mais caro e expandir para as outras faixas etárias é mais fácil, essa era uma razão. Uma outra razão é que você não tinha equipamento público para crianças BEBÊ... então eu estava juntando uma demanda que não era atendida, um equipamento mais caro e a oportunidade de expansão natural, pois aqueles bebês que entrassem iam requerer continuidade do atendimento”* (Maria Clotilde/ USP, maio de 2004).

Assim sendo, em 1982 a primeira creche da USP foi inaugurada e é hoje conhecida como a Creche Central. Como era a primeira unidade de creche da USP, passou por uma fase experimental atendendo inicialmente 50 crianças na faixa etária de 4 a 18 meses, ampliando posteriormente o atendimento até a faixa de 6 anos e 11 meses, contudo de forma gradual, até atingir sua capacidade máxima de 250 crianças.

De acordo com o relato de Maria Clotilde, tratou-se de um processo planejado de expansão natural do atendimento a infância na USP, iniciando o atendimento aos 4 meses de idade, pois nessa fase a mãe já está retornando de sua licença-maternidade, podendo continuar ou não com a amamentação, respeitando-se a opção da família e não estabelecendo nenhuma obrigatoriedade quanto a esse assunto.

Além da Creche Central, a COSEAS também é a responsável pela coordenação da Creche Oeste, da Creche da Saúde, da Creche Carochinha/ Ribeirão Preto, como foi apresentado anteriormente, inclusive através do organograma da COSEAS. No início de 2004 passou a administrar também a Creche de São Carlos.

Quanto ao processo de seleção, a distribuição das vagas entre filhos de alunos, funcionários e professores é diferente dos tempos iniciais da creche, pois ao longo dos anos de funcionamento da mesma é que se verificou a necessidade de rever a demanda.

*“O comportamento da demanda nos vários segmentos era diferente da de hoje. Nós começamos com uma proporção mais generosa para alunos do que para funcionários... Hoje a proporção é diferente: 80% - Funcionários; 15% - Professores/Docente; - 5% Alunos. Ao longo dos anos nós fomos percebendo que a demanda de funcionários era muito maior do que a demanda de alunos e não havia o porquê ficar com vagas ociosas. Então reformulamos a proporção. A creche de Ribeirão tem uma proporção totalmente diferente: 70% das vagas são para filhos de funcionários, 15 % para professores e 15 % para filhos de alunos, porque quando essa creche veio para nós (COSEAS) ela já veio assim...”* (antes era da Associação Riopretana) (Maria Clotilde/ USP, maio de 2004).

A percepção de uma maior demanda por parte de funcionários é que levou a Equipe da COSEAS a ajustar a porcentagem de vagas a serem oferecidas em suas creches. Conforme o relato da diretora da Divisão de Creches da COSEAS, o estudo revelou que a demanda maior é proveniente do segmento composto por funcionários, seguido do segmento docente e somente depois pelo segmento de alunos, justificando-se assim a reformulação da distribuição.

Uma característica importante das creches administradas pela COSEAS é a concepção de “Creche Aberta” que as acompanham desde sua inauguração.

Quando a Creche Central foi inaugurada, em 1982, introduziu a concepção de creche aberta, que permitia a circulação dos pais em seu interior e propunha o ainda desconhecido período de adaptação, no qual a participação da família é fundamental para que a criança adapte-se a esse novo espaço que a creche lhe representa.

Como coloca DUTOIT (1995), a creche aberta

*contrapõe-se à postura de deixar as crianças na porta da creche, pois acredita que os pais devem ter acesso livre as suas dependências, acompanhando o trabalho que é desenvolvido,*

*criando parcerias, confiança, segurança, sentimentos que beneficiarão a criança, contribuindo para que sua permanência seja tranqüila (p.26).*

Essa concepção presente nas Creches da COSEAS/USP revela o seu posicionamento político-pedagógico, no qual a participação creche-família é claramente priorizada, conforme demonstraram os dados até então apresentados.

Diante dessa postura educacional, pensar a formação de seus profissionais torna-se uma questão primordial. Nesse sentido, a formação do profissional de creche da USP é realizada com todos os funcionários e de todas as creches da USP duas vezes por ano. Essa formação se concentra no campus da USP em São Paulo e é chamada de Semana de Formação.

Nesse período as creches não atendem as crianças, constituindo-se esse momento como uma atividade prevista no calendário das creches e em seu Regimento Interno, como segue abaixo.

*Art. 6º - Nos meses de fevereiro e julho as creches não funcionarão por cinco dias úteis para a realização de treinamento dos funcionários (Regimento Interno da Divisão de Creches/ COSEAS – USP – Cf. ANEXO III).*

Quanto à nomenclatura “recreacionista”, adotada para as profissionais que trabalham diretamente com as crianças, esta se pautou nos critérios e exigências previstas pelo setor de recursos humanos da USP, de acordo com a diretora da Divisão de Creches/ COSEAS.

*“...quando a gente abriu a Creche no quadro funcional tinha a opção **Recreacionista** (...) escolhi esse nome porque eu queria na época alguém que tivesse 2º grau completo e esse cargo era o único que exigia essa formação. **ADI** (Auxiliar do desenvolvimento infantil) e **pajem**”, não . Apesar do nome ser infeliz porque recreacionista não é alguém que só faz recreação, elas tinham o 2ºgrau. Na época me agradou que não era **Magistério** (...) eu gostava dessa oportunidade de **diversificação do trabalho**” (Maria Clotilde Magaldi/USP, maio de 2004).*

A opção por essa nomenclatura focalizou a formação exigida, no caso para essa função determinava ao menos o 2º grau. A partir desse dado, temos, portanto, uma ligeira visão de como se compõe o quadro dos profissionais das creches da USP, principalmente dos quais estão diretamente trabalhando com as crianças.

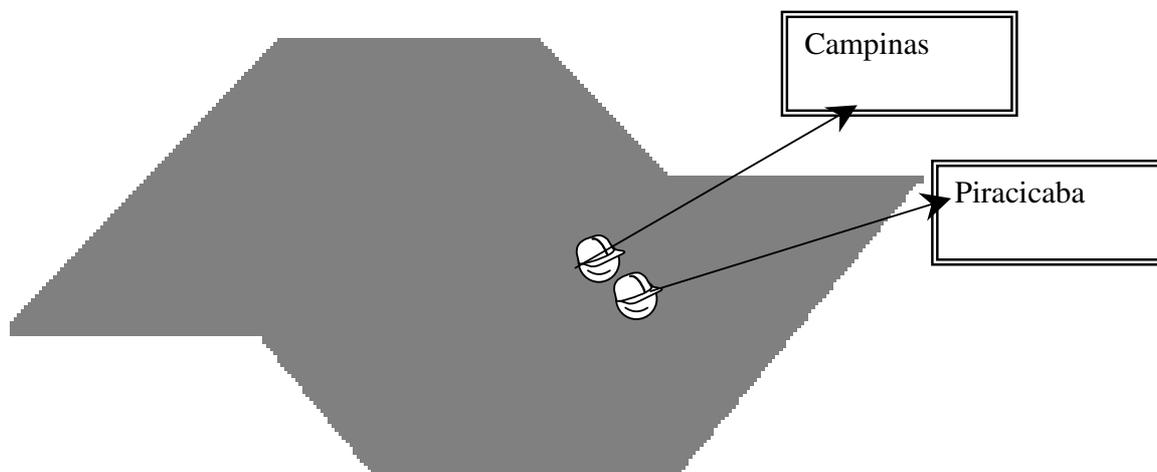
Segundo MAGALDI (op. cit), quanto à parte financeira, os pais auxiliam nos gastos com

*“passeios, alguma coisa pequena. Mas nas creches não existe a cobrança de nenhuma taxa. As creches realizam bingos e festas para ter uma caixinha extra para, por exemplo “comprar um brinquedo artesanal feito na feira”, como não há nota fiscal ele é comprado com o dinheiro desse caixa.”*

Assim sendo, as creches administradas pela COSEAS são mantidas pela Reitoria da USP por meio de verbas destinadas a Coordenadoria de Saúde e Assistência Social, que as repassam entre seus os programas sociais, não havendo nenhum convênio específico que focalize a creche e lhe auxilie financeiramente.

Os recursos para a manutenção das creches de Piracicaba e de São Carlos são provenientes das Prefeituras Administrativas dos *campi* e da contribuição dos pais. A creche de Bauru é mantida com recursos das diversas unidades do seu campus e por meio de contribuições da Associação de Pais e Amigos do Berçário Leite & Amor (KISHIMOTO, 1999: 93).

## 2.2 - As creches na UNICAMP



**Fonte:** Os mapas foram construídos com base em informações obtidas no endereço disponível em: [www.saopaulo.sp.gov.br](http://www.saopaulo.sp.gov.br). Acesso em 30 de março de 2003.

A UNICAMP é uma das universidades públicas paulistas que compõe essa pesquisa. Ela está localizada em Campinas, mas possui outros dois *campi*, localizados em Limeira e Piracicaba.

Nesta universidade os programas educativos estão divididos em três grupos: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Apoio à Escolaridade. Os mesmos desenvolvem atividades de cuidados e educação, através da atuação de profissionais das áreas de Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, Nutrição e Serviço Social. Tais Programas Educativos estão ligados a DGRH – Diretoria Geral de Recursos Humanos, que por sua vez está vinculada a PRDU – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário.

Entre as atribuições da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário da UNICAMP estão a administração e viabilização de *soluções integradas nas áreas de recursos humanos, materiais, financeiros, infra-estrutura e tecnologia da informação e comunicação, proporcionando qualidade de vida, excelência técnica e o bom uso dos recursos*<sup>22</sup>.

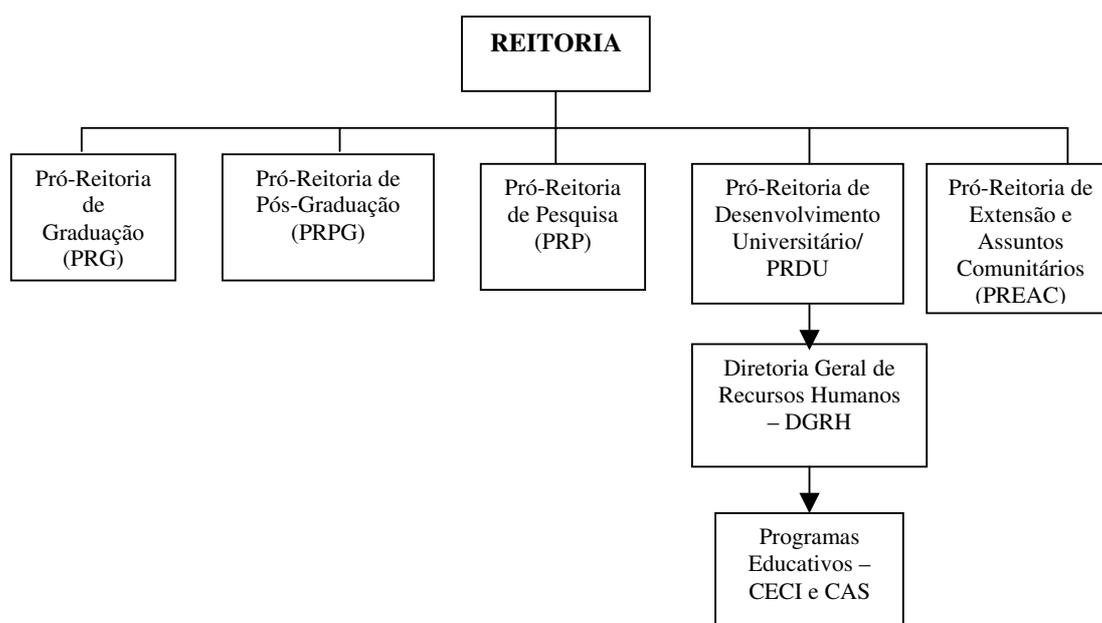
---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.prdu.unicamp.br/missao.html>. Acesso em 15 de agosto de 2004.

Seguindo os princípios da PRDU e em consonância com os mesmos, uma das missões da DGRH<sup>23</sup>, órgão responsável pelos Programas Educativos da UNICAMP, constitui-se em

*Propor e promover uma política de benefícios que contribua para que os funcionários da UNICAMP tenham possibilidade de melhoria no desempenho de suas funções, de desenvolver seu trabalho com tranqüilidade e satisfação, bem como de melhorar sua qualidade de vida, buscando parcerias que visem atender suas necessidades nas áreas de saúde, educação, atividade esportiva e sociocultural e parcerias para questões emergenciais.*

Assim sendo, observe a localização dos Programas Educativos da UNICAMP, expostos no organograma que se segue.



**Fonte:** Organograma montado a partir de informações disponíveis em: <http://www.reitoria.unicamp.br>. Acesso 17 de julho de 2004.

A seguir estaremos discutindo e apresentando o histórico de constituição das creches CECI (Centro de Convivência Infantil) e CAS (Creche da Área da Saúde), separadamente (por apresentarem características próprias e diferentes trajetórias),

<sup>23</sup> Disponível em: [http://www.dgrh.unicamp.br/dab\\_home.shtml](http://www.dgrh.unicamp.br/dab_home.shtml). Acesso em 15 de agosto de 2004.

lembrando que ambas fazem parte dos Programas Educativos voltados à Educação Infantil oferecidos pela UNICAMP.

Como podemos ver na **Tabela 2** as creches localizadas no campus de Campinas, tanto o CECI como a CAS, são de grande porte, pois atendem mais de 150 crianças. O CECI localizado no campus de Piracicaba trata-se de uma creche de pequeno porte, pois atende menos de 50 crianças. Podemos considerar que essa característica seja decorrente ao fato de que em Piracicaba o campus da UNICAMP oferece apenas o curso de Odontologia na FOP (Faculdade de Odontologia de Piracicaba/ UNICAMP), portanto com uma demanda menor em relação às creches do campus de Campinas.

Assim, a UNICAMP possui duas creches de grande porte localizadas no campus de Campinas, onde se concentra o maior número de funcionários, professores e alunos desta universidade e onde se concentram 95,1% das vagas de suas creches.

**Tabela 2 – Creches da UNICAMP - Localização e número de crianças atendidas (2003)**

UNICAMP	Creche	Nº de crianças (2003)	(%)
<i>Campinas</i>	CECI – berçário e maternal	250	48,5
	CAS	240	46,6
<i>Piracicaba</i>	CECI	25	4,9
<i>Limeira</i>	Não possui creche	-	-
<b>TOTAL – 2 campi</b>	<b>4 creches</b>	<b>515</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Site da UNICAMP e contatos com as creches

### 2.2.1 -Centros de Convivência Infantil (CECI)

A primeira creche da UNICAMP instalada em Barão Geraldo/ Campinas foi inaugurada em 1982 e chama-se Centro de Convivência Infantil (CECI).

Inicialmente, o Centro de Convivência Infantil (CECI) estava vinculado à Coordenadoria Geral das Faculdades (CGF), entretanto, pela Portaria GR 198/98<sup>24</sup>, de

<sup>24</sup> Disponível em: [http://www.unicamp.br/unicamp/servicos/infra/servicos\\_infra\\_creches\\_escolas.html](http://www.unicamp.br/unicamp/servicos/infra/servicos_infra_creches_escolas.html). Acesso em março de 2003.

30.07.1998, passou a ser subordinado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário (PRDU), respondendo ao coordenador da Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH)<sup>25</sup>.

O CECI atende aos filhos ou dependentes legais dos funcionários, na faixa etária entre 2 meses e meio a 4 anos, durante a jornada de trabalho, desenvolvendo atividades de cuidados e educação, através da atuação de profissionais das áreas de Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, Nutrição e Serviço Social. Funciona em período integral, mas realiza horário especial de ½ período.

Para admissão no CECI é estabelecido o seguinte critério: ser filho ou dependente legal das servidoras da UNICAMP e FUNCAMP, excluindo os atendidos pela Creche da Área da Saúde – CAS. Como a demanda é sempre maior que a oferta, utiliza-se a classificação sócio-econômica, priorizando a de menor pontuação e estudo de caso. O CECI também atende aos filhos de suas funcionárias, independente de sua classificação sócio-econômica.

O CECI/Campinas está dividido em dois prédios: o do berçário, que atende crianças com idade de 75 dias a 15 meses; e o prédio do maternal, que atende crianças com idade de 15 meses a quatro anos.

Convém destacar que, o CECI - UNICAMP faz parte de um programa do Governo do Estado de São Paulo iniciado em 1982, denominado Programa Centro de Convivência Infantil (CCI), cujo objetivo era,

*Proporcionar a prestação de serviços necessários ao acolhimento e a assistência a criança filhos de funcionárias e servidoras das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas, mediante instalação e administração por estes órgãos e ou entidades de Centros de Convivência Infantil (SÃO PAULO, FASPG, processo 1847: 3).*

Apesar da primeira ação em busca da creche na UNICAMP ter ocorrido em 1975, vemos sua concretização somente nos anos de 1980, dando-nos o indicativo de seu surgimento estar ligado prioritariamente ao Programa CCI do governo do Estado de São

---

<sup>25</sup> A Diretoria Geral de Recursos Humanos - DGRH é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário (PRDU). Como órgão central de recursos humanos, tem atribuições de planejamento, coordenação, orientação técnica e controle das atividades da administração de pessoal e de proposição de política de benefícios sociais e vantagens para os servidores.

Paulo, respondendo como consequência as determinações trabalhistas previstas da CLT/1943.

Vemos também que diferente da denominação adotada para as creches na USP, na UNICAMP a nomenclatura adotada, Centro de Convivência Infantil, confirma a ligação com o referido programa estadual de atendimento a infância, cuja prioridade era atender as necessidades das mães servidoras e funcionárias estaduais.

Segundo FAGUNDES (1997), a sigla CCI (Centro de Convivência Infantil) foi alterada em 1986 para CECI visando diferenciar a creche de outro órgão da universidade, o Centro de Controle de Intoxicações (CCI), implantado nesta época e assim evitar problemas de comunicação interna.

De acordo com esta pesquisadora, na UNICAMP, diferentemente do que aconteceu na USP, não houve nenhum ato público em defesa da creche, mas tal reivindicação estava presente na ordem do dia e compunha um movimento maior que era a luta pela sindicalização do funcionalismo público desta universidade.

A primeira menção oficial referente à creche da UNICAMP data de um processo administrativo de 1975 que traz em seu corpo o seguinte conteúdo:

*(...) a implementação de uma creche na UNICAMP apresenta-se como oportuna medida a ensejar que família e universidade se beneficiem e se reforcem. A promoção do bem estar físico, espiritual e social do homem constitui o objetivo primordial da universidade (UNICAMP, 1975, apud FAGUNDES, 1997).*

Tal processo referente ao projeto de creche no interior da UNICAMP, segundo pesquisa realizada por FAGUNDES (op.cit.), tramitou por diferentes instâncias nesta universidade: Gabinete do reitor, Coordenadoria geral e finalmente a Procuradoria geral da universidade.

Com a incorporação oficial da creche da UNICAMP, em 1983, a legislação estadual referente aos CCIs (Decreto nº 18.370 de janeiro de 1982<sup>26</sup>), ocorre a expansão do atendimento, ou seja, passa a atender crianças de 2 meses até 4 anos de idade, não restringindo mais o seu atendimento ao período de amamentação.

---

<sup>26</sup> Vide no ANEXO II – o texto deste decreto.

Quanto a instalação de creche no campus de Limeira, somente em 1984 é que o diretor da Faculdade de Engenharia de Limeira, Prof. Tioeturo Yagui, solicitou ao Exmo. Reitor Prof. José Aristodemo Pinotti, o aluguel de um imóvel, visando instalar uma creche para este campus (Ofício CGC nº 169/84.Cf. UNICAMP, 1984. Processo 00-05271/84, fl.4).

Em resposta a solicitação, houve a programação de recursos e em outubro de 1984 uma casa foi alugada nas proximidades da Faculdade de Engenharia de Limeira, sendo o contrato para o período de um ano (Cf. op.cit, fl: 29).

Entretanto, o contrato de aluguel foi sendo renovado e revisto com os devidos ajustes ano após anos, prolongando-se até 30/09/98, conforme documentação anexada ao Processo Administrativo – UNICAMP nº 00-05271/84, fl. 98, volume 4.

Paralelamente a esse contexto, o diretor da Faculdade de Engenharia de Limeira - FEL, Prof. Tioeturo Yagui, solicitou, em meados de 1986, ao então Reitor Prof. Paulo Renato C. Souza, que fosse construído um prédio para abrigar a creche do campus de Limeira (Cf. UNICAMP, Processo nº 10025/1986).

O mesmo chegou a apresentar um projeto de creche a Reitoria da UNICAMP, dizendo o seguinte:

*O projeto apresentado, foi elaborado pela Coordenadoria de Projetos desta Faculdade (FEL), originariamente para atender à creche da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – FOP. Trata-se de um projeto muito bem elaborado e que poderá ser adotado, “Data vênia”, como projeto padrão para as creches da UNICAMP (op.cit, fl. 6).*

A construção desta creche atenderia cerca 40 crianças, sendo que  $\frac{1}{4}$  desta demanda era composta de lactantes, sendo os  $\frac{3}{4}$  restantes compostos de crianças na faixa etária de 1 a 5 anos (idem). Contudo, tal solicitação não foi atendida, permanecendo o atendimento da Creche da FEL na casa inicialmente alugada, conforme indicam os documentos analisados.

Entre os documentos anexados ao Processo Administrativo – UNICAMP nº 00-05271/84: volume 3 – há um pedido de rescisão de contrato datado de 05 de janeiro de 1989, data em que segundo tal documentação marca a de desativação total da Creche de

Limeira, sendo o aluguel prolongado até setembro de 1998, já que a casa seria utilizada para outro fim.

A desativação da Creche de Limeira já estava prevista, desde 1989, pois neste ano o curso de Engenharia que funcionava em Limeira (Engenharia Civil) foi transferido para o campus de Campinas, marcando o fim de suas atividades e, portanto, diminuindo o número de funcionárias que necessitariam da creche.

*Em fins de 1989, após reivindicações de alunos e professores, através da Deliberação CONSU A-19/88, de 23.11.1988, houve a transferência do curso para o Campus de Campinas, sendo que em Limeira, pela mesma Deliberação foi criado o Centro Superior de Educação Tecnológica (CESET)<sup>27</sup>.*

Diante deste dado, podemos dizer que a não-construção de um prédio próprio para abrigar a Creche do campus de Limeira tenha sido em decorrência da intenção de transferir o curso de Engenharia Civil para o campus de Campinas.

Já no campus da UNICAMP em Piracicaba, o histórico da creche é outro. Segundo o Processo UNICAMP nº 3720/84 a creche desta faculdade foi criada por iniciativa das mães funcionárias, tendo sido todo o material necessário para o seu funcionamento adquirido com recursos de mensalidade e promoções sociais feitas pelas próprias mães, incluindo “o pagamento de duas pessoas para tomar conta das crianças” (fl. 2).

De acordo com a documentação anexada a esse processo, assim que o Prof. Pinotti assumiu a Reitoria foram contratadas três funcionárias para a creche e iniciou-se a concessão de adiantamento mensal para cobrir as despesas com alimentação.

A Faculdade de Odontologia de Piracicaba - FOP é que havia cedido o local para a instalação da creche deste 1979, mas este era esse considerado provisório, já que era um ambiente inapropriado, por não ter ventilação e luminosidade adequada, sem contar com área externa.

Segundo a Presidente da CREFOP - Creche da FOP, Tereza Barrichello, a creche estava localizada em local insalubre e devido a isso pedia à Reitoria que iniciasse a

---

<sup>27</sup> Disponível em: [www.fec.unicamp.br/100congre/historico.htm](http://www.fec.unicamp.br/100congre/historico.htm). Acesso em maio de 2004.

construção de um prédio próprio para a creche, em espaço adequado, com ventilação, luminosidade e exposição ao sol (Processo UNICAMP nº 3720/84, fl. 4).

*Propomos-nos auxiliar na construção desse local, angariando parte da verba necessária, através de diferentes promoções feitas pelas próprias mães (Processo UNICAMP nº 3720/84, fl. 4).*

Assim, somente no ano de 1984 que a direção da FOP solicitou oficialmente que a Reitoria da UNICAMP aprovasse a construção de um prédio para abrigar a creche deste campus, em funcionamento desde 1979. Conforme solicitação, logo o ESTEC/UNICAMP apresentou o “Projeto de Creche I e II”, desenvolvidos pela coordenadoria de Projetos da Faculdade de Engenharia de Limeira.(op.cit., fl.11 e 12)

Os trabalhos, desde a sondagem do solo até a construção do prédio destinado a creche, foram coordenados pela Faculdade de Engenharia de Limeira/UNICAMP, como revelam os documentos anexados ao Processo 3720/84.

Em 20 de julho de 1988, o ESTEC dirige um ofício ao vice-reitor, Exmo. Prof. Dr. Carlos Alberto Vogt, informando a finalização das obras da Creche da FOP/UNICAMP, cujo processo fora iniciado em 1984.

*Tendo sido concluídas as obras de construção da creche da FOP, estamos procedendo a entrega formal das respectivas chaves”. (OF, ESTEC nº2776/88. Cf. UNICAMP, Processo nº 3720/84).*

### **2.2.2 – A tramitação da implementação: Do projeto de creche a sua concretização no campus de Campinas**

De acordo com o Processo nº 3384 do ano de 1975, armazenado no Arquivo Central da UNICAMP (SIARQ) e cuja discriminação intitula-se “Criação de Creche”, o primeiro ofício que se refere à criação de creche nesta universidade data de 28 de maio de 1975 (OF. CAS. nº 03/75).

Através desse ofício a Comissão de Assistência Social, na época formada pelos seguintes atores: Dr. José Lopes Faria, Dr. Adolfo Penha, Dr. Pedro Bertolini e a assessora desta comissão, Ophelina Rabello, apresentaram ao Reitor Prof. Dr. Zeferino Vaz uma proposta de criação de creche na UNICAMP, a qual estaria ligada ao Programa de Assistência Social à comunidade universitária. Revela-se ainda nesse ofício ao reitor, o

seguinte objetivo esperado por esta implantação: *"que os laços entre família e universidade se reforcem e se beneficiem"*.

Entre os objetivos apresentados, destaca-se como sendo o principal,

*... permitir as crianças o convívio numa creche bem orientada num ambiente sadio, seguro e confortável, onde encontrarão as condições básicas para o seu desenvolvimento físico, mental e social; Oferecer aos pais, especialmente às mães a segurança do bem-estar proporcionado por uma CRECHE bem equipada de modo a permitir maior tranquilidade na execução de suas atividades profissionais e estudo; Proporcionar à Universidade, além do resultado imediato de maior rendimento no trabalho, por parte das mães e pais, a oportunidade de participar, efetivamente do grande esforço nacional de apoio à criança (OF. CAS. nº 03/75. Cf. Processo nº 3384/75).*

Também no decorrer das justificativas ao Reitor Zeferino Vaz, em prol a creche, chama a atenção o seguinte objetivo:

*A creche se constituirá numa feliz oportunidade de estudos, pesquisas, observações e campo de estágios para professores e alunos das diferentes áreas de interesse (OF. CAS. nº 03/75. Cf. Processo nº 3384).*

Nesta primeira menção a implantação da creche na UNICAMP, faz-se presente os objetivos gerais da universidade, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão. Conforme apontamos na Introdução desta pesquisa, as creches da UNICAMP têm funcionado como campo de pesquisa e estudo pelas diversas áreas do conhecimento, com ênfase nas produções na área das Humanas, seguida pela área da Saúde.

O estudo da demanda foi realizado e fizeram parte do levantamento exploratório: professores, funcionários e alunos. Os formulários foram entregues por 282 pessoas, cujos filhos apresentavam a idade entre 2 meses a 4 anos. Contudo, segundo a Comissão de Assistência Social anteriormente citada, esse número de pessoas que responderam ao formulário não representava a totalidade do público existente, pois os formulários haviam sido distribuídos em locais específicos da universidade e nem todos que realmente precisavam da creche tiveram o acesso ao mesmo (Processo nº 3384/75).

**TABELA 3 – Levantamento Preliminar da demanda potencial por creches, segundo a categoria universitária e a Idade de seus filhos (1975)**

CATEGORIA	FUNCIONÁRIO		PROFESSOR		ALUNO		TOTAL	
IDADE	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
<i>Em gestação</i>	30	12	13	05	12	03	55	20
<i>De 2 meses a 1 ano</i>	52	18	22	08	09	03	83	29
<i>1 a 2 anos</i>	26	09	06	03	05	02	37	14
<i>2 a 3 anos</i>	32	11	15	05	06	02	53	18
<i>3 a 4 anos</i>	31	11	22	07	01	01	54	19
<b>TOTAL</b>	171	61	78	27	33	12	282	100

Apud: OF. CAS. nº 03/75, p. 3.Cf. Processo nº 3384/ 1975

Segundo esse levantamento apresentado na Tabela 3, vemos que, dos 282 formulários respondidos, a maior demanda pela creche na UNICAMP era proveniente dos funcionários (61%), seguidos dos professores (27%), compondo o terceiro lugar no levantamento da demanda, os alunos (12%).

Ainda segundo essa tabela, a maior demanda pela creche era referente ao berçário, demonstrando que quanto menor a criança, maior é a dificuldade de se conseguir uma vaga na creche e devido a isso a maior procura por atendimento nesta faixa etária (considerando-se as gestantes e bebês de 2 meses a 1 ano).

Em outro formulário enfocava-se também a possibilidade quanto ao pagamento do benefício oferecido, apresentando as seguintes opções: “de acordo com o salário, taxa fixa, gratuidade”. Este só foi preenchido por 205 pessoas. Conforme podemos ver na Tabela 4, a seguir, 34% das pessoas que responderam este formulário optaram pelo pagamento de acordo com o salário, 33% optaram pela taxa fixa e 25,5% pela gratuidade do benefício.

Vemos que foram os funcionários que indicaram maior aceitação quanto ao pagamento *de acordo com o salário*: dos 126 funcionários que responderam ao formulário, 37% concordaram com essa opção, e ainda dentro dessa forma de pagamento, dos 52 professores, 36% fizeram essa indicação.

Quanto a possibilidade de *gratuidade* do serviço de creche, dos 27 alunos que responderam ao questionário, 11 indicaram essa opção. Isso corresponde a 40,7% da categoria estudante envolvida nessa pesquisa de opinião e quando comparamos esse quesito – *gratuidade* – proporcionalmente ao número de participantes das categorias funcionário e professor, realmente a maior indicação quanto ao não-pagamento do serviço de creche é feita pelos alunos.

Enfim, tanto na Tabela 3 quanto na Tabela 4 confirma-se que a demanda é maior entre os funcionários, seguida dos professores e por fim pelos alunos.

Observe a Tabela 4:

**TABELA 4 – Levantamento Preliminar quanto à categoria e forma de pagamento UNICAMP/ 1975**

FORMA DE PAGAMENTO	FUNCIONÁRIO		PROFESSOR		ESTUDANTE		TOTAL	
	N °	%	N °	%	N °	%	N °	%
<i>De acordo com o salário</i>	47	23	19	09	04	02	70	34
<i>Taxa fixa</i>	43	21	15	07	10	05	68	33
<i>Grátis</i>	28	14	13	6,5	11	05	52	25,5
<i>Não respondeu</i>	05	2,5	03	1,5	01	0,5	09	4,5
<i>Outra</i>	03	1,5	02	01	01	0,5	06	03
<b>TOTAL</b>	126	62	52	25	27	13	205	100

Apud: OF. CAS. nº 03/75, p. 8. Cf. Processo nº 3384/1975

Após a realização do estudo da demanda, a Comissão de Assistência Social oficiou sua solicitação ao Reitor para criação de uma Comissão Executiva que estabelecesse a natureza jurídica e a situação do novo órgão na estrutura da universidade, sua localização, o dimensionamento, as formas de obtenção de recursos financeiros, a construção, os equipamentos, a estruturação dos quadros de recursos humanos técnicos e administrativos, para estabelecimento das normas e regulamentos quanto ao funcionamento, formas de pagamento, manutenção, etc. (Cf. Processo nº 3384/1975).

O Reitor Zeferino Vaz respondeu a esse ofício pedindo maior detalhamento quanto ao pedido de creche, para fins de montagem do custo e programação de recursos para essa finalidade. De acordo com uma declaração presente no Processo Administrativo – UNICAMP, nº 3384/ 1975, a Profa. Ophelina Rabello<sup>28</sup>, assessora da Comissão de Assistência Social na época, coloca ao então Reitor, Zeferino Vaz, que a Creche da UNICAMP seria representada pela sigla CREUNICAMP, sendo ela sem fim lucrativo e contando com o apoio financeiro dos pais, através de taxas cobradas de seus usuários. Entretanto, no levantamento realizado sobre a forma de pagamento da creche o maior índice apresentado foi pela opção “de acordo com o salário” e não “taxa fixa”.

Ainda com base no formulário que sondou a possibilidade de pagamento pelo serviço de creche na universidade, foi possível verificar a demanda de acordo com as unidades da UNICAMP em 1975. Pela **Tabela 5** podemos observar que na época a maior demanda pela creche era representada por funcionários, professores e alunos das seguintes unidades: Biologia, Reitoria e Faculdade de Ciências Médicas.

**TABELA 5 – Levantamento Preliminar quanto ao nº de interessados por unidade universitária – UNICAMP 1975**

UNIDADES	N °	%
Instituto de Matemática	9	4
Física	13	6
Química	13	6
Biologia	41	20
IFCH	20	10
Fac. Tec. de Alimentos	10	5
Faculdade Ciências Médicas	26	13
Fac. Engenharia	7	4
Fac. Educação	5	2
Col. Tec. Campinas	4	2
Centro de Tecnologia	14	7
Serca	2	1
B.C	6	3
Reitoria	32	16
Não respondeu	3	1
<b>TOTAL</b>	<b>205</b>	<b>100</b>

Apud: OF. CAS. nº 03/75, p. 8. Cf. Processo nº 3384/1975

<sup>28</sup> Ophelina Rabello foi professora da FE - UNICAMP.

Entre os encaminhamentos discutindo a implantação da creche, o Reitor Zeferino Vaz pediu a Procuradoria Geral que analisasse o assunto e em 28 de outubro de 1975, o Procurador Chefe, Pêrsio Rebouças, respondeu dizendo que a Procuradoria não tinha competência para manifestar-se no assunto. (Processo 3384/75, fl: 17)

O processo de estudo em torno da implementação da creche continuou e no início de 1976 a ESTEC – UNICAMP (Escritório Técnico de Construção) começou a analisar terrenos indicados para a construção da creche. Segundo o engenheiro responsável por essa análise, “*as áreas obtidas para construção (eram) são 40% inferiores às recomendadas pela FEAC – Federação das Entidades Assistências de Campinas*” (Proc. 3384/75, fl: 18).

As plantas da creche foram montadas segundo as orientações da FEAC e encontram-se anexadas junto ao Processo de Criação da Creche – nº 3384/75, fls: 19 - 32 .

Apesar das plantas arquitetônicas estarem prontas, naquele momento outras dificuldades de ordem financeira surgiram, e o então Presidente da Comissão de Assistência Social da UNICAMP, Prof. Dr. Plínio Alves de Moraes, mais tarde reitor da UNICAMP, enviou o Ofício CAS 02/77 ao Reitor Zeferino Vaz, falando do protelamento do Projeto da Creche por dificuldades financeiras. O projeto inicial da creche era para 60 crianças entre a idade de 4 meses a 2 anos. (Cf. Processo nº 3384/1975)

Diante de tantos obstáculos, membros da comunidade universitária, que tinham filhos nessa faixa etária, resolveram realizar abaixo-assinados solicitando das autoridades competentes a criação de uma creche no campus universitário da UNICAMP.

As assinaturas foram coletadas em diversas unidades da UNICAMP entre as quais 69 assinaturas eram provenientes da Reitoria, 11 da Faculdade de Ciências Médicas, 12 da Faculdade de Engenharia Mecânica, 31 da Faculdade de Engenharia Elétrica, 07 da Faculdade de Engenharia de Alimento, 26 do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas, 27 do Instituto de Biologia, 17 do Instituto de Química, 17 do Serviço de Registro e Controle Acadêmicos (SERCA), 13 da Faculdade de Educação, 02 da Assessoria Técnica da Reitoria para Educação Física e Esportes (ATREFE), 16 da Faculdade de Matemática, 12 da Biblioteca Central, totalizando 250 assinaturas entre funcionários e professores.

Já em 1980, quando o ex-presidente da CAS – Comissão de Assistência Social, o Prof. Plínio Alves de Moraes, é então o Reitor, este dispõe de uma quantia em dinheiro<sup>29</sup> que estava alocada na FUNCAMP, para iniciar a construção de uma creche.

O então presidente da Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP (FUNCAMP), o Prof. Carlos Franchi, alertou a Reitoria sobre a necessidade de se prever os gastos de 1980 para que dessa forma o dinheiro fosse liberado com o pleno acordo da comissão responsável pelo setor de finanças. (Cf. Processo nº 3384/1975)

Conforme o Processo 3384/75, fl. 70, foi realizado o levantamento de preço/custo na montagem de Berçário, considerando-se mobiliário, número de cômodos, forma de atendimento, alimentação, custos gerais (salário, aluguel, água, luz, telefone, limpeza, impostos, entre outros), com o auxílio de uma escola – berçário particular: “Jardim Escola Casulo Encantado”<sup>30</sup>, localizada no bairro Guanabara, em Campinas.

Enquanto o levantamento dos custos com a creche era realizado, a Comissão de Creche da UNICAMP continuava sua busca pela concretização de sua implantação, solicitando a DGA (Diretoria Geral), em setembro de 1980, o levantamento do número de filhos de professores e funcionários em idade de 0 a 2 anos e de 2 a 4 anos, visando conhecer a demanda e dimensionar o tamanho necessário para a instalação da creche.

A DGA responde rapidamente ao pedido apresentando esse levantamento, que está representado na próxima tabela.

---

<sup>29</sup> De acordo com o Ofício GR – 512/80, a quantia era de CR\$ 1.834.397,56 – Um milhão, oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e sete cruzeiros e cinquenta e seis centavos. Cf. Processo nº 3384/1975.

<sup>30</sup> O Jardim Escola Casulo Encantado, segundo as informações presentes no processo 3384/75, tinha o CGC 50.098.086/0001-05, e a inscrição municipal nº 34.876. Estava localizada na Rua Antonio de Pádua, 709. Jd. Guanabara, Campinas.

**TABELA 6 – Levantamento do nº de filhos de docentes e funcionários técnico-administrativos – UNICAMP/ setembro de 1980**

Faixa etária das crianças	0 a 2 anos		2 a 4 anos	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
<i>Filhos de docentes</i>	156 crianças	33,9	275 crianças	40,5
<i>Filhos de funcionários técnico-administrativos</i>	303 crianças	66,1	404 crianças	59,5
<b>TOTAL</b>	459	100	679	100

Fonte: Dados coletados no Processo Administrativo – UNICAMP nº 3384/ 1975

Assim, com base no Processo 3384/75: fl. 74, a demanda pela creche era totalizada por 1138 crianças em 1980, sendo 431 filhos de professores (37,9%) e 707 filhos do pessoal técnico-administrativo (62,1%). A demanda pela creche, tanto na faixa etária de 0 a 2 anos, quanto na faixa etária de 2 a 4 anos apresentou-se maior entre os funcionários técnico-administrativos, correspondendo respectivamente a 66,1% e a 59,5% das buscas, conforme a faixa etária indicada.

Podemos ver que nesse momento, década de 1980, não é feita nenhuma referência ao atendimento aos dependentes dos alunos, diferindo do primeiro levantamento da demanda realizado em 1975, onde se dava enfoque a participação desses atores na busca pela creche na UNICAMP.

Novos estudos sobre a creche foram realizados e conseqüentemente novas Plantas da Creche foram elaboradas, agora por uma construtora particular, a Construtora Fakiani Ltda., do Engenheiro Civil Antonio Fakiani, apresentadas a ESTEC em 10 de dezembro de 1980 como “Projeto para Creche” (Processo 3384/75: fl. 95).

A Coordenadoria Geral da UNICAMP (CGU), representada por Paulo Gomes Romeo, enviou ofício ao Reitor Prof. Dr. Plínio Alves de Moraes solicitando a aprovação quanto a localização projetada e a utilização de recursos. Este por sua vez respondeu ao pedido com o envio de um ofício (OF./GR/242/81) ao Diretor Executivo da FUNCAMP, Prof. Dr. Mauricio Prates de Campos Filho, solicitando o pagamento das despesas com

mão-de-obra e compra de materiais<sup>31</sup> para a execução das fundações da creche a ser instalada na universidade, dentro dos orçamentos que estavam em anexo e por conta do saldo à disposição da Reitoria na FUNCAMP (Cf. Processo 3384/75: fl. 102).

A partir desse momento, o empenho na construção da creche ganhou fôlego e iniciou-se a realização de licitações referentes a execução da infra-estrutura para a creche, sob a direção da ESTEC, que também exigia o prazo máximo de 90 dias para a execução e término da obra em super-estrutura de concreto armado e cobertura do prédio da creche. (Processo 3384/75: fls. 112-117)

A ESTEC entrou em contato com três empresas ligadas a construção civil, pedindo o envio de suas propostas orçamentárias, englobando o fornecimento de mão-de-obra e empreitada total da obra de construção da creche. Entre tais empresas estavam: SOTECO – Engenharia e Construção Ltda; Engebrás – Engenharia, Comércio e Construção Ltda; e SOSINIL – Técnica Ar Comprimido e Construção Ltda.

A Engebrás optou por não enviar o orçamento, alegando motivo de força maior, e entre as outras duas concorrentes, a SOTECO apresentou o melhor orçamento de acordo com os subsídios de Antonio Fakiani, engenheiro civil.

Em 5 de abril de 1982 solicitou-se um novo orçamento de mão-de-obra para o término das obras da creche e novamente pediu-se o orçamento a algumas empresas como: SOTECO, ENGEBRÁS, CONCIL, CASAS e VIAS S.A. e SOSINIL (Processo 3384/75, fl.153).

Mais uma vez o melhor orçamento foi apresentado pela SOTECO, seguido da ENGEBRÁS e CONCIL, de acordo com a avaliação de Fakiani e sob aceitação da ESTEC. (Processo 3384/75, fl. 169)

Enfim, de acordo com Parecer da Procuradoria Geral de 11 de maio de 1982, “*a UNICAMP providenciou a compra dos materiais necessários à obra, de conformidade com a Lei nº 89/72, ou seja, mediante licitação; a FUNCAMP procedeu ao pagamento da mão-de-obra*”. (Processo 3384/75: fl. 171)

Finalmente em 25 de janeiro de 1983, o diretor técnico do ESTEC, engenheiro João Carlos Lopes da Silva comunicou ao Reitor Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti a conclusão das obras da primeira creche da UNICAMP. (Processo 3384/75)

---

<sup>31</sup> Vide em ANEXO IV - Relação de materiais para instalação de abrigo provisório e execução de Fundações

Contudo, convém destacar que a creche na UNICAMP já havia iniciado o seu funcionamento em 1982, em uma casa alugada.

De acordo com o Processo Administrativo – UNICAMP nº 2589/1982, o CEMICAMP - Centro de Controle de Doenças Materno-Infantis de Campinas, realizou em 1982 um contrato de locação de uma casa localizada na Cidade Universitária de Barão Geraldo/ Campinas, tendo em vista a instalação do CCI/ UNICAMP.

O CEMICAMP estava à frente desta negociação com base no convênio de mútua cooperação firmado com a UNICAMP desde abril de 1978, “*visando o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação nos seus programas de trabalho*”. Tal centro foi criado com a finalidade de complementar as ações de ordem científica, técnica, didática, cultural e assistencial da UNICAMP na área Materno-Infantil. (Processo Administrativo – UNICAMP nº 2589/1982, fl. 6)

Como tal processo referia-se a instalação de creche no campus, atendendo uma necessidade de cunho assistencial, durante sua tramitação a participação do CEMICAMP foi solicitada pela Reitoria da UNICAMP, destacando que Reitor naquele momento, o Exmo. Prof. José Aristodemo Pinotti já havia sido presidente de tal centro.

A verba para concretização do aluguel teve duas diferentes tramitações: num primeiro momento a FUNCAMP transferiu verba para o CEMICAMP, para que este tivesse condições de realizar o contrato de locação, e após o vencimento deste primeiro contrato, em 1983, sua renovação foi realizada sob responsabilidade da UNICAMP, mas em nome da FUNCAMP. (op.cit., fl: 30)

Enfim, a locação desta casa em 1982, permitiu que se instalasse neste local o CCI – berçário/ UNICAMP.

Em abril de 1983, o Reitor Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti designou uma Comissão para a organização e implantação de um CCI na UNICAMP, sendo essa presidida pela médica e socióloga do CEMICAMP, a Dra. Ellen Hardy, contando também com a participação da atual diretora do CECI/UNICAMP em sua composição. (Processo - UNICAMP nº 840/ 1985, fl.23)

O Prof. Dr. Pinotti justificou a importância de uma creche berçário na UNICAMP enquanto um local de promoção da amamentação, facilitando e estimulando o seu

acontecimento até os 9 meses de idade da criança, período pensado para o Berçário. (Processo – UNICAMP nº 840/ 1985)

Além desse objetivo, relembra que ao atender os filhos de suas funcionárias que se encontram em período de amamentação, a universidade estaria cumprindo as determinações da CLT (Leis trabalhistas de 1943) e cumprindo com a ementa constitucional nº 31 de 1982, que fala sobre o Programa CCI, como focalizamos no Capítulo I.

De acordo com o Processo 840/85, discutido nesse momento, encontrasse entre seus anexos o Regimento Interno do CCI – UNICAMP, no qual há uma objeção quanto ao atendimento de crianças especiais, a qual hoje já foi revista. Contudo, nos tempos iniciais da creche era determinante:

*A matrícula de crianças excepcionais não poderá ser aceita devido a falta de condições, do CCI, para fornecer o atendimento adequado para o desenvolvimento satisfatório das mesmas (Regimento Interno CCI – UNICAMP, pg. 5. Cf.: Processo 840/85, fl. 27).*

Quanto aos critérios para a obtenção de vaga no berçário, segundo os documentos analisados neste processo administrativo, constituía-se em ter o bebê no mínimo 2 meses e meio, prolongando-se o atendimento até os 9 meses, desde que o mesmo estivesse sendo amamentado (op.cit., fl. 26).

Quanto ao número de vagas oferecidas pelo CCI-berçário, este era de 40 vagas para o berçário (até 9 meses) e 70 vagas para o maternal (previsão era até 3 anos). De acordo com o seu Regimento inicial, havia a seguinte colocação: “*O berçário do CCI poderá receber no caso de haver vaga disponível, filhos de alunas da UNICAMP*”.(Regimento Interno CCI – UNICAMP, pg. 8. Cf.: Processo 840/85, fl.30)

Como enfatizado anteriormente, em 1983 acontece a conclusão do primeiro prédio próprio para abrigar a creche da UNICAMP. A então presidente da Comissão de Organização do CCI na UNICAMP, Dra. Ellen Hardy, sugere que as chaves da creche fiquem no ESTEC até que a mesma tenha formado seu quadro de Recursos Humanos e materiais básicos para seu funcionamento.

A Faculdade de Educação apresentasse em 23 de fevereiro de 1983, através do ofício OF. FE nº31/83, expedido pelo Diretor da Faculdade na época, Prof. Dr. Eduardo O. C. Chaves, ao Sr. Reitor Pinotti, como interessada em participar e assessorar as atividades

de implantação da creche, além de indicar a necessidade de se contratar um psico-pedagogo no quadro funcional da creche e a necessidade de expandir o atendimento, face às demandas existentes até então e que não haviam sido atendidas.

*A creche, como se apresenta, é o início promissor de um serviço imprescindível a ser ampliado de acordo com as necessidades das funcionárias desta universidade (Diretor da FE, Prof. Dr. Eduardo O.C. Chaves (Processo 3384/75: fl. 181)).*

Entretanto, diante dos documentos analisados não houve mais nenhuma menção a Faculdade de Educação e não encontrei nenhum documento em resposta a esse ofício enviado pela Direção da Faculdade de Educação.

Paralelamente a organização de uma creche administrada pela UNICAMP, o Instituto de Física “Gleb Wataghin” já vinha administrando uma creche em suas dependências, destinada aos seus funcionários, não fazendo distinção de sexo, portanto, atendendo a demanda existente entre seus funcionários e funcionários quanto ao atendimento de seus filhos. Tal creche denominava-se “Comunidade Infantil Cantinho da Física” (CICF).

Contudo, em 1985, iniciou-se um processo de incorporação da CICF ao CCI – Centro de Convivência Infantil, destacando neste momento as diferenças existentes entre as duas creches, conforme revelam o Regimento interno de cada uma.(CF. Processo 840/1985)

Neste processo, algumas determinações foram feitas pela então presidente da Comissão de Organização da creche na UNICAMP, Dra. Ellen Hardy, entre as quais inserem-se as seguintes mudanças:

- A “Comunidade Infantil Cantinho da Física” (CICF) será incorporada, como mais uma unidade, ao CCI/UNICAMP. Sua Coordenadoria e Administração será feita de acordo com o Regimento Interno do CCI.
- A equipe técnica da CICF será re-allocada para o CCI e ficará em avaliação por 3 meses
- (...) as crianças com mais de 4 anos serão encaminhadas para outras creches
- (...) servidoras com filhos menores de 4 anos, serão avaliadas de acordo com os critérios de seleção do CCI (Processo 840/1985, fl.68).

Nota-se que a partir desse momento ocorre a restrição do atendimento apenas às servidoras, excluindo-se os servidores-homens de concorrerem a vaga da creche para seus filhos, como acontecia na CICF. Além disso, a CICF atendia as crianças até 6 anos de idade, o que indicava a redução do atendimento para 4 anos de idade. A partir desse momento, as mães com filhos na CICF passariam pela seleção sócio-econômica prevista pelo CCI, ou seja, não tinham a garantia de que continuariam com o atendimento a seus filhos. (op. cit., fl.72)

Tais determinações geraram descontentamento por parte dos funcionários do Instituto de Física da UNICAMP, levando a sua diretoria, representada na época pelo Prof. Dr. Marcus G. Zovanziger, a enviar uma carta de esclarecimento ao Reitor Prof. Dr. Pinotti (op.cit., fl. 69)

*A Reitoria está ampliando rapidamente o CCI, um dos servidores sociais de responsabilidade da UNICAMP, estipulado pelo Estatuto do servidor, aprovado pelo Conselho Diretor, em 1984.*

*Há cerca de dois anos o apoio às mães trabalhadoras na UNICAMP eram precárias, motivando iniciativas locais valiosas como a formação da CICF. Nas circunstâncias atuais, da formação de prestação de serviços de creche para toda a UNICAMP, (...) apontam para a inviabilidade da incorporação da CICF ao CCI.*

*“O problema da fusão está baseado nas diferenças de organização e prestação de serviços das duas entidades(...)”*

Entretanto, através da Portaria GR 190/ 85, de 13/03/85, o então reitor incorpora a CICF ao CCI, sendo determinado que até 31/12/85, esta incorporação fosse total. Enfim, a CICF passou a enquadrar-se às normas e critérios do CCI, extinguindo-se totalmente (Cf. Processo 840/85, fl. 78).

Em dezembro de 1986, a Dra. Ellen Hardy escreve ao Reitor justificando que com a vinda do Hospital das Clínicas do centro de Campinas para o Campus de Barão Geraldo, a demanda pela creche aumentaria e assim propõe que o Berçário transfira-se para o prédio que fora construído na UNICAMP para esse fim, mantendo-se o aluguel da casa em que ainda estava funcionando a creche, visando abrigar o maternal, ampliando-se assim a faixa etária atendida (Processo 2672/ 1982, fl. 51).

O pedido para a construção de uma segunda unidade de creche já havia sido protocolado em meados de 1982, conforme documentado no Processo Administrativo – UNICAMP nº 2672/ 1982. Essa solicitação se dá devido ao número de crianças que seriam atendidas no primeiro prédio da creche que estava em construção, apenas 40 crianças. Assim, um novo prédio para creche fazia-se necessário, sendo paliativo o aluguel de uma casa para tal atendimento.

O Prof. Dr. Pinotti comentou<sup>32</sup> que a implementação da creche foi uma decisão política da Reitoria, desde o início da sua gestão em abril de 1982, estando envolvidos os seguintes órgãos: *“Reitoria, Cemicamp (através da Sra. Ellen Hardy), DGA e DGRH”*. (Pinotti, abril de 2004).

Quanto à motivação que levou o CCI – Centro de Convivência Infantil ser implantado na UNICAMP, o ex-reitor Prof. Dr. Pinotti relatou que:

*“A motivação principal estava na postura política da Reitoria de apoio ao aleitamento materno e obediência a Legislação Federal”*  
(Pinotti, abril de 2004).

Ou seja, essa implementação esteve ligada às determinações legais da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, na qual está referida a obrigatoriedade de locais de guarda para filhos de mulheres com mais de 16 anos em período de amamentação, quando no local de trabalho houver mais de 30 mulheres nessa condição. Além disso, segundo o Prof. Pinotti, também era política da reitoria incentivar o aleitamento materno, portanto era interessante ter a creche na universidade, no local de trabalho das usuárias.

Destaco a seguir, algumas observações feitas pelo Prof. Pinotti, que indicam sua forma de ver o processo político de implementação da creche na UNICAMP.

---

<sup>32</sup> Entramos em contato por e-mail com o ex-reitor Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti (1982-1986), atualmente Deputado pelo PFL-SP (2003-2007), com o intuito de marcarmos uma entrevista, dado sua importância no processo de implementação da creche na UNICAMP e com o objetivo de maiores esclarecimentos diante dos dados levantados documentalente. Entretanto, diante de uma agenda política comprometida, Dr. Pinotti optou por me falar de sua participação neste processo de implementação via correio eletrônico. As informações contidas no texto acima são fruto desse contato. Endereço Eletrônico disponível: [dep.dr.pintotti@camara.gov.br](mailto:dep.dr.pintotti@camara.gov.br); ou Gabinete 525 – Anexo IV, Câmara dos Deputados – Praça dos Três Poderes, Brasília – DF . O contato foi realizado em abril de 2004 e seu retorno foi prontamente realizado no mesmo mês.

*“A implementação da creche se deu de forma gradual, tendo os recursos sido atendidos através do orçamento da UNICAMP. Todas as situações e necessidades foram superadas sem dificuldades intransponíveis.*

*As reivindicações apresentadas eram analisadas, discutidas e incorporadas quando consideradas adequadas aos objetivos e propostas. O relacionamento entre Reitoria e o Sindicato era bom e de apoio mútuo. Desconheço qualquer entrave interposto. A implementação ocorreu através de um trabalho amplo de discussão e apoio mútuo”* (Pinotti, abril de 2004).

Quanto a questões de ordem estrutural, como o tipo de atendimento, infra-estrutura, recursos humanos da creche e ao alcance dos objetivos e ao atendimento das necessidades de todos os atores que lutaram por ela, o Prof. Pinotti destacou que:

*“Todas as deliberações foram tomadas pelo grupo implementador, liderados pela pesquisadora Ellen Hardy, priorizando o aleitamento materno”.*

*Inicialmente, foram locadas áreas de residências particulares nos limites da Universidade, e reformadas por profissionais habilitados que promoveram todas as reformas e identificaram o mobiliário necessário. As discussões sobre Recursos Humanos foram coordenadas pela Sra. Ellen Hardy (...).*

*Não tenho conhecimento das suas condições de funcionamento hoje (creche), mas creio que seus objetivos foram cumpridos”* (Pinotti, abril de 2004).

O Prof. e ex-Reitor Dr. José Aristodemo Pinotti encerrou suas colocações sobre o histórico do processo de implementação da creche na UNICAMP expondo que,

*“Além dos objetivos óbvios de uma creche que favorece os filhos das nossas funcionárias e lhes dá melhor condição de trabalho e vida familiar estava o desejo de dar exemplo já que a Universidade é instituição formadora de opinião”* (Pinotti, abril de 2004).

Diante do histórico levantado através dos Processos Administrativos da UNICAMP (Processo nº3384/75, Processo nº 2589/82, Processo nº 2672-1982, Processo nº 840/85), juntamente as declarações do ex-reitor Dr. Pinotti, podemos ver que a partir de 1982 a creche na universidade já estava bem encaminhada, fruto de tramitações originárias desde de 1975, que envolveram abaixo-assinados, levantamento de demandas, licitações da obra, previsão de recursos no orçamento da universidade, ou seja, todo um conjunto de processos administrativos, burocráticos e de estudo acerca da implementação da creche.

Ora, vemos alunos, professores e funcionários lutando juntos pela creche, mencionados e previstos nos levantamentos da demanda; mas, diante de dificuldades financeiras e da grande demanda, os alunos deixam de ser referidos na documentação e os funcionários restringem-se a “funcionárias”, limitando o número de pessoas que podiam ser atendidas pelo Programa Centro de Convivência Infantil - CCI, a creche da UNICAMP.

A creche funcionou inicialmente em casa alugada localizada nas proximidades da universidade (1982), pois seu prédio próprio e localizado no interior do campus encontrava-se em fase terminal, aguardando apenas ajustes e adequação as condições necessárias para o funcionamento do seu berçário, sendo este inaugurado em 1983.

Sobre a infra-estrutura da creche, Lucila Sandoval, diretora do CECI – Centro de Convivência Infantil da UNICAMP, por mais de 20 anos, destacou que,

*“No plano diretor do campus, já existia espaço para creche, mas era um espaço “concreto virtual” ou seja, existia, mas ninguém tinha reivindicado. Por isso no início foi necessário alugar uma casa e adaptá-la. A adaptação foi feita por pessoas que conheciam as necessidades de uma criança, não por profissionais de engenharia ou arquitetura. (...) Tanto na construção dos módulos do berçário, quanto as reformas feitas no prédio do maternal, foram executadas pelo pessoal do ESTEC, profissionais*

*competentes e dispostos a acatar “palpites” de profissionais envolvidos no processo de cuidar e educar crianças”* (Lucila, Diretora da creche CECI/ UNICAMP, abril de 2004).

De acordo com a documentação analisada, a construção da creche da UNICAMP contou com a participação de uma equipe de engenharia e arquitetura durante a fase de elaboração de seu prédio, sendo este processo iniciado em 1975, conforme revelam os ofícios e plantas arquivados no Processo Administrativo – UNICAMP, nº 3384/75.

Segundo o “Relatório Centro de Convivência Infantil (UNICAMP) – Berçário/ Agosto-Dezembro de 1982”, o Reitor designou uma Comissão que teve a responsabilidade de organizar um Centro de Convivência Infantil para os filhos das mulheres que trabalham na UNICAMP. (p. 1) Tal Comissão de organização da creche era presidida pela Dra. Ellen E. Hardy, ainda hoje ligada a CEMICAMP, participando dessa comissão enquanto Coordenação a sra. Lucila E. Moreira Sandoval, diretora da Creche da UNICAMP – CECI, desde sua fundação.

No referido relatório citado acima, faz-se menção a disposição legal da CLT e quando há referência a “filhos das mulheres” (p. 1) que trabalham na universidade; tanto neste documento quanto na fala do ex-reitor, vemos que realmente a implementação da creche e a restrição dos atores atendidos caracteriza-se e justifica-se através do texto da Consolidação das Leis Trabalhistas, no qual a mulher é o foco. Ainda nessa época não se discutia o direito da criança a educação, portanto o direito a vaga para seus filhos em creche era da mulher que trabalhava em ambiente extra-domiciliar.

Na UNICAMP atendeu-se a esse critério e a classificação socioeconômica das usuárias, ressaltando o aleitamento materno como um eixo para a implantação da creche nessa universidade.

*A decisão de começar o CCI com um berçário, baseou-se na importância do primeiro ano de vida no desenvolvimento de uma criança (tanto físico quanto emocional), no importante papel que desempenha o leite materno na saúde da criança, bem como nas dificuldades que têm as mães para continuar amamentando após a licença gestante. O Berçário visa fornecer o máximo de facilidades para a manutenção do aleitamento materno até a criança completar 9 meses de idade* (Relatório Centro de Convivência Infantil (UNICAMP) – Berçário/ Agosto-Dezembro de 1982, p. 1).

De acordo com o relato da Diretora da creche da UNICAMP (o CECI), a Sra. Lucila Sandoval, estar amamentando foi inicialmente um critério para obtenção de vaga na creche, contudo hoje isso não acontece mais. Ainda existe um estímulo à amamentação, mas não mais como critério para aquisição da vaga. Lucila disse que hoje as concepções são outras, diferentes dos tempos iniciais, pois considera o direito da criança à educação, de acordo com o que diz o nosso texto Constitucional de 1988 e segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. A inclusão da criança portadora de necessidades especiais também é uma realidade na creche de hoje, o que não era previsto nos tempos iniciais, quando o Regimento da creche previa “o direito a vaga apenas as crianças saudáveis”, conforme relatou Lucila. Sobre sua participação na Comissão de Organização da Creche na UNICAMP, comenta em texto escrito (pois optou por não ser entrevistada),

*“Minha inserção foi por meio de convite feito diretamente pela Dra. Ellen Hardy, socióloga, docente da FCM que conhecia minha atuação como enfermeira do serviço de Neonatologia do HC – UNICAMP. A Dra. Ellen Hardy iniciou e liderou uma equipe multidisciplinar que desenvolveu programas de estimulação ao aleitamento materno. Eu participei desses programas, e como enfermeira de um hospital escola continuei replicando e facilitando ações junto às funcionárias e alunos, para favorecer a prática do aleitamento materno. Quando fiquei ciente da iniciativa de implementar um lugar, na universidade, onde as funcionárias lactantes pudessem deixar seus filhos lactentes, uma vez terminada a licença maternidade, sem interromper este processo por motivo da volta ao trabalho, aceitei o convite sem questionar as motivações”* (Lucila, diretora da creche – CECI/ UNICAMP, abril de 2004).

Com base no documento analisado, “Relatório Centro de Convivência Infantil (UNICAMP) – Berçário/ Agosto-Dezembro de 1982”, inicialmente o CCI – berçário/ UNICAMP atendeu do período descrito acima, 27 crianças, como revela a tabela reproduzida a seguir:

**TABELA 7**  
**Idade das crianças ao ingresso no Berçário/ CCI. Agosto – Dezembro 1982**

Idade	Crianças
2 meses	1
3 meses	13
4 meses	10
5 meses	1
6 meses	1
8 meses	1
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>

Apud: Relatório Centro de Convivência Infantil (UNICAMP) – Berçário/ Agosto-Dezembro de 1982, p.7.

Nesse período, agosto – dezembro de 1982, o CCI – UNICAMP, como já foi exposto anteriormente, incentivava o aleitamento materno e fazia parte de sua prática a realização de ordenhas nas mães, conforme declaração presente em tal Relatório, “*o que permitiu doar 3.600 ml de leite materno ao Berçário da Santa Casa*” (op. cit.: p.2).

A seguir, apresentamos uma das tabelas presentes no Relatório Centro de Convivência Infantil (UNICAMP) – Berçário (op.cit.), na qual é possível visualizar as atividades focalizadas e avaliadas pela equipe responsável por essa creche, destacando que entre as atividades previstas e realizadas com as crianças, a ordenha aparece descrita, sendo uma atividade realizada com as mães, revelando a importância atribuída a amamentação.

**TABELA 8**  
**Distribuição das atividades diárias do Berçário/ CCI. Agosto – Dezembro 1982**

Atividades	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Banho de imersão	51	196	268	311	309	1.135
Banho de sol	29	57	84	70	2	242
Inalação	10	47	7	13	30	107
Tapotagem	10	47	7	13	30	107
Ordenha*	38	21	-	9	8	76

\* Não foi feito um maior número de ordenhas devido aos problemas mecânicos na ordenhadeira.

Apud: Relatório Centro de Convivência Infantil (UNICAMP) – Berçário/ Agosto-Dezembro de 1982, p.11.

Observe que entre as atividades descritas a única que não é realizada diretamente com a criança é a ordenha, ou seja, a retirada do leite do seio das mães cujos filhos estavam freqüentando a creche, indicando a prioridade atribuída ao aleitamento materno nesse espaço. Vemos que o maior número de ordenhas foi realizado no mês de agosto, havendo um decréscimo nos meses seguintes, fato este justificado *devido a problemas mecânicos na ordenhadeira*, conforme o Relatório do Centro de Convivência Infantil (UNICAMP), do período de agosto a dezembro de 1982.

Convém destacar que as atividades observadas pela equipe do CECI/UNICAMP constituem-se de: banho de imersão, banho de sol, inalação, tapotagem, além da ordenha. Essas ações estão pautadas na abordagem da área da saúde, revelando a prevalência e a importância atribuída a essa vertente.

Focalizando a formação da equipe que constituiu a creche nos tempos iniciais, a atual diretora da creche da UNICAMP, ou seja, do CECI, relatou que,

*“Não havendo, na época da implantação, profissionais especializados, a diretoria de RH colaborou eficientemente acompanhando o recrutamento de pessoal segundo as necessidades expostas pela Comissão Organizadora. A primeira equipe de trabalho estava constituída por: 1 enfermeira, em tempo parcial como coordenadora; 1 assistente social, em tempo parcial, para seleção e matrículas; 1 secretária para organização administrativa; 1 auxiliar de enfermagem para supervisão do cotidiano; 8 atendentes para o cuidado direto das crianças; 1 cozinheira para o preparo das refeições e 1 faxineira para a limpeza do local”*  
(Lucila, diretora do CECI/ UNICAMP, abril de 2004).

Note que nesta primeira equipe não se introduziu nenhum profissional da área da Educação, sendo que a coordenação e instrução das atendentes para o cuidado direto com as crianças tendo sido realizado por uma enfermeira. Nesse sentido, passamos a compreender o teor das atividades desenvolvidas e a ênfase atribuída ao cuidado das crianças.

Ainda segundo esta diretora, a gestão da creche foi sendo delineada seguindo o desempenho do projeto embrionário que estava nas mãos do administrador da universidade, sendo, portanto, realizada e escolhida via reitoria. Finalizando, enfatizou não poder afirmar que a creche tenha atendido as expectativas de todos os atores que lutaram por ela, mas a conquista representada pela implantação na creche na UNICAMP tem rendido bons frutos, fazendo hoje parte dos Programas Educativos ligados ao DGRH – Diretoria Geral de Recursos Humanos, órgão dependente da PRDU – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário.

Enfim, podemos dizer que o processo de implementação da creche na UNICAMP ainda está em tramitação, pois conforme nos descreve a responsável por sua direção no campus de Campinas,

*“Normas, critérios, regimentos e outros recursos burocráticos estão atualmente em fase de certificação e qualquer documento que formará parte de uma definitiva, levará sempre o selo de um processo construído essencialmente pelos usuários”* (Lucila, Diretora do CECI/UNICAMP, abril de 2004).

### **2.2.3 – CAS - a Creche Área de Saúde - a “Creche do HC” e sua implementação**

A Creche da Área da Saúde (CAS) foi idealizada na gestão do Reitor Prof. Dr. Paulo Renato Costa Souza (1986-1990), através do Convênio firmado entre a UNICAMP, o Fundo Social de Solidariedade de São Paulo – FUSSESP e o Instituto de Reabilitação de Campinas – IRCAMP em 01 de novembro de 1987.

Inaugurada em 27 de março de 1990, no campus da UNICAMP/Campinas, passou ao longo do tempo por profundas modificações, incluindo desde a concepção do atendimento a ser oferecido às crianças até a definição de sua população-alvo.

Esta creche foi concebida para atender aos filhos dos servidores que trabalham em regime de turno na área da saúde da UNICAMP, ou seja, aos filhos de servidores da Faculdade de Ciências Médicas e do Hospital das Clínicas/ Campinas.

Entre os critérios para admissão na CAS estão: ser filho ou dependente legal das servidoras da área da saúde (HC, Caism, Hemocentro, Gastrocentro) da UNICAMP e Funcamp e que atuam em esquema de turno, plantão ou horário especial.

O berçário atende a toda a demanda de crianças com 75 dias a 12 meses. O maternal atende crianças com 12 meses a quatro anos. Na passagem do Maternal I para o Maternal II utiliza a classificação sócio-econômica, priorizando a de menor pontuação, estudo de caso e outros critérios pré-definidos.

Enfim, hoje a CAS atende aos filhos das servidoras ou responsáveis legais que trabalham na Área de Saúde da UNICAMP em horários caracterizados por turnos e plantões, abrangendo a faixa etária de 02 meses e meio até 04 anos de idade<sup>33</sup>.

O trabalho desenvolvido tem se pautado pelo objetivo de manter o equilíbrio entre o direito da mulher trabalhadora de deixar seu filho num ambiente adequado às suas necessidades e o direito que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) confere ao cidadão do desfrute de um espaço de cuidado e educação voltado às especificidades de cada faixa etária.

Atualmente a CAS está subordinada a DGRH, através da Diretoria de Assistência e Benefício (DAB) da UNICAMP.

---

<sup>33</sup> Disponível em: [http://www.unicamp.br/dgrh/areas/dab/menu\\_prog\\_educ.html](http://www.unicamp.br/dgrh/areas/dab/menu_prog_educ.html). Acesso em 1 de maio de 2003.

Analisando seu processo de implementação, vemos que a Creche Área de Saúde – CAS concretizou-se em um curto prazo de tempo devido ao movimento conjunto de funcionários do Hospital de Clínicas – HC/ UNICAMP com os Administradores da UNICAMP, em busca deste serviço.

Esse processo iniciou-se em 1987, quando o Hospital das Clínicas da UNICAMP estava em processo de transferência do centro da cidade de Campinas para o campus de Barão Geraldo. Em consequência a essa mudança, as funcionárias da área da saúde passaram a pensar num local onde pudessem deixar seus filhos durante os seus horários de trabalho, ou seja, um local que atendesse as suas necessidades e especificidades trabalhistas.

Neste momento a UNICAMP já tinha uma creche, o CECI, ou seja, já vinha cumprindo as determinações da Lei Trabalhista (CLT/ 1943) quanto à necessidade de *local apropriado onde fosse permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação*.

Assim, sob a ótica dos gestores universitários, implantar uma nova creche tendo em vista atender as especificidades demandadas pelo pessoal da área da saúde quanto ao atendimento aos seus filhos, representava legalmente a busca pelo cumprimento dessa legislação (CLT) e ao mesmo tempo do decreto estadual que instituiu o Programa CCI em 1982.

Os primeiros estudos sobre a construção de uma creche que atendesse as necessidades do pessoal da área da saúde, principalmente pensando naquelas funcionárias que atuavam no horário de turnos e também aos fins de semana e feriados, iniciaram-se, portanto, a partir de 1987.

O Centro de Convivência Infantil, o CECI, prestava atendimento às funcionárias mantendo seu funcionamento das 08:30 às 17:30 horas e das 07:00 às 16:00, portanto não atendia plenamente as especificidades do pessoal da área da saúde, que necessitava da vaga em creche inclusive nos seus horários especiais de trabalho, bem como no período noturno. Assim sendo, sugeriu-se um modelo de atendimento em creche que respeitasse os turnos de trabalho dos pais, característico da área da saúde.

Segundo a atual diretora da Creche da Área da Saúde (CAS), a especificidade do horário de trabalho do pessoal dessa área foi apontada como um diferencial a ser

considerado durante o processo de solicitação dessa creche. Este diferencial funcionou como um ponto positivo para a sua criação, destacando que o CECI atendia a outras prioridades.

*“...desde 87 começou a haver uma movimentação das mães que trabalhavam no Hospital no sentido de ter uma creche que atendesse as especificidades do trabalho delas...Em que sentido? Em dias e horários de atendimento. A até então já existia o CECI, mas o CECI, fazia um atendimento de 2ª a 6ª feiras. Ele atendia as mães que entravam 7 horas que era o horário de entrada para o plantão, porém de 2ª à 6ª e nos finais de semana e feriados... às mães que trabalhavam no hospital em esquema de turno, de plantão nos finais de semanas e feriados não poderiam usufruir do CECI, em seus horários de plantão.” (Valéria, CAS/ UNICAMP, abril de 2004)*

Segundo ARNAIS (2003), que também investigou a Creche da Área da Saúde (CAS), focalizando a inclusão de crianças com necessidades especiais neste espaço de educação e cuidado, é considerado turno,

*... o trabalho diário incluindo finais de semana e feriados, com folgas pré-determinadas no início de cada mês cujos grupos são escalados nas 24 horas do dia. Plantão: o trabalho em dias ou horas normalmente sem expediente. Horário Especial: trabalho diário de segunda a sexta – feira em horário incompatível com os recursos oferecidos por outros estabelecimentos de guarda de crianças (op. cit.:63).*

Foram feitos os levantamentos da demanda através de questionários, visando o levantamento de dados junto à comunidade quanto a real necessidade desta creche.

Após essa tramitação, ainda no ano de 1987 firmou-se um Convênio<sup>34</sup> entre a UNICAMP, o FUSSESP – Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o IRCAMP - Instituto de Reabilitação de Campinas, visando a criação e manutenção de uma

creche, destinada a acolher os filhos de servidores da FCM (Faculdade de Ciências Médicas) e do HC (Hospital das Clínicas). Desse modo, a CAS – Creche da área da Saúde tem sua origem associada ao referido Convênio, conforme evidencia o texto abaixo:

*...a criação e a manutenção de uma creche destinada a acolher os filhos (as) de servidores da Faculdade de Ciências Médicas e do Hospital de Clínicas da UNICAMP, através da congregação de esforços para promover a integração da criança no Programa de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente – PRODECAD<sup>35</sup>/ UNICAMP, em consonância do governo do Estado de São Paulo (UNICAMP/ FUSSESP/ IRCAMP, 1987.p.02 - mimeo).*

Inicialmente a CAS era um subprograma do PRODECAD, possuindo este uma unidade de pré – escola, e uma unidade de apoio à escolaridade destinada às crianças do ensino fundamental que estão matriculadas na Escola Estadual “Físico Sergio Porto”, conveniada com a UNICAMP. Contudo, em 1992 a CAS foi desmembrada desse Programa devido a especificidade de seu horário de funcionamento.

De acordo com o documento que explicita o convênio (Cf. - UNICAMP/ FUSSESP/ IRCAMP, Convênio. Campinas, 1987; p.02 - *mimeo*), a intenção de se criar a creche da área de saúde foi a de:

*(...) 2.1 – prestar atendimento às crianças de dois meses a três anos, propiciando seu desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo, favorecendo sua interação no Programa de Integração e desenvolvimento da Criança e do Adolescente.*  
*2.2 Desenvolver modelos e técnicas de atendimento às crianças de que trata o item anterior, quando portadoras de deficiência e/ou atraso no desenvolvimento.*  
*2.3 Atuar como centro de difusão de modelos e técnicas de atendimento, estabelecendo programas de estágio e treinamento de profissionais que atuam ou estejam sendo preparados para atuar em programas com objetivos similares (op.cit: p.3).*

---

<sup>34</sup> A UNICAMP neste ato foi representada pelo Magnífico Reitor Prof. Dr. Paulo Renato Costa Souza; O FUSSESP representado pela presidente Dra. Alaíde Ulson Quércia; o IRCAMP representado pelo Presidente da Diretoria executiva Prof. Dr. Reginaldo Zacara de Campos, o qual tornou-se executor do convênio.

<sup>35</sup> O PRODECAD de 1987 a 1990 não dispunha de sede própria, funcionando em locais cedidos no campus da Universidade e em casas alugadas nos arredores do campus.

Uma Comissão de Assessoria Técnica<sup>36</sup> para o acompanhamento da implantação da creche FCM/HC foi criada no final de 1987, através da Portaria Interna GR nº332/87, sendo esta composta representantes da UNICAMP e do IRCAMP.

O projeto da creche foi elaborado pela equipe do NUDECRI (Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade), sob a coordenação do professor Joan Villa, tendo a construção início em fevereiro de 1988. A comissão de acompanhamento da creche participou e acompanhou de perto o trabalho da equipe do NUDECRI.

A construção da creche foi financiada com verbas da área de saúde, com a participação do Centro de Atendimento Integral à Saúde da Mulher – CAISM e principalmente do Hospital de Clínicas. O HC ainda assume algumas despesas da creche, como o fornecimento de gêneros alimentícios, serviços de lavanderia, manutenção e transporte, mesmo não estando a CAS subordinada oficialmente a ele.

*Em agosto de 1991, o convênio da CAS com FUSSESP/IRCAMP/UNICAMP foi encerrado e em 1992, considerando as reformulações que estavam sendo realizadas nos serviços de atendimento aos funcionários, a CAS ficou subordinada à Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários –PREAC e em 1998 foi novamente transferida para a PróReitoria de Desenvolvimento Universitário –PRDU, ficando subordinada à diretoria Geral de Recursos Humanos –DGRH até a presente data (ARNAIS, op. cit.: 67).*

Os objetivos iniciais da CAS constam no seu Regimento Interno elaborado em 1989 (ANEXO IV); um novo Regimento, com reformulações, encontra-se em fase de estudo.

A Creche da Área da Saúde iniciou suas atividades com o Quadro de Pessoal completo, ou seja, com um quadro funcional proporcional ao número de crianças matriculadas, incluindo-se uma psicóloga na equipe em 1997.

O quadro de Pessoal contou com:

- Assistente Social
- Enfermeiras
- Nutricionista

---

<sup>36</sup> Os membros da Comissão de Assessoria Técnica especificados na Portaria GR 332/87 foram: Renato Arruda Fagundes (HC), Cecília Guarnieri Batista (IRCAMP), Lúcilá Eliana Meira Sandoval (CECI), Dra. Sofia Helena Valente de Lemos Marine (FCM), Ryoko Tsuda Bellentani (HC), Sergio Antonio de Simone (NUDECRI), Gioconda Picarelli Russo (HC) e Paulo Roberto Barbosa Criventi (ESTEC).

- Pedagoga
- Recreacionistas
- Auxiliares de Nutrição
- Auxiliares de Higiene e Limpeza
- Auxiliares Administrativos
- Técnico Administrativo
- Segurança

A seleção de pessoal para trabalhar nesta creche ocorreu através de concurso e por meio de transferência interna de funcionários da universidade, inclusive do CECI.

Conforme documentação analisada, na época a DGRH dispunha de concurso homologado para Recreacionistas e para Auxiliar de Serviços Gerais. Assim, dos concursados, foram convocadas as Recreacionistas e Auxiliares de Serviços Gerais, que foram distribuídos na área de nutrição e área de higiene e limpeza.

Quanto as recreacionistas, a função vem passando por mudanças no interior das creches da UNICAMP, buscando um ajustamento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no que diz respeito à formação do profissional de educação<sup>37</sup>. A formação profissional a nível médio (Magistério) fez parte do pré-requisito exigido para a realização do concurso realizado em 2004, para os candidatos que pretendiam trabalhar na educação infantil (UNICAMP/ DGRH, EDITAL nº 019/2004):

***“Atualmente, na carreira da UNICAMP as educadoras são denominadas Recreacionistas se não possuem Magistério ou Professoras de Educação Infantil se o possuem em nível Médio.***

---

<sup>37</sup> DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

*A nova carreira da universidade, implantada no final do ano passado (2003) depois de uma batalha de 14 anos reconheceu para o pessoal que trabalha nas creches de 0 a 4 anos a terminologia de “professor de Educação Infantil de nível médio”. Essa é uma carreira nova. De fato recreacionista não é uma profissão, então elas gostariam de ter uma terminologia que fosse identificada como uma profissão. Veja... se eu sair daqui recreacionista, lá fora é entendido como o que ? Faz o que?*

*Nos primeiros concursos você não necessariamente precisava de Magistério, algumas ainda não completaram o Magistério... então hoje são recreacionistas. Elas sabem que assim que completarem, será automática a transposição para a nova carreira.*

*Nesse novo concurso para a creche que está em curso, a exigência foi magistério.*

*Então todas estarão entrando como professoras.”* (Valéria – CAS/UNICAMP, abril de 2004).

Da comunidade universitária, como já mencionado, foram selecionadas as profissionais para compor a Equipe técnica: o HC liberou 2 Enfermeiras; o CECI liberou 01 Pedagoga, 01 Assistente Social e 01 Enfermeira e contratou-se 1 Nutricionista.

Desde sua criação a CAS vem sendo dirigida por Enfermeiras. A atual diretora desta creche, em entrevista relatou que essa escolha justifica-se pelo conhecimento das especificidades da área da saúde.

*“... a Direção foi pensada de acordo com o ORGANOGRAMA com alguém que “conversasse” bem com a Área da Saúde, que conhecesse bem as necessidades e características da área hospitalar.”* (Valéria – CAS/UNICAMP, abril de 2004).

Entretanto, convém ressaltar que a não-formação específica das recreacionistas favoreceu a prevalência do saber médico no interior das creches da UNICAMP, nas quais o modelo de atendimento tem se pautado em conhecimentos específicos da área da saúde (inalação, tapotagem, banho de imersão, etc.), refletindo os conhecimentos de sua direção.

Atualmente, o quadro funcional da CAS é constituído por 81 funcionários, sendo 48 funcionários efetivos da UNICAMP, o que corresponde a 59% da equipe da CAS. Os demais 41% dos funcionários constituem-se de contratados, estagiários e bolsistas. Veja o quadro abaixo.

**Tabela 9– Profissionais da CAS e vínculo empregatício (2003)**

Categoria Profissional	Estatutário		Funcamp		Temporário		Estagiário		Bolsista SAE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Equipe Técnica	09	18,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipe Recreacionistas	20	41,7	13	59,2	06	100	02	100	03	100
Equipe nutrição	04	8,3	06	27,2	-	-	-	-	-	-
Equipe Higiene e limpeza	09	18,8	03	13,6	-	-	-	-	-	-
Equipe Lavanderia e costura	02	4,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Segurança	01	2,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Auxiliar Administrativo	02	4,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico administrativo	01	2,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	48	100	22	100	06	100	02	100	03	100

Apud: ARNAIS, 2003: 69.

Por ter sido criada em função do pessoal área de saúde, a CAS acompanha o horário de turno da área hospitalar. Seu funcionamento acontece das 06:55 às 19:24 horas.

A CAS foi inaugurada em março de 1990, mas iniciou o atendimento em junho, com cerca de 50 crianças, havendo a ampliação do atendimento de forma gradativa. Focalizando o seu histórico, desde o início da movimentação em busca da creche em 1987 até a sua inauguração em 1990, vemos que se tratou de uma tramitação rápida. Como destaca a sua diretora atual,

*“...o início da construção se dá em fevereiro de 88 – acho que a construção e a inauguração se deram em um período curto,*

*necessário para mobiliar, fazer concurso, estruturar a área, pedir a liberação dos profissionais para trabalhar pra cá. Por isso a inauguração em março de 90. Foi rápido e provavelmente teve muito da experiência do CECI, que abriu caminho.”* (Valéria – CAS/ UNICAMP, abril de 2004).

De acordo com os registros da CAS durante o período de 1990 a 2001, ou seja, 11 anos de funcionamento, foram realizados cerca de 2726 atendimentos, sendo estes realizados com crianças de idade entre 0 a 4 anos, conforme revela o quadro abaixo:

**Tabela 10 – Número de crianças atendidas na CAS de 1990-2001**

Idade	0 a 1 ano		1 a 2 anos		2 a 4 anos		Total	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
1990	44	26,2	60	35,7	64	38,1	168	100
1991	59	25	83	35,2	94	39,8	236	100
1992	50	20,4	82	33,5	113	46,1	245	100
1993	43	17,8	66	27,4	131	54,8	239	100
1994	34	16	63	30	115	54	213	100
1995	36	17	56	26,2	121	56,8	213	100
1996	57	25,2	59	26,1	110	48,7	226	100
1997	48	20,7	77	33,2	107	46,1	232	100
1998	33	13,8	79	33,1	127	53,1	239	100
1999	46	19	67	27,5	130	53,5	243	100
2000	43	18	70	29,5	125	52,5	238	100
2001	51	21,8	75	32	108	46,2	234	100
<b>TOTAL</b>	544	20	837	30,7	1345	49,3	2726	100

**Fonte:** Registro anual dos atendimentos realizados pela CAS – *mimeo*.

Podemos ver que o número de crianças atendidas aumenta gradualmente conforme maior a faixa etária, havendo um atendimento mais amplo às crianças com a idade entre 2 a 4 anos, correspondendo a 49,3 % dos atendimentos durante os anos de 1990-2001. Durante esse período, 20% dos atendimentos foram realizados com a faixa etária de 0 a 1 ano e 30,7% com a faixa etária de 1 a 2 anos, indicando o crescimento no número de vagas paralelamente ao aumento da faixa etária.

Analisando o atendimento realizado pela Creche da Área da Saúde durante o período de 1990 a 2001, vemos que o número médio de vagas foi em torno de 227 por ano, não havendo nem grande ampliação e nem redução considerável do atendimento a partir de 1991.

Entre as declarações encontradas nas documentações organizadas pela equipe técnica da CAS (*mimeos*), um tópico chama a atenção: “O QUE MUDOU NA CAS...” O referido tópico destaca o seguinte parágrafo do Regimento Interno - CAS de 1989: *a- “Crianças com deficiência não serão aceitas por falta de infra-estrutura e profissionais específicos...”* Logo em seguida a essa colocação há um registro que marca o que mudou na CAS, envolvendo mais do que concepções educacionais, mas o direito da criança com necessidades especiais ao atendimento.

*...em 20/08/1990, após 02 meses de funcionamento a CAS aceitou uma criança com deficiência visual e em seguida crianças com deficiências auditivas e Síndrome de Down foram matriculados e todas permaneceram até atingirem a idade pré-estabelecida para a saída que é de 04 anos. A experiência com estas crianças mostrou a importância da convivência com outras crianças assim como para a equipe foi motivo de grande aprendizagem. A equipe buscou orientações corretas com os profissionais especializados.*

Outra mudança destacada confronta-se com a determinação prevista no Regimento Interno da CAS, abaixo transcrita. Hoje a creche é vista como um direito da criança e não mais somente direito da mulher trabalhadora e dessa forma as crianças freqüentam normalmente a creche durante todo o período de 120 dias de licença gestante de sua mãe, opondo-se ao previsto no Regimento de 1989:

*b- A criança poderá freqüentar a creche durante a licença gestante da mãe somente quando esta estiver na maternidade... (Regimento Interno - CAS/ 1989; mimeo).*

Quanto às mudanças ocorridas na CAS, podemos perceber que se tratam de mudanças no modelo pedagógico, priorizando saberes oriundos das Ciências Humanas, em especial da área da Educação. Analisando seu trabalho vemos que a CAS tem repensado sua proposta de atendimento, justificando-se dessa forma a mudança no

perfil dos profissionais que fazem parte de sua equipe e que trabalham diretamente com as crianças.

Sobre a participação dos pais na gestão da creche, segundo a direção da CAS, sua importância é explicitada no ato da matrícula, mas entretanto não há nenhuma institucionalidade quanto a essa participação.

*“O que a gente percebe é que não se há muito interesse em participar, as pessoas gostam de ter um trabalho de qualidade, mas essa coisa de ser mãe representante parece que incomoda um pouco as pessoas. Por outro lado, nós temos um canal de comunicação muito tranqüilo... a mãe vem querendo entender alguma coisa, relatar alguma coisa... esse canal de comunicação é feito e a gente percebe que as pessoas preferem se manifestar dessa maneira.*

*A gente deixa de forma informal, mesmo da vida da criança, pois ela vai começar aqui, mas é algo que vai se persistir. A gente tem o canal aberto. Tem momentos de festas, de coisas mais específicas... Você tem a participação mais direta, nas reuniões à troca de idéias, há participação dos pais...*

*(...) O que a gente tem é uma preocupação em não estar chamando por demais, porque a área do Hospital não permite muito. Todos os chamamentos são no horário de trabalho dela. Então a gente tem que ser conciso, direto. Fazer reuniões com qualidade” (Valéria – CAS/ UNICAMP, abril de 2004).*

Se a creche da área da saúde concretizou-se a partir do interesse das funcionárias dessa área, chama-nos a atenção ver que a partir de um dado momento a participação na creche já implementada se torne uma dificuldade para tais funcionárias, dado que se trata de um serviço de seu interesse, portanto sua participação não deveria limitar-se a reuniões esporádicas. Talvez a falta de institucionalidade dessa participação, como apontou a direção da CAS, dá abertura a essa não-participação na gestão.

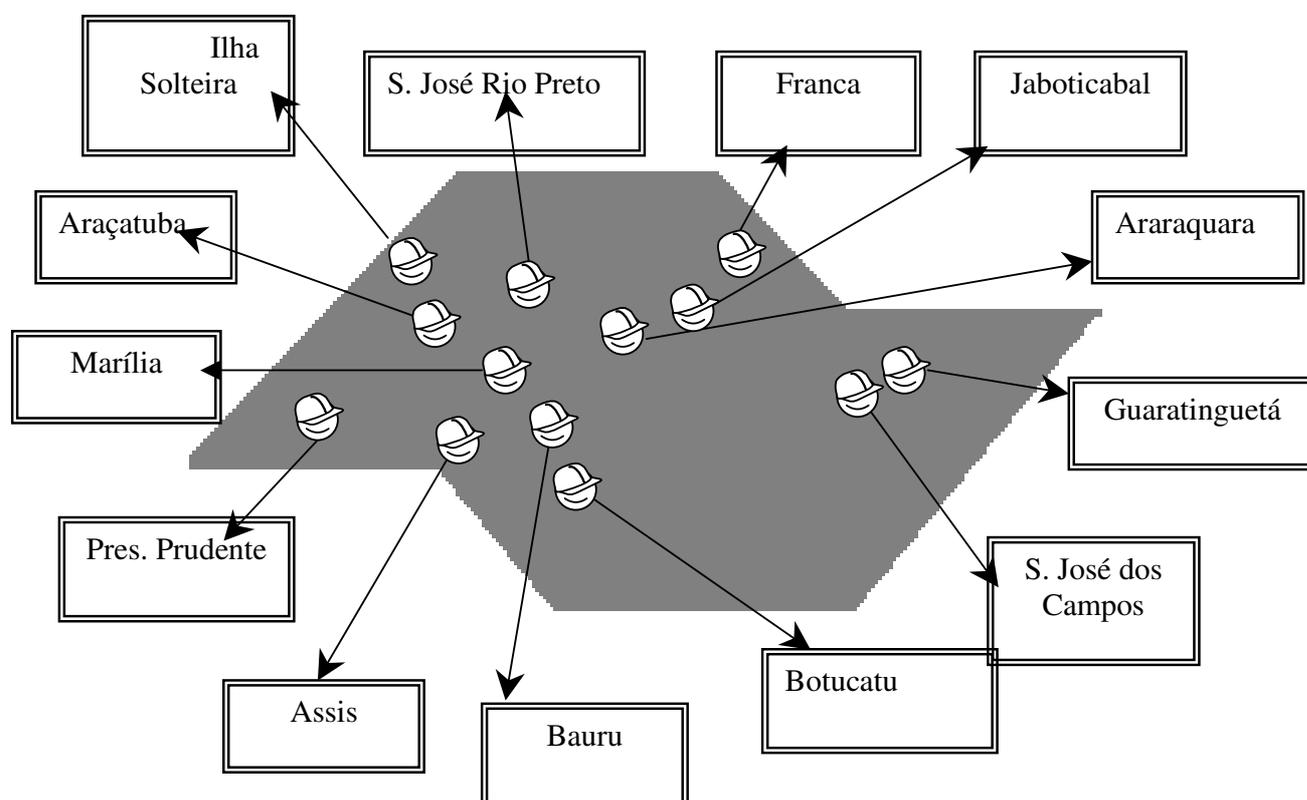
De acordo com a Direção da CAS, o gerenciamento da verba é exposto à Associação de Pais e Mestre – APM, e pede-se para que os pais dêem uma contribuição

mensal, visando a reposição de lençol e toalha para a creche, já que a universidade fornece “*o grosso*”, como gêneros alimentícios; tudo o que é mais específico para a criança acaba sendo comprado com essa verba das mães.

Essa contribuição não é uma mensalidade e não é obrigatória, assim, conforme relata a Direção da CAS, busca-se “*sensibilizar as famílias e mostrar um trabalho de qualidade. (...) No cotidiano a gente aposta no canal de comunicação, em reuniões de qualidade.*” (Valéria, CAS/ UNICAMP, abril de 2004)

Enfim, a manutenção da CAS é realizada concretamente pela universidade através de verba destinada aos Programas Educativos da UNICAMP.

### 2.3- As creches da UNESP



**Fonte:** Os mapas foram construídos com base em informações obtidas no endereço disponível em: <[www.saopaulo.sp.gov.br](http://www.saopaulo.sp.gov.br)> Acesso em 30 de março de 2003.

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – UNESP, trata-se de uma universidade *multi-campi*, ou seja, suas unidades estão distribuídas por todo o Estado de

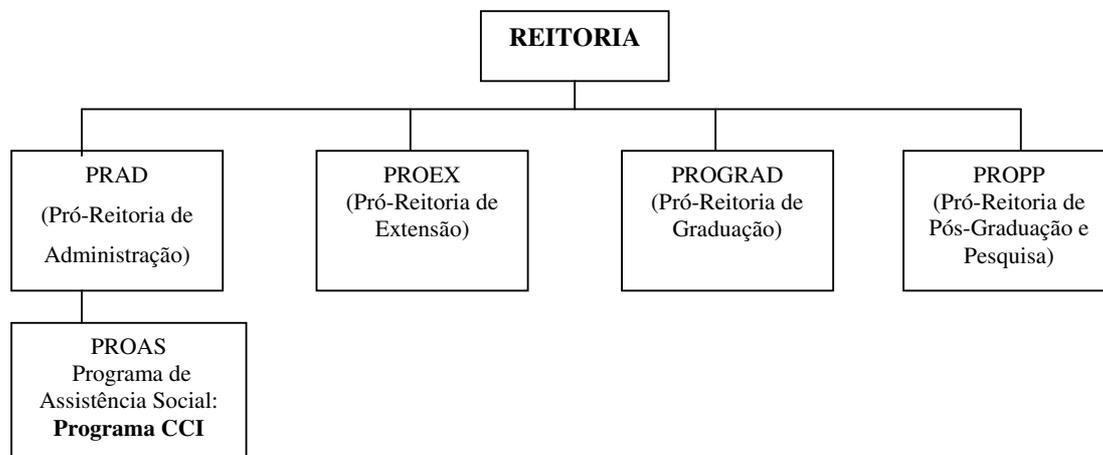
São Paulo, agrupadas regionalmente por áreas de conhecimento diversificadas. A reitoria e departamentos administrativos estão localizados na capital.

A UNESP possui 16 *campi* dos quais até o final de 2003, 13 possuíam creches instaladas em suas dependências. Tais creches, denominadas Centros de Convivência Infantil – CCI, foram implantadas a partir de 1982.

Segundo a Portaria UNESP 70, de 19 de abril de 1982 (UNESP, 1982),

*Os Centros de Convivência Infantil da Universidade Estadual Paulista / UNESP – foram criados em 1982, motivados pela necessidade de mães funcionárias e professoras terem seus filhos protegidos e cuidados enquanto se dedicavam às suas funções profissionais.*

De acordo com esta portaria, os CCI's – Centros de Convivência Infantil foram criadas na UNESP somente a partir de 1982, vinculadas ao Programa de Assistência Social (PROAS) da Coordenadoria de Recursos Humanos, que por sua vez está ligada a Pró-Reitoria de Administração (PRAD). Observe a localização do Programa Centro de Convivência Infantil na UNESP:



**Fonte:** Elaborado a partir de informações obtidas no site na UNESP. Disponível em: <http://www.unesp.br>. Acesso em 20 de abril de 2004.

A criação dos Centros de Convivência Infantil nesta universidade veio a atender as necessidades daqueles funcionários que buscavam por um local adequado para deixarem seus filhos durante sua jornada de trabalho.

Por estarem instaladas numa universidade cuja característica principal é ser *multi-campi*, seus CCI's também possuem características próprias, que respondem as necessidades dos locais onde estão instaladas; porém, hoje se pautam por um único Regimento Interno, o qual só foi aprovado em 1996, ou seja, 14 anos após a inauguração da primeira creche da UNESP, em Bauru no ano, de 1982.

Vemos que essa descentralização estrutural tenha prejudicado os registros referentes ao Processo de implementação da creche na UNESP, pois durante essa pesquisa poucos documentos traziam citação ao Programa CCI e nesse sentido, a coordenadora do PROAS (Programa de Assistência Social), no qual está inserido o programa de creche desta universidade, nos relata que “(...) *muita coisa se perdeu porque não tem registro.*” (Maria Inez, abril de 2004).

### **2.3.1 – Os CCI's na UNESP e seu processo de implementação**

O surgimento das creches na UNESP está vinculado ao Decreto Estadual Paulista 18.370, de 08/ 01/ 1982, que dispôs sobre a criação dos CCI's – Centros de Convivência Infantil nas Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas, programa este focalizado no capítulo anterior.

Após o referido decreto, a UNESP declarou através da Portaria UNESP 70, de 19 de janeiro de 1982<sup>38</sup>, a seguinte afirmação:

*Artigo 1º - Será desenvolvido na Universidade o “Programa Centro de Convivência Infantil da UNESP”.*

Assim, o surgimento dos Centros de Convivência Infantil nesta universidade se dá a partir de 1982, em decorrência ao referido decreto, indo de encontro ao conceito de implementação adotado por SABATIER e MAZMANIAN (s.d.), ou seja, de que a implementação é o cumprimento de uma decisão política, podendo pautar-se em um Estatuto, ou se apresentar em forma de ordem executiva ou decisão dos tribunais.(p. 329)

---

<sup>38</sup> A Portaria UNESP n. 70, que dispôs sobre a criação dos CCI's na UNESP, pode ser consultada no ANEXO V.

Na UNESP, o atendimento em creches, chamadas de Centros de Convivência Infantil (CCI's), passou a acontecer a partir de então, sendo os mesmos criados gradativamente.

Hoje, quase todos os *campi* que constituem esta universidade possuem um CCI, havendo uma variação no número de crianças atendidas em tais locais, conforme podemos observar através da tabela 11.

**Tabela 11 – Creches da UNESP - Localização e número de crianças atendidas (2003)**

UNESP	Creche	Nº de crianças (2003)	%
<i>Araçatuba</i>	Cantinho Feliz	37	5,1
<i>Araraquara</i>	Casinha de Abelha	80	11
<i>Assis</i>	Criança Feliz	33	4,5
<i>Bauru</i>	Gente Miúda	74	10,1
<i>Botucatu</i>	CCI do Lageado*; Pertinho da Mamãe	58* 101	8 13,8
<i>Franca</i>	Pintando o Sete	24	3,2
<i>Guaratinguetá</i>	Pingo de Gente	60	8,2
<i>Ilha Solteira</i>	Catatau	54	7,4
<i>Jaboticabal</i>	Recanto dos Pequenininos	41	5,7
<i>Marília</i>	Prof. Helton Alves Faleiros	41	5,7
<i>Presidente Prudente</i>	Chalezinho da Alegria	49	6,8
<i>São José dos Campos</i>	Dente de Leite	40	5,4
<i>São José do Rio Preto</i>	Bagunça Feliz	37	5,1
<b>TOTAL – 13 campi</b>	<b>14 creches</b>	<b>729</b>	<b>100</b>

Fonte: Site da UNESP e contatos com as creches

Conforme nos mostra a tabela acima, das 14 creches da UNESP, 08 são de pequeno porte, ou seja, atendem menos de 50 crianças e as outras 06 creches restantes são de médio porte, ou seja, atendem entre 51 a 150 crianças. Portanto, a UNESP não possui nenhuma creche cuja classificação seja de grande porte (mais de 150 crianças atendidas).

A creche “Pertinho da Mamãe”, localizada em Botucatu é que realizou o maior número de atendimentos durante o ano de 2003, 101 crianças atendidas, o que corresponde a 13,8% dos atendimentos realizados por todos os CCI's da UNESP. Esta unidade é destinada aos filhos dos funcionários da Faculdade de Ciências Biológicas e do Hospital Universitário. O campus da UNESP em Botucatu é o único que possui duas creches. O

“CCI do Lageado” é a creche destinada aos filhos dos funcionários da Faculdade de Agronomia (Ciências Agrárias).

Voltando-nos ao objetivo dos CCI's na UNESP, de acordo com a Portaria UNESP n.70, restringe-se aos cuidados básicos e socialização de crianças filhas de funcionárias e servidoras desta universidade. Tal declaração reforça a ligação do atendimento à infância através das creches devido ao trabalho feminino extra-domiciliar, outrora enfocado por ROSEMBERG (op. cit).

Ainda quanto ao objetivo geral dos CCI's, o Regimento dos Centros de Convivência Infantil da UNESP<sup>39</sup>, aprovado em 1996, reforça o objetivo expresso em 1982 através da Portaria da UNESP n. 70.

*ARTIGO 1º. Os CCIs têm por objetivo proporcionar a prestação de serviços necessários ao acolhimento, ao atendimento e à socialização de crianças de até 07 (sete) anos de idade, filhas ou dependentes legais de servidora (técnico-administrativa e docente) da UNESP, que esteja no exercício de suas funções (UNESP, Regimento dos CCI's, 1996).*

Assim, a creche na universidade trata-se de um serviço restrito aos filhos das funcionárias, reforçando e ressaltando o direito da mãe à creche, revelando a prioridade e a ligação atribuída à creche na universidade, enquanto assistência ao servidor em seu local de trabalho.

De acordo com o Regimento Interno dos CCI's - UNESP/1996, os mesmos se propõem a oferecer os seguintes benefícios às crianças matriculadas:

- I- *alimentação adequada à cada faixa etária, em obediência à orientação técnica especializada, preservando a qualidade dos alimentos fornecidos, em conformidade com a disponibilidade do CCI, nos horários convenientemente estipulados;*
- II- *medicação, quando necessária por orientação médica, cabendo aos pais fornecerem os respectivos medicamentos, que deverão ser entregues à coordenação do CCI ou à funcionária responsável, com a devida receita médica;*
- III- *higiene corporal, sendo que os pais deverão fornecer o material solicitado e repô-lo sempre que necessário;*

---

<sup>39</sup> ANEXO V - Regimento dos CCI's da UNESP, aprovado em 1996.

- IV- *atividades lúdicas variadas de caráter pedagógico, sob a orientação de pessoa responsável, de acordo com a faixa etária;*
- V- *atendimento por pessoal especializado, mediante técnicas e planejamentos previamente elaborados e com material selecionado criteriosamente, visando o desenvolvimento da criança, de acordo com as faixas etárias;*
- VI- *repouso em ambiente adequado*

Observe que entre as propostas oferecidas pelos CCI's/ UNESP há uma prevalência de atividades voltadas ao cuidado, tendo como base conhecimentos da área da saúde. Tais propostas presentes no Regimento dos CCI's/ UNESP não enfatizam a natureza educativa da creche, ainda que educação e cuidado devam estar presentes nesta instituição de maneira indissociável.

Quanto ao atendimento a demanda pelo serviço de creche, segundo as normas de utilização dos Centros de Convivência Infantil da UNESP, as mesmas atendem prioritariamente a ordem abaixo fixada:

*I – As servidoras da UNESP;*

*II – Os servidores da UNESP, que detenham a condição de viuvez, invalidez do cônjuge, separação legal ou de fato;*

*III – Os demais servidores e comunidade, quando houver vagas excedentes, sendo estes: funcionários que trabalham nos CCI's, funcionários das fundações vinculadas a UNESP, funcionários dos colégios técnicos da UNESP, alunos de graduação, alunos de pós-graduação e alunos de pós-doutoramento (UNESP, Projeto: 2003).*

Contudo, a prioridade está no atendimento aos filhos das servidoras da UNESP, sendo os itens II e III atendidos em caso de vagas excedentes, seguindo o critério pré-estabelecido, ressaltando que esta ordem de prioridades se faz presente no Projeto – CCI's UNESP (2003), não sendo regulamentada em seu Regimento aprovado em 1996, o qual abrange apenas servidoras da UNESP e servidores em condição de viuvez, invalidez do cônjuge ou em caso de separação legal ou de fato.

Em entrevista, a atual coordenadora dos CCI's da UNESP, Maria Inez Gomes Macieira, assumiu uma posição de questionamento ao Regimento desse Programa, quando

Ihe foi perguntada se as creches da UNESP contemplam a todos os atores que demandam por esse serviço, envolvendo entre tais atores professores, alunos e funcionários.

*“Não contempla os três segmentos... Quando foi implantado o Regimento, no Artigo 1º fala que só filhos de funcionários... O aluno antes (do regimento) tinha direito, hoje eles brigam porque eles querem... eu acho justo... É eu acho que é por ai... Vai saindo os filhos do pessoal da UNESP e por que não ir preenchendo as vagas com os filhos de alunos, de pessoal de fundação.*

*(...) os filhos de alunos não participam...Quando chega aqui, como eu tenho que ver a parte orçamentária, eu tenho que excluí-los. (risos de lamento.) O que eu falei no CADE (Conselho Administrativo de Desenvolvimento) é que isso vai contra a legislação atual e que isso é preciso rever... Isso é uma briga de 2 ou 3 anos, eu acho, para alterar o Artigo 1º e para colocar “atender a comunidade de uma forma geral”... E passar pelo Processo Seletivo com a Assistência Social...*

*Ah! Outra coisa que você perguntou sobre esse Regimento... Não teve consulta a comunidade, bateu o martelo e acabou...”(Maria Inez, 14 de abril de 2004).*

Segundo esse relato, vemos que nem todos que lutaram em prol da creche na UNESP estão contemplados em seu Regimento (1996), contudo se buscam brechas para a realização do seu atendimento.

Isso indica a necessidade de revisão das normas de atendimento previstas no Regimento e Portaria que institucionalizaram o Programa CCI na UNESP, tendo em vista o atendimento a toda a comunidade com base em normas legais.

Entretanto, ampliar o número de contemplados dentro de uma regulamentação da universidade é um desafio para os órgãos da administração, que também se deparam com normas orçamentárias e outras determinações legais, além de outros impasses que entravam esse processo de explicitação de direitos a comunidade de uma forma geral.

Assim, a ampliação do atendimento em creche a toda a comunidade universitária é uma questão ainda em estudo na UNESP.

Pela Portaria da UNESP nº 70, de 19-4-1982, a origem dos recursos financeiros, destinados a criação e manutenção dos CCI's, não é determinada de forma fixa:

*Art.2º - Os Centros de Convivência Infantil serão implantados nos "Campi" e na Reitoria, gradativamente com recursos provenientes de dotação orçamentária, subvenções, convênios e outras arrecadações.*

Esta declaração acerca da parte financeira destinada aos CCI's, presente no artigo 2º da referida Portaria, dá abertura a "outras formas de arrecadação", indo de encontro com a declaração do ex-Reitor, Prof. Dr. Paulo M. Barbosa Landim, onde o mesmo comenta que no interior é comum a prática de leilões e bingos em festas beneficentes e que eram organizadas em favor as creches da UNESP.

A coordenadora das creches da UNESP, Maria Inez G. Macieira, na Pró-Reitoria de Administração da UNESP, comenta sobre a questão referente aos recursos financeiros que mantém as creches, confirmando que,

*"Cada universidade recebe uma verba, e aí cada uma trabalha com ela. Essa verba chega pra gente que distribui para as creches, mas os pais também ajudam fazer bingos... ah, eles arrecadam."* (Maria Inez, 14 de abril de 2004).

Pelo Regimento dos Centros de Convivência Infantil (CCI) da UNESP, aprovado apenas no ano de 1996<sup>40</sup>, apesar da existência dos mesmos desde 1982 nesta universidade, faz-se presente no **Título X – Dos Recursos**, a seguinte menção:

*Artigo 41 - O CCI poderá receber dos pais ou de terceiros contribuições materiais e financeiras, mensais ou eventuais, para auxiliar na manutenção ou para melhorar seu funcionamento.*

---

<sup>40</sup> ANEXO V - Portaria da UNESP nº 49, de 07 de março de 1996, aprovou o Regimento dos Centros de Convivência Infantil da UNESP em 1996.

Convém destacar neste momento o comentário do Ex-Reitor da UNESP, Prof. Dr. Paulo Milton Barbosa Landim (1989-1993), que por sua vez ilustra as características iniciais do programa CCI na UNESP e a posição e situação em que a Reitoria se encontrava na época, tendo que priorizar ações por conta de restrições financeiras. Segue abaixo essa declaração.

*“A UNESP, porém, tem uma característica muito especial: ela é multicampus e isso significa que, naquela época, tínhamos que construir, no mínimo, 14 creches (pelo menos uma para cada campus). Como, além das prioridades acadêmicas, tínhamos outras de cunho social, como restaurantes universitários (14), moradias estudantis (14) e no caso das creches a Reitoria não se responsabilizou pelas construções iniciais. Isso foi feito com recursos próprios das Unidades ou contribuições dos interessados (no interior é muito comum festinhas com prendas e leilões). Em seguida, na medida que os prédios iam ficando prontos, a Reitoria dava todo o apoio possível a esses empreendimentos, complementando recursos, fornecendo o mobiliário e equipamentos e contratando pessoal especializado. Se não me engano ao fim do meu mandato em início de 1992, tínhamos 12 creches, com duas em Botucatu, pois lá o campus é subdividido em duas áreas distintas. Além disso, naqueles locais que ainda não dispunham de creches havia um auxílio-creche”* (Ex – Reitor Prof. Dr. Paulo M. Barbosa Landim, 12 de abril de 2004).

Segundo a Coordenadora dos CCI's da UNESP, Maria Inez G. Macieira, na PRAD (Pró-Reitoria de Administração, em São Paulo), são muitas as dificuldades em administrar as creches pelo fato de estarem espalhadas pelos *campi*, e em um desabafo, falou que

*“O que acontece é que como a educação Infantil não é uma prioridade na Universidade, o sindicato praticamente não se interessa. A gente briga sozinho, é uma briga muito solitária”* (Maria Inez, 14 de abril de 2004).

Declarações como a do Prof. Landim e da Coordenadora dos CCI's da UNESP, Maria Inez, revelam o lugar ocupado pela Educação Infantil na universidade. Apesar das dificuldades a luta pela creche continuou e os CCI's são uma realidade em termos de atendimento à infância e as servidoras e servidores desta universidade.

Segundo Maria Inez, o primeiro CCI implantado foi em 1982, e a última implantação aconteceu recentemente em Rio Claro (em estruturação no início de 2004), marco da luta dos funcionários que não desistiram da batalha pela creche, enquanto um direito trabalhista.

Como existe uma precariedade em termos de números de registro sobre o histórico de implementação dos Centros de Convivência Infantil na UNESP, buscamos junto a algumas creches da UNESP a possibilidade de visualizar o cenário de sua implantação nesta universidade. As reivindicações trabalhistas em prol da creche se fizeram presentes também nesta universidade, conforme exemplificam os casos expostos a seguir.

Sueleni de O. Villas Bôas, diretora do CCI – UNESP/ Lageado em Botucatu, destaca que a história dos CCI's da UNESP é marcada pela pressão social,

*A implantação do Centro de Convivência Infantil (CCI) do Lageado se deu sob pressão social e política, resultante de uma reivindicação de um grupo de servidoras lotadas na Fazenda Experimental Lageado, liderado por um servidor que se candidatara posteriormente à vereança Municipal. Sua inauguração aconteceu em maio de 1988, no aniversário da Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA) da UNESP, Câmpus de Botucatu, como um “benefício” às servidoras, caracterizando-se pelo caráter acentuadamente assistencialista do atendimento às crianças e pela falta de estrutura necessária para o trabalho adequado à Educação Infantil.*

*Nesse período, contando com 4 funcionários, atendendo a 13 crianças, funcionando em uma casa de 187 m<sup>2</sup> cedida pela Diretoria da FCA, sem área delimitada, em meio a terra, com acesso permitido à todos, mobiliada através de empréstimos e doações, com quase nenhum material adequado ao uso das crianças, o CCI tinha espaço e trabalho extremamente precários, com cunho puramente assistencialista, destinado a “cuidar”, sem apoio da Instituição e desacreditado pela comunidade local...*

*Ao final de 1989, iniciou-se então, pela coordenação do Centro de Convivência Infantil, um processo de envolvimento e de participação de pais e da comunidade junto ao CCI, visando a viabilização de melhorias essenciais ao espaço e ao atendimento às crianças e como principal alternativa na busca da melhoria da qualidade do trabalho realizado (Villas Boas, COPEDI, 2003).*

A luta pela implantação do CCI - no Campus de Rubião Júnior, em Botucatu, teve como impulso a união entre os servidores da Fazenda Experimental do Lageado, onde funciona a Faculdade de Ciências Agronômicas e, a partir disso, no ano de 1987 os servidores do Campus de Rubião Júnior uniram-se para propor a implantação de um Centro de Convivência Infantil em Rubião Júnior<sup>41</sup>.

Esse movimento surgiu da necessidade das mães servidoras dedicarem-se, em tempo integral, aos seus trabalhos fora do lar. Não poupando esforços, todos que tinham interesse em participar do movimento contribuía direta ou indiretamente, recorrendo aos recursos da comunidade, a doações do comércio local, da Prefeitura Municipal, recursos das Faculdades do FUSSESP e também de políticos.

Inicialmente, obtiveram a concessão da casa da Faculdade de Medicina, antiga residência do Diretor, e também mão-de-obra para as reformas necessárias; doações do comércio, Prefeitura, Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP). A partir daí, o movimento adquiriu mais força, pois os resultados mostravam-se positivos a medida em que as expectativas se concretizavam. Com a casa reformada, o ambiente interior parcialmente pronto, a Comissão de creches, que foi montada juntamente com as mães, passou a realizar eventos, tais como bazares beneficentes e rifas, para que se alcançasse o objetivo do momento: “colocar em funcionamento o CCI”.

A inauguração deu-se no dia 11 de Maio de 1987, em comemoração ao dia das Mães. O Centro de Convivência Infantil (CCI) que recebeu o nome de “Pertinho da Mamãe”, por sugestão de uma funcionária. Iniciaram-se suas atividades com 20 crianças, completando suas vagas com mais vinte na semana seguinte.

As vagas foram distribuídas proporcionalmente ao número de mães inscritas e classificadas de acordo com a renda familiar mensal “per capita” e necessidades consideradas prioritárias pela Comissão de Creche.

Também na Faculdade de Odontologia da UNESP, em São José dos Campos, formou-se uma Comissão de Servidores em 1987, reivindicando o cumprimento do Decreto nº 18.370 de 08/01/82 da Emenda Constitucional Estadual nº 31 de 31/5/92 que colocou a

---

<sup>41</sup> Consulta ao site: <http://www.btu.unesp.br/cci/historico.htm>. Acesso em junho de 2004.

obrigatoriedade do Estado em atender filhos de funcionárias de 0 a 7 anos, onde trabalhavam mais de 30 mulheres<sup>42</sup>.

Reconhecendo o esforço do Grupo de Mães, e dos demais servidores deste campus, obteve-se a conquista da construção do CCI "Dente de Leite", inaugurado em 7/12/92, uma vez sensibilizada a Unidade e Reitoria. Para o CCI atingir seus objetivos propostos, funciona num prédio de construção própria destinado ao atendimento a 40 crianças.

No campus da UNESP em Guaratinguetá<sup>43</sup>, onde funciona a Faculdade de Engenharia, deu-se a inauguração do CCI, inaugurado a 31/03/95, também resultado de intensa luta de servidores da Faculdade para o atendimento a seus filhos.

O histórico dos CCI's da UNESP no campus de Botucatu, São José dos Campos e de Guaratinguetá ilustram que, apesar da existência do Decreto estadual de 1982 que institucionaliza o Programa Centro de Convivência Infantil, os mesmos (CCI's) não foram criados espontaneamente em decorrência ao decreto, mas sim devido a pressão da comunidade universitária, representada prioritariamente por suas funcionárias, pautadas no referido Decreto, o qual justificava a possibilidade de implementação das creches na universidade. Tal cenário também se revela comum ao histórico de implementação das creches na USP e UNICAMP.

Após a implementação dos CCI's em maior parte dos *campi* da UNESP, convém relembrar que entre as atribuições da PRAD, responsável pelos CCI's, está a promoção da integração entre os Centros de Convivência Infantil, além da elaboração e execução de projetos que viabilizem treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos, da transmissão das diretrizes básicas dos CCI's, permitindo a realização de uma avaliação imparcial das creches da UNESP, já que todas estão vinculadas as mesmas diretrizes e normas presentes em seu Regimento/1996.

Para a coordenação dos CCI's e para os cumprimentos das disposições destacadas acima, a PRAD conta com o assessoramento de uma Comissão Técnica, que conforme indica o artigo 5º do Regimento do CCI's (1996), deve ser composto de: 1 representante da

---

<sup>42</sup> Consulta ao site: [http://www.fosjc.unesp.br/cci\\_objetivos.htm](http://www.fosjc.unesp.br/cci_objetivos.htm). Acesso em junho de 2004

<sup>43</sup> Consulta ao site: <http://www.feg.unesp.br/entidades/cci/arquivos/aspecto-fisico.html>. Acesso em junho de 2004.

PRAD, 1 pediatra, 1 psicólogo, 1 enfermeiro, 1 assistente social, 1 nutricionista, 1 pedagogo, 1 odontopediatra e 1 representante de coordenadoras dos CCI's. Cabe ressaltar que os integrantes da Comissão Técnica são designados pelo reitor, por meio de portaria e com mandato de até 2 anos.

De acordo com o fixado no Regimento dos Centros de Convivência Infantil - CCI's da UNESP, o quadro de pessoal é proporcional ao número de crianças atendidas, portanto varia de creche para creche, respeitando-se a jornada de trabalho de 40 horas semanais, sendo o atendimento de 2ª a 6ª feira. Ainda segundo tal Regimento, os Centros de Convivência Infantil (CCI) da UNESP, tal como foram concebidos não prevêem a função de professor, mas recreacionistas e auxiliares, estabelecendo um parâmetro adulto/criança conforme expressa seu artigo 8º:

*Artigo 8º - Recreacionista e auxiliares: 01 adulto para até 05 crianças na faixa etária de 0 a 01 ano e 11 meses; 01 adulto, para até 07 crianças na faixa etária de 2 anos a 2 anos e 11 meses; 01 adulto para até 10 crianças na faixa etária de 3 anos a 4 anos e 11 meses; 01 adulto para até 15 crianças na faixa etária de 5 anos a 7 anos.*

Como estabelece o referido Regimento, as funções de Coordenador de creche e auxiliar de enfermagem são cargos preenchidos através de concurso público de provas ou de provas e títulos, já as funções de: recreacionista e auxiliar de recreacionista, cozinheiro, auxiliar de cozinha, auxiliar de serviços gerais e auxiliar administrativo, são preenchidas preferencialmente *por meio de convênios firmados entre a UNESP e entidades públicas ou privadas, de cunho assistencial, representativo e cultural.*

Através do mesmo, esclarece-se ainda que:

*Na impossibilidade de viabilizar contratações por meio de convênios, as mesmas serão realizadas mediante contratação de serviços de terceiros, obedecendo a legislação pertinente para tanto. (Regimento dos CCI's, 1996; Artigo 10; §2º)*

A questão da contratação de pessoal por meio de convênios foi comentada pela coordenadora dos CCI's da UNESP, que associou essa forma de contratação com a questão da formação dos profissionais de creche, e as dificuldades da universidade em gerir as

novas determinações legais impostas pela LDB/96, que estabelece a necessidade dos profissionais de creche terem uma formação mínima de Magistério a nível médio.

*“Como o pedagogo está muito difícil, a gente ia contratar por concurso público, mas a gente acabou fazendo o contrato via Associação de Servidores local, através de um convênio... isso para ter um pedagogo no comando de cada CCI (...)*

*É através de processo seletivo a contratação via Associação... é mais rápido (...) o processo é passado por uma comissão que avalia a necessidade de funcionário, se tem recurso para a contratação. (...)*

*Na UNESP os profissionais de creche não estão no quadro de funcionários, é uma coisa fora, apesar de estar na nossa alçada administrativa. Por isso as contratações se dão via Associação, que analisa o quadro de pessoal conosco” (Maria Inez, 14 de abril de 2004).*

Na parte administrativa das creches, conforme revelaram os documentos analisados mais o depoimento da coordenadora dos CCI's da UNESP, é possível perceber a busca em atender as determinações legais, tanto da CLT, quanto ao Decreto Estadual e a Legislação Educacional – LDB/ 1996. Contudo, existem embates internos na universidade que envolve questões orçamentárias, juntamente com a montagem e estudo do quadro de pessoal, o que em alguns momentos acaba em desencontros e em mudanças nos planos.

Segundo o depoimento da coordenadora das creches da UNESP, hoje, ainda com dificuldades, 90% das recreacionistas dessas creches possui a formação de Magistério a nível médio, o que revela a busca por mudanças no quadro dos profissionais da educação infantil desta universidade.

*“... o quadro de creche passou por alterações, nós estamos pensando em colocar Professor de Educação Infantil, mas cada gestão tem prioridades e essa não quer alterar nada... mas nós temos que nos adequar ao sistema de ensino” (Maria Inez, 14 de abril de 2004).*

Ainda que cada CCI tenha suas normas e determinações internas, as mesmas devem estar em consonância com as determinações presentes no Regimento dos CCI's da UNESP, aprovado em 1996 (ANEXO V), o qual rege o funcionamento de todas as creches da UNESP, apontando as diretrizes gerais a serem seguidos por todos os CCI's desta universidade.

**CAPÍTULO 3 – Cruzando os indicadores ...**  
**O processo de implementação de creches na**  
**USP, UNICAMP e UNESP**

Neste capítulo, retomamos dados já discutidos e analisados ao longo desta dissertação, porém acrescentando o cruzamento dos dados referentes ao processo de implementação das creches nas três universidades públicas estaduais paulistas: USP, UNICAMP e UNESP, enfocando-as comparativamente, com base nos indicadores apontados para esta pesquisa, permitindo-nos visualizar esse processo em suas diversas camadas.

Entre tais indicadores destacamos as determinações legais e dados de sua implantação, a atuação dos atores nesse processo, a estrutura de atendimento, a demanda pela creche, os recursos financeiros e recursos humanos empregados no seu processo de implementação.

### **3.1- Os dados históricos e legais da implantação da creche na universidade**

Conforme já discorremos no corpo desta dissertação, esta pesquisa voltou-se ao histórico de implementação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas, visando compreender as motivações que as levaram a consolidar as creches em seu interior. Trata-se de uma pesquisa histórico-política, portanto é importante focalizar a atenção nas determinações legais que levaram implementação dos CCI's.

Na USP, foi em 1982 que a primeira creche foi inaugurada, abrindo um ciclo de novas implantações. As primeiras manifestações em prol a uma creche no campus de São Paulo datam de 1965, sendo a década de 1970 marcada por estudos visando sua viabilização, originando neste período o projeto inicial da creche da USP. Contudo, somente após 17 anos de reivindicações (1965-1982) é que a creche tornou-se uma realidade para a comunidade universitária, tratando-se inicialmente de um projeto “creche-piloto” que posterior e gradualmente se expandiu, buscando atender a demanda expressa.

Na UNICAMP, os primeiros estudos em prol da creche datam de 1976, indicando o início do processo em torno da implementação da creche no campus de Campinas, sendo a primeira creche inaugurada em 1982. Se voltarmos ao histórico das creches desta universidade, veremos que em 1979, em Piracicaba já funcionava uma sala de creche para os filhos das funcionárias da Faculdade de Odontologia, porém tratou-se de uma iniciativa das mães funcionárias da referida unidade, que somente nos anos de 1980 passaram a

contar com o apoio da Reitoria na administração deste serviço, ou melhor, como aponta o decreto criador do Programa CCI, deste benefício às servidoras públicas estaduais.

Durante o processo de elaboração da creche na UNICAMP, buscou-se a parceria do CEMICAMP na estruturação da creche, sendo esta proveniente de um convênio de mútua cooperação firmado com a UNICAMP, desde 1978, “*visando o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação nos seus programas de trabalho*”, complementando as ações de ordem científica, técnica, didática, cultural e assistencial da UNICAMP na área Materno-Infantil.

Segundo o Reitor na época da primeira implantação, o Prof. Dr. Pinotti, a implementação da creche foi uma decisão política da Reitoria, motivada pelo “*apoio ao aleitamento materno e obediência a Legislação Federal*”.

Nesse sentido vemos que a creche na UNICAMP nasceu pautada nas determinações da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, lembrando que era a política da reitoria incentivar o aleitamento materno, sendo interessante ter a creche na universidade, local de trabalho das usuárias. Contudo, apesar da creche ser uma decisão política da Reitoria, sua implantação em 1982 coincide com o decreto do governo estadual que determinava a criação dos CCI's nas universidades. Além disso, o processo de busca pela creche contou com a pressão da comunidade universitária; não se constituiu num processo de mão única, mas sim, num campo de negociação e pressão.

Já a creche da área da Saúde teve outra tramitação: a discussão acerca de sua necessidade iniciou-se em 1987, e em seguida já se iniciaram os procedimentos para a sua construção, pautados num convênio específico estabelecido com o Governo do Estado de São Paulo. Esta teve sua inauguração em 1990, dando indicativos que seu processo de formulação e implementação se deram em harmonia, justificando o curto prazo existente entre o projeto e a implementação em si, gerando satisfação para a comunidade da área da saúde, público-alvo dessa política (VIANA, op.cit).

Na UNESP, os CCI's foram criados somente a partir de 1982, devido as *necessidades de mães funcionárias de terem seus filhos protegidos e cuidados enquanto se dedicavam às suas funções profissionais*, motivação esta similar as existentes no histórico das creches da USP e UNICAMP.

Pela Portaria UNESP 70, de 19 de janeiro de 1982, se instituiu a criação dos CCI's nesta universidade, estando explícito na mesma a sua vinculação com o Decreto Estadual Paulista 18.370, de 08/ 01/ 1982, que dispôs sobre a criação dos CCI's nas Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas, portanto, a creche nesta universidade nasce por decisão política do Estado (SABATIER, MAZMANIAN, op. cit.).

**Quadro 5 – Ano de criação das creches implantadas na USP, UNICAMP e UNESP**

<b>USP</b>	
<i>Nome do CCI</i>	<i>Ano de Criação</i>
CCI – Luiz de Queiroz	1986
CCI – São Carlos	1985
Leite & Amor	1995
Central (São Paulo)	1982
Oeste (São Paulo)	1986
Saúde (São Paulo)	1987
Carochinha (Ribeirão Preto)	1985
<b>UNICAMP</b>	
<i>Nome do CCI</i>	<i>Ano de Criação</i>
CECI – berçário e maternal*	1982; 1988*
CAS	1990
CECI –Piracicaba	1979
<b>UNESP</b>	
<i>Nome do CCI</i>	<i>Ano de Criação</i>
Cantinho Feliz	1986
Casinha de Abelha	1984
Criança Feliz	1989
Gente Miúda	1982
CCI do Lageado	1988
Pertinho da Mamãe	1987
Pintando o Sete	1988
Pingo de Gente	1995
Catatau	1988
Recanto dos Pequeninós	1987
Prof. Helton Alves Faleiros	1989
Chalezinho da Alegria	1987
Dente de Leite	1992
Bagunça Feliz	1991

**Fonte:** Consultas realizadas na COSEAS/ USP; DGRH/ UNICAMP; PRAD/ UNESP

O primeiro CCI da UNESP foi implantado em 1982 e gradualmente outros CCI's foram sendo criados entre os *campi* desta universidade, conforme a demanda e organização local, destacando que a mais nova implantação aconteceu em 2003, no campus da UNESP em Rio Claro, após anos de luta de seus funcionários.

Mesmo com o respaldo do Decreto Estadual de 1982, que institucionalizou o Programa CCI, vemos que a organização da comunidade universitária fez-se necessária enquanto grupo de pressão, o qual agiu no sentido de enfatizar que a ausência de creche no local de trabalho era um problema plausível a constituir a agenda política dos gestores, neste caso específico, das universidades focadas.

Em resumo, durante a década de 1970 apenas a UNICAMP inaugurou uma creche, o CECI localizado em Piracicaba. Durante os anos de 1980 foram criadas 19 creches nas universidades públicas estaduais paulistas e nos anos de 1990 foram criadas 5 creches nessas universidades, indicando a ampliação do número de creches no interior das universidades após o ano de 1982, no qual se institucionalizou o Programa Centro de Convivência Infantil, pelo Governo do Estado de São Paulo.

**Tabela 12 – Década de implantação de creches na USP, UNICAMP e UNESP (%)**

<b>CRECHES IMPLANTADAS</b>	
Década de 1970	4%
Década de 1980	76%
Década de 1990	20%

**Fonte:** Com base nas consultas realizadas na COSEAS/ USP, DGRH/ UNICAMP e PRAD/ UNESP

De acordo com a **Tabela 12**, é durante a década de 1980 que se consolidam os CCI's nas universidades: USP, UNICAMP e UNESP, revelando a ampliação do programa ao longo dos anos, inclusive na década de 1990.

Podemos concluir com base nos levantamentos apresentados que, até o final da década de 1970, a USP, a UNICAMP e a UNESP permaneceram não cumprindo as determinações previstas pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas - 1943) quanto a

obrigatoriedade das empresas em oferecer instalação apropriada para a guarda e cuidado dos filhos de suas funcionárias durante o período de amamentação.

Como revelam os dados documentais pesquisados juntamente com os depoimentos arrolados, a demanda pelo atendimento em creche antecede aos anos de 1980, tanto na USP, quanto UNICAMP e UNESP. Isso demonstra que a busca pelo cumprimento da Lei trabalhista de 1943 (CLT) estava na ordem do dia nas referidas universidades, compondo uma bandeira de luta trabalhista dos funcionários e professores, contando com o apoio e participação dos alunos quanto a essa reivindicação.

Entretanto, a implementação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas concretizou-se prioritariamente nos anos de 1980, mais especificamente a partir de 1982, revelando sua ligação com o Decreto Estadual Paulista de 1982 (nº 18370, de 08/01/1982), que institucionalizou o Programa Centro de Convivência Infantil – CCI, portanto, declarando a necessidade desse atendimento também nas universidades, entidades descentralizadas do Estado.

Ainda que na USP e UNICAMP os processos administrativos analisados revelem que o processo pela implementação de suas creches antecedeu a década de 1980, trazendo dados históricos importantes e marcantes referentes a essa busca, somente pós-decreto é que vemos sua instalação (salvo CECI de Piracicaba, que surgiu como uma iniciativa independente tomada por mães funcionárias).

Na UNESP as creches foram implementadas após o decreto estadual de 1982, que institucionalizou o Programa CCI, mas vimos no Capítulo 2 relatos de movimentos de pressão em prol da creche sendo realizados por funcionários da universidade, contudo tais manifestos já se pautavam no decreto estadual, enquanto justificativa legal para tal implementação, portanto aconteceram após 1982. A localização descentralizada dos CCI's da UNESP é um ponto a ser considerado como obstáculo ao registro de seu histórico de implementação.

Nas três universidades analisadas, vemos uma distância temporal entre o processo de demanda pela creche apresentada pela comunidade universitária e sua concretização, indicando que a universidade, apesar de ser estudiosa da questão da implementação de Políticas Públicas, não inovou nessa questão, sofrendo com entraves no decorrer do processo.

### 3.2- A atuação dos atores

Relembrando que o processo de implementação envolve a relação entre os atores governamentais e não-governamentais, podendo estes ter idéias, recursos e ações próprias (VIANA, op.cit.), focamos esse ponto como um indicador dessa pesquisa.

Na USP podemos sentir que essa relação entre os atores foi tensa, principalmente quando observamos que a primeira solicitação de creche na universidade foi realizada por um grupo de funcionárias da Reitoria no ano de 1965, e, dez anos depois do primeiro pedido oficial nenhuma providencia havia sido tomada. Tal resposta a esse pedido acabou gerando o manifesto denominado “a Passeata dos Bebês”, mobilização apoiada pelo movimento feminista da década de 1970 e pelo movimento de luta por creche na cidade de São Paulo.

A Reitoria da USP respondeu a solicitação somente após essa mobilização. Sua ação foi pedir a COSEAS que elaborasse um projeto de creche que atendesse a demanda da universidade. Tal projeto passou por várias adaptações, mas em 1982 a implantação da creche se tornou realidade; após 17 anos de lutas marcadas por passeatas e abaixo-assinados, entre outras formas de mobilização da comunidade universitária, é que a creche se concretizou. Novamente vemos a demora existente entre a demanda pelo atendimento em creche e sua implementação.

Entretanto, cabe destacar que desde a criação da primeira creche em 1982, até os dias atuais, a coordenação de creches da USP sempre trabalhou em cima do ideal denominado “Creche Aberta”, ou seja, aonde a participação da família é priorizada. Esta ideologia compõe os princípios das demais creches administradas pela COSEAS, dando continuidade a participação da comunidade universitária na célula educativa representada pela creche.

Na UNICAMP, o primeiro pedido oficial de creche foi enviado à Reitoria em meados da década de 1970. A lentidão na tomada de uma ação concreta em prol da creche deu-se devido a inúmeras dificuldades entre as quais destacamos: dificuldade de encontrar um local adequado, um longo processo de licitação da obra, levantamento de preço/custo referente à montagem de um Berçário (considerando-se recursos humanos, impostos, limpeza, alimentação, entre outros) e, principalmente, as dificuldades financeiras de tirar o

projeto de creche do papel, pois era necessária a previsão de gastos para tais fins, dentro de uma programação de recursos, e obedecendo às normas do setor financeiro da universidade.

Diante de entraves resultantes dessas dificuldades, em 1977 a comunidade universitária manifestou-se através de abaixo-assinado, pedindo maior agilidade no processo.

Convém lembrar que, em 1979, no campus de Piracicaba, havia uma pequena creche em funcionamento, atendendo provisoriamente e em um espaço impróprio os filhos de mães funcionárias da Faculdade de Odontologia - FOP. A gestão era feita pelas próprias mães, sendo os recursos provenientes de mensalidades e promoções sociais organizadas pelas mesmas. A Faculdade havia cedido o local para o seu funcionamento provisório desta creche, solicitando somente em 1984 que a Reitoria da UNICAMP construísse uma creche no campus. A partir desse momento, a creche que já havia sido organizada pelas mães passou a receber aditamento mensal para cobrir as despesas com alimentação e a Reitoria contratou funcionárias para atuarem junto à creche.

Também relembremos que, paralelamente a organização de uma creche administrada pela UNICAMP, no campus de Campinas, o Instituto de Física “Gleb Wataghin”, já havia tomado a iniciativa de oferecer uma creche em suas dependências para os seus funcionários e atendendo a demanda existente entre funcionárias e funcionários quanto ao atendimento de seus filhos; tratava-se de uma gestão local e independente do sistema de assistência social do campus.

Entretanto, com a criação via Reitoria do CCI da UNICAMP, iniciou-se em 1985 um processo de incorporação da creche do Instituto de Física ao CCI – Centro de Convivência Infantil e neste momento destacaram-se as diferenças de princípios existentes entre tais instituições.

Esse processo de incorporação gerou a restrição da demanda, focalizando somente as servidoras-mães, excluindo os pais servidores do processo de aquisição de vaga na creche. Além disso, a creche administrada pela Reitoria atendia até a faixa etária dos 4 anos, enquanto que a creche “Cantinho da Física” atendia até os 6 anos. Apesar da intervenção do diretor do Instituto de Física junto a Reitoria, apresentando o descontentamento de seus funcionários, a adequação a esse processo foi determinada pela

Reitoria, acontecendo a incorporação desta creche ao Regimento do CCI – UNICAMP (CECI), sem o aproveitamento de seu regimento.

Outro fato que compõe o indicador *ação entre os atores*, diz respeito a vinda do Hospital das Clínicas (HC) do centro de Campinas para o campus de Barão Geraldo, em 1986.

Logo, os funcionários da área da saúde passaram a reivindicar o atendimento em creche para seus filhos. Todavia, existia mais um agravante: como se tratava de funcionários da área da saúde, a creche deveria atender as reais necessidades e especificidades de seus requerentes, instaurando nesse momento o início da luta pela creche da área da saúde, inaugurada em 1990, fruto de um convênio realizado entre UNICAMP, IRCAMP e FUSSESP. Tal convênio indica a ação conjunta entre formuladores e implementadores, conforme aprofundado no capítulo 2 desta dissertação.

De acordo com os dados levantados durante essa pesquisa, vemos que a partir de 1982 a creche nesta universidade já estava bem encaminhada, fruto de tramitações originárias desde de 1975, que envolveram abaixo-assinados, negociação com o gestor da universidade, levantamento de demandas, licitações da obra, previsão de recursos no orçamento da universidade, enfim, todo um conjunto de processos administrativos, burocráticos e de estudo, acerca da implementação da creche.

Quanto às creches da UNESP, apesar de sua criação estarem pautadas no Decreto Estadual de 1982, também são frutos da luta dos funcionários, que não desistiram da batalha pela creche, enquanto um direito trabalhista; portanto, a pressão social também fez parte do seu histórico de implementação, não diferindo do processo de busca pela creche estabelecido na USP e UNICAMP.

Porém, devido à distância entre as unidades acadêmicas da UNESP, espalhadas por todo Estado de São Paulo, houve uma maior dificuldade na sistematização e organização do movimento em prol da creche, gerando movimentos parciais e isolados, muitas vezes sem força política, devido a pequena demanda existente em alguns desses locais.

### **3.3- A estrutura de atendimento**

As propostas de atendimento à infância e sua família variam de universidade para universidade.

A primeira creche da USP tinha como proposta ser uma “creche piloto”, iniciando o atendimento com crianças de berçário, oferecendo 50 vagas para a faixa etária de 4 meses a 18 meses, a qual se expandiria gradual e naturalmente até a faixa etária dos 6 anos e 11 meses. Até hoje as creches da USP atendem as crianças entre 4 meses à 6 anos e 11 meses.

A distribuição das vagas tinha como critério primordial atender aos filhos das servidoras (mulheres), paralelamente à análise socioeconômica. Vemos que a mulher era enfocada como a principal a ser atendida, pois era a única forma de dar-lhe abertura para se assumir enquanto profissional.

Na UNICAMP, a primeira creche criada pela Reitoria iniciou seu funcionamento primeiramente em uma casa alugada, destinada ao atendimento do berçário, inicialmente atendendo crianças de 2 a 9 meses, período de amamentação. Somente em meados dos anos de 1980 é que o CCI – UNICAMP, mais tarde CECI, passa a atender o maternal expandindo dessa forma o seu atendimento.

Entre os critérios para a obtenção de vaga no berçário, nos tempos iniciais, estavam: ser filho de mãe funcionária da universidade; ter no mínimo 2 meses e meio, sendo o atendimento prolongado até os 9 meses, desde que o mesmo estivesse sendo amamentado. De acordo com o Ex-reitor e Prof. Dr. Pinotti, tinha-se como objetivo ao estabelecer tais critérios, atender aos filhos de suas funcionárias que se encontravam em período de amamentação, e concomitante a essa ação a universidade estaria cumprindo com as determinações da CLT (Leis trabalhistas de 1943).

Hoje, a faixa etária atendida no CECI/ UNICAMP é de 2 meses e meio até 4 anos, mas em seu projeto inicial a previsão era atender a crianças entre a idade de 4 meses a 2 anos; porém, a demanda fez com que houvesse um ajustamento as necessidades das servidoras.

Na UNESP, o atendimento realizado em seus CCI's abrange a faixa etária de 0 a 7 anos de idade, existindo uma variação na faixa etária atendida conforme a demanda proveniente de cada campus. Contudo, assim como na USP e na UNICAMP, as creches da UNESP iniciaram seu funcionamento através do atendimento em berçário expandindo-o naturalmente.

Como a UNESP é uma universidade *multi-campi*, a partir de 1982 é que foram sendo criados os CCI's em suas unidades, que por sua vez estão espalhados por todo o

Estado de São Paulo. Das 14 creches da UNESP, 8 atendem menos de 50 crianças e as outras 6 creches restantes atendem entre 51 a 150 crianças. A diferença no número de crianças atendidas entre os CCI's da UNESP é decorrente da demanda existente em cada campus em que há uma creche instalada, levando-se em conta a proporção de funcionárias existentes em cada unidade universitária que solicitam esse serviço de assistência a criança e ao servidor (a).

Nas três universidades, o atendimento em creche vai de encontro com o horário de trabalho de seus responsáveis, mais especificamente, durante a jornada de trabalho das mães. Desde de seus tempos iniciais buscou-se atender a essa estrutura de atendimento, adequando horário de trabalho dos pais com o horário de atendimento na creche, finalidade para a qual foram implementadas. Hoje as creches já se encontram mais estruturadas do que nos tempos iniciais, havendo ampliado o atendimento em termos de faixa etária, o que no princípio necessitou de paciência, já que a expansão seria gradual, proposta apresentada pelas creches das três universidades estudadas, conforme mostra o quadro a seguir:

**Quadro 6 – Creches de universidade pública e estrutura de atendimento**

<b>ESTRUTURA DO ATENDIMENTO</b>			
<i>Creche e Pré-escola</i>			
	<b>Idade</b>	<b>Período</b>	<b>Observações</b>
<b>USP</b>	4 meses a 6 anos	Parcial e Integral	De 2ª a 6ª feira: 7:00 às 18 h
<b>UNICAMP</b>	2 meses e meio a 4 anos	Parcial e Integral Turno *	De 2ª a 6ª feira: 7:00 às 17:30 h A CAS funciona até as 19:15h e em sábados e feriados no período da manhã.
<b>UNESP</b>	4 meses a 7 anos	Parcial e Integral	De 2ª a 6ª feira: 8:00-12:00 e das 13:00-18:00h para o período parcial ou da 8 às 18 h para o integral.

**Fonte:** USP/ COSEAS. Regimento interno da Divisão de Creches; UNICAMP/ CAS. Regimento interno – Creche HC; UNESP. Regimento dos Centros de Convivência Infantil da UNESP

As creches da USP, UNICAMP e UNESP atendem tanto em período integral quanto em período parcial, sendo esta uma estratégia de ampliação no número de crianças atendidas pela creche.

Somente a UNICAMP restringe o atendimento em suas unidades de educação infantil até a idade de 4 anos, isso acontece devido a um acordo realizado com a Prefeitura Municipal de Campinas, que por sua vez se responsabiliza pelo atendimento de pré-escola (Convênio UNICAMP/ Prefeitura Municipal de Campinas).

A CAS/ UNICAMP é a única creche que possui o sistema de turnos e atende aos finais de semana e feriados, ajustando-se as necessidades do pessoal que trabalha na Área da Saúde, que a demandou justificando a necessidade de terem suas especificidades trabalhistas atendidas pela creche no interior da universidade.

*A organização dos agrupamentos infantis é diversa não só nas creches das universidades, mas em todo o país, devido à inexistência de normas para esse fim e pela falta de reflexão sobre a importância da mistura das idades, resultando assim numa pluralidade de tipos de estrutura de atendimento (KISHIMOTO, 1999: 92).*

### **3.4- A estrutura administrativa e gestão da creche**

As creches da USP, UNICAMP e UNESP estão ligadas a órgãos internos dessas universidades que focalizam a administração de Programas de Assistência Social a comunidade universitária. Tais órgãos visam proporcionar aos seus funcionários oportunidades de obter melhor qualidade de vida, a partir do oferecimento de programas de assistência e de benefícios, como é o caso do serviço de creches e pré-escolas destinadas aos seus filhos.

O quadro a seguir indica a que órgão as creches estão ligadas em cada uma das referidas universidades: USP, UNICAMP e UNESP.

**Quadro 7 - Creches da USP, UNICAMP e UNESP e seu órgão responsável**

UNIVERSIDADE	CRECHE	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
USP	Creches da USP	COSEAS – Coordenadoria de Saúde e Assistência Social
UNICAMP	CECI	PRDU – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário/ DGRH (Diretoria Geral de Recursos Humanos)
	CAS	DAB – Diretoria de Assistência e Benefícios/ DGRH (Diretoria Geral de Recursos Humanos)
UNESP	CCI	PRAD – Pró-Reitoria de Administração de Programas de Assistência Social de Recursos Humanos

**Fonte:** Sites das referidas universidades e contato com seus funcionários.<sup>44</sup>

Convém lembrar que as creches da UNESP são coordenadas à distância, na capital, onde fica a coordenação do PROAS – Programa de Assistência Social ligado à PRAD/ UNESP, em relação as diferentes regiões do Estado de São Paulo, conforme a localização dos CCI's.

Quanto a sua organização interna, as creches da USP contam com uma diretora de creche em cada unidade, a qual está subordinada a diretoria da Divisão de Creches da COSEAS/ USP. Entretanto, apesar da figura do diretor, essa administração é pautada na participação dos pais através de Associações de Pais e funcionários, a qual *“deve auxiliar a administração da Creche; colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência à criança e na integração família–Creche–comunidade”* (APEF Creche Central – COSEAS – USP).

Além disso, as creches da USP foram criadas visando a participação da comunidade, com a filosofia de Creche Aberta, permitindo a participação dos pais no processo de apresentação de propostas que visem o bom funcionamento da creche, as quais são discutidas em grupo em momentos de reuniões.

<sup>44</sup> Disponível em: <http://www.unicamp.br>; <http://www.usp.br>; <http://www.unesp.br>. Acesso em 11 maio e junho de 2003.

Assim como na USP, as creches da UNICAMP possuem cada qual uma direção, ou seja, o CECI é administrado por uma direção e a CAS por outra. Porém, como as duas creches fazem parte dos Programas Educativos da UNICAMP, ligados ao DGRH, ambas são regidas por um Regimento em comum, salvo algumas adaptações às características de cada creche, contudo mantendo princípios básicos do atendimento em comum.

Já os CCI's da UNESP possuem em sua estrutura administrativa Coordenadores de creche, em alguns momentos apresentados como supervisores de creche, cuja formação preferencial é em Pedagogia, mas há profissionais de outras áreas nesta função.

Tais coordenadores funcionam como direção da unidade, estando subordinados a Coordenadoria do PROAS, localizado na capital. Assim, os coordenadores de creche da UNESP são facilitadores da administração do Programa CCI na UNESP, que apesar de apresentarem a aparência de unidades descentralizadas, respondem diretamente a Pró-Reitoria Administrativa (PRAD) desta universidade, ou seja, correspondem às diretrizes estabelecidas pela mesma por meio do Regimento Interno dos CCI's/ UNESP.

### **3.5-A demanda pela creche**

Quando pensamos em creche, a pensamos para alguém, para atender a um público específico, pensamos em quem demanda por esse serviço.

Focalizando a Universidade de São Paulo - USP, desde a década de 1960 já havia uma movimentação em prol da creche no local de trabalho, sendo tal demanda representada por professores, funcionários e alunos.

O primeiro mapeamento da demanda por creche pela comunidade uspiana foi realizado em 1975 pela COSEAS, após um abaixo-assinado que reuniu 3000 assinaturas seguido de uma passeata até a Reitoria da USP, reivindicando a implantação de creche no campus. Em 1981 um novo estudo da demanda foi realizado, sendo a creche inaugurada em 1982, atendendo inicialmente 50 crianças de berçário (4 a 18 meses), havendo a ampliação gradual do atendimento.

Nos tempos atuais, com as creches já em funcionamento, podemos perceber que alunos, professores e funcionários se organizaram e participaram politicamente no processo de implementação da creche na universidade, estando essa ação traduzida na forma como se dá a distribuição das vagas em seu interior. As creches da USP estabelecem um percentual

de vagas específico destinado a cada grupo de atores que lutaram por esse atendimento a infância e ao trabalhador, sendo, de 5% para filhos de alunos, 15% para filhos de professores e 80% para filhos de funcionários. Somente na USP de Ribeirão Preto o percentual se distingue das demais creches, sendo de 15% para filhos de alunos, 15% para filhos de professores e de 70% para filhos de funcionários.

Na Universidade de Campinas – UNICAMP, desde seus tempos iniciais também já aconteciam solicitações acerca do serviço de creche, sendo esta realizada por professores, alunos e funcionários.

Durante os primeiros mapeamentos realizados por uma Comissão de Assistência Social estavam envolvidos no levantamento da demanda esses três atores: professores, funcionários e alunos. Entretanto, nessa época cogitava-se a possibilidade de pagamento pelo serviço de creche na universidade. Já no ano de 1980, um novo levantamento da demanda fora realizado e detectou-se que a demanda era maior entre os funcionários, seguido dos professores. Neste momento já não era feita nenhuma referência ao atendimento aos dependentes dos alunos, como aconteceu durante a realização do primeiro levantamento de demanda realizado em 1975.

Vemos que na UNICAMP, os atores que lutaram pelo processo de implementação da creche na universidade, alunos, professores e funcionários são mencionados e previstos nos levantamentos da demanda no início do processo de elaboração da creche, mas diante de dificuldades financeiras e da grande demanda, os alunos deixaram de ser referidos na documentação e os funcionários restringiram-se a “funcionárias”, limitando o número de pessoas a ser atendido pelo Programa Centro de Convivência Infantil – CCI da UNICAMP. Recentemente, ou seja, em 2004 os alunos se organizaram e voltaram a reivindicar pelo atendimento em creche na UNICAMP, contudo trata-se de um processo ainda em discussão. (MOVIMENTO POR CRECHE/ UNICAMP: 2004)<sup>45</sup>

A restrição dos atores que seriam atendidos pela creche pode ser justificada se pautada nas Leis Trabalhistas - CLT, através das quais o atendimento em creche focaliza o atendimento aos filhos das mulheres que trabalham fora de casa, lembrando que anterior ao

---

<sup>45</sup> Informes recebidos via correio eletrônico, após contato com estudantes do Centro Acadêmico da Pedagogia/ UNICAMP: [movimentoporcreche@yahoo.com](mailto:movimentoporcreche@yahoo.com)

ano de 1988 o direito à creche não era referido a criança, mas a mulher que trabalhasse em um ambiente extra-domiciliar.

Uma característica marcante do processo de implantação da creche na UNICAMP foi sua ligação com a Política de Incentivo ao Aleitamento Materno. Entre seus critérios para a obtenção a vaga na creche estava: ser filho ou dependente de funcionárias (em primeiro lugar) e sua classificação socioeconômica, destacando que o aleitamento materno era *um eixo para a implantação da creche nessa universidade*. Nesta universidade não se estabeleceu um percentual específico para o atendimento em creche, conforme categoria funcional.

A demanda pela creche na UNICAMP cresceu ainda mais com a vinda do Hospital das Clínicas - HC do centro de Campinas para o Campus de Barão Geraldo em 1986, gerando a necessidade de se construir um novo prédio para o atendimento de tal demanda. Inicialmente alugou-se uma casa para tal fim, como uma medida paliativa.

Na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – UNESP, desde a criação das primeiras creches, CCI's, já estava determinado quais atores que comporiam a demanda por esse serviço: as servidoras técnico-administrativas e docentes. Ainda que outros membros da comunidade universitária requeressem o atendimento em creche no local de serviço, já estava claro que os mesmos não estavam abordados na Portaria de criação de tais creches.

Nesse ponto fica claro que o atendimento em creche representava um serviço destinado apenas às mulheres, portanto o atendimento à infância através de creche nesta universidade também se deu devido ao trabalho feminino extra-domiciliar.

Ainda hoje a prioridade é o atendimento aos filhos das servidoras técnico-administrativas e docentes; entretanto, em caso de viuvez ou guarda legal dos filhos, os servidores também passam a contar na seleção para uma vaga na creche. Ainda em caso de vagas ociosas nas creches, a demanda proveniente de pais-servidores passa a ser atendida, respeitando-se a análise socioeconômica.

A demanda proveniente dos alunos não é sequer mencionada e prevista pelo Regimento dos CCI's da UNESP, sob a alegação de que a ampliação do número de contemplados ainda é um desafio para os órgãos da administração, que por sua vez se deparam com normas orçamentárias e outras determinações legais, como a priorização das

trabalhadoras quanto ao atendimento aos seus filhos em creche, dificultando assim o processo de expansão do atendimento a toda comunidade universitária.

As tabelas a seguir revelam a evolução do número total de docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP entre os anos de 1982 a 2002, juntamente com a evolução do número total de atendimentos realizados em suas creches no mesmo período, ressaltando que é a partir de 1982 que o Programa Centro de Convivência Infantil foi implantado nestas universidades ampliando gradualmente o número de crianças atendidas.

**Tabela 13 : Evolução do n° total de docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP e do n° de crianças atendidas em suas creches (1982-1986)**

UNIV.	1982		1983		1984		1985		1986	
	Doc./ Func.	Crianças atendidas								
<b>USP</b>	14818	50	14993	50	15347	130	-	220	19323	434
<b>UNICAMP</b>	4016	27	5032	48	5999	72	6898	110	11905	293
<b>UNESP</b>	*	12	*	20	*	58	*	87	*	118

**Fonte:** Cadernos de Planejamento/ USP; Relatório de Gestão – 1982-1986/ UNICAMP; PRAD/ UNESP.

\* A UNESP não localizou os registros referentes aos anos anteriores a 1989.

**Tabela 14 : Evolução do n° total de docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP e do n° de crianças atendidas em suas creches (1987-1991)**

UNIV.	1987		1988		1989		1990		1991	
	Doc./ Func.	Crianças atendidas								
<b>USP</b>	20140	457	21617	542	23422	597	23406	694	22088	743
<b>UNICAMP</b>	12467	330	13329	265	13329	288	13268	456	12504	525
<b>UNESP</b>	*	222	*	237	11128	269	11189	533	11214	742

**Fonte:** Cadernos de Planejamento e Anuários Estatísticos da USP, UNICAMP e UNESP; Relatório de Quadriênio – 1986-1990/ UNICAMP.

\* A UNESP não localizou os registros referentes aos anos anteriores a 1989.

**Tabela 15 : Evolução do n° total de docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP e do n° de crianças atendidas em suas creches (1992-1996)**

UNIV.	1992		1993		1994		1995		1996	
	Doc./ Func.	Crianças atendidas								
USP	21727	736	21560	733	21180	734	21177	720	20667	707
UNICAMP	11357	565	11378	580	11413	563	10998	563	10826	576
UNESP	11939	756	12191	799	12703	828	13015	919	13045	904

**Fonte:** Anuários Estatísticos da USP, UNICAMP e UNESP.

**Tabela 16: Evolução do n° total de docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP e do n° de crianças atendidas em suas creches (1997-2002)**

UNIV.	1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Doc./ Func.	Crianças atendidas										
USP	20783	722	20636	814	19822	810	20245	795	20668	805	20799	811
UNICAMP	10614	572	10460	580	10157	665	9680	553	9719	616	9889	597
UNESP	13247	832	13417	832	13234	795	13179	763	13201	750	13349	756

**Fonte:** Anuários Estatísticos da USP, UNICAMP e UNESP.

Podemos ver, a partir da Tabela 13, que o número inicial de atendimentos realizados nas creches das três universidades públicas estaduais paulistas era pequeno, ou seja, apenas 50 crianças foram atendidas pela creche da USP, 27 pela creche da UNICAMP e 12 pela primeira creche da UNESP, no decorrer do ano de 1982. Quando comparamos o atendimento realizado em 1982 com o atendimento realizado 20 anos depois, ou seja, em 2002, confirmamos que houve uma evolução no número de crianças atendidas em suas creches.

Observando as tabelas subseqüentes, vemos que esta ampliação foi gradual nas três universidades focalizadas, havendo o crescimento no número de crianças atendidas ao longo dos anos de 1980 e 1990, conforme se implantavam novas creches no interior dessas universidades e estas ampliavam naturalmente seu atendimento.

Quanto ao número de docentes e funcionários entre os anos de 1982 a 2002, vemos que: na USP houve um crescimento no nº total de funcionários e docentes até os anos de 1990, havendo uma retenção e diminuição em seu crescimento durante toda década de 1990, com uma pequena recuperação no período de 2000 a 2002; na UNICAMP esse quadro se repete, ou seja, crescimento no número de docentes e funcionários durante a década de 1980 e seu decréscimo nos anos de 1990. Já na UNESP, o quadro de recursos humanos (docentes e funcionários) no período de 1989-2002 apenas apresentou crescimento.

Em geral, tanto o número de funcionários e docentes da USP, UNICAMP e UNESP cresceu, no período de 1982 a 2002, quanto o número de atendimentos realizados em suas creches, que também se ampliaram numericamente ao longo desses 20 anos, conforme apresentamos no Quadro 4 - Quadro comparativo da USP, UNICAMP e UNESP<sup>46</sup>.

A seguir, expomos através das Tabelas 17 e 18 a evolução percentual do número de docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP no período de 1982 a 2002, bem como a evolução percentual do número de crianças atendidas em suas creches.

**Tabela 17: Crescimento percentual bianual no nº docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP e do nº de crianças atendidas em suas creches (1982-1992)**

UNIV.	1982		1984		1986		1988		1990		1992	
	Doc./ Func.	Crianças atendidas										
USP	1	1	1.03	2.6	1.30	8.6	1.45	10.8	1.57	13.8	1.46	14.7
UNICAMP	1	1	1.49	2.6	2.9	10.8	3.31	9.81	3.30	16.8	2.8	20.9
UNESP	-	1	-	4.8	-	9.8	-	19.75	1*	44.4	1.07	63

**Fonte:** Anuários Estatísticos da USP, UNICAMP e UNESP.

\* A UNESP forneceu o nº total de seus servidores a partir de 1989, não localizando registros referentes aos anos anteriores.

<sup>46</sup> O Quadro comparativo da USP, UNICAMP e UNESP está presente na página 77 desta dissertação. De acordo com seus dados no ano de 2003 essas três universidades apresentavam um total de 25 unidades de Educação Infantil, sendo a USP responsável por 28% dessas creches (07 unidades), a UNICAMP por 16% (04 unidades) e a UNESP responsável por 56% dessas creches (14 unidades).

**Tabela 18: Crescimento percentual bianual no n° docentes e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP e do n° de crianças atendidas em suas creches (1994-2002)**

UNIV.	1994		1996		1998		2000		2002	
	Doc./ Func.	Crianças atendidas								
USP	1.42	14.6	1.39	14.1	1.39	16.2	1.36	15.9	1.40	16.2
UNICAMP	2.84	20.8	2.69	21.3	2.60	21.48	2.4	20.4	2.46	22.1
UNESP	1.14	69	1.17	75.3	1.20	69.3	1.18	63.6	1.20	63

**Fonte:** Anuários Estatísticos da USP, UNICAMP e UNESP.

Observando essas tabelas percebemos que, ao longo dos anos, ocorre uma variação no número de crianças atendidas nas creches das três universidades analisadas, havendo a prevalência do crescimento do número de crianças atendidas pelas mesmas ao longo dos anos, o que indica a presença de uma demanda maior que o número inicial de vagas oferecidas por tais creches, apontando para uma ampliação gradual desse atendimento, inclusive em decorrência a implantação de creches (CCI's) em alguns *campi* que ainda não possuíam esse serviço.

Convém ressaltar que os maiores índices de crescimento percentual, em relação ao número de atendimentos realizados em creches, são apresentados pela UNESP, pois foi esta universidade que iniciou o atendimento em creche com o menor número de crianças atendidas, apenas 12, o que justifica sua grande evolução. Em 2002 a UNESP apresentou um total de crianças atendidas em creche 63 vezes maior do que aquele realizado em 1982.

Conjuntamente vemos que em 2002 a USP, UNICAMP e UNESP realizaram um total de 2164 atendimentos em creche, sendo a USP responsável por 37,5% desses atendimentos; a UNESP por 34,9% e a UNICAMP por 27,6%.

Observe que a UNESP, apesar de possuir o maior número de unidades implantadas, não é a responsável pelo maior número de atendimentos. Acreditamos que esse fato seja decorrente a dispersão dessas creches em diferentes localidades do Estado de São Paulo, onde em alguns casos o número de funcionários seja compatível com o tamanho do campus e conseqüentemente a demanda pela creche seja menor.

A UNICAMP é a universidade que apresenta o menor número de unidades de creches e conseqüentemente o menor número de atendimentos, embora a demanda por atendimento em creche nesta universidade também seja grande.

### **3.6- Os recursos financeiros**

Identificar o orçamento destinado ao atendimento da criança pequena apresenta várias dificuldades, pois envolve ações que se espalham por diferentes programas: saúde, educação, alimentação e nutrição, assistência social, e em alguns casos, a ações voltadas ao grupo materno infantil (CAMPOS, op. cit.: p. 10).

Focalizando o Programa CCI, de acordo com o Decreto de sua criação, compete as Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas a instalação, manutenção e direção dos Centros de Convivência Infantil.

Segundo SÃO PAULO/ FASPG (Dossiê – 1848: 17) os CCI's não possuem verbas próprias e não são considerados como unidade de despesa dentro do orçamento do Estado. As verbas para a sua manutenção são remanejadas dentro do órgão público a que pertencem, retratando assim a sua realidade financeira.

Pautadas nessas orientações, as creches da USP são mantidas pela universidade por meio das verbas destinadas a COSEAS, a qual repassa o montante entre seus programas assistenciais entre os quais se encontram as creches. O auxílio financeiro das famílias é solicitado apenas em momentos específicos.

A USP não mantém nenhum convênio mantenedor das creches, sendo as verbas destinadas às mesmas de origem da dotação orçamentária da universidade para os seus programas assistenciais.

De acordo com o primeiro ofício pedindo uma creche USP, em 1965, o que se requeria era um local, pois a manutenção da creche seria por conta dos servidores. A reitoria responde positivamente, solicitando a elaboração de um desenho arquitetônico do projeto de creche, contudo o fundo de construção da USP responde que não havia previsão de recursos para obra. Convém lembrar que por ordem orçamentária/ financeira, o projeto da creche foi interrompido várias vezes, sendo arquivado.

Em alguns momentos a interrupção deu-se por discordância de objetivos e ideais. Somente na década de 1970 que a COSEAS passou a ser responsável pelo projeto de creche, que por sua vez passou a se configurar como um de seus programas sociais.

Enfim, o atendimento por meio das creches mantidas pela USP é feito com recursos administrados pela COSEAS, ou pelas Prefeituras dos *campi*, Unidades e Comunidade envolvida, conforme o caso.

Assim como na USP, as creches da UNICAMP (CECI) são mantidas por verbas provenientes de dotação orçamentária da universidade, contando também com o apoio da Associação de Pais e Mestres para a manutenção de especificidades da creche.

Quanto à CAS, a Creche da área da saúde da UNICAMP, a verba para criação dessa entidade teve um caminho distinto da do CECI, tendo sido proveniente de convênio firmado para tal fim, contando com apoio de um programa na época instaurado pelo Governo do Estado de São Paulo, o PRODECAD – Programa de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. Hoje, a CAS é gerida por verbas provenientes da dotação orçamentária da UNICAMP, mas também conta com o apoio do Hospital das Clínicas.

Os recursos financeiros destinados a criação e manutenção das creches na UNESP, segundo a Portaria da UNESP nº 70, de 19-4-1982, podem ser *provenientes de dotação orçamentária, subvenções, convênios e outras arrecadações*. Tal abertura no financiamento dos CCI's da UNESP permite que a comunidade universitária colabore financeiramente e por meio de bingos, festas, entre outras formas de organização com os CCI's, lembrando que compete a Pró-Reitoria da Administração a responsabilidade financeira e administrativa de tais creches.

Como ressalta CAMPOS (1992) ao visualizar o atendimento na Educação Infantil realizado no Brasil, muitas das crianças que também necessitariam de atendimento na educação infantil acabam não sendo atendidas devido à ausência de recursos públicos específicos destinados à Educação Infantil, o que por sua vez leva as instituições a estabelecerem critérios e definirem prioridades, diminuir o número de crianças a serem atendidas, restringindo a expansão de vagas, dentre outras medidas que visam a contenção de despesas.

Ao discorrer sobre os Recursos Financeiros do Programa Centro de Convivência Infantil, não apresentamos dados numéricos referentes ao seu período de implantação nas

universidades públicas estaduais paulista por não ter tido acesso a esse material, segundo a justificativa de que os mesmos não eram informatizados na época, gerando dessa forma a indisponibilidade destas informações.

### **3.7 - Os recursos humanos**

Segundo KISHIMOTO (1999) *“a falta de profissionalização dos profissionais de creches criou uma diversidade de denominações em todo País: auxiliares de desenvolvimento infantil, educadoras, pajens, recreacionistas, berçaristas, entre outros”* (p.85).

Quanto aos recursos humanos, a equipe que compõe a creche da USP é composta de especialistas (Psicólogos, Nutricionistas, Pedagogo) e recreacionistas, ligadas ao setor de Recursos Humanos da universidade, havendo treinamento semestral da equipe, sendo essa atividade prevista no Regimento Interno das creches. A exigência para compor o quadro das recreacionistas, desde o início do funcionamento da creche na USP, era possuir no mínimo o ensino médio completo.

Na UNICAMP, a equipe técnica das creches é constituída por profissionais da Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, Nutrição e Serviço social. Quanto ao quadro de pessoal dos CCI's é proporcional ao número de crianças atendidas, portanto varia de creche para creche, respeitando-se a jornada de trabalho de 40 horas semanais, sendo o atendimento de 2ª a 6ª feira, com exceção a CAS, cujo atendimento também acontece aos sábados e em sistema de plantão.

Hoje, as recreacionistas dessas creches possuem a formação de Magistério a nível médio, em sua maioria, quadro diferenciado dos tempos iniciais em que não se fazia exigência quanto à formação.

Quanto à equipe que compõe os CCI's da UNESP, convém destacar que os mesmos contam com o assessoramento uma Comissão Técnica composta de: 1 representante da PRAD, 1 pediatra, 1 psicólogo, 1 enfermeiro, 1 assistente social, 1 nutricionista, 1 pedagogo, 1 odontopediatra e 1 representante de coordenadoras dos CCI's. Os integrantes da Comissão Técnica são designados pelo reitor, por meio de portaria e com mandato de até 2 anos.

Em relação as recreacionistas, os Centros de Convivência Infantil (CCI) da UNESP, tal como foram concebidos não prevêm a função de professor ou educador, mas recreacionistas e auxiliares, estabelecendo um parâmetro adulto/criança que se encontra registrado no artigo 8º do Regimento dos CCI's/ UNESP: deve haver: 01 adulto para até 05 crianças na faixa etária de 0 a 01 ano e 11 meses; 01 adulto, para até 07 crianças na faixa etária de 2 anos a 2 anos e 11 meses; 01 adulto para até 10 crianças na faixa etária de 3 anos a 4 anos e 11 meses; 01 adulto para até 15 crianças na faixa etária de 5 anos a 7 anos. (GARMS, 1998)

A UNESP prevê a formação em serviço, além de atividades de aprimoramento dos Profissionais de Creche como: Planejamento semanal das atividades curriculares; Reuniões Periódicas para refletir a prática e discussões das questões gerais e sobre a criança.

Observando o quadro a seguir, vemos que não há uma homogeneidade no quadro de Recursos Humanos que constituem o Programa CCI nas universidades, indicando a ausência de um modelo padrão.

Na UNICAMP, por exemplo, não havia pessoal da educação no quadro de funcionários da creche em seus tempos iniciais, sendo as orientações dirigidas por uma equipe especializada na área da Saúde, cujas ações eram marcadas pela busca da supressão da ausência materna, havendo um controle da amamentação e da visitação da criança atendida na creche.

Ainda de acordo com SÃO PAULO/ FASPG (dossiê – 1848: 16) “*a falta de definição de um quadro específico de pessoal para o CCI dentro da política de Recursos Humanos do Estado, levava a casos de CCI's onde existiam desvios de função(...)*”

Observe o quadro 8 referente aos Recursos humanos de cada universidade focalizada e as especificidades de sua organização e quadro funcional.

**Quadro 8 – As creches de universidade e seu quadro funcional**

<b>RECURSOS HUMANOS</b>			
	<b>Especialistas</b>	<b>Não-especialistas</b>	<b>Observações</b>
<b>USP</b>	Psicólogos, Nutricionistas, Assistente Social, Pedagogo, Diretora	Recreacionistas Auxiliar de serviços gerais Cozinheiro Auxiliar de cozinha Auxiliar administrativo (secretária) Vigia Lactarista	As profissionais que trabalham diretamente com as crianças estão em processo de formação, incentivando-se o estudo. Hoje na UNICAMP, aquelas recreacionistas que concluem o ensino médio, ou o superior com habilitação para o magistério, passam a ser nomeadas como professoras de educação infantil.
<b>UNICAMP</b>	Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Assistente Social, Diretora	Recreacionistas Auxiliar de serviços gerais Cozinheiro Auxiliar de cozinha Auxiliar administrativo (secretária)	A formação em serviço é mencionada como prática nas creches dessas universidades e envolve a todos os seus profissionais.
<b>UNESP</b>	Representante da PRAD, Pediatra, Psicólogo, Enfermeiro, Assistente Social, Nutricionista, Pedagogo, Odontopediatra, Coordenadoras (Diretora)	Recreacionistas Auxiliar de recreacionista Auxiliar de serviços gerais Cozinheiro Auxiliar de cozinha Auxiliar administrativo (secretária)	

**Fonte:** USP/COSEAS, UNICAMP/ DGRH e UNESP/ Regimento interno dos CCI's (1996).

## **4- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No Brasil, as primeiras formas de assistência aos filhos de mulheres que trabalhavam na indústria se deram no final do século XIX, por iniciativa de alguns empregadores com objetivos assistenciais e de atendimento médico.

Entretanto, o atendimento a infância evoluiu ao longo dos anos por influência de fenômenos sociais e históricos, como a regulamentação do trabalho feminino a partir dos anos de 1930 e a Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943, dando novos contornos ao acesso à creche nas empresas, encarando-a como direito e conquista do trabalhador, pois, até então, a creche nos locais de trabalho era considerada como benemerência.

A inserção das creches em locais de trabalho, conforme o exposto na CLT, concebe a creche como um direito apenas da mulher, excluindo-se dessa forma o direito do pai a vaga para seu filho, atribuindo a tarefa de educar e cuidar dos filhos apenas a mulher.

Fatos conflitantes como os expostos acima favoreceram a pressão na esfera governamental acerca da educação infantil. Mas é na década de 1970 que a educação infantil constituiu-se realmente como um tema de interesse das esferas oficiais, devido a intensificação do processo de industrialização associado ao trabalho feminino, que por sua vez reformularam os costumes familiares. Neste período intensificaram-se os movimentos sociais em busca de creches, entre os quais destacou-se o movimento feminista e a luta por creches no interior das universidades USP, UNICAMP, UNESP ganhou efervescência, iniciando-se as negociações trabalhistas pelo atendimento dos filhos dos trabalhadores no local de trabalho de seus pais. Também nessa época intensificaram-se os estudos voltados à criança e sua educação, vistos como um meio de superação do subdesenvolvimento.

Em seus tempos iniciais, a creche estava vinculada às necessidades decorrentes do trabalho extradomiciliar da mulher e hoje, ainda que se considere esse aspecto, o atendimento à infância e sua educação extra-ambiente familiar é visto como um direito da criança, conquistado desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 que passou a definir a educação infantil como "um direito da criança, um dever do Estado e uma opção da família". Esse direito foi posteriormente regulamentado e reafirmado pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990.

Enfim,

*A creche, de fato, não é apenas um serviço para as famílias que necessitam de atendimento para os próprios filhos, mas é um “lugar público de educação infantil”, uma instituição legitimamente educativa, mesmo não tendo – e não querendo ter – as características de uma escola (BONDIOLI, 2004, 142-143).*

As creches de universidade focalizadas nesta pesquisa constituem-se como um programa educativo e social de interesse público, embora não plenamente implementado nas universidades, já que nem todos os *campi* possuem creches em funcionamento e as que existem, não atendem toda comunidade. Tais creches, além de cumprirem tarefas de educação e cuidado, suprem também necessidades sociais, neste caso de uma parcela específica da sociedade – a comunidade universitária –, tendo em comum o fato de se originarem a partir de uma mesma motivação - a movimentação dos funcionários em prol de atendimento para seus filhos durante sua jornada de trabalho na universidade.

Ainda que hoje já se considere o direito da criança ao atendimento em creche, as creches das universidades, no caso as creches da USP, UNICAMP e UNESP, ainda hoje centram esse atendimento na mãe-trabalhadora, e este dado se confirma quando vemos a prioridade dada aos filhos de funcionárias no momento da destinação das vagas, sendo restrita as vagas para filhos de pais-funcionários, salvo os viúvos ou com guarda legal dos filhos. Quando o requerente trata-se de aluno, apenas nas creches da USP foi constatado haver uma previsão percentual para a realização desse atendimento, enquanto nas creches da UNICAMP e UNESP esse atendimento não é pré-estabelecido, acontecendo de maneira esporádica, confirmada a urgência e situação sócio-econômica das alunas requerentes.

Ainda que a consolidação da creche nas universidades públicas estaduais paulistas traga em seu histórico uma longa trajetória de luta, no caso da USP iniciada na década de 1960 e no caso da UNICAMP e UNESP iniciada a partir da década de 1970, sua implementação está ligada de fato a determinação do Decreto Estadual 18.370, de 8 de janeiro de 1982, o qual explicitou a necessidade de criação dos Centros de Convivência Infantil (CCI). Assim, apesar de na USP as primeiras manifestações serem anteriores ao movimento de luta por creches, a implantação efetiva de sua primeira creche só se deu no auge das reivindicações populares.

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da criação desse programa de atendimento a infância e sua família, tinha como meta o ajustamento das repartições públicas estaduais às determinações da Consolidação das Leis Trabalhistas (1943), quanto ao atendimento aos filhos de suas funcionárias no local de trabalho, quando este tivesse em seu quadro mais de 30 mulheres trabalhando. Até mesmo as universidades públicas estaduais, cuja administração caracteriza-se como descentralizada, deveriam se adequar ao referido decreto pelo fato de comporem o quadro das repartições públicas.

Entretanto, enquanto a criação dos Centros de Convivência Infantil (CCI's) nas Secretarias de Estado era considerada como prestação de serviço, nas Entidades Descentralizadas, como as universidades, os CCI's se enquadraram como benefícios sociais dentro da Política de Recursos Humanos.

Segundo os documentos do Governo do Estado de São Paulo, referentes ao programa acima descrito (dossiê 1848), os Poderes Legislativo e Executivo agiram em consonância, reconhecendo os direitos das mulheres funcionárias públicas de contarem com a assistência a seus filhos durante sua jornada de trabalho. A criação do Programa CCI pelo Governo do Estado de São Paulo representaria, então, uma Política Social de valorização do trabalho da mulher, respondendo a uma demanda específica da sociedade decorrente de suas mudanças culturais e sociais.

Em resumo, foi durante a década de 1980 que se consolidaram os CCI's (Centros de Convivência Infantil) nas universidades focadas nesta pesquisa (USP, UNICAMP e UNESP), havendo a ampliação do programa ao longo dos anos, inclusive na década de 1990.

Em sua gênese, este programa do Governo do Estado de São Paulo foi oferecido com a preocupação de liberar a mulher para o mercado de trabalho, portanto tais creches foram criadas visando atender necessidades externas às necessidades das crianças. Entre as primeiras creches ligadas à administração pública do Estado de São Paulo temos a da Estrada de Ferro Sorocaba (FEPASA), em 1958, e a creche da Secretaria de Obras e Meio Ambiente em 1963, marcando os primórdios do Programa CCI ainda que se tratasse de um atendimento isolado. Enfim, as primeiras ações rumo a consolidação do Programa CCI antecede a sua institucionalização realizada por meio do decreto 18.370 de 8 de janeiro de 1982 (SÃO PAULO/ FASPG, dossiê 1848).

Convém destacar que são atribuições dos Centros de Convivência Infantil: cuidar da criança durante a jornada de trabalho da mãe, num ambiente adequado para o seu bom desenvolvimento *bio-psico-social*; favorecer a manutenção do elo mãe-filho; proporcionar condições adequadas para que as crianças recebam estímulos intelectuais, motores e sócio-afetivos que favoreçam o desenvolvimento harmonioso de sua individualidade; colaborar com as famílias nos cuidados e na educação dos filhos; e levar a comunidade universitária a interessar-se pelas crianças assistidas no Centro e a colaborar com as atividades nele desenvolvidas.

A Educação Infantil, além de fazer parte das Políticas Educacionais, também faz parte da Política de Assistência ao trabalhador, como revela o histórico das creches no Brasil, ou seja, configura-se como Política Social. Dentro desse enfoque, as Políticas Sociais são formas de intervenção assumidas pelo poder público diante das necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade.

Como abordamos na introdução dessa dissertação, nas últimas décadas, pesquisas vem sendo realizadas em todo o mundo, investigando aspectos relativos à educação de crianças pequenas fora do lar, e produzindo conhecimentos necessários para subsidiar Políticas Educacionais e práticas de educação e cuidado de qualidade.

Especificamente no Brasil, como focalizou ROCHA (1999) a produção científica na área tem crescido muito nas últimas duas décadas, impulsionadas pela mudança na estrutura familiar, pela conquista dos direitos da mulher e da criança, pelo processo de industrialização e pelo crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho.

Historicamente, o período que antecede o ano de 1982 foi marcado por manifestações de mães-funcionárias em busca de seu direito à creche. Estas se organizavam por meio de abaixo-assinados solicitando atendimento para seus filhos durante os seus horários de trabalho, ainda que tais reivindicações se tratassem de movimentos isolados e representativos de uma comunidade local parcial.

Diante dessas reivindicações o FASPG – Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo iniciou estudos visando resolver a problemática gerada pela falta de creche nos locais de trabalho e no período de 1979 a 1981 trabalhou junto ao Poder Público essa questão, conscientizando-o quanto à necessidade de implantação de creches para os filhos de funcionárias públicas, inclusive nas universidades, atendendo suas especificidades.

Assim, no ano de 1982, o Governo do Estado de São Paulo oficializou o Programa Centro de Convivência Infantil (CCI) através do Decreto Estadual 18.370 (08/01/1982), possibilitando a funcionária pública-mãe o atendimento a seus filhos em creche no seu local de trabalho. Neste mesmo ano o Poder Legislativo aprovou a ementa constitucional que reconheceu o direito das funcionárias públicas a terem esse atendimento durante sua jornada de trabalho.

Em decorrência a tais atos governamentais que institucionalizaram o programa CCI, as mães começaram a se organizar em comissões, colaborando com o levantamento das demandas, sugerindo locais e espaço-físico para a construção de creches, colaborando de maneira geral com os procedimentos necessários para a viabilização dos Centros de Convivência Infantil.

Nas três universidades focalizadas nesta pesquisa vemos uma distância temporal entre o processo de demanda pela creche apresentada pela comunidade universitária e sua concretização, em termos de implementação. Tal fato indica que a universidade, apesar de ser estudiosa na questão da implementação de Políticas Públicas, não inovou nessa questão, sofrendo com entraves no decorrer do processo.

A partir de 1983, intensificaram-se as lutas por creches, tanto por meio de abaixo-assinados quanto através de manifestações reivindicatórias. Multiplicaram-se também os conselhos, clubes e associações de mães e pais enquanto canais de participação nos CCI's. Tratava-se de um momento de transição política para a democracia e, portanto, estimulavam-se ações de participação social em busca de novas relações entre o Poder Público e a Sociedade Civil.

Nesse contexto, as funcionárias públicas passaram a reconhecer seus direitos sociais, entre os quais o seu direito à creche no local de trabalho e a obrigação do Estado, enquanto empregador quanto ao seu oferecimento. Essa questão torna-se ainda mais pontual em se tratando de Estado de São Paulo, o qual havia decretado a institucionalização do Programa CCI em suas Secretarias de Estados e Entidades Descentralizadas.

Com a reestruturação política da sociedade, em meados de 1983, o CCI passa a ter uma nova posição dentro da política de pessoal, sendo considerado como benefício e direito da funcionária pública, estendendo o atendimento *bio-psico-sócio-educativo* da criança da faixa etária de 3 meses até os 7 anos. Podemos dizer que posteriormente ao ano de 1983 o

Programa CCI consolidou-se e ampliou-se mais significativamente tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, conforme revelam os dados referentes a criação dos CCI's no interior das universidades estaduais públicas paulistas, abordados no Capítulo 2.

Através da análise de processos administrativos da USP, UNICAMP e UNESP, referentes à criação de suas creches, paralelamente a análise dos dossiês elaborados pela Fundação Carlos Chagas, referentes à criação do Programa CCI pelo Governo do Estado de São Paulo, pudemos observar uma congruência entre os dados levantados acerca das creches das referidas universidades indicando que sua consolidação se deu a partir dos anos de 1980, mais especificamente pós-decreto estadual.

Entretanto, destacamos que nem todos os *campi* dessas universidades possuem creches implantadas; especificamente: na USP, no campus de Pirassununga há ausência de creche; na UNICAMP, no campus de Limeira, embora já tenha tido creche até 1989 quando o curso de Engenharia Civil funcionava em suas instalações e na UNESP nos campi de São Vicente e São Paulo. Assim, ainda hoje essas universidades não universalizaram o atendimento em creches, pois para tal consideração, 100% dos *campi* deveriam ter creches em suas dependências. Dessa forma, podemos observar que a Legislação trabalhista de 1943 não tem sido cumprida integralmente, mesmo com o respaldo do Decreto Estadual paulista 18.370/1982.

Anterior aos anos de 1980, a temática creche no local de trabalho já compunha a agenda política da universidade, pois se caracterizava como problema a ser equacionado, tanto na USP, quanto UNICAMP e UNESP, expresso de diversas formas através de reivindicações dos trabalhadores, professores e alunos. No entanto, não foi um problema resolvido com rapidez como revela o histórico de tramitação das creches nas universidades focadas. Todavia, como coloca PADIOLEAU (apud NASCIMENTO, op. cit) a intervenção política pode estar no *nada fazer*.

Sua consolidação de fato acontece quando o Estado, esfera administrativa estadual (Governo de São Paulo), frente à mesma problemática, o oferecimento creche para as servidoras públicas no local de trabalho, tenta solucionar a questão formulando uma política de assistência a servidora pública, e conseqüentemente, mas não prioritariamente de atendimento a infância, expressa pelo Programa Centro de Convivência Infantil – CCI.

Relembrando PRESSMAN e WILDAVSKY (apud RUS PEREZ, op.cit.), um processo de implementação inicia-se no momento da transformação da Política em Programa, mais especificamente, quando pela ação de uma autoridade criam-se as condições para a implementação.

Por meio do Decreto Estadual 18.370, de 19 de janeiro de 1982, o governo estadual paulista instituiu o Programa Centro de Convivência Infantil em seus órgãos e repartições, entre os quais estavam as universidades. As mesmas tiveram que se ajustar ao referido decreto, implementando creches em seu interior, respondendo ainda que não totalmente, pois nem todos os *campi* possuem creche, a um problema antigo demandado pela comunidade universitária, respondendo as determinações legais.

Nesse sentido o conceito de implementação adotado por SABATIER e MAZMANIAN (s.d.) vem ao nosso encontro, ou seja, de que *a implementação é o cumprimento de uma decisão política, podendo se pautar em um Estatuto, ou se apresentar em forma de ordem executiva ou decisão dos tribunais.*(p. 329)

Enfim, as creches implantadas nas universidades públicas paulistas têm em comum o fato de se originarem a partir de uma mesma motivação - a movimentação dos funcionários em prol de atendimento para seus filhos durante sua jornada de trabalho na universidade, pautando o atendimento na figura da mulher que trabalho fora de casa, especificamente, da servidora pública.

Outro ponto comum entre essas universidades é o fato de contarem com a participação da comunidade universitária na administração de algumas de suas creches e em alguns casos dando início ao funcionamento de alguns CCI's por iniciativa própria, enquanto a universidade não solucionava o problema gerado pela falta desse atendimento.

Convém ressaltar também que, no histórico de implementação das creches na USP, UNICAMP e UNESP a pressão da comunidade universitária representada prioritariamente por suas funcionárias, pautadas no Decreto 18.370/82, enfatizou a importância da implementação das creches nestas universidades.

Destacamos que quanto a seus objetivos, o Programa CCI nas universidades, tanto na USP, quanto na UNICAMP e UNESP apresenta-se ligado aos objetivos gerais da universidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, incorporando em seu contexto

programas de estágio, treinamento de profissionais, além de seu funcionamento como campo de estudo e pesquisa.

Quanto aos Recursos Humanos que compõem o Programa CCI nas universidades focadas, vemos que não há homogeneidade no seu quadro de profissionais, revelando a ausência de um modelo padrão de atendimento.

Um ponto incomum as creches das universidades públicas estaduais paulistas a ser enfatizado refere-se ao fato de somente as Creches da USP apresentarem claramente o percentual destinado ao atendimento de funcionários, docentes e alunos em suas unidades, o que não está institucionalizado na UNICAMP e UNESP.

Em resumo, vemos que as creches nessas universidades nasceram devido a uma motivação externa a necessidade da criança, assim como a própria origem da creche no Brasil, e demais formas de atendimento a mulher e a infância, conforme apresentamos no Capítulo 1.

Investigar o processo de criação e estruturação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas (USP, UNICAMP e UNESP), como nós nos propusemos por meio desta pesquisa, possibilitou-nos visualizar o processo de tramitação desta modalidade de atendimento à infância no interior das universidades, local de trabalho de muitas funcionárias públicas, que nem sempre conseguem a tão almejada vaga na creche, devido a grande demanda e oferta ainda limitada, mesmo que esta já esteja se limitando a atender ao gênero feminino, como expresso em seus regimentos e apoiadas por leis.

Contudo, ao nos aprofundarmos no histórico de constituição das creches nas universidades públicas estaduais paulistas, estudamos apenas um dos possíveis focos dessa Política de Atendimento à Infância e sua família, o que indica que essa etapa, base da educação, requer estudo e aprofundamento, necessitando se consolidar enquanto um campo de pesquisa.

Esperamos que essa pesquisa contribua com o universo de pesquisas realizadas na área de Políticas Públicas e Educação Infantil, principalmente por envolver o estudo de um programa social voltado principalmente ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos, bem como a suas famílias.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOWICZ, Anete et. al. PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Anped**, GT 7 – Educação Infantil, 2002. (Consulta a Internet em agosto de 2002– [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br))

ALVES–MAZZOTTI, Alda. J. A "revisão da bibliografia" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, FCC, São Paulo, n.81, p. 53-60, mai.1992

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E. & Gentili, P. (org) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

ARNAIS, Magali Ap. O. **Novas crianças na creche: o desafio da inclusão**. Campinas, SP, 2003. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, UNICAMP.

ARRETCHE, M. T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas **IEE/PUC-SP**, São Paulo, 2000. p.43-56.

BARBOSA, Eni. **O financiamento da política social da infância: situação atual, tendências e perspectivas**. Brasília: IPEA, 1990.

BARRETO, Angela M. R. Por que uma política de formação do Profissional da Educação Infantil? **Por uma política de formação do profissional da Educação Infantil**. Brasília: MEC, p. 11-15, 1994 b.

BONDIOLI, A. *Introdução; As funções sociais da creche: um serviço para quem?* In: BONDIOLI, A. & MANTOVANI, S – ORG. **Manual de educação Infantil: de 0-3 anos – uma abordagem reflexiva**. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 13-37.

CAMPOS, Maria M. O atendimento a infância na década de 80: as políticas federais de financiamento. **Caderno de Pesquisa**, FCC, São Paulo, nº 82, p.5-20, ago. 1992.

\_\_\_\_\_, A mulher, a criança e seus direitos. **Cadernos de Pesquisa**, FCC, São Paulo, nº 106, p. 117-127, março 1999.

CAMPOS, Maria M., ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília, MEC/ SEF/ DEP / COEDI, 1995.

CAMPOS, M.C.; ROSEMBERG, F. ; FERREIRA, I. M. **Creches e Pré-escolas no Brasil**. 3.ed. - São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2001.

CASTRO, M. H. G. Interesses, organizações e políticas sociais. **BIB**, 31: 17-48, 1991.

CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. **Caderno de Pesquisa**, FCC, São Paulo, nº 76, p. 31-40, fev. 1991.

CRAIDY, C. M. A política de educação infantil no contexto da política da infância no Brasil. **Anais I Simpósio de Educação Infantil**. Brasília, MEC, 1994. p. 18-21.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

DIDONET, V. Creche: a que veio... para onde vai... **Em Aberto**. Brasília, v.18, n. 73, p. 11-27, jul. 2001.

DRAIBE, S. M. Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. **IEE/ PUC-SP**, São Paulo, 2000. p.15-42.

DUTOIT, R. **A formação do educador de creche na dinâmica da construção do projeto educacional**. São Paulo, SP, 1995. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, USP.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. **Formação de profissionais da Educação: Políticas e tendências**. Campinas: CEDES, nº 68, dez. 1999.

FAGUNDES, Magali dos Reis. **A creche no trabalho ... O trabalho na creche: um estudo do Centro de Convivência Infantil da UNICAMP – trajetórias e perspectivas**. Campinas, SP, 1997. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, UNICAMP.

FALEIROS, U. P. **O que é Política Social**. SP, Brasiliense, 1985

FARIA, Ana Lúcia G., PALHARES, Marina S. (Org.). **A Educação Infantil Pós – LDB: rumos e desafios**. Campinas, S.P.: Autores Associados.-FE/ UNICAMP; São Carlos, SP: Editora UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2000.

FIGUEIREDO, A. C. e FIGUEIREDO, M. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, 1 (3): 107-127.

FONSECA, Marília. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. IN: TOMMASI, L. D; WARDE, M.J.; HADDAD, S. (org.) **Banco Mundial e Políticas Educativas**. São Paulo:SP, Editora Cortez, 1996.

FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA/ CONED. **Caderno do III CONED**. Brasília, nov. 2000.

GARMS, G. M.Z., CUNHA, B.B.B. (Re) Significando os Centros de Convivência Infantil da UNESP. **ANPED**, 2001. GT 7 – Educação Infantil. (Consulta a Internet em agosto de 2002– [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br))

GATTI, Bernadete. Pós – Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil, 1978-1981. **Cadernos de Pesquisa**, n.44, p.3 –17, fev.1983.

GENTILI, P. Educação e Cidadania: a formação ética como desafio político. In: Gentili, P., Alencar, C. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis, RJ:Editora Vozes, 2001. P.66-95

GUIMARÃES, José Luiz. O financiamento da educação infantil: quem paga a conta? IN: MACHADO, Maria Lucia de A.(Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. p.43-56.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

\_\_\_\_\_, O referencial curricular nacional para Educação Infantil no contexto das Políticas para a infância: uma apreciação crítica. **Anped**. 1999. (Consulta a Internet em agosto de 2002– [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br))

KISHIMOTO, Tizuko M. Os Jardins de infância e as escolas maternais de São Paulo no início da República. **Caderno de Pesquisa**, FCC, São Paulo, nº 64, p. 54-60, fev. 1998.

KISHIMOTO, Tizuko M. (et. al) **Formação dos profissionais de creches no estado de São Paulo (1997-1998)**. São Paulo: PUC, Fundação ORSA, 1999.

KISHIMOTO, Tizuko. M. "A produção do conhecimento na área da Educação Infantil: jogo e representação social da criança". In:**16a Reunião Anual da Anped**. Caxambu / MG, 1993. mimeo.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro. Achimé Editora, 1982.

\_\_\_\_\_, O papel social da pré-escola – 1985. IN: ROSEMBERG, F. **Creche**. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 20-27.

KUHLMANN JR., M. **Educação pré-escolar no Brasil (1899-1922)**: Exposições e congressos patrocinando a “assistência científica”. São Paulo, PUC-SP. Dissertação (mestrado).

\_\_\_\_\_, **Infância e Educação Infantil** - uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998; 2ª edição – 2001.

\_\_\_\_\_, Educação Infantil e Currículo. In: **A Educação Infantil Pós – LDB**: rumos e desafios. Campinas, S.P.: Autores Associados.-FE/ UNICAMP; São Carlos, SP: Editora UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2000, p. 51-65.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marly E. D. **A pesquisa em educação: uma abordagem qualitativa.** São Paulo: Cortez, 1986.

MACHADO, Maria Lucia de A.(Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINIC, S. Diseño y evaluación de proyectos sociales. México, **Comexani-Cejuv**, 1997.

MATTOS, M. J. V. M. **A reforma educacional de Minas Gerais: a implementação da autonomia escolar.** Campinas, SP (dissertação de mestrado), 1999.

MEDINA, A. M. Modelos e lentes: uma discussão sobre a análise da implementação de políticas públicas. **Análise & Conjuntura** 2 (1): 40-55, Fundação João Pinheiro.

MERISSE, Antonio. **As origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches.** In: MERISSE, A. (et. al.) Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. P. 25-51.

MELLO, A. M. A. **História da Carochinha: uma experiência para a Educação de crianças abaixo de 3 anos em creche.** (Dissertação de Mestrado) FFCL/ USP. Ribeirão Preto, 1999.

NASCIMENTO, Maria Evelyn P. Educação Infantil: a construção de um novo nível de ensino. In: BRASIL/ MEC. **Situação Básica da Educação Básica no Brasil.** Brasília: MEC/ INEP, 1999, p. 45-53

\_\_\_\_\_, Os profissionais da Educação Infantil e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: FARIA, Ana Lúcia G., PALHARES, Marina S. (Org.). **A Educação Infantil Pós – LDB: rumos e desafios.** Campinas, S.P.: Autores Associados.- FE/ UNICAMP; São Carlos, SP: Editora UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2000, p. 99-112.

\_\_\_\_\_, **Do adulto em miniatura à criança como sujeito de direitos: a construção de políticas de educação para a criança de tenra idade na França.** Campinas, SP, 2001. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, UNICAMP.

NASCIMENTO, Renata. **Universidade/ Infância: relações - os casos USP e PUC - SP (1959-1995).** São Paulo, SP, 1996. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, USP.

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP. **Avaliação do processo de implementação do Projeto “Inovações no Ensino Básico”** e de algumas medidas da Escola-Padrão. Relatório final de pesquisa, Campinas, UNICAMP, 1995, mimeo.

OLIVEIRA, Zilma M.R.; MELLO, Ana M.; VITÓRIA, Telma; FERREIRA, Maria Clotilde R. **Creches: crianças, faz-de-conta & cia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Zilma M. R. O. , ROSSETTI-FERREIRA, C. Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo. **Caderno de Pesquisa.** FCC, São Paulo (56): 39-65, fev. 1986.

PALMEN, Sueli H. C. **O lugar do imprevisto no espaço da Educação Infantil.** Campinas, S.P, 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Faculdade de Educação, UNICAMP.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças. A história das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Universidade Santa Úrsula, 1995.

RAUPP, Marilene D. CRECHES UNIVERSITÁRIAS EM FOCO: análise de suas funções. (UFSC) **ANPED**, 2002. GT 7 – Educação Infantil. (Consulta a Internet em maio de 2003–[www.anped.org.br](http://www.anped.org.br))

RIZZINI, Irma; CASTRO, Mônica; SARTOR, Carla S. D. **Pesquisando: guia de metodologia de pesquisa para programas sociais.** Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 1999.

ROCHA, Eloisa A. C. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia.** (Tese de doutorado), FE/UNICAMP, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia . O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, (51), p. 90-103, 1984.

\_\_\_\_\_, **Creche.** São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1989

\_\_\_\_\_, A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. **Caderno de Pesquisa**, FCC, São Paulo, nº 82, p. 21-30, ago. 1992.

ROSEMBERG, F. Educação Infantil nos Estados Unidos. IN: ROSEMBERG, FÚLVIA; CAMPOS, MARIA M. (org) **CRECHES E PRÉ-ESCOLAS NO HEMISFÉRIO NORTE.** São Paulo: Cortez: FCC, 1994. P. 15-102.

\_\_\_\_\_, A criação dos filhos pequenos: tendências e ambigüidades contemporâneas. In: RIBEIRO & RIBEIRO. **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira.** São Paulo: Loyola, 1995. P. 167-190.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; RAMON, F.; SILVA, A. P. S. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Caderno de Pesquisa**, FCC, São Paulo, nº 115, p. 65-100, mar.2002.

RUS PEREZ, J. R. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, E. M. (org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo, Cortez/ Instituto de Estudos Especiais, 1998. p.65-74.

SABATIER, Paul A.; MAZMANIAN, Daniel A. **La implementación de la política pública: un marco de análisis**. In: AGUILAR VILLANUEVA, Luis F. La implementación de las Políticas. (s.d) p. 323 – 372.

SABBAG, Sandra Papesky. Creches - surgimento, evolução e perspectivas, **Revista Presença Pedagógica**, Belo Horizonte: MG, nº 14, mar/abr. 1997. (Consulta ao site: <<http://www.editoradimensao.com.br/revistas/revista14.htm>> Acesso em junho de 2003)

SAVIANI, Dermeval. **A nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

STRENZEL, Giandréa R. A Educação Infantil na Produção Científica dos Programas de Pós Graduação em Educação no Brasil. CED/UFSC, **Anped**. 1998. (Consulta a Internet em agosto de 2002– [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br))

TELES, Maria Amélia A.; MEDRADO, Maria A.; GRAGNANI, Adriana M. C. Creches e Berçários em empresas privadas paulistas. IN: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.) **Creche**. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 104-134.

TELLES, V.S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: Dagnino, E. **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994. Pg. 91-102.

THIOLLENT, Michael J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4ª edição. São Paulo: Editora Polis, 1985.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: RJ, n. (30) 2: 5-43, mar/abr. 1996.

VILLAS BÔAS, Sueleni, DEZEN. Viviane. **PARCERIA CCI/FAMÍLIA: inevitável compromisso para a qualidade do trabalho na educação infantil**. CCI do Lageado - FCA - UNESP - Botucatu - [cci@fca.unesp.br](mailto:cci@fca.unesp.br)

WARDE, Miriam. O papel da pesquisa na pós-graduação em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: SP, Fundação Carlos Chagas - FCC, n.73, p.67-75, mai. 1990.

WEBER, M. A ciência como vocação. In: WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais** (parte 2). São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. p. 431-453.

#### **Legislação brasileira e documentos oficiais:**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

BRASIL/ MEC. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF/ DPE/ COEDI, 1994 a .

BRASIL/ MEC. **Por uma política de formação do profissional da Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF/ DPE/ COEDI, 1994 b.

BRASIL/ MEC. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF/ DEP / COEDI, vol. I e II, mai. 1998 a.

BRASIL/ MEC. **Subsídios para a elaboração de diretrizes e normas para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF/ COEDI, 1998 b.

BRASIL/ MEC.. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: documento introdutório**. Brasília, MEC/SEF, 1998. (versão preliminar)

BRASIL/ MEC. **Situação Básica da Educação Básica no Brasil**. Brasília: MEC/ INEP, 1999.

BRASIL/ MEC/ INEP. **Censo da Educação Infantil**. MEC/ INEP, 2000.

ECA – Estatuto da criança e do adolescente. 1990.

#### **Sites consultados**

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.mec.gov.br>

<http://www.inep.gov.br>

<http://www.anped.org.br>

<http://www.unicamp.br>

<http://www.usp.br>

<http://www.unesp.br>

<http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/clientes/creches.htm>

## DOCUMENTOS REFERENTES AOS CCI's

AFRUSP – Associação dos Funcionários da Reitoria da Universidade de São Paulo. **A criação da creche-berçário na Reitoria da USP**, dossiê – 1835, FCC (Fundação Carlos Chagas).

As dificuldades para criar a creche da USP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 dez. 1973.

COSEAS. **Processo 763/73**. Creche/ USP, 1973. (C.f. - AFRUSP – Associação dos Funcionários da Reitoria da Universidade de São Paulo. **A criação da creche-berçário na Reitoria da USP**, dossiê – 1835, FCC).

COSEAS/ Divisão de Creches/ USP. **Apresentando a Creche Carochinha – RP**. São Paulo, 1999.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo. **Programa Centro de Convivência Infantil**; Dossiê – 1847, FCC (Fundação Carlos Chagas).

SÃO PAULO. Governo do Estado. Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo. **Programa Centro de Convivência Infantil**; Relatório/ Dossiê – 1848, FCC (Fundação Carlos Chagas).

SAS/ UNICAMP. **Boletim Informativo do Serviço de Apoio ao Servidor**. Serviços educativos atingem o maior número de atendimentos desde sua implantação. Ano III, nº 64. nov. 1993.

UNESP. **Portaria UNESP 70**. Dispõe sobre o Programa Centro de Convivência Infantil da Unesp, de 19-4-1982.

UNESP. **Portaria da Unesp nº 49**. Aprova o Regimento dos Centros de Convivência Infantil da Unesp, de 07 de março de 1996.

UNESP. **Regimento dos Centros de Convivência Infantil da Unesp.** São Paulo, 1996.

UNESP. **Centros de Convivência Infantil – Projeto** (Org. MACIEIRA, M. I.G.). São Paulo, 2003. 18 folhas.

UNESP. **Anuário Estatístico.** 1999-2003

UNICAMP. **Processo administrativo n. 3384.** Criação de Creche na Unicamp. Campinas, 1975. 232 fls.

UNICAMP; Centro de Convivência Infantil . **Berçário** - Relatório Agosto – Dezembro. Campinas, 1982. Mimeografado. 15 fls.

UNICAMP. **Processo 2589/1982.** Cessão à Unicamp de casa alugada pela CEMICAMP, para instalação da creche do CCI. Campinas, 1982. 242 fls.

UNICAMP. Processo nº2672-1982. Verba para Construção de outra unidade de creche. Campinas, 1982. 17 fls.

UNICAMP. Processo 00-05271/84 (vol. 1 ). **Contrato de Locação para instalação da creche da Faculdade.** Faculdade de Engenharia de Limeira. Campinas, 1984. 518 fls.

UNICAMP. **Processo 00-05271/84 (vol. 2).** Contrato de Locação para instalação da creche da Faculdade. Faculdade de Engenharia de Limeira. Campinas, 1984. 359 fls.

UNICAMP. **Processo 00-05271/84 (vol. 3).** Contrato de Locação para instalação da creche da Faculdade. Faculdade de Engenharia de Limeira. Campinas, 1984. 397 fls.

UNICAMP. **Processo 00-05271/84 (vol. 4).** Contrato de Locação para instalação da creche da Faculdade. Faculdade de Engenharia de Limeira. Campinas, 1984. 151 fls.

UNICAMP. **Processo 3720/84.** Construção apropriada para abrigar a creche do campus. Faculdade de Odontologia de Piracicaba da UEC. Campinas, 1984. 55 fls.

UNICAMP. **Processo nº 840/85.** Instituto de física Gleb Wataghin da UEC. Campinas, 1985. 81 fls.

UNICAMP. **Processo 10025/1986.** Construção de Prédio para abrigar a Creche. Faculdade de Engenharia de Limeira da UEC. Campinas, 1986. 19 fls.

UNICAMP. **Portaria Interna GR nº332/87.** Cria uma Comissão de Assessoria Técnica para implantação da creche FCM/HC. Campinas, 1987

UNICAMP/ FUSSESP/ IRCAMP. **Convênio** - A criação e manutenção de uma creche destinada para acolher os filhos de servidores da FCM e HC/ UNICAMP. Campinas, 1987. Mimeografado.

UNICAMP/ CAS. **Regimento interno – Creche HC**. Campinas, 1989. Mimeografado. 11 fls.

UNICAMP/ CAS. **Normas da Creche Área da Saúde** Campinas. Mimeografado.

UNICAMP/ DGRH. **Edital** nº 019/2004

UNICAMP. **Anuário Estatístico**. 1988-2003

UNICAMP. **Relatório de Gestão** - Reitor José Aristodemo Pinotti. 1982-1986.

UNICAMP. **Relatório de Gestão** - Reitor Paulo Renato Costa Souza. 1986-1988.

UNICAMP. **Relatório do Quadriênio** - Reitor Paulo Renato Costa Souza. 1986-1990.

UNICAMP. **Relatório do Biênio** - Gestão Carlos Vogt. 1990-1992.

UNICAMP. **Relatório do Quadriênio** - Gestão Carlos Vogt. 1990-1994.

UNICAMP. **Relatório do Biênio** - Gestão José Martins Filho. 1994-1996.

USP/ COSEAS. **Regimento interno da Divisão de Creches**. São Paulo, Mimeografado. 4fls

USP/ COSEAS – Divisão de Creches. **Normas de funcionamento**. São Paulo, Mimeografado.

USP. **Caderno de Planejamento**. 1987

USP. **Anuário Estatístico**. 1988 -2003

## **ANEXO I –**

Roteiro de entrevista

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Identificação do participante e/ ou função:.....

- 1 - Fale-me sobre sua inserção no processo de implementação da creche na universidade.
- 2 - Quais órgãos ou pessoas que estavam envolvidos nesse processo?
- 3 - Quais as motivações que levaram a implantação do Programa Centro de Convivência Infantil (CCI) nesta universidade? Estariam ligadas a determinações legais (Ex.: CLT) ?
- 4 - A implantação desse Programa se deu de forma imediata ou gradual dentro da (universidade) e contou (e conta) com recursos financeiros provenientes de onde? Se houve Convênios explique com quem e como isso tramitou.
- 5 - Quais as maiores dificuldades de consolidação do Programa CCI?
- 6 - Quais foram as formas de reivindicações mais utilizadas em prol a implantação da creche na universidade? Tais reivindicações eram provenientes de quem?
- 7 - Como era o relacionamento estabelecido entre a Reitoria e o Sindicato (representação da comunidade universitária) durante o processo de busca pela implementação da creche na universidade.
- 8 - Quais foram as ações da Reitoria no que se refere a viabilização da implementação do Programa CCI na universidade ? Houve momentos em que essas ações de viabilização entravaram? Decorrentes do que?
- 9 - Quais eram as ações do Sindicato no que se refere a viabilização da implementação do Programa CCI na universidade ? Houve momentos de entraves? Decorrentes do que?
- 10 - Na sua opinião, qual foi o elemento mais importante no sentido de tornar a creche na universidade uma realidade?
- 11 - Como se definiu a estruturação da creche no que se refere ao tipo de atendimento a ser oferecido, período, número de crianças atendidas e a idade das mesmas?
- 12 - Em termos de Infra-estrutura, onde foram instaladas as creches, em prédios próprios ou em locais adaptados para atender essas crianças? Houve adaptações na estrutura física? Foram realizadas por profissionais?
- 13- Em termos de Recursos Humanos, como se montou a equipe da creche? Como foi pensada a sua forma de gestão e quem seria esse gestor? Havia a participação da família?
- 14 - Você acha que a creche tem atendido as necessidades de todos os atores que lutaram por ela? A que isso se deve? Comente sobre as normas para o atendimento em creche, ou sobre os critérios que regulamentam esse atendimento.
- 15 - Como se definiu o local da creche no organograma da universidade? Ela está sob responsabilidade direta de quem (de qual órgão)?
- 16 - O que você gostaria de expor sobre o histórico da creche que não foi abordado nesse roteiro? Fale livremente...

## ANEXO II – Documentos referentes ao Programa CCI

- Organograma do Programa CCI
- Legislação Estadual sobre os CCI's
- Emenda Constitucional nº 31, de 31/5/1982
- Diretrizes a serem adotadas pelos CCI's
- Localização dos Clubes de Pais e Mães (São Paulo, FASPG. **Dossiê 1847**, FCC)
- Subsídios para o aperfeiçoamento das normas relativas aos CCI's
- Diretrizes básicas para o funcionamento dos CCI's
- Reformulação das diretrizes do Programa CCI das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas

## DECRETO N.º 1130, DE 3 DE JANEIRO DE 1967

Dispõe sobre o Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas

PAULO SALIM MALUF, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 89 da Lei n.º 9.717, de 30 de Janeiro de 1967,

Decreta:

## SEÇÃO I

## Disposições Preliminares

Artigo 1.º — A Administração Pública Estadual desenvolverá programa denominado «Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas».

Parágrafo único — As Entidades Descentralizadas de que trata este artigo são as Autarquias, as Fundações e as Empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária.

Artigo 2.º — O Programa de que trata este Decreto tem por objetivo proporcionar a prestação dos serviços necessários ao acolhimento e à assistência a crianças filhas de funcionários e servidores das Secretarias de Estado e Entidades descentralizadas, mediante a instalação e administração, por esses órgãos e entidades, de Centros de Convivência Infantil.

Artigo 3.º — Participação do desenvolvimento do Programa de Centros de Convivência Infantil:

- I — o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo;
- II — as Secretarias de Estado;
- III — as Entidades Descentralizadas.

## SEÇÃO II

## Do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo

Artigo 4.º — Ao Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo, em relação ao Programa de Centros de Convivência Infantil, cabe:

- I — propor as diretrizes técnicas a serem adotadas para o Programa, bem como transmiti-las aos órgãos e entidades da Administração Pública;
- II — acompanhar o desenvolvimento do Programa;
- III — exercer ação articuladora dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública, com vistas à efetivação do Programa;
- IV — promover a realização de projetos de treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos destinados aos Centros de Convivência Infantil;
- V — avaliar o desempenho do Programa, propondo medidas para seu aperfeiçoamento.

Ofício  
Car. 5111

D. O. L., Sec. I, São Paulo, 92 (100), terça-feira, 1.º Jun. 1982

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**DIRETORIA DO PROCEL - D. P. 1**

**CONCURSO TÍTULOS DA LABORALIDADE (L. 11.161)**

Realiz. 011-82

A Diretoria do Procel da Unifesp em conjunto com a Diretoria de Recursos Humanos da Unifesp, visando a seleção de candidatos para o concurso de Títulos da Laboralidade (L. 11.161), faz homologação em 26-5-82, das seguintes candidaturas aprovadas:

(L. 11.161)

1.º Nome: **ALVARO MANTELLI NETO**, Presidente

2.º Nome: **ESTER MARIN**, 1.ª Secretária

3.º Nome: **YVONNE DUTRA**, 2.ª Secretária

# PROCLAMAÇÃO

**LEI Nº 31, DE 31 DE MAIO DE 1982**

QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO DE ALGUNS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM ESPECIAL OS QUE EXERCITAM FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR DE ENSINO SUPERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Artigo 1.º** - A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nos termos do inciso XV do artigo 117 da Constituição do Estado, promulgou e sequinila

**Artigo 2.º** - O Capítulo III do Título IV, da Constituição do Estado, fica revogado do seguinte modo:

**Artigo 3.º** - O Estado manterá, na forma em que se encontra, as seguintes funções públicas em que prestem serviço mais de 30 (trinta) minutos, local apro-



# FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PALÁCIO DO GOVERNO

RUA MINISTRO GODOI N.º 180 - CEP 05015

## DOCUMENTO SOBRE DIRETRIZES BÁSICAS DO PROGRAMA CENTRO DE CONVIVÊNCIA INFANTIL

O presente documento tem como objetivo atender o decreto nº 18.370 de 08/01/82 que dispõe sobre o Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas: Fundações, Autarquias e Empresas de Economia Mista, que no seu artigo 4º, item I atribui ao FASPG a incumbência de propor diretrizes técnicas a serem adotadas, bem como de transmiti-las.

O documento apresenta três partes a saber: Considerações Gerais, Relações CCI/FASPG e Diretrizes básicas.

### CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nas últimas décadas no Brasil, vem sendo significativamente crescente o ingresso e participação da mulher no mercado de trabalho compreendido pela administração pública e pela iniciativa privada, especialmente nos centros urbanos.

Entre 1970 e 1980 no Brasil o número de mulheres / que trabalham fora de casa passou de 18,5% para 26,9%, sendo que em São Paulo; em 1980 o número de mulheres economicamente ativas atingia 3.187.291 ( IBGE censo de 1980 ).

Este dado justifica-se principalmente pelas pressões econômicas atuais e também pela necessidade de auto-realização das mulheres no campo profissional.

A realidade de hoje mostra clara e progressivamente a mulher assumindo encargos de manutenção da família, ombro a ombro com o homem ou então sozinha assumindo toda a responsabilidade de enfrentar a vida e cuidar dos filhos.

Desse contexto de saída da mulher do lar para trabalhar e assim, também realizar-se como pessoa, cidadã e profissional e não apenas como dona de casa e mãe, decorre transformações sociais na própria estrutura da família e da sociedade, que, neste período de mudanças trazem situações-problemas, que se não solucionadas adequadamente poderão fazer das crianças vítimas desse processo.



## FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PALÁCIO DO GOVERNO

RUA MINISTRO GODOI N.º 100 - CEP 05015

Foi com o evento da industrialização e captação das atividades rurais em alguns países da Europa e posteriormente nos Estados Unidos condicionando a participação ativa da mulher no mercado do trabalho e aflorando os problemas acima citados, que surge por volta de 1844 como solução, a idéia de um novo tipo de instituição social denominada CRECHE, visando guarda, criação e atendimento das crianças, em regime de semi-internato.

No Brasil inicialmente através de algumas experiências de implantação de Creches por entidades sociais particulares, foi através do Decreto-Lei nº 5.452 de 01/5/1943 de Consolidação das Leis do Trabalho Cap. III que o governo voltou sua atenção para este problema social.

O referido Cap. III dispõe sobre a proteção do trabalho da mulher e sobre proteção à maternidade, sendo que o artigo 397 ao artigo 400 dispõe especificamente sobre a construção e manutenção de Creches como " locais destinados à guarda dos filhos das operarias durante o período de amamentação ".

Posteriormente em razão de muitas indústrias não possuírem locais apropriados para instalação das Creches o Departamento Nacional do Trabalho estabeleceu que " o contrato feito pelo empregador com instituição idônea para cumprimento da exigência relativa à manutenção de Creche supre perfeitamente a finalidade legal ".

Esta forma de atendimento ao dispositivo legal constituiu, via de regra, a política adotada pelas empresas privadas e mesmo empresas estatais dentro da perspectiva de benefícios sociais aos empregados.

A prática contudo ao longo dos anos vem demonstrando não ser esta a forma mais adequada e eficiente de solução ao problema pelas dificuldades vivenciadas pelas mães em ter acesso e participação nas Creches conveniadas.

No âmbito da administração pública de São Paulo, tanto direta quanto indireta entre as décadas de 50 e 60 foram criadas / duas creches para filhos de funcionárias públicas: a primeira na Estrada do Ferro Sorocabana hoje integrada à FEPASA, e a segunda na atual Secretaria de Obras e Meio Ambiente.

A partir destas iniciativas pioneiras poucas outras Creches foram implantadas na estrutura governamental, expressando apenas



## FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PALÁCIO DO GOVERNO

RUA MINISTRO GODOI N.º 180 - CEP 05015

formas isoladas deste tipo de atendimento social.

Em 1979 o FASPG propõe-se a desenvolver esforços no sentido de ser criada e implantada uma rede de CCIs para filhos de funcionárias públicas, na faixa etária de 3 meses a 6 anos e 11 meses em todas as Secretarias de Estado. Este trabalho foi progressivamente se efetivando até que pelo Decreto 18.370 de 08/01/82 foi promulgado que: " A administração pública estadual desenvolverá programa denominado " Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas " .

// O objetivo do Programa é proporcionar a prestação / de serviços necessários ao acolhimento e assistência a criança filhos de funcionárias e servidoras das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas, mediante instalação e administração por estes órgãos e ou entidades de Centros de Convivência Infantil. //

Os CCIs com relação às Secretarias de Estado são / instituições sociais de prestação de serviços; com relação às Entidades / Descentralizadas: Empresas de Economia Mista, Fundações e Autarquias são benefícios sociais dentro da política de recursos humanos.

O Programa CCI foi reforçado na sua fundamentação / legal pela Emenda Constitucional nº 31 de 31/5/82 em cujo artigo único do Cap. III do título IV da Constituição do Estado reza que:

- O Estado manterá na forma em que a lei estabelece - cer nas repartições públicas em que prestem serviço mais de 30 mulheres, local apropriado onde seus filhos até 7 anos de idade recebam assistência e vigilância durante o horário de expediente.

Nota-se assim a convergência dos Poderes Executivo e Legislativo no reconhecimento do direito das mulheres funcionárias públicas contarem com a assistência a seus filhos durante o seu período de trabalho. Estas medidas legais podem ser consideradas como primeiros marcos para a definição de uma Política Social quanto ao atendimento de uma necessidade da mulher funcionária pública e em decorrência da sua família.

Esta política social demonstra por parte do governo estadual de maneira objetiva a valorização do trabalho da mulher e responde aos novos valores culturais e exigências de uma sociedade em mudança e desenvolvimento.

O Programa CCI constitui-se numa proposta sócio-educativa cujas ideias centrais <sup>REPOUSADA</sup> nos processos de Convivência e Participação



## FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PALÁCIO DO GOVERNO

RUA MINISTRO GODOI N.º 180 - CEP 05015

entre: criança-criança, mãe-família-CCI, criança-funcionário do CCI, funcionário-funcionário, CCI-órgão governamental promotor, CCI-FASPG, e CCI-CCIs:

### RELAÇÕES CCI-FASPG

1. O FASPG, como órgão vinculado à Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, adotou como diretriz geral no quadriênio 1979/1983 priorizar sua atuação em programas voltados à melhoria constante da qualidade de vida da população.

Dessa maneira, a orientação de trabalho do FASPG com a criança de 3 meses a 6 anos e 11 meses, portanto da faixa etária da pré-escola, é uma resposta a essa diretriz geral e teve como cenário conjuntural a realização do "Ano Internacional da Criança em 1979.

Esta orientação voltou-se principalmente à motivação, estímulo e apoio para a criação ou dinamização de Centros de Convivência Infantil como equipamento social destinado à guarda e cuidados bio-psico-pedagógicos-sociais da criança, filho de servidora pública, em regime de externato ou semi-internato.

De outro lado, o FASPG ao levantar em todas as Secretarias de Estado as necessidades sociais sentidas pelas funcionárias públicas deparou com a realidade de uma consciência generalizada delas sobre a prioridade fundamental do atendimento à seus filhos, durante o período de trabalho.

A partir daquele cenário e desta constatação o FASPG definiu como linha de ação para os CCIs, um trabalho integrado e articulado com as Secretarias de Estado, realizando uma prática sempre participativa e refletida, através da representação das mães funcionárias públicas, de técnicos e dirigentes de órgãos e das esposas dos Secretários de Estado como voluntárias.

O Decreto 18.370 já mencionado veio institucionalizar a participação do FASPG, das Secretarias de Estado e das Entidades Descentralizadas no programa CCI, cabendo a estes órgãos conjuntamente a responsabilidade da execução do Programa.

Especificamente em relação ao FASPG, cabe:

- Propor diretrizes técnicas a serem adotadas para o programa, bem como transmiti-las aos órgãos e entidades da administração pública. Isto significa ao FASPG o desempenho de um papel significati



## FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PALÁCIO DO GOVERNO

RUA MINISTRO GODOI N.º 180 - CEP 05015

vo num processo conjunto de elaboração e implantação de uma política social relacionado ao binômio mãe-funcionária pública-criança.

- Acompanhar o desenvolvimento do programa e exercer / ação articuladora dos diversos órgãos e entidades públicas envolvidas, / tendo em vista a crescente consecução do mesmo.

- Realizar a nível de assessoria técnica, entre outras atividades, a promoção de projetos de treinamento de desenvolvimento dos recursos humanos destinados aos CCIs, a promoção de encontros, seminários, debates, etc.

- Avaliar o desempenho do programa propondo medidas para sua agilização e aperfeiçoamento, bem como, novas idéias, alternativas, soluções aos problemas enfrentados.

- Propiciar sistemática troca de informações entre os CCIs sobre as experiências de trabalho, as técnicas utilizadas, os resultados alcançados, etc.

- Divulgar o Programa CCI em seu conjunto a toda administração pública estadual e a comunidade em geral.

- Efetuar levantamentos ou pesquisas sobre aspectos / significativos dos CCIs.

### DIRETRIZES BÁSICAS

Preliminarmente são pontos a serem observados para a implantação de um CCI:

- Conhecimento da demanda potencial e real do órgão ou entidade descentralizada;

- Conhecimento das disponibilidades existentes de local, pessoal, equipamentos e recursos financeiros que possam ser utilizados.

- Elaboração de um projeto do CCI a partir das disponibilidades levantadas, acrescido da previsão de recursos orçamentários necessários a:

a) locação, aquisição, reforma ou ampliação de um local adequado à instalação de um CCI;

b) seleção e contratação de pessoal suficiente e / inter-profissional para a criação de um quadro específico do CCI;

c) aquisição de equipamentos necessários à instalação e funcionamento de um CCI;



## FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PALÁCIO DO GOVERNO

RUA MINISTRO GODOI N.º 180 - CEP 05015

- d) verbas específicas para manutenção do CCI.  
 - Criação por ato legal do CCI ( decreto do governador do Estado ).
- Elaboração das normas de administração e funcionamento do CCI, sobre as quais é importante salientar:
- a) o CCI é unidade técnica que propicia atendimento integral à criança durante o tempo de trabalho da mãe funcionária pública, podendo na estrutura administrativa subordinar-se ao gabinete da direção maior do órgão ou entidade descentralizada, ao departamento de administração ou ao Centro de recursos humanos;
- b) o CCI deve funcionar nas dependências do próprio órgão governamental ou o mais próximo dele;
- c) cada CCI tem suas características peculiares em decorrência das diferentes realidades dos órgãos governamentais não existindo um modelo único que os referencie;
- d) a eficiência da ação do CCI supõe um processo administrativo dinâmico e adequado à natureza dos serviços que presta;
- e) os equipamentos do CCI devem atender às necessidades das crianças compondo um ambiente simples, agradável sem qualquer sofisticação e requinte, de modo a não criar para as crianças possibilidades de rejeição do próprio ambiente familiar;
- f) as instalações físicas, mesmo quando adaptadas, devem atender às necessidades das várias etapas do desenvolvimento integral das crianças, isto é, devem ser principalmente: arejadas, ensolaradas, com espaços suficientes para as diversas atividades e, se possível, com áreas verdes para atividades ao ar livre especialmente destinadas às crianças maiores de 3 anos.

Em relação às atividades-fim do CCI vale destacar:

- O CCI existe em função da mãe que trabalha fora de casa, mas seu conteúdo programático deve ter como objetivo primordial a criança em suas relações com a família;
- O atendimento à criança no CCI deve visar o seu desenvolvimento integral, isto é, bio-psico-social e pedagógico, o que significa também um envolvimento com o grupo familiar e sua realidade;
- Em relação à família não cabe ao CCI substituí-la, mas preservar e estimular seus vínculos com a criança;
- no CCI a família deve participar do processo não só do desenvolvimento da criança como da vida da instituição.



## FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PALÁCIO DO GOVERNO

RUA MINISTRO GODOI N.º 180 - CEP 05015

seus momentos de atuação, desde o planejamento, organização e funcionamento;

- a convivência da família no CCI deve ser uma forma educativa de aprendizagem, de troca e discussão de experiências comuns, / entre pais e funcionários sobre o cotidiano das crianças e da instituição resultando num acúmulo de conhecimentos relevantes a todos, bem como deve propiciar o surgimento de novas propostas de ação necessárias ao CCI;

- a participação das mães funcionárias e usuárias do CCI em reuniões, entrevistas, palestras, atividades de grupo, etc., deve ser assegurada pelas chefias do órgão responsável, durante o expediente / de trabalho;

- o CCI - deve incentivar a criação de associação, / círculo de pais ou outro modo de organização da família como forma concreta e prática de estabelecer um relacionamento de cooperação e co-responsabilidade entre a família e o CCI em todos os seus aspectos de ação;

- o CCI deve atender a demanda total das crianças como princípio. Este atendimento, contudo, quando impossível por dificuldades iniciais, deverá ser feito por etapas e por módulos obedecendo / critérios de prioridade, como: crianças em fase de aleitamento-materno, / crianças de mães cuja situação econômica é de baixo nível, mães com mais de um filho na faixa etária de atendimento, mães sem qualquer outra possibilidade ou alternativa para solucionar a situação de guarda e assistência ao filho, etc;

- o CCI deve documentar tecnicamente sua programação e ação com as crianças e as famílias, de modo que o trabalho efetuado possa ser constantemente analisado e aperfeiçoado, que se possa construir a memória de sua ação e possibilitar estudos específicos;

- os CCIs de diferentes Secretarias de Estado e entidades descentralizadas, localizados proximamente, se possível e necessário, podem se conveniar entre si para um atendimento comum das crianças racionalizando, assim, o processo de prestação desse serviço;

- a equipe interprofissional do CCI é composta por técnicos de nível universitário e pessoal auxiliar, alguns com funções em tempo integral, outros, em tempo parcial. A equipe poderá conter / também elementos estagiários e voluntários para complementação de tarefas específicas. A todos é indispensável um processo de reciclagem permanente.

- o número de técnicos e auxiliares da equipe / interprofissional é ...



## FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PALÁCIO DO GOVERNO

RUA MINISTRO GODOI N.º 180 - CEP 05015

capacidade de atendimento do CCI, que pode apresentar 3 categorias:

- a) até 60 crianças
- b) de 60 a 100 crianças
- c) mais de 100 crianças

- O CCI destina-se ao atendimento da faixa etária de 3 meses à 6 anos e 11 meses, sendo que, via de regra, a operacionalização de suas atividades se faz respeitando os seguintes sub-grupos:

- a) berçário - 3 meses a 18 ou 24 meses
- b) maternal - 19 ou 24 meses a 4 anos
- c) pré-escola - 4 a 6 anos e 11 meses

é mister considerar que esta divisão deve ser flexível e atender a individualidade de cada criança;

- Cada elemento da equipe interprofissional no seu nível, especialidade e função deve desenvolver o papel de educador, que não é o de impor aos pais o que devem fazer, nem como proceder, e sim de ajudá-los a fazer.



# FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MINISTRO GODOIN, N.º 180 — CEP 05015 — SP — Telefone 262-4911

## ANEXO Nº 17

ATUALMENTE EXISTEM CLUBE DE PAIS E MÃES, FUNCIONANDO NOS SEGUINTEs CCIs:

- Instituto Florestal; Coordenadoria de Saúde da Comunidade; Departamento Regional de Saúde do Vale do Ribeira; Departamento Regional de Saúde de Ribeirão Preto; Hospital Psiquiátrico de Ribeirão Preto; Centro de Reabilitação da Casa Branca; Hospital Guilherme Alvaro; Hospital / Psiquiátrico de Santa Rita do Passa Quatro; Hospital Psiquiátrico Prof. Cantídio de Moura Campos - Botucatu; Hospital Francisco Ribeiro Arantes - Itu; Departamento Regional de Saúde de Osasco; Instituto de Zootecnia de Nova Odessa; Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI - Campinas; UNICAMP - Campinas; USP - Campus de Ribeirão Preto; SABESP; Departamento Regional de Saúde de Presidente Prudente; Centro de Saúde II de Mauá; Instituto Agrônomo de Campinas; Hospital Auxiliar de Suzano; Delegacia Regional Tributária de São José do Rio Preto; FEPASA; Caixa Economia Estadual; Imprensa Oficial do Estado; BANESPA / Mineração; Conjunto Hospitalar de Sorocaba; Instituto Butantan; Parque Hospitalar do Mandaguá e Hospital Infantil da Zona Norte; Centro de Saúde da Freguesia do Ó; Universidade de São Paulo - Campus de São Carlos; Tribunal de Contas de São Paulo; Secretaria da Segurança Pública; Secretaria dos Negócios Metropolitanos; Metrô; Instituto da Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE; Secretaria dos Transportes; Secretaria de Obras e Meio Ambiente - SOMA; Cia Paulista de Força e Luz de Campinas; Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto; Hospital das Clínicas de São Paulo; Palácio dos Bandeirantes; Secretaria de Economia e Planejamento; Terrafoto; Centro de Saúde da Penha; Departamento de Saúde da Grande São Paulo; Hospital Psiquiátrico Pinel; Hospital Psiquiátrico da Água Funda; Coordenadoria de Saúde Mental e Coordenadoria de Assistência Hospitalar; Hospital Emilio Ribas; Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia; Coordenadoria de Serviços Técnicos Especializados; Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Cultura; Secretaria de Esportes e Turismo; Secretaria do Interior; Secretaria do Trabalho e Secretaria da Agricultura.

ANEXO

D.O. 2/11/84

DECRETO N.º 22.855, DE 1.º DE NOVEMBRO DE 1984

Reformula o Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 89 da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1970, considerando as conclusões apresentadas pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto n.º 22.011, de 21 de março de 1984, e diante da exposição de motivos do Secretário da Promoção Social,

Decreta:

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Artigo 1.º — O Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas de que trata o Decreto n.º 18.370, de 8 de janeiro de 1982, passará a ser desenvolvido pela Administração Pública Estadual nos termos deste decreto.

Parágrafo único — As Entidades Descentralizadas de que trata este artigo são as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações

Artigo 2.º — O Programa de que trata este decreto tem por objetivo proporcionar a prestação de serviços necessários ao acolhimento e à assistência a crianças de até 7 (sete) anos de idade, filhos ou dependentes legais de funcionários e servidoras das Secretarias de Estado e das Entidades Descentralizadas, que estejam no exercício de suas funções, mediante instalação e administração de Centros de Convivência Infantil, consoante critérios a serem previamente estabelecidos.

Parágrafo único — Os funcionários e servidores que, em razão de viuvez, invalidez do cônjuge, separação legal ou de fato, tenham a guarda dos filhos, fazem jus aos benefícios deste decreto.

Artigo 3.º — Participação do desenvolvimento do Programa de Centros de Convivência Infantil:

- I — o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo;
- II — as Secretarias de Estado;
- III — as Entidades Descentralizadas.

SEÇÃO II

Do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo

Artigo 4.º — Ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, em relação ao Programa de Centros de Convivência Infantil, cabe:

I — propor as diretrizes técnicas a serem adotadas para o Programa, bem como transmiti-las aos órgãos e entidades da Administração Pública;

II — acompanhar a implantação e o desenvolvimento do Programa;

III — executar ação articuladora no coordenadora dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública, objetivando a efetivação do Programa;

IV — promover a realização de projetos de treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos destinados aos Centros de Convivência Infantil;

V — avaliar o desempenho do Programa, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento;

VI — estimular e orientar organizações de funcionários e servidoras beneficiadas pelos Centros de Convivência Infantil, tendo em vista a sua participação no Programa.

SEÇÃO III

Das Secretarias de Estado e das Entidades Descentralizadas

Artigo 5.º — Cabe às Secretarias de Estado e às Entidades Descentralizadas, em suas respectivas unidades de atuação, a instalação, a manutenção e a direção de Centros de Convivência Infantil, bem como a promoção das medidas necessárias ao desenvolvimento do Programa de que trata este decreto.

Artigo 6.º — Para desempenhar as atribuições previstas no artigo anterior, as Secretarias de Estado e as Entidades Descentralizadas

IV — garantir a participação das mães e pais das crianças assistidas, através de organizações específicas;

V — providenciar o atendimento alimentar às crianças;

VI — zelar pela higiene da alimentação distribuída às crianças, bem como das instalações e das dependências por elas utilizadas;

VII — elaborar e executar programas necessários ao desenvolvimento das crianças assistidas.

SEÇÃO IV

Disposições Finais

Artigo 8.º — Os Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e das Autarquias serão criados mediante decretos.

Artigo 9.º — As disposições deste decreto aplicam-se, também, aos atuais Centros de Convivência Infantil.

Artigo 10 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n.º 18.370, de 8 de janeiro de 1982.

Palácio dos Bandeirantes, 1.º de novembro de 1984.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

João Sayed, Secretário da Fazenda

Nelson Mancini Nicolau,

Secretário de Agricultura e Abastecimento

João Oswaldo Leiva,

Secretário de Obras e do Meio Ambiente

Adriano Murgel Branco, Secretário dos Transportes

Paulo Renato Costa Souza, Secretário da Educação

Otávio Azevedo Meireadante,

Respondendo pelo expediente

da Secretaria da Saúde

Michel Miguel Elias Temer Lulia,

Secretário da Segurança Pública

Carlos Alfredo de Souza Queiroz,

Secretário da Promoção Social

Jorge Cunha Lima, Secretário Extraordinário da Cultura

Einar Alberto Kok, Secretário da Indústria,

Comércio, Ciência e Tecnologia

Cairo Sérgio Pompeu de Toledo,

Secretário de Esportes e Turismo

Almir Pazzianotto Pinto,

Secretário de Relações do Trabalho

Antônio Carlos Mesquita, Secretário da Administração

Maurício Eduardo Guimarães Cadaval,

Respondendo pelo expediente

da Secretaria de Economia e Planejamento

Chopin Tavares de Lima, Secretário do Interior

Almino Monteiro Álvares Afonso,

Secretário dos Negócios Metropolitanos

Franco Baruselli, Secretário Extraordinário

de Descentralização e Participação

Roberto Gusmão, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, em 1.º de novembro de 1984.

DECRETO N.º 22.855, DE 1.º DE NOVEMBRO DE 1984

Reformula o Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas

Retificação do D.O. de 2-11-84

Artigo 7.º —

I — ... filhos ou dependentes legais de onde se lê: funcionários e servidoras,...

**ANEXO III** – Documento referente às Creches da  
USP

- Regimento Interno da Divisão de Creches/ COSEAS – USP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Divisão de Creches

## REGIMENTO INTERNO DA DIVISÃO DE CRECHES

### CAPÍTULO I

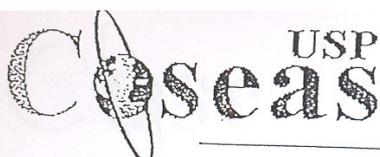
#### Da Creche e Suas finalidades

- Art. 1º. As Creches vinculadas à Coordenadoria de Assistência Social - COSEAS - têm por finalidade o atendimento às crianças de 4 meses a 6 anos e 11 meses, filhos de funcionários, docentes e alunos de graduação e pós graduação estrito senso, da Universidade de São Paulo

### CAPÍTULO II

#### Do Funcionamento

- Art. 2º. As Creches funcionarão de 2ª a 6ª feira, por um período mínimo de 8 horas
- Parágrafo único O horário de funcionamento será determinado pela Divisão de Creches podendo ser diferente para cada Unidade.
- Art. 3º. As Creches não funcionarão nos feriados nacionais e locais, bem como nos dias em que a USP decretar ponto facultativo.
- Parágrafo único Nos dias em que, por determinação oficial, o expediente for de meio período nas repartições públicas estaduais, essa medida será extensiva às Creches, seguindo-se horário estabelecido pela USP.
- Art. 4º. As Creches não funcionarão no período de férias coletivas dos funcionários.
- Art. 5º. Numa periodicidade de no mínimo 30 dias e no máximo 60 dias, as Creches estarão fechadas durante um dia para a formação continuada dos funcionários.
- Art. 6º. Nos meses de fevereiro e julho as Creches não funcionarão durante cinco dias úteis para realização de treinamento dos funcionários.
- Art. 7º. Será de responsabilidade do Coordenador da Coseas, Diretor de Divisão e Chefia Técnica da Creche, decidir quanto à necessidade eventual de suspender temporariamente as atividades, nos casos de:
- situações de emergência que não permitam a operação de cada Creche;
  - situações consideradas de alto risco para as crianças e/ou funcionários.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Divisão de Creches

### CAPÍTULO III

#### Da Inscrição, Seleção, Admissão e Desligamento de crianças

- Art. 8º. A inscrição das crianças para a seleção das Creches da Capital, será feita na Divisão de Promoção Social e para a Creche de Ribeirão Preto será junto aos Assistentes Sociais da Prefeitura daquele Campus.
- Art. 9º. O processo de seleção de crianças para as Creches da Capital será de responsabilidade da Divisão de Promoção Social e para a creche de Ribeirão Preto, dos Assistentes Sociais da Prefeitura do Campus.
- Parágrafo único O processo seletivo dar-se á uma vez por ano.
- Art. 10. A seleção pautar-se-á fundamentalmente em critérios sócio-econômicos, devendo-se considerar ainda: orfandade, a não separação dos irmãos tempo integral na USP.
- § 1º. No caso dos alunos, além dos critérios sócio-econômicos será considerada a performance acadêmica. Para alunos de graduação, a concessão da vaga far-se-á por um período não superior à duração mínima do currículo pleno de um primeiro e único curso, no qual o aluno esteja matriculado na data da seleção para a vaga existente. Para alunos de pós-graduação *estricto senso*, a concessão far-se-á por período máximo de três anos para o mestrado e de quatro anos para o doutorado.
- § 2º. Em casos excepcionais estes períodos poderão ser revistos, a critério da Coseas, mediante recurso interposto pelo aluno e/ou solicitação justificada do orientador
- Art. 11. As crianças serão admitidas e freqüentarão as Creches no mesmo período em que os pais ou responsáveis estão vinculados a USP, salvo situações especiais.
- Parágrafo único As Creches não funcionarão no período noturno, portanto, não terão direito ao uso, funcionários, alunos ou docentes que trabalhem ou estudem neste período.
- Art. 12. No ato da matrícula deverá ser comprovado o vínculo do responsável com a USP.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Divisão de Creches

- Art. 13. As faltas das crianças só serão consideradas justificadas por motivo de doença e/ou por licenças e férias do responsável. Situações especiais serão analisadas pela Divisão de Creches.
- Art. 14. A criança terá sua matrícula cancelada, por motivo de faltas injustificadas.
- Parágrafo único O desligamento ocorrerá após 15(quinze) dias de faltas consecutivas, ou 30 (trinta) faltas alternadas durante o ano.
- Art. 15. As crianças que completarem 7 anos de idade até 30 de junho serão desligadas da Creche em dezembro do ano anterior. Aquelas que completarem 7 anos, a partir do 2º semestre poderão freqüentar a creche até o final do ano.

## CAPÍTULO IV

### Da Entrada e Saída das Crianças

- Art. 16. Os horários de entrada e saída das crianças estarão condicionados aos horários de funcionamento de cada creche, havendo sanções para o não cumprimento desses horários.
- §1º. Os atrasos poderão levar à suspensão ou desligamento da criança.
- §2º. Durante o período de adaptação da criança, os horários poderão ser modificados, de acordo com a orientação da direção de cada Creche.
- Art. 17. A entrada ou saída fora do horário regimental deverá ser previamente comunicada à direção da Creche.
- Art. 18. A criança somente poderá ser entregue ao responsável ou a pessoa por este designada, devidamente credenciada.
- Art. 19. Não será permitida a entrada de crianças que apresentem sintomas evidentes de doenças infecto contagiosas ficando a responsabilidade da dispensa à Direção da Creche, de acordo com as normas adotadas pela Divisão de Creches.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Divisão de Creches

## DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 20. As Creches poderão ser abertas à comunidade universitária para atividades culturais e/ou científicas, desde que não representem prejuízo ao seu funcionamento normal, preservando-se os objetos de uso das crianças e a manutenção do prédio.
- Art. 21. Outras questões, envolvendo o funcionamento da creche, sejam de quaisquer ordens, serão deliberados pela direção da Divisão de Creches
- ..

ANEXO IV - Documentos referentes às Creches de

FINIC 1989

Relatório de instalação de  
abrir o processo de execução de  
Fundação de Amparo à Pesquisa (Estimativas)

Relatório de instalação de  
abrir o processo de execução de  
Fundação de Amparo à Pesquisa (Estimativas)

## **ANEXO IV- Documentos referentes às Creches da UNICAMP**

- Relação de materiais para instalação de abrigo provisório e execução de Fundações da creche (Estimativas)
- Regimento Interno da CAS, 1989

Relação de materiais para instalação de abrigo provisório e execução de Fundações da creche.

*(Estimativas)*

- 1- Mourões de eucalipto 6 a 8 – 38m
- 2- Sarrafos de pinho (10x2. 5cm) – 130m.
- 3- Pregos 18 x 27 – 25kg
- 4- Tijolos maciços de barro – 2000un
- 5- Caibres de peroba (5 x 6 cm) - 3.50m/cd – 3 un
- 6- Telhas fibra de cimento – 4mm (2.44 x 0.506)m – 8un
- 7- Pregos com arruela plástica para cobertura – 48un
- 8- Conjunto Porta-Batente (2.20 x 0.80)m – 1 un
- 9- Dobradiças 3 ½ x 2 ½ com parafusos – 3 un
- 10- Trinco porta-cadeado – 1 un
- 11- Cadeado – 1 un
- 12- Areia lavada – 15m<sup>3</sup>
- 13- cimento, saco 50 kg. – 100 un
- 14- Pedra britada n°2 – 15m<sup>3</sup>
- 15- Cal hidratado sacos de 20 kg.5 un
- 16- Concreto usinado 200 kg/ cm<sup>2</sup> aos 28 dias – 12 m<sup>3</sup>
- 17- Tábuas de pinho (1 x 12) – 400 metros
- 18- Arame recozido n° 18 – 30 kg
- 19- Aço – CA 50 – 3/8 – 470 kg.
- 20- Aço – CA 50 – ½ - 1045 kg
- 21- Aço – CA 60 – 3,4 mm – 50 kg

\* Cerca de Cr\$ 400.000,00 – quatrocentos mil cruzeiros = estimativa de custo do material acima especificado.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

CRECHE-HC

REGIMENTO INTERNO

Outubro, 1989.

REITOR DA UNICAMP

Prof. Paulo Renato de Souza

COORDENADOR GERAL DA UNICAMP

Prof. Carlos Vogt

PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Dr. Paulo Eduardo M. R. da Silva

MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Ryoko Tsuda Bellentani

Dra. Sofia H. V. Lemos Marini

Lucila Eliana Moreira Sandoval

Gioconda Picarelli Russo

## Índice

Objetivos da Creche do HC	4
Finalidades específicas do Berçário	5
Métodos de atuação da Creche do HC	6
Crítérios de seleção para admissão	7
Funcionamento	8
Condições para matrícula	9
Suspensão da matrícula	10
Direitos da mãe	11
Deveres da mãe	11

## OBJETIVOS DA CRECHE DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS

-Cumprir com a emenda constitucional no.31 de 3 de Maio de 1982 que diz: " O Estado manterá, na forma em que a lei estabelecer, nas repartições públicas em que prestam serviço mais de trinta mulheres, local apropriado onde seus filhos, até 7 anos de idade recebam assistência e vigilância, durante o horário de expediente.

-A creche cabe prestar serviços necessários ao acolhimento e à assistência das crianças, filhos das servidoras da área de saúde da Unicamp, preferencialmente das que atuam em esquema de Turno ou Plantão ou Horário Especial(\*), dando prioridade sempre às crianças mais jovens.

-Cuidar das crianças num ambiente adequado para seu bom desenvolvimento bio-psico-social.

-Favorecer a manutenção e fortalecimento do elo mãe-filho.

-Fornecer à criança atendimento médico sempre que necessário.

-Oferecer aos pais a possibilidade de aumentar e/ou modificar seus conhecimentos da assistência global, que levará a criança a desenvolver-se harmoniosamente.

-> objetivos específicos

-> finalidade

(\*) Consideramos: -Turno: trabalho diário, inclusive em fins de semana e feriados, com folgas pré-determinadas no início de cada mês, cujos grupos são escalados nas 24 horas do dia.  
-Plantão: trabalho em dias ou horas normalmente sem expediente.  
-Horário Especial: trabalho diário de 2da. à 6ta. feira em horário incompatível com os recursos oferecidos por outros estabelecimentos de guarda de crianças ( geralmente de 7 à 19 hrs.).

## FINALIDADES ESPECÍFICAS DO BERÇÁRIO

- Cumprir com as disposições legais que estabelecem que toda instituição com pelo menos 30 (trinta) mulheres acima de 16 anos de idade, deverá contar com uma creche e uma sala de amamentação.
- Oferecer condições que permitam à mãe uma amamentação sem pressa, emocionalmente satisfatória, nos dois repouso de meia hora a que tem direito durante a jornada de trabalho.
- Facilitar e estimular uma amamentação bem sucedida.
- Cuidar adequadamente das crianças que estão sendo alimentadas com leite artificial e alimentação complementar.
- Orientar as gestantes e mães com relação à amamentação, saúde, higiene e outros aspectos do desenvolvimento da criança.

## METODOS DE ATUAÇÃO DA CRECHE DO HOSPITAL DAS CLINICAS

- O primeiro objetivo será cumprido através da organização de uma creche que contará com um Berçário e um Maternal.
- O ambiente adequado para o desenvolvimento da criança será conseguido ao fazer com que a creche funcione como a continuação do lar, fornecendo assistência integral à criança num local tranquilo e sadio, através de pessoal capacitado para o desempenho de suas funções.
- ✓ A manutenção e fortalecimento do elo mãe-filho será fornecida pela possibilidade de ambos terem contato durante a jornada de trabalho da mãe.
- Os pais poderão ser orientados a respeito da saúde, estimulação, e educação de seus filhos através de palestras, grupos de pais, folhetos, etc.

## CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO

## I- BERÇÁRIO

-Idade mínima de 2 meses e meio de idade

Nota: Se a demanda for maior que a oferta, utilizar os seguintes critérios de desempate:

1. Criança em aleitamento materno
2. Criança de menor idade
3. Filhos de funcionárias que trabalham em fins de semana e feriados
4. Estudo sócio-económico

## II- MATERNAL I

-A partir de um ano de idade

-Estudo sócio-económico

Nota: Critérios de desempate:

1. Filhos de funcionárias que trabalham em fins de semana e feriados
2. Crianças mais jovens

## III- MATERNAL II

-A partir de dois anos de idade

-Estudo sócio-económico

Nota: Critérios de desempate:

1. Filhos de funcionárias que trabalham em fins de semana e feriados
2. Crianças mais jovens

## OBSERVAÇÕES:

1. Se solicitado, atender os filhos de Residentes, de estudantes de Medicina e Enfermagem, nos horários de plantão de fins de semana e noturno, desde que estejam sendo amamentados.
2. Casos especiais serão analisados pela Equipe Técnica da creche

### FUNCIONAMENTO

A creche deverá funcionar as 24 horas do dia, sem interrupção, obedecendo o horário adotado na ~~Hospital~~ <sup>Unidade</sup> ~~Clinicas~~ das ~~Clinicas~~. Sendo portanto o funcionamento dividido em turnos como segue:

Manhã: das 7 às 14 horas

Tarde: das 13 às 20 horas

Noite: das 19 às 7 horas

de 8:30 a 17:30 h -

Sempre que possível, as funcionárias com filhos menores que utilizarão esta creche deverão ser escaladas para o horário de manhã ou tarde, pois o horário de noite deverá ser reservado para casos de real necessidade, possibilitando a limpeza e ordem geral do local.

- Regimento tem que ser aprovado e assinado  
- abertura de turno 8:30 - 17:30 h

## SÃO CONDIÇÕES PARA MATRICULA :

I. Entrevista com a Assistente Social da Creche.

a) Para beneficiário haverá seleção socio-econômica só em caso de disputa de vaga.

b) Para Maternal sempre haverá estudo socio-econômico.

II. Prova de que a mãe está em pleno exercício da sua função na Unicamp e apresentação de comprovante de horário de trabalho e dias de folga.

III. Declaração do Pediatra que a criança está em condições de frequentar uma creche.

IV. Cartão de vacinas em dia.

V. Declaração por escrito da mãe concordando em sujeitar-se ao regulamento da Creche.

## CASOS ESPECIAIS

I. Dependentes legais de servidoras serão igualmente aceitos, desde que sejam aprovadas as condições de matrícula acima descritas e os critérios de seleção.

II. Filhos ou dependentes legais de servidores que, em razão de viuvez, invalidez do cônjuge, separação legal ou de fato, tenham a guarda dos filhos, poderão frequentar a creche, desde que sejam aprovadas as condições de matrícula e os critérios de seleção.

III. Crianças excepcionais não poderão ser aceitas porque a creche não terá infraestrutura nem profissionais específicos para esses casos.

## PERMANENCIA DA CRIANÇA NA CRECHE

I. A criança poderá permanecer na creche durante o período de expediente da mãe, incluindo sábados, domingos e feriados, nunca ultrapassando o horário do plantão nem durante os dias de folga.

II. Em caso de doença, o pediatra ou a enfermeira da creche

decidirá se a criança pode frequentar a creche.

III. A criança deverá sempre vir acompanhada da mãe ou responsável e a entrega dela só será feita a estas pessoas.

IV. A criança não poderá frequentar a creche durante as folgas, férias, faltas e afastamentos da mãe.

\* V. A criança poderá frequentar a creche durante a licença de gestante da mãe somente enquanto esta estiver na maternidade.

VI. Qualquer caso especial em relação à permanência da criança na creche quando a mãe não estiver cumprindo seu expediente normal, será estudado pela Assistente Social.

#### SUSPENSÃO DA MATRICULA

I. Quando o índice mensal de faltas sem justificativa ultrapassar o 30%.

II. Quando a mãe for demitida ou requerer demissão da UNICAMP.

III. Quando a mãe requerer a retirada definitiva da criança através de carta dirigida à responsável da creche.

IV. No berçário :

Quando a criança completar um ano de idade.

No maternal :

Quando a criança completar quatro anos de idade.

## DIREITOS DA MÃE

- I- No Berçário: usufruir de um local que fornecerá condições adequadas para amamentar seu filho.
- II- Usufruir de um local que fornecerá condições adequadas para a guarda de seu filho durante a jornada de trabalho.
- III- Consultar a Equipe Técnica da creche no caso de dúvidas ou problemas relacionados com seu filho nos seguintes aspectos: saúde, nutrição, e psicologia.

## DEVERES DA MÃE

- I- Apresentar-se na creche sempre que for convocada.
- II- Comparecer nos horários de entrada e saída.
- III- Entregar a criança para a pessoa responsável.
- IV- Comunicar toda e qualquer doença ou intercorrência que a criança tenha apresentado no período em que esteve ausente da creche.
- V- Fornecer a medicação que a criança esteja recebendo junto com a receita médica. Se o medicamento prescrito não constar dentre os autorizados pelo Pediatra da creche, a mãe se responsabilizará da sua administração.
- VI- Fornecer todas as trocas de roupa da criança em boas condições de uso.
- VII- Colaborar nas atividades da creche sempre que solicitada.
- VIII- No Berçário: apresentar-se para amamentar pelo menos duas vezes durante o expediente, até o bebê completar 6 meses de idade e pelo menos uma vez até ele completar 9 meses de idade.
- IX- As visitas a creche de pessoas que não o pai ou a mãe deverão ser previamente autorizadas.

## **ANEXO V - Documentos referentes às Creches da UNESP**

- Portaria de criação dos CCI's/ Unesp
- Regimento dos CCI's da Unesp, aprovado em 1996
- Portaria da Unesp nº 49, de 07 de março de 1996, aprovou o Regimento dos Centros de Convivência Infantil da Unesp

## DIÁRIO OFICIAL

L. 20/04/82 = 17

Portaria UNESP 70, de 19-4-82

O Reitor da Universidade Estadual Paulista,

Considerando a edição do Decreto 18.370, de 8-1-82, que dispõe sobre o «Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas»;

Considerando os entendimentos preliminares entre esta Universidade e a Supervisão Técnica do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo;

Considerando o interesse sempre crescente desta Universidade de proporcionar o bem-estar aos seus funcionários e servidoras;

Considerando, finalmente, ser exequível a participação da Universidade no referido Programa;

Expede a seguinte Portaria:

Artigo 1.º — Será desenvolvido na Universidade o «Programa de Centros de Convivência Infantil da UNESP».

Artigo 2.º — Os Centros de Convivência Infantil serão implantados nos «Campi» e na Reitoria, gradativamente, com recursos provenientes de dotação orçamentária, subvenções, convênios e outras arrecadações.

Artigo 3.º — Os referidos Centros ficarão diretamente subordinados aos Presidentes dos «Campi» de Araraquara, Botucatu e Rio Claro, aos Diretores das Unidades Universitárias dos demais «Campi» e, na Reitoria, à Coordenadoria de Administração Geral.

Artigo 4.º — A Coordenação do Programa na Universidade ficará a cargo da Coordenadoria de Administração Geral, à qual está subordinado o Centro de Recursos Humanos da UNESP.

Artigo 5.º — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação (Proc. 1437-82 — RUNESP)

## DIÁRIO OFICIAL

N.º 72 de 21/04/82 Pag. 9

Retificação do DO de 20-4-82

Na Portaria UNESP 70, de 19-4-82, no artigo 4.º, onde se lê: A Coordenação do Programa na Universidade ficará a cargo da Coordenadoria de Administração Geral, a qual está subordinado o Centro de Recursos Humanos da UNESP. leia-se: A Coordenação do Programa na Universidade ficará a cargo da Coordenadoria de Administração Geral, à qual está subordinado o

PORTARIA UNESP Nº 49, DE 07 DE MARÇO DE 1996

Ver Portaria nº 242/96.

*Aprova o Regimento dos Centros de Convivência Infantil da Unesp*

O Reitor da Universidade Estadual Paulista expede a seguinte Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento dos Centros de Convivência Infantil da Unesp, anexo a esta Portaria.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os artigos 3º e 4º da Portaria Unesp nº 70, de 19-1-82. Processo 2046/50/03/94

Anexo à Portaria  
REGIMENTO DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA  
INFANTIL DA UNESP

Título I - Dos Objetivos

Artigo 1º - Os Centros de Convivência Infantil da UNESP-CCI's, previstos na Portaria UNESP nº 70, de 19/01/82, têm por objetivo proporcionar a prestação de serviços necessários ao acolhimento, ao atendimento e à socialização de crianças de até 07 (sete) anos de idade, filhos ou dependentes legais de servidora (técnico-administrativa e docente) da UNESP, que esteja no exercício de suas funções.

Parágrafo único - Poderão ser atendidos filhos de servidor, dando-se prioridade àqueles que, nos termos do Parágrafo único do artigo 2º do Decreto Estadual nº 33.174, de 08/04/91, detenham a condição de viuvez, invalidez do cônjuge, separação legal ou de fato.

Título II - Das Atribuições

Artigo 2º - O CCI terá as seguintes atribuições:

- I. realizar, anualmente, o processo seletivo e a admissão das crianças;
- II. receber e cuidar das crianças, filhos ou dependentes legais de servidoras, num ambiente adequado e por meio de atividades que favoreçam o seu desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social, de acordo com suas necessidades básicas;
- III. zelar pelo bem-estar das crianças atendidas;
- IV. orientar as famílias das crianças atendidas;
- V. proporcionar oportunidade de participação às famílias das crianças atendidas, visando a concretização de uma proposta sócio-educativa;
- VI. providenciar o atendimento alimentar das crianças;
- VII. zelar pela higiene da alimentação distribuída às crianças, bem como do material e das dependências por ele utilizadas.

- VIII. elaborar e executar programas necessários ao desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social das crianças;
- IX - estabelecer normas internas de funcionamento, bem como suas alterações.

### Título III - Da Coordenação Geral

Artigo 3º - A coordenação geral dos CCI's da UNESP ficará a cargo da Pró-Reitoria de Administração-PRAD, por intermédio da Coordenadoria de Recursos Humanos-CRH.

Artigo 4º - Compete à PRAD:

- I. propor e transmitir as diretrizes técnicas a serem adotadas pelos CCI's;
- II. acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos CCI's, propondo medidas para seu aperfeiçoamento;
- III. elaborar e executar projetos de treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos destinados aos CCI's;
- IV. promover a integração dos CCI's.

Artigo 5º - Para o cumprimento das disposições previstas no artigo 4º, a PRAD deverá contar com o assessoramento de uma Comissão Técnica, a ser constituída de:

- I. 01 representante da PRAD;
- II. 01 Pediatra;
- III. 01 Psicólogo;
- IV. 01 Enfermeiro;
- V. 01 Assistente Social;
- VI. 01 Nutricionista;
- VII. 01 Pedagogo;
- VIII. 01 Odontopediatra;
- IX. 01 representante de Coordenadoras dos CCI's.

§ 1º - O representante a que se refere o inciso I será de indicação exclusiva da PRAD.

§ 2º - Os membros correspondentes aos demais incisos terão seus nomes indicados pela PRAD e aprovados pelo CADE.

§ 3º - O representante a que se refere o inciso IX será eleito pelos seus pares.

§ 4º - Os integrantes da Comissão Técnica serão designados pelo Reitor, por meio de Portaria, com mandato de 02 (dois) anos, admitidas reconduções.

### Título IV - Da Administração

Artigo 6º - O Centro de Convivência Infantil, em nível de seção técnica administrativa, integrará a estrutura administrativa da Divisão de Administração de cada Unidade Universitária e da Reitoria.

§ 1º - O CCI do Câmpus de Bauru integrará a estrutura administrativa da Divisão de Administração da Administração Geral.

§ 2º - Os CCI's dos Câmpus de Araraquara, Botucatu e Rio Claro integrarão a estrutura administrativa da Divisão de Administração a ser definida conforme as especificidades de cada Câmpus.

Artigo 7º - Para a execução de suas atividades, o CCI contará com as seguintes funções:

- I. Coordenador de Creche;
- II. Auxiliar de Enfermagem;
- III. Recreacionista;
- IV. Auxiliar de Recreacionista;
- V. Cozinheiro;
- VI. Auxiliar de Cozinha;
- VII. Auxiliar de Serviços Gerais; § 2º - Os membros correspondentes aos demais incisos terão seus nomes indicados pela PRAD e aprovados pelo CADE.

§ 3º - O representante a que se refere o inciso IX será eleito pelos seus pares.

§ 4º - Os integrantes da Comissão Técnica serão designados pelo Reitor, por meio de Portaria, com mandato de 02 (dois) anos, admitidas reconduções.

Artigo 8º - O quadro de pessoal dos CCI's será proporcional ao número de crianças atendidas, respeitada a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, considerando-se:

- I. Coordenador de Creche: 01 para cada CCI;
- II. Auxiliar de Enfermagem (Creche): 01 para cada CCI;
- III. Recreacionista e Auxiliar de Recreacionista: 01 adulto para at 05 (cinco) crianças na faixa etária de 0 a 1 ano e 11 meses; 01 adulto para at 07 (sete) crianças na faixa etária de 2 anos a 2 anos e 11 meses, 01 adulto para at 10 (dez) crianças na faixa etária de 3 anos a 4 anos e 11 meses; 01 adulto para at 15 (quinze) crianças na faixa etária de 5 anos a 7 anos;
- IV. Cozinheiro: 01 para cada 30 crianças;
- V. Auxiliar de Cozinha: 01 para cada 30 crianças;
- VI. Auxiliar de Serviços Gerais: 01 para cada 30 crianças;
- VII. Auxiliar Administrativo: 01 para cada CCI.

Artigo 9º - As funções relacionadas nos incisos I e II do artigo 7º integram o Subquadro de Funções Autárquicas (SQFA) da Universidade e serão providas mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Artigo 10 - As funções relacionadas nos incisos III a VIII do artigo 7º serão preenchidas, preferencialmente, por meio de convênios a serem firmados entre a UNESP e entidades públicas ou privadas, de cunho assistencial, representativo e cultural.

§ 1º - As funções de Recreacionista, Auxiliar de Serviços Gerais e Cozinheiro, pertencentes ao Subquadro de Funções Autárquicas (SQFA) da Universidade, existentes no Câmpus de Assis e, da mesma forma, as funções de Recreacionista e Auxiliar de Serviços Gerais

existentes no Câmpus de Marília, serão extintas na vacância.  
§ 2º - Na impossibilidade de viabilizar as contratações por meio de convênios, as mesmas serão realizadas mediante contratação de serviços de terceiros, obedecendo a legislação pertinente para tanto.

Artigo 11 - O perfil ocupacional das funções a que se refere o artigo 7º será estabelecido pelo Reitor, mediante proposta da CRH da PRAD.

#### Título V - Do Funcionamento

Artigo 12 - O CCI funcionará de segunda a sexta-feira em horário normal de trabalho da Unidade.

Artigo 13 - O CCI não funcionará nos feriados nacionais e locais, bem como nos dias considerados facultativos na UNESP.

Artigo 14 - de responsabilidade da Divisão de Administração decidir quanto à necessidade de suspender, temporariamente, as atividades do CCI nos casos de:

- I. manutenção ou reforma dos equipamentos e ou instalações;
- II. situações de emergência que não permitam a operação do CCI;
- III. situações consideradas de alto risco para as crianças e funcionários;
- IV. necessidade de aprimoramento de serviço e capacitação de pessoal.

Artigo 15 - A clientela será fixada em função da capacidade física do prédio e número de funcionários disponíveis, não devendo funcionar, em nenhum momento, com superlotação, para melhor qualidade do atendimento.

Parágrafo único - O número de vagas a serem oferecidas pelos CCI's deverá ser fixado anualmente, pelo CADE, baseado na demanda e na repercussão financeira da Universidade.

Artigo 16 - A vaga será oferecida em períodos integral e parcial.

#### Título VI - Da seleção, Admissão, Desligamento e Reintegração da Criança

Artigo 17 - As inscrições poderão ser feitas em qualquer período do ano

Artigo 18 - A prioridade para a matrícula dada:

- I. às crianças que estejam freqüentando o CCI;
- II. aos bebês que estiverem em fase de amamentação;

- III. à família de menor renda "per capita" comprovada;
- IV. à família com maior número de filhos;
- V. à criança de menor idade.

Artigo 19 - Para matrícula necessário:

- I. preenchimento de ficha de inscrição que identifique a família, a criança e a situação sócio-econômica da servidora;
- II. estar a servidora em exercício no Câmpus;
- III. fornecimento de uma cópia da certidão de nascimento da criança e, em casos especiais, prova juridicamente válida de que a mesma dependente da requisitante;
- IV. xerox da carteira de vacinação atualizada;
- V. atestado médico ou, quando possível, as crianças deverão passar por um exame na UNAMOS (Unidade de Atendimento Médico, Odontológico e Social);
- VI. declaração de renda familiar com apresentação de documento comprobatório;
- VII. declaração de horário de trabalho da servidora;
- VIII. declaração expressa da servidora, de que está ciente do Regulamento Interno do CCI e que concorda com o mesmo.

Artigo 20 - O desligamento da criança será obrigatório ao atingir o limite da faixa etária de atendimento do CCI, sendo sua vaga destinada a outra criança.

Artigo 21 - A criança, ainda, será desligada do CCI quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I. saída da servidora do quadro de pessoal do Câmpus;
- II. a ausência não justificada, por escrito, da criança por tempo superior a 05 (cinco) dias consecutivos ou 10 dias alternados, no período de 01 mês;
- III. não cumprimento das disposições previstas neste Regimento.

Artigo 22 - Em qualquer época, a servidora poderá pedir desligamento do CCI, o que deverá ser feito por escrito, declinando data do desligamento e o motivo da solicitação.

Artigo 23 - O CCI deverá manter atualizado o registro da demanda para efeito de admissão de novas crianças.

Artigo 24 - Se houver pedido de reintegração de criança no CCI, o mesmo obedecerá a ordem dos já inscritos, os quais terão prioridade.

## Título VII - Da Frequência

Artigo 25 - A frequência da criança obrigatória e será controlada diariamente pela Coordenação do CCI.

Artigo 26 - A ausência da criança, por qualquer motivo, deve ser comunicada à Coordenação do CCI.

Artigo 27 - Não será permitida a entrada e permanência de crianças que apresentem sintomas de doenças infecto-contagiosas, sendo tal fato comunicado imediatamente aos pais para as devidas providências.

Parágrafo único - A criança retomará a frequência normal, assim que terminar o período de contágio, mediante atestado médico.

Artigo 28 - Será exigido rigor no cumprimento dos horários estabelecidos para entrada e saída da criança.

Artigo 29 - Somente será permitida a entrada e a retirada das crianças do CCI, fora do horário normal, mediante comunicação antecipada dos pais.

Artigo 30 - A criança somente será entregue ao seu respectivo responsável. Em havendo qualquer impedimento, deverá o mesmo autorizar, por escrito, uma outra pessoa, sendo exigida sua identificação.

Artigo 31 - As crianças deverão comparecer devidamente asseadas e, se for o caso, uniformizadas.

Artigo 32 - As roupas, calçados e quaisquer materiais deverão ser marcados com o nome da criança.

Artigo 33 - Não será permitida à criança trazer brinquedos e guloseimas, exceto nas datas pré-estabelecidas.

Parágrafo único - O CCI, não se responsabilizará por extravios ou danos provocados aos mesmos.

Artigo 34 - A criança não deverá portar jóias e ornamentos que possam ser extraviados ou que prejudiquem a liberdade de seus movimentos.

Parágrafo único - O CCI não se responsabilizará pela perda dos mesmos.

Artigo 35 - A criança deverá ser apresentada diariamente com sua agenda, devidamente preenchida com as comunicações e observações necessárias.

### **Título VIII - Do Atendimento e Assistência**

Artigo 36 - O CCI proporcionará às crianças matriculadas os seguintes benefícios:

I. alimentação adequada a cada faixa etária, em obediência a orientação técnica especializada, preservando a qualidade dos alimentos fornecidos, em conformidade com a

disponibilidade do CCI, nos horários convenientemente estipulados;

II. medicação, quando necessária por orientação médica, cabendo aos pais fornecerem os respectivos medicamentos, que deverão ser entregues à Coordenação do CCI ou à funcionária responsável, com a devida receita médica;

III. higiene corporal, sendo que os pais deverão fornecer o material solicitado e repô-lo sempre que necessário;

IV. atividades lúdicas variadas de caráter pedagógico, sob a orientação de pessoa responsável, de acordo com a faixa etária;

V. atendimento por pessoal especializado, mediante técnicas e planejamentos previamente elaborados e com material selecionado criteriosamente, visando ao desenvolvimento da criança, de acordo com as faixas etárias;

VI. repouso, em ambiente adequado.

Parágrafo único - Nos casos de alteração do estado de saúde da criança, não será oferecida nenhuma medicação sem prévia autorização dos pais, devendo ser os mesmos imediatamente notificados.

Artigo 37 - Todas as pessoas que atuam no CCI são responsáveis pela formação e pela sociabilidade das crianças, devendo ser exemplo de educação, paciência, responsabilidade e estar dispostas a atender às crianças, em todas as suas necessidades.

Artigo 38 - Quando necessários, os primeiros socorros serão providenciados, cabendo, no entanto, aos responsáveis pelas crianças, encaminhá-las ao atendimento próprio.

#### Título IX - Da Responsabilidade dos Pais

Artigo 39 - de responsabilidade dos pais:

- I. o comparecimento ao CCI, quando convocados;
- II. providenciar os materiais pedagógicos necessários e de higiene pessoal da criança;
- III. fornecer as refeições e orientar a forma de administrá-las, quando se tratar de dieta alimentar especial;
- IV. o cumprimento das recomendações emitidas pelas áreas de saúde no tocante aos exames médico-odontológicos periódicos e à imunização;
- V. conferir os pertences da criança à saída do CCI.

#### Título X - Dos Recursos

Artigo 40 - O CCI será mantido com recursos provenientes de dotação orçamentária da Universidade, subvenções, convênios e outras arrecadações, conforme previsto no artigo 2º da Portaria UNESP nº 70/82.

Artigo 41 - O CCI poderá receber dos pais ou de terceiros contribuições materiais e financeiras, mensais ou eventuais, para auxiliar na manutenção ou para melhorar seu funcionamento.

## Título XI - Das Disposições Gerais

Artigo 42 - A UNESP não se responsabilizará pelo transporte das crianças.

Artigo 43 - O ingresso dos pais no CCI somente será permitido no caso de amamentação, em período de adaptação da criança ou, em casos excepcionais, à critério da Coordenação.

Artigo 44 - Serão realizadas, periodicamente, reuniões entre a Coordenação do CCI e os pais, para esclarecimentos e informações sobre os trabalhos desenvolvidos, visando à integração.

Artigo 45 - Todas as solicitações de entrevistas e todos os avisos, sugestões, críticas e observações deverão ser feitos diretamente à Coordenação do CCI.

Artigo 46 - Os pais deverão deixar agendado com a Coordenação do CCI o telefone de seu serviço e de sua residência, bem como qualquer alteração de endereço do domicílio ou Unidade Administrativa de trabalho.

Artigo 47 - A participação das crianças em atividades externas ao recinto do CCI deverá ser realizada mediante autorização, por escrito, dos pais.

Artigo 48 - Não será permitida a entrada de pessoas estranhas no CCI, exceto as autorizadas pela Coordenação do CCI.

Artigo 49 - Os brinquedos, materiais pedagógicos e equipamentos pertencentes ao CCI somente poderão ser utilizados fora de suas dependências, mediante autorização da Coordenação do CCI.

Artigo 50 - A viabilização da matrícula de crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais deverão ser analisados pela PRAD, ouvida a Comissão Técnica.

Artigo 51 - A inobservância às disposições deste Regimento acarretará a aplicação das seguintes sanções às mães ou responsáveis:

- I. advertência verbal;
- II. advertência por escrito;
- III. cancelamento da matrícula da criança.

Artigo 52 - O CCI fixará suas normas de funcionamento por meio de Regulamento Interno, em consonância com o presente Regimento.

Artigo 53 - Com a finalidade de estabelecer um relacionamento de cooperação e participação ativa dos pais nos assuntos do CCI, poderá ser constituído um Conselho Assessor da Coordenação-CAC, presidido pela Coordenadora do CCI, como membro nato, constituído por, no mínimo, 04 (quatro) representantes de pais e 02 (dois) representantes de funcionários do CCI, com mandato de 02 (dois) anos, admitidas reconduções, e com as seguintes atribuições:

- I. acompanhar e avaliar permanentemente o serviço prestado pelo CCI;
- II. apreciar as propostas provenientes das reuniões de pais, sugerindo formas de implementá-las;
- III. colaborar na obtenção de fundos para o CCI;
- IV. participar, ativamente, das programações do CCI
- V. manifestar-se sobre o cancelamento de matrícula da criança por inobservância a este Regimento;
- VI. manifestar-se sobre o Regulamento Interno do CCI.

Artigo 54 - A implantação do quadro de pessoal previsto no artigo 8º do presente Regimento será feita, gradativamente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira da UNESP.

Artigo 55 - O CCI que estiver constituído em desconformidade com as disposições deste Regimento terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adaptar-se.

Artigo 56 - O CCI que, na data de publicação da presente Portaria, contar com Regimento ou Regulamento Interno terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adaptá-lo ao disposto neste Regimento.

Artigo 57 - Os casos omissos neste Regimento serão analisados pela PRAD.

## ANEXO VI - Entrevistas

- Diretora da Divisão de Creches da COSEAS, Maria Clotilde Barros Magaldi
- Diretora do CECI/ Unicamp – Campinas, Lucila Eliana Moreira Sandoval
- Diretora da creche da Área da Saúde – CAS/ Unicamp - Campinas, Valéria Fernandes F. Bonfim
- ex – Reitor da Unicamp (1982-1986) e Professor Titular da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, Dr. José Aristodemo Pinotti
- ex-Reitor da Unesp (1989-1993) e Professor do Instituto de Geociências, Dr. Paulo M. Barbosa Landim
- Coordenadora da divisão de creches da UNESP, no PROAS - Programa de Assistência Social, Maria Inez Gomes de Macieira

## **Entrevista com M<sup>a</sup> Clotilde Magaldi / COSEAS - USP**

### **Dia 26/5**

Eu – Fale sobre creche...

M<sup>a</sup> = Em 1965 houve uma solidificação por parte das mães de uma sala para deixar as crianças. 10 anos depois, vai processo vem processo, houve a famosa “passeata dos Bebês”, você já deve ter visto algum jornal.

Eu: já li sobre num texto da Kishimoto.

M<sup>a</sup> - Já havia num texto na COSEAS na época uma Assistente Social pensando a creche e o coordenador da época contratou um psicólogo, que foi meu colega, chamado Elias da Costa Barros e que me chama pra junto com eles fazer o 1º projeto de creche. Eu vim para cá em Agosto de 1975 e já encontramos uma moça chamada Rosana Viga e ela que estava cuidando disso e ela nos passa a intenção de montar um projeto para creche na Universidade. Isso foi em agosto de 1975. n’s fomos trabalhando dentro de princípios gerais, entramos em contato com industrias, estudamos espaço. Em março de 1976, por uma questão interna da COSEAS, eu fui transferida para a Divisão de Saúde, 02 ou 3 dias depois o Elias foi demitido, 2 ou 3 dias depois o projeto parou... Foi um problema com o Diretor da época, foi uma suspeita de corrupção muito grande, e ele acabou afastado do cargo. Por conta de ir para a Saúde eu voltei a fazer um curso de introdução Psicanálise para atender os alunos. Mais ou menos 3 anos depois eu resolvi ir embora, pois minha questão era com educação, não era clínica então eu ia embora procurar outra coisa. Mais ai mudou o Coordenador (COSEAS) que era o professor André R. Cruz, eu fui a ele dizer que eu queria ir embora, mas como eu tinha 2 férias acumuladas ele falou que não podia me dar dinheiro e que era para eu tirar as férias e voltar para conversar. De fato eu fiquei 3 meses de férias, quando eu voltei para então me desligar da Universidade, ele me disse – Você não acredita, semana passada me pediram que reativasse o projeto da creche, então isso foi 78/79. Então eu voltei a trabalhar sozinha no Projeto de Creche. Fui inúmeras vezes ao XXXX discutir com o pessoal, com os arquitetos sobre o que faz o que não faz. No final de 1979 o Projeto foi de novo interrompido porque não havia verba, parou a construção da creche e em 1980 finalmente retomasse a construção da creche e caminhar sozinha não dava mais, eu precisava de uma equipe. Eu tinha acabado de voltar de uma viagem de fora do país e eu tinha encontrado com a Tara Brutus, que tinha sido minha colega nessa época toda conturbada e ela era nutricionista e dirigia o Restaurante, e foi mandada nessa época. A tara estava voltando na USP ela tinha tido uma experiência com a creche da Prefeitura e ai eu a convidei se ela não queria trabalhar comigo explicando o que a creche ia sair e nós podemos detalhar o projeto, pois eu fiz um projeto básico com dados da minha área – eu sou Psicóloga. Ai ela veio e uma outra moça que também era psicóloga e diretora de creche da prefeitura, para planejar a creche de universidade. Nessa época se construiu uma Comissão que tinha representantes do DCE dos professores e dos funcionários (Para detalhe Projeto de Creche em algumas questões). A prioridade era essa, uma creche para filhos de alunos, funcionários e professores. Em 80 o Projeto retorna, inauguram a creche em 82 contrata as pessoas, mas a gente só consegue começar a funcionar em julho de 82, então eu fiquei com o pessoal dentro da creche 6 meses fazendo cursos de treinamento, pois

a gente conseguiu abrir em julho de 82, portanto 17 anos após a 1º reivindicação. A gente abre em 82, tendo pensado em atender 250 crianças. A gente abre um pavilhão inicial para 50 bebês. Meu pensamento na época era abrir com bebês, pois é um equipamento mais caro e expandir para as outras faixas etárias é mais fácil, essa era uma razão. Uma outra razão é que você não tinha equipamento público para crianças BEBÊ. Então eu tava juntando uma demanda que não era atendida, um equipamento mais caro e a oportunidade de expansão natural, pois aqueles bebês que entrassem iam requerer continuidade do atendimento. Na época, antes de abrimos a creche nós fizemos uma pesquisa com todas as mulheres do campus (S.P), discutindo: - abre o dia inteiro; - abre às 7 horas; - que proporção atender na creche; - que critério a gente usa... Na época a gente fez só com as mulheres se fosse hoje faria essa pesquisa com os homens também. Com base nessa pesquisa saiu a proporção, pois tínhamos que atender alunos e funcionários e nós fomos buscar na pesquisa essa proporção. O comportamento da demanda nos vários segmentos era diferente da de hoje. Nós começamos com uma proporção mais generosa para alunos do que para funcionários (73 funcionários, 12 alunos, professores). Hoje a proporção é diferente: 80% - Funcionários; 15% - Professores/Docente; - 5% Alunos. Ao longo dos anos nós fomos percebendo que a demanda de funcionários era muito maior do que a demanda de alunos e não havia o porquê ficar com vagas ociosas. Então reformulamos a proporção. A creche de Ribeirão tem uma proporção totalmente diferente: 70% das vagas são para filhos de funcionários, 15 % para professores e 15 % para filhos de alunos, porque quando essa creche veio para nós (COSEAS) ela já veio assim (antes era da Associação Riopretana). Bem, mas tem um fato curioso: Essa creche foi tão esperada, tão olhada tão tanannammm...e quando a gente abriu a creche a gente não tinha criança. Nós tínhamos 50 vagas para berçário e infantil e começou a dar uma angústia, afinal eu estou aqui há anos, me dedico, teve passeata e tudo e não tem demanda!!! Talvez nós não tivemos feito divulgação suficiente e então nós prorrogamos p prazo na universidade e tal...Hoje eu também faço outra interpretação...você tem um bebezinho tão pequenininho, tão bonitinho e vai deixar num lugar chamado creche, se hoje ainda tem pessoas com receio, imagine a 20 anos atrás e tantos anos atrás...era outra mentalidade, a creche tinha um estigma muito grande de assistencial, de crianças abandonadas, de mães desnaturadas, mas ainda hoje se encontra isso, dentro da universidade e fora . Muito bem, fizemos o nosso trabalho e conseguimos as 50 crianças. Logo no 1º ano seguinte nos tínhamos muitas crianças e nos vimos que o espaço comportava. Uns anos depois nós abrimos com módulo 2, ajudadas pelas mães das 1ª crianças que entraram na creche. Que ajudaram na batalha pela creche e logo depois o módulo 3 da creche Central. Na época, quando a gente pensou a creche era para 250 crianças, a creche tem o formato de Meia Lua com os prédios saindo dessa estrutura chamados de Pétalas, era pra gente ter 50 crianças em cada uma, mas a gente parou com 3 mantendo o atendimento. Hoje eu não faria um Projeto de creche muito grande. (Um dos princípios fundamentais para quem trabalha em Educação Infantil é você ter uma facilidade de transito, conhecer as crianças e a família.). Você acaba tendo um nº grande de funcionários e o que era para ser um ganho acaba se traduzindo numa perda do trabalho na Educação. Hoje eu acho uma creche de 180 crianças de bom tamanho. Você pode dizer ah! São só mais de 70 crianças! – mas na realidade são 70 famílias a mais. Hoje em dia nós temos 5 creches: \*a da Saúde Publica não tem ainda, pois ela esta construindo, mas abrigará 45 – 50 crianças; \*Ribeirão Preto com 140 crianças e a partir desse ano a creche de \*São Carlos com uma Administração compartilhada com a Prefeitura do Campus. Bem, eu pulei um pedaço: - Abrimos aquela Creche em 1982; não lembro a data –

nos fomos chamados pela Reitoria para administrar a creche de Ribeirão que era administrada pelos Funcionários – Pela Associação ProPretana, com o dinheiro repassado pela Reitoria. Nessa mesma época uma pequenina creche existia na Saúde Pública camada com 10 crianças, era uma sala administrada pela Enfermagem, e uma outra creche pequenina localizada numa sala da Prefeitura do Campus; a feita do campus montou a creche e passou para nós (COSEAS). O Professor Goldemberg que era o Reitor na época tinham como Política a gestão de Creches, nós recebemos todas e em 1989 foi constituída a Divisão de Creches na COSEAS. Em 1990, essa creche da Prefeitura sofreu uma reforma muito grande e apesar de ser da USP tinha umas questões internas...então a prefeitura aceitou doar o terreno do que era seu estacionamento e a gente construiu o prédio próprio da creche que hoje é a Creche Oeste. No início do ano passado (2003) a Coordenadoria de Administração da Universidade me chamou para pedir que a Divisão Administrasse todas as creches da Universidade. O que incluía uma creche no Campus de Piracicaba, uma no Campus de Bauru, uma em São Carlos. Então nos foi dada à creche do Campus de São Carlos no início desse ano (2004). Não sei como vai ficar essa passagem...estamos vendo se Piracicaba e Bauru vem para nossa administração ou não, elas são administradas pela Universidade diretamente. Nós temos Associação de Pais até hoje, mas não como forma de manter as creches, mas sim de manter uma relação da família com a creche, uma ação integrada pela creche, pela Educação Infantil. Nesse meio tempo, quando a gente inaugura a creche em janeiro de 1982, quem gerenciava a creche era essa tal Comissão de creche: Tara, Vera e eu. Aos poucos a gente foi readequando o quadro, não era necessário 1 Psicólogo, 1 Pedagogo, 1 Nutricionista, 1 Assistente Social na Creche, isso acabou se dirigindo para as equipes central e nas Creches 1 Psicólogo e nada mais. Mas naquela época, pela oportunidade que a gente tinha cumpria essa determinação. Ai chegou a hora de ter uma diretora da creche e eu abri mão da diretora, pois me interessava o contato direto com a pedagogia, em estar atendendo os pais. A parte administrativa a Yara tinha e eu acabei passando o cargo para ela. Em 1989 a gente vira divisão de creche; em 1998 na Coseas atual a Rosa é a Coordenadora Geral e a Yara a nossa Subcoordenadora. Como Iara passou para Subcoordenadora, e eu assumi a Direção de Creche e ai eu vim para um cargo que eu não queria na época. Eu preferia estar mais próxima do fazer na creche. A parte que eu gosto mais é que quando a gente abre essa creche em 1982, a gente abre uma creche pioneira em algumas questões: a primeira delas é que é uma creche aberta, aberta aos pais, a pesquisa ao nosso pensamento. Havia resistência, pois pensava-se que os pais iam atrapalhar tudo. Era o entrar até a criança estar acostumada com o ambiente, era o período de ADAPTAÇÃO. Isso não se fazia em nenhuma creche. A rigor as crianças podiam aqui com 4 meses mesmo sendo na época, a licença maternidade de 3. hoje a Licença é de 4 meses então se confunde um pouco que a creche é após a Licença maternidade. Mas eu lhe digo que não que a criança tem que ter no mínimo 4 meses, ela já é maior tem a questão da amamentação, ai as mães tiravam mais 1 mês de férias e no retorno as crianças vinham para a creche. Mas eu acho fundamental frisar a importância do período de adaptação e contribuição dessa criança e da mãe na creche. Outra questão é a presença do Psicólogo na creche. A adaptação da Psicologia com a pedagogia na Educação Infantil eu continuo defendendo a atuação conjunta da Psicologia com a Pedagogia. (Então as creches maiores. Conversa/Comentário sobre a creche Carochinha). Quando montamos o projeto de Creche, o 2º objetivo é que elas funcionassem com Centro de Estudo e Pesquisa. O que eu insisto é que a Creche tem que ter um Projeto Pedagogia – não é um projeto bacaninha isso é fácil, tem que ter quase que uma religiosidade. Tem que se pensar a criança. Pode vir gente de

caixa Prego do Sul ver a nossa creche e vai sair sabendo e podendo aplicar alguma coisa tem que ser acessível. Veja bem, eu tenho isso daqui como um Centro de Pesquisa que as pessoas vem olha... e vão sair sabendo alguma coisa sem se preocupar com recurso. Nós tínhamos o objetivo de ser um Centro orientador de Mães, mas o que acabou não se constituindo. Mas a gente foi incorporando que o que a gente faz na creche, a gente faz na creche, o que a mãe faz em casa, a mãe faz em casa, são espaços diferentes. O que a mãe faz em casa não é da minha conta. Se aqui eu dou uma alimentação balanceada e em casa e entope de batata frita, eu não tenho nada a ver com isso. É um respeito, os profissionais têm que incorporar isso. A criança vai embora na 6ª feira sem assadura e na 2ª feira a funcionaria abre a fralda e vê assadura...mais do que não falar mal da família, em ele não pensa isso. Uma outra coisa importante e diferencial é a FORMAÇÃO. Todas as creches para uma vez por ano. Para ter a formação. Todo mundo: educador, faxineiro, cozinheiro cada um vai estudar mais na sua área.

Eu – Elas são Recreacionistas?

Mª Clotilde – Então, quando a gente abriu a Creche no quadro funcional tinha a opção Recreacionista, no porque que eu escolhi esse nome, porque eu queria na época alguém que tivesse 2º grau completo e esse cargo era o único que exigia essa formação. <sup>a</sup>D.I, pajem...não . Apesar do nome ser infeliz porque recreacionista não é alguém que só faz recreação, elas tinham o 2º grau. Na época me agradou que não era Magistério, pois a 22 anos atrás esse curso era muito ruim. Eu gostava dessa oportunidade de diversificação do trabalho.

Yara vêm cá. A 1ª creche foi a Central, inaugurada em 1982. Havia também um protótipo de creche num espaço adaptado na Prefeitura. Foi numa gestão anterior da Prefeitura Maria Adélia, anterior a 1986. Atendia a 25 crianças. Ribeirão Preto veio para COSEAS em 1986. Mas a 1ª creche que veio pra gente foi a Saúde Publica chamada “Pueri Custodia”, que era administrada não por Associação de Funcionários, como Ribeirão, mas pelo Departamento de Enfermagem. Foi o Diretor da COSEAS na época, o professor Wanderley, que ajudou na passagem na creche para cá e foi feita essa absorção. Em 1990, em agosto a creche da Saúde foi inaugurada.

Mª Clotilde= Yara me ajuda a lembrar qual era a proporção inicial do atendimento. \*Yara – era uns números quebrados. 72% Funcionários, 18% Docentes, 10% Alunos.

Eu= comento sobre os documentos adquiridos através a FCC – Fundação Carlos Chagas. Logo pergunto-se a verba para a creche é repassada pela Reitoria da USP ou há algum Convênio.

Mª os pais ajudam com pagamento de passeios, alguma coisa pequena. Não há convênios. Em São Carlos tinha o desconto em folha – é ilegal, agora que essa creche veio para COSEAS é mantida pela Reitoria. Mas nas creches não existe a cobrança de nenhuma taxa. As creches bingos, festas para ter uma caixinha para, por exemplo “comprar um brinquedo artesanal fito na feira”, como não há nota fiscal ele é comprado com o dinheiro desse caixa.\* Encerramos a entrevista. Ela me pede uma cópia da dissertação e me dá uma cópia do Regimento das creches e das Normas de Funcionamento.

## **UNICAMP**

**DIA 1 DE ABRIL DE 2004**

### **ENTREVISTA 1 – Lucila (diretora da creche CECI)**

Encontrei com a Lucila no CECI localizado próximo ao HC/ Unicamp. Ela já me conhecia de outra pesquisa que realizei no local. Falei sobre minha nova pesquisa envolvendo as creches das universidades públicas paulistas do estado de São Paulo e sobre a importância da sua participação nesta pesquisa, já que faz mais de 20 anos que ela dirige o CECI.

A mesma se mostrou receptiva e concordou em participar de entrevistas e auxiliar com o apoio documental. Contudo, marcamos a gravação da próxima conversa para o dia 5/4 (pois, essa conversa não foi gravada), onde estaremos conversando mais profundamente sobre o histórico da creche.

Ela me falou sobre as dificuldades dos primeiros tempos. A creche ficava na “Casa do Balão”. Lucila me falou que poderá me indicar algumas mães dessa época para conversarmos. A Euri me falou que há uma cozinheira do berçário que também participou dessa época.

Durante nossa conversa, Lucila foi fazendo um paralelo entre a creche de hoje e a dos primeiros tempos: falou-me que se preocupava muito com as mães e com a amamentação, hoje sua concepção já está diferente: vê o direito da criança a creche e orienta sobre a amamentação e sua importância, mas não mais como um critério de seleção para a vaga na creche.

Mesmo a questão da inclusão na creche, que antes não compreendia muito bem, hoje já acontece no CECI. Lucila se demonstra orgulhosa quando fala de uma criança que receberam na creche com Paralisia Cerebral (PC) e que hoje brinca e já está no Pré da EMEI, localizada no mesmo prédio do CECI.

Comentou sobre o primeiro regimento da creche, feito em um caderninho com sua própria letra, no qual diz que a vaga na creche é destinada a crianças saudáveis, o que barrava a entrada de crianças consideradas Especiais. Lucila falou que sente vergonha disso, mas revela que suas concepções já são diferentes hoje, principalmente por já realizar o atendimento dessas crianças.

Lucila me passou o endereço do CECI na internet ([www.dgrh.unicamp.br/primeira.shtml](http://www.dgrh.unicamp.br/primeira.shtml)) que permite fazer um passeio virtual na creche e comentou sobre a possibilidade de fazermos uma entrevista via internet com uma Terapeuta Ocupacional (T.O.) chamada Babette, que hoje mora na Suíça e que trabalhou no CECI durante os primeiros tempos.

Enfim, foi uma conversa que já auxiliou nas lembranças dos primeiros tempos da creche na Unicamp.

**Lucila Sandoval – Diretora da creche – CECI/ UNICAMP desde sua implantação**

*Comentário sobre o processo de implementação da creche na Unicamp, abordando seu contexto histórico e dados relevantes a pesquisa sobre o seu histórico .*

Minha inserção na creche se deu por meio de convite feito diretamente pela Dra. Ellen Hardy, socióloga, docente da FCM que conhecia minha atuação como enfermeira do serviço de Neonatologia do HC – Unicamp.

A Dra. Ellen Hardy iniciou e liderou uma equipe multidisciplinar que desenvolveu programas de estimulação ao aleitamento materno. Eu participei desses programas, e como enfermeira de um hospital escola continuei replicando e facilitando ações junto às funcionárias e alunos, para favorecer a prática do aleitamento materno.

Quando fiquei cliente da iniciativa de implementar um lugar, na universidade, onde as funcionárias lactentes pudessem deixar seus filhos lactentes, uma vez terminada a licença maternidade, sem interromper este processo por motivo da volta ao trabalho, aceitei o convite, sem questionar as motivações.

Participavam do processo de implementação da creche a - Reitoria, RH, etc.

A implementação foi imediata com a implementação de um berçário com 30 vagas com recursos financeiros da universidade. Desconheço convênios.

Tudo foi facilitado eficientemente e rápido, considerando o planejamento.

Não houve dificuldades.

Não tenho informações a respeito se houve manifestações. Eu era enfermeira do Ambulatório de Pediatria do HC e ajudava na implantação da creche em tempo parcial.

A Reitoria viabilizou todas as ações para a implantação co CECI - Desconheço as ações do Sindicato referentes a esta iniciativa.

Sobre a implantação da creche considero que foi uma confluência feliz, necessária, justa e legal. Tinha todos os elementos para dar certo, cada ponto tendia a satisfazer o outro.

Quanto a definição da estrutura deve ter seguido as regras mais básicas do bom senso, das necessidades e obviamente dos recursos econômicos. Todo isso apoiado em dados levantamentos em pesquisa preliminar realizada no Campus pela equipe da Dra. Ellen.

No plano diretor do campus, já existia espaço para creche, mas era um espaço “concreto virtual” ou seja, existia, mas ninguém o tinha reivindicado. Por isso, no início foi necessário alugar uma casa e adaptá-la.

A adaptação foi feita por pessoas que conheciam as necessidades de uma criança, não por profissionais de engenharia ou arquitetura.

Posteriormente, quando o terreno indicado no plano diretor foi disponibilizado, foram construídos 4 módulos (o berçário atual) com a intenção de que esse espaço seria suficiente para atender crianças até 2 anos de idade, as mães se mobilizaram para que a faixa etária fosse estendida até 4 anos e foi necessário adaptar outros espaços: antigo salão nobre da Unicamp e outra casa alugada. Estes dois espaços estavam longe de ser idéias, mas, sempre mantendo condições para que o atendimento fosse de boa qualidade.

Quando devido a demanda por vagas, a situação começou a tornar-se crítica, novamente houve mobilização da direção da creche apoiada pelas mães usuárias, para conseguir recursos e construir outras dependências. Construir um espaço próprio não foi possível, mas foi oferecido um prédio modulado quase pronto, com 3 andares. Inicialmente, ficamos temerosos em aceitar essa possibilidade, mas era isso ou anda. Negociamos recursos para reformas substanciais: banheiro, rampas, cozinha, janela etc. Assim nos instalamos num espaço de 1.200m<sup>2</sup>, deixando ainda uma parte de 600m<sup>2</sup> para a pré-escola da EMEI.

Nesta área funciona o Maternal do CECI que tem ademais um espaço externo privilegiado, com árvores escolhidas e plantadas com a ajuda do Parque Ecológico.

Tanto a construção dos módulos do Berçário, quanto às reformas feitas no prédio do Maternal, foram executadas pelo pessoal do ESTEC, profissionais competentes e dispostos a acatar “palpites” dos profissionais envolvidos no processo de Cuidar e Educar crianças.

Quanto a montagem da equipe de trabalho na creche, não havendo, na época da implantação, profissionais especializados, a diretoria de RH colaborou eficientemente acompanhando o recrutamento de pessoal segundo as necessidades expostas pela comissão organizadora. A primeira equipe de trabalho estava constituída por: 1 Enfermeira, em tempo parcial como coordenadora. 1 Assistente Social, em tempo parcial, para seleção e matrículas, 1 Secretaria para organização administrativa.

1 Auxiliar de Enfermagem para supervisão do cotidiano, 8 atendentes para o cuidado direto das crianças, 1 cozinheira para o preparo das refeições, 1 faxineira para a limpeza do local.

A gestão foi sendo delineada seguindo o desempenho desse projeto embrionário e gestão estava em mãos do administrador da universidade assessorado por um Conselho Consultivo.

A participação da família era ditada pelas usuárias que tinham livre acesso às decisões que levariam à situação da suas necessidades.

Não posso afirmar que a creche tenha às expectativas dos atores que lutaram por ela. Só posso dizer que os indicadores utilizados em diferentes momentos mostram que essa conquista tem rendido bons frutos.

As normas, critério, regimentos e outros recursos burocráticos estão atualmente em fase de Certificação e qualquer documento que formará parte de uma estrutura definitiva, levará sempre o selo de um processo construído essencialmente pelos usuários.

Atualmente a creche faz parte dos Programas Educativos que estão ligados à DGRH, órgão dependente da PRDU (Procuradoria de Desenvolvimento Universitário).

No início a creche dependia da Reitoria, depois da Coordenadoria Geral da Universidade, posteriormente da PREAC e na penúltima gestão chegou a fazer parte da DAB (Diretoria de Assistência e Benefícios).

Tópicos relevantes que foram mudando através dos anos, são:

- A creche não é mais assistencial faz parte do processo educativo onde o “cuidar – educar” estão na teoria e na pratica.
- A creche é um direito da criança e não mais um lugar onde ela pode ficar enquanto a sua mãe trabalha.
- A profissional que cuida diretamente da criança é uma professora de educação infantil de nível médio e num futuro próximo será de nível superior

No início, a qualificação da recreacionista apenas exigia primeiro grau incompleto (até 3ª serie)

A inclusão tem-se desenvolvido com muita tranquilidade, sempre em parceria com instituições especializadas: Casa da Criança Paralítica, Fundação Down, Serviços de Fisioterapia/Fonoaudiologia, CEPRE etc,

## **Comentando o processo de implementação da creche na Unicamp**

**Identificação do participante e/ ou função: Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti – Reitor no período de 82 a 86.**

1- Fala-me sobre sua inserção no processo de implementação da creche na universidade.

**Houve decisão política da Reitoria pela implementação da creche, desde o início da gestão em abril de 82.**

2 – Quais órgãos ou pessoas que estavam envolvidos nesse processo?

**Reitoria, Cemicamp (através da Sra. Elen Hardy) DGA e DGRH.**

3 – Quais as motivações que levaram a implantação do Programa Centro de Convivência Infantil (CCI) nesta universidade? Estariam ligadas a determinações legais (Ex: CLT)?

A motivação principal estava na postura política da Reitoria de apoio ao aleitamento materno e obediência à legislação federal.

4 – A implantação desse programa se deu de forma imediata ou gradual dentro da (universidade) e contou com recursos financeiros provenientes de onde? Se houve Convênios explique com quem e como isso tramitou.

A implantação se deu de forma gradual tendo os recursos sido atendidos através do orçamento da Unicamp.

5 – Quais as maiores dificuldades de consolidação do Programa CCI?

**Todas as situações e necessidades foram superadas sem dificuldades intransponíveis.**

*6 – Quais foram as formas de reivindicações mais utilizadas em prol a implantação da creche na universidade? Tais reivindicações eram provenientes de quem?*

**Desconheço. As reivindicações apresentadas eram analisadas, discutidas e incorporadas quando consideradas adequadas aos objetivos e propostas.**

7 – Como era o relacionamento estabelecido ente a Reitoria e o Sindicato (representação da comunidade universitária) durante o processo de busca pela implementação da creche na universidade.

**O relacionamento entre a Reitoria e o Sindicato era bom e de apoio mútuo.**

8 – Quais eram as ações da Reitoria no que se refere a viabilização da implementação do Programa CCI na universidade? Houve momentos em que essas ações de viabilização entravaram? Decorrentes a que?

**Desconheço qualquer dificuldade que não tenha sido equacionada visando a implementação do CCI no menor espaço de tempo possível.**

9 – Quais eram as ações do Sindicato no que se refere a viabilização da implementação do Programa CCI na universidade? Houve momentos de entraves? Decorrentes a que?

Desconheço qualquer entrave interposto. A implementação ocorreu através de um trabalho amplo de discussão e apoio mútuo.

10 – Na sua opinião, qual foi o elemento mais importante no sentido de tornar a creche na universidade uma realidade?

**A decisão da Reitoria pela sua implementação e o interesse de todos os segmentos da Universidade.**

11 – Como se definiu a estruturação da creche no que se refere ao tipo de atendimento a ser oferecido, período, número de crianças atendidas e a idade das mesmas?

**As deliberações foram tomadas pelo grupo implementador, liderados pela pesquisadora Elen Hardy, priorizando o aleitamento materno.**

12 – Em termos de infra-estrutura, onde foram instalados as creches, em prédios próprios ou em locais adaptados para atender essas crianças? Houve adaptações na estrutura física? Foram realizadas por profissionais?

Foram locadas áreas de residências particulares nos limites da Universidade, e reformadas por profissionais habilitados que promoveram todas as reformas e identificaram o mobiliário necessário.

13 – Em termos de Recursos Humanos, como se montou a equipe da creche? Como foi pensada a sua forma de gestão e quem seria esse gestor? Havia a participação da família?

**As discussões sobre esses aspectos foram coordenadas pela Sra. Elen Hardy, que poderá relatar com detalhes a organização proposta.**

14 – Você acha que a creche tem atendido as necessidades de todos os atores que lutaram por ela? A que isso se deve?

Não tenho conhecimento das suas condições de funcionamento hoje, mas creio que seus objetivos foram cumpridos .

*15 – O que você gostaria de expor sobre o histórico da creche que não foi abordado nesse roteiro? Fale livremente...*

**Além dos objetivos óbvios de uma creche que favorece os filhos das nossas funcionárias e lhes dá melhor condição de trabalho e vida familiar estava o desejo de dar exemplo já que a Universidade é instituição formadora de opinião.**

**TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA**  
**UNICAMP – Valéria (Diretora da CAS – Creche da área da saúde)**  
**23 de abril de 2004**

Eu - Esta é uma conversa sobre o histórico da CAS. Dados importantes, o que tem sido importante... gostaria que você contasse um pouco do histórico de implantação desta creche e de sua participação nesse processo. Conte aquilo que você julgar importante.

Valéria - Acho importante falar o que eu lembro e te dou acesso a essa documentação, que foi um resgate histórico feito pela Ryoko, que foi a enfermeira que fez parte de uma Comissão de Planejamento, organização e estruturação da creche e que foi a 1ª diretora desta creche. Foi ela que fez o ajuntamento da documentação, que tem o histórico da creche.

Do que eu me lembro desde 87 começou a haver uma movimentação das mães que trabalhavam no Hospital no sentido de ter uma creche que atendesse as especificidades do trabalho delas... Em que sentido? Em dias e horários de atendimento. A até então já existia o CECI, mas o CECI, fazia um atendimento de 2ª a 6ª feiras. Ele atendia as mães que entravam 7 horas que era o horário de entrada para o plantão, porém de 2ª à 6ª e nos finais de semana e feriados... Eu mesma fui uma mãe usuária do CECI por um período breve, mas fui.

Mas por exemplo às mães que trabalhavam no hospital em esquema de turno, de plantão nos finais de semanas e feriados não poderiam usufruir do CECI, em seus horários de plantão.

Mães do turno da tarde que saíam às 19:30 horas na época, também não conseguiam fazer a utilização até esse horário, pois o CECI, era das 7 às 17:30 horas.

Naquela época existia um grupo de mães que sinalizavam a importância de uma creche inclusive no período noturno, que nunca veio ao ser concretizar, mas naquele momento existia sim uma demanda que não se sabia o tamanho dela e inclusive sinalizava-se a necessidade de uma creche para atendimento nesse horário.

Então por conta de todas essas necessidades que por volta de 87 houve... começou a se pensar numa creche que atendesse a especificidade da Área da Saúde.

Em 1988, 1989 eu trabalhava na área de Recursos Humanos do HC com Ryoko, que era uma ATD que respondia pela área de RH e que havia sido convidada para fazer parte de uma comissão que foi instituída em dezembro de 1987 para se pensar e estruturar uma possível creche para atender as necessidades do hospital.

Então meu primeiro contato com essa creche foi na verdade um acompanhamento por trabalhar próxima a Ryoko e que contava o que estava acontecendo, foi essa a minha participação.

Eu - ATD é o que?

Valéria – Auxiliar Técnico de Direção do Departamento de Enfermagem do HC. (refere-se a Ryoko).

Depois quando a creche foi inaugurada Ryoko foi indicada como diretora e ela convidou-me para fazer parte do quadro de enfermagem daqui. Então alguns meses após, de março 90 – (pois nesse período eu estava de licença gestante), voltei da licença gestante em maio e por volta de junho /julho eu assumi as funções na enfermagem daqui.

(\*inauguração em 27/3/90; \*início em junho; \* Valéria retorna no final de junho)

Então a uns 4 anos atrás quando a Ryoko se aposentou ela me indicou para ser a Diretora.

Eu - A escolha do Diretor foi por indicação do departamento de enfermagem?

Valéria - No caso da Ryoko foi indicação, da própria Comissão com o aval da superintendência do HC.

A creche como foi viabilizada com recurso da Área da Saúde, não sei se nesse período já haviam conversado sobre a indicação para a direção.

Mas provavelmente a Direção foi pensada de acordo com o ORGANOGRAMA com alguém que “conversasse” bem com a Área da Saúde, que conhecesse bem as necessidades e características da área hospitalar.

Como ela já era da Comissão e conhecia bem as especificidades, eu acho que a opção foi pela competência dela em 1º lugar, mas em alguém que conversava bem com a Área pela qual a gente veio a existir.

Eu – Após a construção destinada da CAS, qual foi a participação da Área de Saúde da UNICAMP na viabilização da creche.

Valéria – Tanto a FCM, o HC e o CAISM contribuíram com recursos (materiais, humanos), mas o HC com uma fração maior.

Eu - Por isso é exclusivo para funcionários desta área... A CAS esta ligada ao Departamento de Assistência Social?

Valéria – Não, está ligada à coordenadoria de Recursos Humanos da Universidade... Aconteceram várias mudanças de tempos em tempos e nesse momento existe uma Diretoria dos Programas Educativos que respondem pelas questões administrativas da CAS, do CECI e do PRODECAD e um pouco da EMEI, que é uma parceria.

Essa Diretoria dos Programas Educativos está ligada a coordenadoria do DGRH. Porque os Programas Educativos são vistos como benefícios ao servidor e essa área de benefícios esta ligada a DGRH.

De 90 a 92 nos ficamos muitos ligados ao HC, falavam até “Creche do HC”, mesmo o CAISM tendo participado.

Respondíamos mais para o HC, por conta de Serviços de lavanderia, fornecimento de materiais de almoxarifado e gêneros alimentícios.

Então era comum Ryoko se reportar a Superintendência do HC. Fomos transferidos em 92 para a PREAC e em 98 para a PRDU/ DGHR – DAB.

Em 98 formou-se um colegiado dos Sistemas Educativos.

Eu – Acho que até por conta da LDB, visando um enquadramento legal.

Valéria - Hoje são Programas Educativos.

Eu – Este colegiado é formado por quem?

Valéria - Não existe mais, mais naquele momento era composto por:

- Pelas Direções;
- Pais representantes de cada área;
- Professores da FE, do CEPRE, da FEF.

Eu – Durante o processo de constituição o que facilitava ou entrava essa consolidação/dificuldades/apoios ou foi um processo tranquilo...

Valéria – O que dificultava é o fato de até então estarmos habituados a trabalhar separadamente e de até então não ter havido um movimento institucional de no unir.

A parte de internação do hospital saiu do Centro e veio pra cá em 86 a partir deste período que as pessoas começaram a sentir o que era trabalhar no hospital, as características, tudo isso – e ter uma creche no campus que não atendia a toda essa necessidade.

A partir desse período então houve essa movimentação das usuárias no sentido de reivindicar; em 87 começaram os 1º estudos, a conversa com as autoridades da necessidade de se implantar a creche.

Em novembro de 87 foi firmado um convênio entre a UNICAMP, a IRCAMP e a FUSSESP visando uma creche destinada aos filhos dos servidores da FCM do HC. A verba da construção saiu do convênio.

Eu – FUSSESP é do Estado e a IRCAMP é?

Valéria - IRCAMP – Instituto de Reabilitação de Campinas.

Essa Comissão foi criada de 87 o início da construção se dá em fevereiro de 88 – acho que a construção e a inauguração se deram em um período curto, necessário para mobiliar, fazer concurso, estruturar a área, pedir a liberação dos profissionais para trabalhar pra cá.

Por isso a inauguração em março de 90. Foi rápido e provavelmente teve muito da experiência do CECI, que abriu caminho.

Eu – Funcionou como um modelo...a creche da CAS teve participação do Sindicato?

Valéria - Eu não vou saber te dizer, mas provavelmente você vê a movimentação de mães em 87 e essa fala que o CECI não conseguia atender toda demanda das necessidades, provavelmente tivesse uma articulação com membros do sindicato isso é muito comum na história da UNICAMP.

Eu – A verba era proveniente do Convênio e em termos de recursos humanos e materiais vieram do HC, CAISM e FCM. A primeira equipe foi via concurso?

Valéria – A equipe técnica veio por transferência tanto do HC quanto do CAISM e alguns membros que vieram do CECI .

A primeira pedagoga responsável foi a Magali e ela era do CECI, então provavelmente teve um reconhecimento do quadro, qual seria a composição da equipe técnica. O CECI liberou 1 enfermeira (Cecília) que já trazia a experiência; a Magali Arnais, Pedagoga e uma Assistente Social.

O HC liberou a Ryoko para a Direção, a mim – enfermeira, a Marisa, outra enfermeira do HC, o CAISM liberou uma outra enfermeira, a Bernadete.

Proporcionalmente, o HC sempre liberou mais, mas o CAISM também participou. Esse foi o quadro da equipe técnica que já eram pessoas daqui.

Aí, houve um concurso pra cá para a função de recreacionistas.

Eu - Hoje elas são professoras?

Valéria - Atualmente na carreira da Unicamp as educadoras são denominadas Recreacionistas, se não possuem Magistério ou Professoras de Educação Infantil se o possuem a nível Médio.

A nova carreira da universidade, implantada no final do ano passado (2003) depois de uma batalha de 14 anos reconheceu para o pessoal que trabalha nas creches de 0 a 4 anos a terminologia de “professor de Educação Infantil de nível médio”. Essa é uma carreira nova. De fato recreacionista não é uma profissão, então elas gostariam de ter uma terminologia que fosse identificada como uma profissão.

Veja... se eu sair daqui recreacionista, lá fora é entendido como o que ? Faz o que?

E com a nova LDB houve o reconhecimento do papel delas e todo um avanço hoje quando são denominadas professoras de nível médio, então há o reconhecimento, mas não significa que seja uma carreira da Educação aqui na Universidade, aqui na universidade não...

Elas fazem parte do quadro de carreira da universidade.

Nos primeiros concursos você não necessariamente precisava de Magistério, algumas ainda não completaram o Magistério... então hoje são recreacionistas. Elas sabem que assim que completarem será automática a transposição para a nova carreira.

Nesse novo concurso para a creche que está em curso, a exigência foi magistério.

Então todas estarão entrando como professoras.

Eu – Hoje o atendimento é feito com base em turnos, qual é o horário de funcionamento?

Valéria – No início a creche foi... ela atendia as pessoas que de fato faziam turnos: turno da manhã, turno da tarde... aquilo que eu falei no início, assim que a creche ficou pronta, houve um levantamento de quem estaria fazendo o uso da creche a noite.

O número foi baixíssimo e foi feito um estudo da significância de uma criança dormir fora de casa, então de fato não vingou.

Desde que inaugurou, por um bom tempo a gente atendia apenas o turno da manhã, turno da tarde e aquelas mães que faziam plantão.

Eu – Finais de semana a creche funciona?

Valéria – Os plantões são caracterizados pelos finais de semana e feriados. O que a gente atende como plantão é no período da manhã, porque para atender no turno da tarde, considerando a demanda muito baixa de usuárias e a quantidade mínima de funcionárias para atender com segurança aqui, seria economicamente muito inviável você estar atendendo plantão de manhã e plantão à tarde. Então nós atendemos de manhã e as mães se organizam no local de trabalho para fazer o plantão da manhã.

Eu – É bem interessante o atendimento aos finais de semana, pois nenhuma creche municipal faz isso...

Valéria – De fato, nós só fechamos nossas portas no dia 25 de dezembro e 1 de janeiro.

Eu – As férias da criança é quando os pais tiram férias?

Valéria – Isso, às vezes a criança pode ter até duas férias, quando o pai tira e quando a mãe tira.

Em janeiro a gente procura fazer uma redução no atendimento, tentando sensibilizar a comunidade, pois se eu conseguir conceder o maior número de férias para funcionários em janeiro, eu consigo ter esse funcionário atuando melhor durante o ano.

Há uma conscientização, mas o fechamento das atividades nunca.

É uma diferença nossa em relação ao CECI.

A área da Saúde nós tentamos salvaguardar mesmo...dando a possibilidade que essa mulher vai ter conseguindo trabalhar.

Eu – É uma demanda bem específica...

Valéria – É uma demanda bem específica e acho que até por conta disso vem o interesse que seja alguém na direção que entenda bem a situação delas. Muito provavelmente foi isso que determinou ser a Rioko naquele momento. Hoje, parte da equipe tem todo um conhecimento da estrutura, mas naquele momento tinha um significado especial. Hoje na questão do horário, na área da Saúde os horários já não estão tão estruturadinhos assim – turno da manhã, turno da tarde... por exemplo, o pessoal da internação e de enfermaria continuam, mas tem muitos profissionais que estão fazendo horários bem flexíveis e que nós continuamos atendendo.

Então, por uma série de razões, provavelmente por otimização de quadro de pessoal, uma série de coisas... nós atendemos mães com horários assim, meio intermediário. Então você tem muitas vezes a utilização de duas vagas na creche, mas são mães que de fato deveriam ser atendidas por nós.

Eu te dou um exemplo: Mãe que trabalha no Hemocentro na coleta de sangue e sai para fazer coleta externa, isso é muito comum no trabalho delas. Mas são mulheres que também dão plantão de final de semana. Eu tenho uma mãe que entra às 8 h e vem buscar as crianças às 16 h, 16:30 – 17 horas... porque ela estava fora, então é uma mãe que não consegue ter um horário de turno tão certinho como uma mãe de internação. Então ela acaba usando duas vagas, mas ela permanece aqui e não no CECI porque é uma mãe que dá plantão de fim de semana.

Laboratório tem um horário especial.

Hoje eu sinto muita mudança do que nós éramos para hoje... nós atendemos turnos, plantões de finais de semana e horários especiais. E esses especiais estão ligados a quanto mais a gente consegue atender a essa mãe e aí você faz o confronto com o CECI – Se é uma mãe que deve ser atendida pelo CECI, vai pra lá e normalmente se ela dá plantão ela acaba ficando aqui.

Eu - Os usuários são só funcionários ou tem filhos de professores também?

Valéria – São poucos, mas nós temos filhos de professores, principalmente da FCM. Normalmente tem a ver com o horário que esse professor faz. As professoras que eu tinha era da faculdade de enfermagem que davam aula e faziam o acompanhamento do estágio e aí se o horário que o CECI podia estar atendendo, elas avançavam... Aí elas vinham com a gente. Então normalmente está atrelado ao horário que esse professor faz.

Eu – Há mais alguma coisa que você queira contar?

Valéria – Uma coisa importante de salvaguardar é que no início tinha-se aquela idéia que a creche era destinada a mulher trabalhadora, tentando atender ao artigo da CLT, então quando você vê na forma de redação do documento e 1º Regimento, tem essa preocupação.

Com os avanços do Estatuto da Criança (ECA) e da LDB, então você já vê a creche como um direito da criança, uma expansão disso, um movimento de você estar sensibilizando profissionais de que não é mais direito da mulher trabalhadora, mas um direito da criança. Então se essa criança quiser estar freqüentando durante a licença médica da mãe, o direito é dela... isso é muito interessante.

Você atende a mulher numa necessidade dela, mais assim... assim se a mulher tem um plantão no final de semana, mesmo com um número super baixo de criança, veja esse final de semana nós atendemos 15 crianças, tem dia que eu já atendi 9, outro 7 crianças e isso reflete bem a necessidade da mulher.

Por outro lado, eu atendo essas outras circunstâncias, eu atendo a necessidade da criança, o desejo dela. É muito interessante vivenciar essa fase em que a gente está tentando conciliar essas duas coisas. Tentando trabalhar a concepção do educador com isso, porque nas palavras é fácil, mas na vivência tem conflitos.

É direito da mulher enquanto a gente não discute, mas acho que já é página virada... agora nós estamos colocando força no direito da criança.

Eu – Você falou do Regimento, ele foi feito pela equipe da creche?

Valéria – Ele foi feito por esses profissionais da Comissão de 1987. Então ele já foi acrescido, foi modificado em alguns momentos em que diz respeito a inserção de crianças com necessidades especiais... a questão de freqüentar a creche nesses outros momentos e agora nós já fizemos uma nova reformulação dele...

Já existe um novo regimento sim, que foi feito o ano passado (2003), mas a gente está num processo maior que é a construção do projeto Político Pedagógico dos Programas Educativos, onde esse regimento vai estar inserido.

Eu - Dos Programas educativos da Unicamp...

Valéria – Isso, CECI, CAS e Prodecad, mas no Regimento nós já colocamos as especificidades do CECI, da CAS e do Prodecad.

Eu – Existe alguma APM aqui na CAS.

Valéria – No Folder isso é institucionalizado, nas matrículas é algo conversado com os pais da importância da participação dos pais, das famílias na gestão. Mas não existe algo tão institucional como na época dos Colegiados. Mas pode-se dizer que o Colegiado tenha sido um exemplo de participação.

O que a gente percebe é que não se há muito interesse em participar, as pessoas gostam de ter um trabalho de qualidade, mas essa coisa de ser mãe representante parece que incomoda um pouco as pessoas. Por outro lado, nós temos um canal de comunicação muito tranquilo... a mãe vem querendo entender alguma coisa, relatar alguma coisa... esse canal de comunicação é feito e a gente percebe que as pessoas preferem se manifestar dessa maneira.

Parece que o peso do cargo soa como mais um trabalho.

A gente deixa de forma informal, mesmo da vida da criança, pois ela vai começar aqui, mas é algo que vai se persistir. A gente tem o canal aberto. Tem momentos de festas, de coisas mais específicas... Você tem a participação mais direta, nas reuniões a troca de idéias, há participação dos pais...

Eles vem de maneira informal, mas por outro lado mais gostosa também.

O que a gente tem é uma preocupação em não estar chamando por demais, porque a área do Hospital não permite muito. Todos os chamamentos são no horário de trabalho dela. Então a gente tem que ser conciso, direto. Fazer reuniões com qualidade.

Nossa obrigação, enquanto instituição é fornecer momentos de significado pra elas, tentando encantá-las a vir participar.

Outra questão da APM, seria o gerenciamento da verba de contribuição mensal, que hoje é de R\$ 15,00 por mês.

Nós temos um momento no ano em que ela dobra essa contribuição que é o momento em que a gente repõe lençol e toalha para a creche.

Por que assim?

A universidade dá o grosso, gêneros alimentícios, mas tudo mais específico para a criança nós temos que comprar com essa verba de mães.

Normalmente nós temos de 50 a 60% de mães pagantes.

É uma contribuição, não é uma mensalidade, não é obrigatória, você não pode fazer desconto em Hollerits. Você faz isso tentando sensibilizar e mostrar um trabalho de qualidade.

Mensalmente é exposto um balancete discriminando tudo o que foi gasto com essa verba.

Qualquer dúvida, elas falam com a gente.

No cotidiano a gente aposta no canal de comunicação, em reuniões de qualidade.  
É isso.

Eu - Agradecimentos finais...

**Assunto:** RES: Pesquisa de Mestrado/ UNICAMP  
**De:** "Paulo M. Barbosa Landim" <plandim@rc.unesp.br>  
**Data:** Seg, Abril 12, 2004 2:50 pm  
**Para:** spalmen@unicamp.br  
**Prioridade:** Normal

Prezada Sueli:

Foi, realmente, no meu mandato que as creches na Unesp começaram a ser instaladas. A Unesp, porem, tem uma característica muito especial: ela é multicampus e isso significa que, naquela época, tínhamos que construir, no mínimo, 14 creches (pelo menos uma para cada campus). Como, além das prioridades acadêmicas, tínhamos outras de cunho social, como restaurantes universitários (14), moradias estudantis (14), no caso das creches a Reitoria não se responsabilizou pelas construções iniciais.

Isso foi feito com recursos próprios das Unidades ou contribuições dos interessados (no interior é muito comum festinhas com prendas e leilões). Em seguida, na medida que os prédios iam ficando prontos, a Reitoria dava todo o apoio possível a esses empreendimentos, complementando recursos, fornecendo o mobiliário e equipamentos e contratando pessoal especializado. Se não me engano ao fim do meu mandato em início de 1992, tínhamos 12 creches, com duas em Botucatu, pois la o campus é subdividido em duas áreas distintas.

Além disso naqueles locais que ainda não dispunham de creches havia um auxílio-creche. Hoje, acredito, que existem creches em todos os campus. Para mais esclarecimentos estou aqui em Rio Claro, as suas ordens.

Cordialmente,  
Professor Landim

## TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

### UNESP – Maria Inez (coord. dos CCI's) – 14 de abril de 2004

Eu - Na UNICAMP- Piracicaba 1979 e em Campinas é de 1982

M<sup>a</sup> Inez - Acho que a implementação das creches no início foi igual para USP, UNICAMP e UNESP. Havia manifestações, mas só em 1982 se deu de fato.

EU - acredito que com o decreto do Maluf que os reitores implantar o programa de creche. É reivindicação trabalhista.

EU - Eu queria saber um pouco mais do histórico da UNESP mesmo.

ELA - Igualzinho da UNICAMP foi. Foi reivindicação trabalhista, começou em Araraquara, foi gradual você me pergunta. A última, no ano passado surgiu em Rio Claro.

EU - Rio Claro conseguiu agora, pois não tinha.

Ela - conseguiu, conseguiu, com muita briga. Ainda início, mas já com prédio, com dinheiro liberado para compra de equipamento, contratação de pessoal, ainda ta sendo gradativo. A Reitoria aqui em S.P não tem creche, é uma luta.

EU - É por questão espacial?

ELA – Isso, exata/ e, você já viu o prédio como que é, não tem local, os pais reclamam, mas também eles pedem uma outra coisa. Como S.P é grande e eles moram em bairros diferentes, eles pedem convênio com as escolas dos bairros, então não seria um CCI. O que mais que eu posso explicar.

EU – Aqui em S.P eu fui visitar a creche do OAB que é a mesma questão (espaço)

ELA – EXATAMENTE

EU – Os pais advogados que trabalham no centro e que não tem como localizar um melhor local, então eles optaram, ali perto da praça da Sé, por prédio. Eu achei interessante

ELA – É, tem a Secretaria da Fazenda, que é ao lado, não sei se você conhece, mas dá uma olhadinha. Se você vê o histórico, você vê que a forma de se gerir é muito difícil. (Ta escapando hein...-gravador)

EU – É em S.p tem essa dificuldade que é a questão do espaço, os pais vem de locais longe e muito diferentes...

ELA – Quer que feche a janela, senão o barulho do trânsito vai atrapalhar (EU – quer que eu tente, meu braço é mais comprido/ Senão vou transcrever os ônibus...risos)

EU – E a questão de recursos financeiros: é o Estado que manda verba para Universidade e a Reitoria distribuir para a creche ou vai direto.

ELA – CD Universidade recebe uma verba, né, e ai cd uma trabalha com ela. Essa verba chega pra gente que distribui para as creches, mas os pais também ajudam, fazer bingos... Ah eles arrecadam

ELA – Acho interessante, i Reitor pediu (Acordo) apoio ao Banespa e todo o cartão VISA vendido, vem uma fatia dos recursos para a creche e a gente se vira.

EU – Quem é o Reitor?

ELA – Prof. Antonio Miguel dos Santos. Então ele fez, eu achei isso ótimo. Então a cada três meses a gente recebe em média 10 mil reais e a gente distribui entre as creches. Ai elas gastam desde que sejam com a questão pedagógica.

EU – E a gestão das creches, como era decidida?

ELA – Ah! É muito complicado... É muito complicado...

EU – A UNESP, como ela é multicampus é bem específico né.

ELA – Nós precisávamos de um Regimento e para trabalhar neste regimento, eu entrei nessa parte. Para trabalhar no regimento eles precisavam de uma coordenadora Administrativa só que ela é subordinada via coordenaria administrativa de cada unidade. Ela tem autonomia, apesar do Diretor administrativo a aborde, mas não interfere, elas tem um programa, mas então subordinadas ao diretor administrativo.

EU – E a formação.

ELA – Como o pedagogo esta sendo muito difícil, a gente acabou tendo que contratar por concurso público, mas como é difícil, a gente acabou fazendo o contrato via Associação de Servidores local através de um convênio, para ter um Pedagogo no comando de cada CCI.

EU – Associação?

ELA – Associação de Servidores Local.

ELA – É através de processo seletivo a contratação via Associação. É mais rápido. Não sei como é na UNICAMP, mas o processo é passado por uma comissão que Avaliada a necessidade de funcionário, se tem recurso para contratação... Como esta a UNICAMP?

EU – Comento que a Valéria e Lucila estão trabalhando no Concurso para contratação de pessoal nas creches. Ela só conversou com Euri no encontro de creches de Marília em 2003. (Supervisionaram e querem estar no quadro de carreira)

ELA – Na UNESP os profissionais da creche não estão no quadro de funcionários, é uma coisa fora, apesar de estar na nossa alçada administrativa. Por isso as contratações se dão Via Associação, que analisa o quadro de pessoal conosco.

EU – E como é feita a gestão das creches (barulho de telefone)

ELA – CD local tem sua gestão com a participação dos pais. Aqui na UNESP também tem uma Comissão de Pais

EU – No processo histórico quais as causas que dificultaram a implementação da creche.

ELA – Até hoje, eu diria que é a falta de conhecimento do que é um Centro de Convênio Infantil. Como o histórico da CLT de que é um local para deixar a criança enquanto estão trabalhando.

ELA – A UNESP ainda não vê como... Não há uma união. Ainda funciona como. São centros isolados e o fato de estar em S.P e não ter como esta sempre olhando.

EU – Há reivindicações movidas sindicais ou na UNESP Pode ser desconcentrada isso não acontece...

ELA - Há, essa parte o que acontece é que como a educação Infantil não é uma prioridade na Univesidade, o sindicato praticamente não se interessa. A gente briga sozinho, é uma briga muito solitária.

EU – No inicio histórico da USP, UNICAMP vejo através dos registros documentais o histórico de mobilizações, isso aconteceu na UNESP?

ELA – (Hoje não) Na implantação - Ah, sim isso também aconteceu. O histórico foi igual, o inicio foi em Araraquara, sempre na Área de Humanas é o pessoal que luta mais, que reivindica mais... Você pediu material, a UNESP não tem documentação...Eu acabei descobrindo como começou o CCI, bem antes o prof. Landim...Lá em 1982, 80 por ai. Eles fizeram essa reivindicação, ai o que o pessoal fez, montou um grupo aqui na reitoria para implantar o Centro de Convivência Infantil (CCI). Então eram pessoas da secção de contabille e planejamento para fazer o orçamento, umas outras da graduação, umas da acessória jurídicas. Elas trabalhavam... Hum! Sem muito conhecimento, mais foi mais por força de um decreto tinha que sai e acabou... Então se perdeu muita coisa porque não tem registro

EU – Não tem registro

ELA – Não se sabe o que aconteceu no inicio

EU – Quando se implantou mais creche!

ELA – Foi no inicio, em 1982, na gestão não me lembro o nome...Mas o vice-reitor era Arthur Roquete de Macedo...

EU – Ah! Eu tenho aqui o nome dos reitores... Anotei as gestões...

ELA – Risos! Ele que brigou muito quando ele era da faculdade de medicina, ele fazia parte do Diretório Acadêmico então quando ele veio pra cá e se tornou vice-reitor ele...Continuou essa briga, consegui, só que ele fez um acordo com as Associações, mas foi um acordo debaixo (...) então quando nos viemos para cá em 1994, comecei a me enterrar do assunto, o Regimento não, existia.

EU – Não existia... Não tinha nada

ELA – Eh! Era tudo verbal... Ai que a gente colocou as normas (regimento)

EU – O regimento vale para todas as creches...

ELA – Sim, ele é a base e em cima dessa base você adequada para cada realidade.

EU – Esse tipo de regimento foi organizado por...

ELA – Ele foi organizado por essas pessoas que eu falei (refere-se a comissão) e eu participei como ouvinte e ai o reitor baixou uma portaria e ai surgiu. Estamos trabalhando em cima desse regimento ainda...

EU – Ele é bem novo

ELA – Não, é novo não... Ah um avanço em algumas coisas, mas ele dificulta coisas...

EU – O regimento dificulta...

ELA – É a parte administrativa principalmente

EU – (Ela me pergunta sobre o regimento das outras universidades - faço breve comentário)

ELA – Na UNESP o regimento vale para todas as creches cada uma adequa a sua realidade, tem essa autonomia, mas não da pra fugir, pois ela é a base.

EU – Deve ser muito complicado de administrar, pois são creches descentralizadas - multicampus.

ELA – Eh! É muito complicado. Tem o lado positivo, mas tem as dificuldades.(comenta sobre Sueleni e fala para eu conhecer a creche do Lageado/Botucatu)

EU – E sobre a luta de creches, você acha que ela atende a todos que lutaram por ela? Porque é uma luta de profs, alunos e funcionários.

ELA – Não contempla, os 3 segmentos quando foi implantado o regimento no Artigo 1º fala que só filhos de funcionários. O aluno antes (do regimento) tinha direito, hoje eles brigam porque eles querem... eu acho justo até porque os mais velhos não querem ter filhos e os alunos de graduação, de humanas (fala rindo) enriquece bastante... É eu acho que é por

ai... Vai saindo os filhos do pessoal da UNESP e Poe que não ir preenchendo as vagas com os filhos de alunos de pessoal de fundação.

EU – Então hoje não tem parcela destinada para alunos, antes tinha, mas era acordo verbal...

ELA – É, então hoje o que ocorre tem as Associações no PRAD eu participei e tem complicação, pois os filhos de alunos não participam...Quando chega aqui, como eu tenho que ver a parte orçamentária eu tenho que excluí-los (risos de lamento) O que eu falei no PRAD (CAD) - e que isso vai contra a legislação atual e que isso é preciso rever... isso é uma briga de 2 ou 3 anos- eu acho- para alterar o Artigo 1º para colocar...atender a comunidade de uma forma geral. Passa pelo Processo Seletivo com a Assistência Social

EU – É uma seleção sócia econômica...

ELA – Exatamente

EU – Se estabelece parcelas conseguisse atender a todos atores...

ELA – E você consegue agradar e arrumar o que esta caminhando de forma errada...

ELA - EU – (Comenta de outras universidades: UNICAMP, USP, - aluno usp: sim parcelas).

ELA: Ah! Outra coisa que você perguntou sobre esse Regimento, não teve consulta a comunidade bateu o martelo e acabou...Foi o Pro Reitor da época-Agora, não a gente senta e consulta e faz encontros...Mas é muito difícil agradar todo mundo...

EU –Cada comunidade tem uma realidade.

ELA – Tem que ver os recursos financeiros...

EU – Comento sobre o professor Landim que fala que as creches não são as prioridades e sobre os leiloes do interior para construir prédio e a universidade dava pessoal e recursos materiais.

ELA – Exatamente Fala sobre os prédios adaptados, casarão em Botucatu em Rubião era uma casa bem coitadinha que era a diretoria antiga, ai os pais fizeram bingos e conseguiram arrecadar 180 mil reais e a 2 – 3 anos atrás construíram a Reitoria entrou com uma parcela pequenininha 40 mil... Ai construíram um 2º prédio muito bonito

EU – A universidade manda verba mais pais contribuem.

ELA – É caro manter a creche, tem muitos encargos ligados a CLT.

EU – Tem mais alguma coisa pra estar me contando Ah! Sobre formação do quadro de pessoal...

ELA – Ainda na portaria de 96 antes da LDB – Havia coordenador de creche, aux. Enfermagem, recreacionista, técnico geral. Todas elas, 90% tem formação ao menos de magistério (comenta que a Sueleni não gostou da Pedagogia e fez Serviço Social, ai foi contratado coordenador Pedagógico e ela ta na parte administrativa). Então o quadro da creche passou por alteração, nos estamos pensando em colocar “prof de Educação Infantil” Mas cada gestão tem prioridades e essa não que alterar nada. Mas nos temos que nos adequar ao sistema de ensino.

EU – Agora tem a LDB/96

ELA – E, também... por causa do censo teve fiscalização de Botucatu ingressou no Sistema...

Fala da prefeitura, da CODESP, para incluir a educação infantil no sistema de ensino...Formou-se uma comissão para discutir, composta de Pedagogo, Assistente social, Recepcionista, Pediatria, Educação Física e eu representamos a PRAD traçou diretrizes da CCI'S, mas trabalho emperrou.

EU – Porque travou

ELA – Por causa desta gestão, a administração não concorda (Eu mando pra pedagoga) ah! São problemas da área administrativa. Mas eu consegui montar o regimento. Eu vim para PRAD porque eu acredito na educação. Se tem um meio de mudar a situação, é por meio da educação - Amor e educação, os dois têm que estar juntinhos senão você não faz nada... O Brasil não vê a educação como prioridade...Infelizmente.

EU – Comento que trabalho com a creche (conversamos) M<sup>a</sup> Inez, deixa eu perguntar uma coisa desde q982 a creche esta ligada ao PRAD?

ELA – Não, essa é outra historia na época quando Roquete assumiu ele deu autonomia pra que essas pessoas (diretoras) administrassem os CCI'S. elas alegaram que tinham outras atividades o CCI'S passou a ser coisa assim cada unidade, cada diretor da unidade olhava, não tinha um órgão (com regimento sim).

EU – O diretor da unidade

ELA – então como regimento foi difícil, pois elas sempre tiveram autonomia, e agora tem alguém que policia, isso foi em março de 1996.

EU – Você chegou em...

ELA – Eu cheguei em 1994, então eu acompanhei a relaboração do regimento, eu gosto de trabalhar com pesquisa,... Vejo Hoje as direções dos CCI'S aceitam a reitoria, mas se elas pudessem continuar como antes bem melhor.

EU – Mas é bom uma regra geral pra todas...

ELA – É preciso de um limite, precisa prestar conta, pois é dinheiro publico então é tudo isso...a gente vai levando da

EU – Você falou do prof. Roquete, ele é muito importante neste processo.

ELA – É quando o prof. Arthur é muito político (tipo Maluf) ele gosta, ele era do diretório acadêmico, ele luta, ele continua isso na parte social...

ELA - Parte da universidade medica, foi ele que implantou (roquete) O CCI caiu (do céu) e você vai organizando, mas ele deu o ponta pé inicial... Hoje ele ta na secretaria da educação

EU – Será que consigo falar com ele

ELA – Acho que tem alguém que mantem o contato com ele eu posso te indicar o e-mail depois. Ele tava na secretaria de educação ate o ano passado pelo menos

ELA – Eu fiz um projeto no CCI porque não tinha que inclui uma nova proposta entrando o R.H. na universidade passando por sub comissões

EU –Como era...

ELA – Por associações (convenio/ ate 1992, a UNICAMP era a Funcamp devido a Repasse de recursos tem a lei de 1968 – flexibilização da CLT que fala em convenio que ainda em vigência).

EU – É a CLT

ELA – Luta pelo R.H. na universidade, porque é importante, mas você tem que convencer que é ensino e pesquisa sim...os alunos vão a creche fazer pesquisa tem crianças de 4 aninhos ensinando sobre engenharia de produção – é pesquisa e ensino sim

ELA – É uma briga muito longa e eu estou me aposentando e não acho que continue – devia ficar uma pessoa só com creche.

Fala de um autista em Marilia e que é muito amor da Pedagoga.

Terminamos Agradeço.